

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

André Tomé de Assis

**A TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO NA VOZ DOS
DIRETAMENTE ATINGIDOS EM CABROBÓ (PE)**

Belo Horizonte – MG

2015

André Tomé de Assis

**A TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO NA VOZ DOS
DIRETAMENTE ATINGIDOS EM CABROBÓ (PE)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Organização do Espaço.

Linha de pesquisa: Produção, organização e gestão do espaço.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria Aparecida dos S. Tubaldini

Belo Horizonte – MG

2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



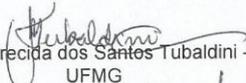
FOLHA DE APROVAÇÃO

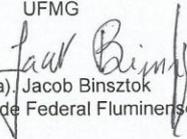
A TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO NA VOZ DOS DIRETAMENTE ATINGIDOS EM CABROBÓ (PE)

ANDRE TOME DE ASSIS

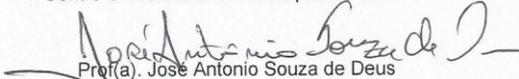
Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA, como requisito para obtenção do grau de Doutor em GEOGRAFIA, área de concentração ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO.

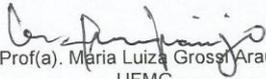
Aprovada em 07 de agosto de 2015, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Maria Aparecida dos Santos Tubaldini - Orientador
UFMG


Prof(a). Jacob Binszok
Universidade Federal Fluminense


Prof(a). Leonardo Rios
Centro Universitário de Araraquara - UNIARA


Prof(a). José Antonio Souza de Deus
Universidade Federal de Minas Gerais


Prof(a). Maria Luiza Gross Araujo
UFMG

Belo Horizonte, 7 de agosto de 2015.

Agradecimentos

À Deus que me permitiu vencer mais esta etapa,

Aos meus pais Damásio e Dora que me apoiaram em todas as etapas da minha vida e pelo amor incondicional,

Aos meus irmãos Galdino e Roberta pelo carinho, apoio e amizade,

À todos os meus amigos e familiares que torceram por mim,

À professora Maria Aparecida dos Santos Tubaldini, minha orientadora, pela dedicação, amizade, confiança e disponibilidade,

Ao professor Luciano Lourenço, meu orientador no doutorado sanduíche, pela boa vontade e presteza com que me recebeu na Universidade de Coimbra, em Portugal,

Aos professores da banca de qualificação e defesa, Maria Luiza Grossi Araújo, José Antônio Souza de Deus, Leonardo Rios, Jacob Binsztok, pelas considerações sempre pertinentes,

Ao Corpo Docente e de Funcionários do Instituto de Geociências – IGC/UFMG e do Departamento de Geografia da Universidade de Coimbra que contribuíram com esta pesquisa,

À coordenação, aos professores, tutores, e alunos da Educação à Distância da UFMG, pelas sempre palavras de incentivo,

Aos meus entrevistados em Cabrobó (PE), e a todos os moradores do município e também aos funcionários da prefeitura, que me receberam e colaboraram com muita boa vontade na pesquisa,

Ao Ministério da Integração Nacional do Brasil, pelo apoio em pesquisas em campo e pelas informações prestadas,

A CAPES, pela bolsa de estudo e pelo apoio no doutorado sanduíche.

RESUMO

O “Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional do Brasil”, ou como é chamado popularmente, a transposição do rio São Francisco, tem a pretensão de resolver o problema histórico da seca no nordeste setentrional do país. Como a população de um lugar, percebe e convive com as transformações, e as expectativas geradas pela transposição? Na tentativa de responder a esta pergunta, o objetivo geral desta tese é registrar, compreender, e discutir a voz dos agricultores familiares diretamente atingidos pela transposição, no município de Cabrobó (PE); contrapondo a voz destes sujeitos, com o discurso oficial dos gestores do grande empreendimento. Como revisão histórica, outras transposições também foram investigadas, incluindo as realizadas em outros países, como as do rio Tejo, na Espanha e em Portugal, pesquisadas em doutorado sanduíche, na Universidade de Coimbra, no ano de 2014. As categorias geográficas lugar e território, orientaram para o recorte e a compreensão do espaço analisado. O método fenomenologia, focando na “Percepção” e “História Oral”, valoriza a voz dos entrevistados. Como resultado, se pode afirmar que os entrevistados relataram pouca ou nenhuma expectativa positiva em relação à transposição. Disseram que realmente necessitam de água, mas notam, pela forma como a obra está sendo realizada, um desprezo e um descuido com os problemas e as necessidades que eles enfrentam. Os entrevistados relataram que a obra foi imposta e houve falta de diálogo; existe receio de que não possam vir a ter acesso as águas transpostas e ainda serem expulsos ou oprimidos por outros empreendimentos que possam ali chegar. As obras da transposição interferiram não somente nas questões ambientais e econômicas, mas em toda a estrutura social, cultural e histórica dos agricultores. Indica-se que os entrevistados entendem do lugar onde vivem e sabem trazer respostas para diversas questões. Esta tese investiga um momento e um lugar das obras da transposição. Salienta-se que este empreendimento, pela sua magnitude, necessita de uma continuidade nas investigações científicas.

Palavras-chave: Transposição. Rio São Francisco. Diretamente atingidos. Cabrobó.

ABSTRACT

The "São Francisco River Integration Project Watershed with the Northern Northeast Brazil," or as it is popularly called, the transposition of the São Francisco river, does not claim to solve the historical problem of the drought in the northern Northeast. As the population of a place, realize and live with the changes, and the expectations generated by the transposition? In an attempt to answer this question, the general objective of this thesis is to record, understand, and discuss the voice of farmers directly affected by the implementation, in the municipality of Cabrobó (PE); contrasting the voice of these subjects, with the official discourse of managers of big business. As historical review, other transpositions were also investigated, including those carried out in other countries, such as the Tagus river, in Spain and Portugal, surveyed sandwich doctorate at the University of Coimbra, in the year 2014. The geographical categories place and territory, guided to the cut and understanding of the analyzed space. The phenomenology method, focusing on "Perception" and "Oral History", values the voice of respondents. As a result, it can be said that respondents reported little or no positive expectation regarding the transposition. They said they really need water, but note, by the way the work is being carried out, contempt and disregard for the problems and needs they face. Respondents reported that the work was imposed and there was lack of dialogue; there is fear that they might not come to have access transposed the water and still be expelled or oppressed by other enterprises that can get there. Work on the transposition interfered not only on environmental and economic issues, but the entire social structure, cultural and historic farmers. It indicates that respondents understand where they live and know how to bring answers to several questions. This thesis investigates a time and place of the transposition. It stresses that this project, by its magnitude, you need a continuity in scientific research.

Keywords: Transposition. River São Francisco. Directly affected. Cabrobó.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS, GRÁFICO, MAPAS	IX
LISTA DE FOTOS.....	IX
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	XI
1 INTRODUÇÃO.....	01
2 DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA	05
2.1 O MÉTODO.....	05
2.1.1 Fenomenologia, Percepção e História Oral	05
2.1.2 Categorias Geográficas: Lugar e Território	11
2.1.3 Instrumentos metodológicos.....	19
3 EXEMPLOS DE TRANSPOSIÇÕES PELO MUNDO	24
3.1 Resgate histórico e conceitualização de Transposição	24
3.2 O Mar de Aral: uma experiência mal sucedida.....	26
3.3 O Projeto Chavimochic no Peru: uma experiência em andamento.....	27
3.4 Austrália e EUA: modelos apresentados ao Ministério da Integração.....	30
3.5 Espanha e Portugal: transvases do rio Tejo.....	32
3.6 As Transposições no Brasil	48
3.6.1 Grandes Empreendimentos: a ideia de desenvolvimento regional no Brasil.....	51
4 O RIO SÃO FRANCISCO E AS TRANSPOSIÇÕES.....	55
4.1 O TERRITÓRIO DA INTEGRAÇÃO DAS BACIAS	55
4.1.1 Bacia Doadora: Bacia hidrográfica do rio São Francisco	55
4.1.2 Bacia Receptora: o Nordeste Setentrional do Brasil.....	59
4.2 GRANDES OBRAS NA BACIA DOADORA	64
4.2.1 Nascente do rio/nascem as grandes obras: transposição do rio Piumhi	64
4.2.2 Grandes projetos de agricultura: alguns exemplos e seus problemas	69
4.2.3 Sobradinho: um mar de equívocos	75
4.2.4 Projetos de Irrigação: perspectivas futuras	77
4.3 A HISTÓRIA DA TRANSPOSIÇÃO.....	79
4.3.1 As Polêmicas	81
4.3.1.1 Argumentos a favor.....	87
4.3.1.2 Argumentos contra.....	89
4.4 CABROBÓ: LUGAR DIRETAMENTE ATINGIDO PELAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO	91
4.4.1 Na bacia do rio São Francisco/ao lado das obras – Os índios Trukás.....	93
4.4.1.1 Descrição do Lugar e formação histórica	93
4.4.1.2 O impacto da chegada das obras da transposição.....	99
4.4.1.3 Expectativas e anseios	107
5 A VOZ DOS DIRETAMENTE ATINGIDOS PELA TRANSPOSIÇÃO EM CABROBÓ	110
5.1 AGRICULTORES FAMILIARES – OS LUGARES CORTADOS	110
5.1.1 A chegada das obras e as indenizações.....	112
5.1.2 O corte nas propriedades: realidades e expectativas	117
5.1.3 O uso do rio São Francisco.....	124
5.1.4 A seca: Modos de enfrentamento.....	127
5.1.5 A voz não escutada	137
5.2 QUILOMBOLAS JATOBÁ E CRUZ DO RIACHO: PROXIMIDADES E DISTÂNCIAS	141
5.2.1 Cruz do Riacho: proximidade com o rio São Francisco	145
5.2.1.1 Formação histórica e descrição do Lugar.....	145
5.2.1.2 O impacto da chegada das obras.....	148
5.2.1.3 A falta de água: nas proximidades do rio, nas distâncias do canal.....	152
5.2.1.4 Produção agrícola: realidades e necessidades.....	160
5.2.2 Fazenda Jatobá: proximidade com as obras	165
5.2.2.1 Formação histórica e descrição do lugar.....	165
5.2.2.2 O impacto da chegada das obras.....	170
5.2.2.3 Promessas, realidades e necessidades.....	174
5.2.2.4 Expectativas futuras.....	179
5.3 A PEDRA DA SANTA: O ENCONTRO EM UM LUGAR SAGRADO.....	183

5.4	OS REASSENTADOS DA VILA JUNCO	187
5.4.1	O nascimento da vila.....	187
5.4.2	A infraestrutura da vila: realidades e necessidades	196
5.4.3	A agricultura familiar: promessas, realidades e expectativas.....	203
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	211
7	REFERÊNCIAS.....	215
8	ANEXOS.....	228

Lista de Tabelas, Gráfico e Mapas

	Página
Tabelas	
Tabela 01: Divisão regional da bacia do rio São Francisco.	57
Tabela 02: Cadastramento fundiário de áreas diretamente atingidas pela transposição.	110
Tabela 03: Propriedades e famílias afetadas pela transposição do rio São Francisco.	190
Gráfico 01: Evolução do IDHM em Cabrobó, PE.	124
Mapas	
Mapa 01: Localização de Cabrobó e de suas comunidades atingidas pela transposição.	21
Mapa 02: Localização do polígono da seca	61
Mapa 03: Localização da comunidade indígena Truká.	94
Mapa 04: Comunidades indígenas diretamente atingidas pela transposição.	97
Mapa 05: Localização de pequenas propriedades rurais cortadas pela transposição.	111
Mapa 06: Localização das comunidades Riacho dos Bois e Fazenda Jatobá.	144
Mapa 07: Localização da comunidade Riacho dos Bois.	147
Mapa 08: Localização da comunidade quilombola Fazenda Jatobá.	169
Mapa 09: Localização da Vila Junco.	188
Lista de Fotos	
Foto 01: Vegetação da caatinga, na comunidade Cruz do Riacho em Cabrobó/Pernambuco.	15
Foto 02: Vegetação da caatinga, na comunidade Cruz do Riacho em Cabrobó/Pernambuco.	16
Foto 03: Placa indicativa da construção dos canais que receberão águas transpostas do S. F.	23
Foto 04: Canal de transposição de águas do projeto Chavimochic, no norte do Peru.	29
Foto 05: Canal sob túnel de transposição do projeto Chavimochic.	29
Foto 06: Canais de transposição do rio Colorado, no Estado do Colorado/EUA.	31
Foto 07: Canais de transposição do rio Colorado, no Estado do Colorado/EUA.	32
Foto 08: Rio Tejo no município de Toledo, na Espanha.	38
Foto 09: Cidade das Artes e das Ciências, sob o antigo leito do rio Túrria.	40
Foto 10: Rio Mondego, no centro da cidade de Coimbra, Portugal.	42
Foto 11: Fonte de água na cidade de Luso.	43
Foto 12: Encanamento de água para realizar transvases.	44
Foto 13: Barragem do rio Zeréré, no distrito de Santarém, Portugal.	44
Foto 14: Parque eólico na Serra da Estrela em Portugal.	44

Foto 15: Barragem de Aguieira, no distrito de Viseu, Portugal.	45
Foto 16: Lago artificial da barragem de Aguieira.	45
Foto 17: Monumento na nascente histórica do rio São Francisco em São Roque de Minas.	56
Foto 18: Exuberância de peixes do rio São Francisco em Piumhi (MG), da década de 70.	65
Foto 19: Caça de animais em Piumhi (MG), da década de 70.	66
Foto 20: Agricultura irrigada no Centro-Oeste de Minas Gerais.	66
Foto 21: Criação de gado no Centro-Oeste de Minas Gerais.	67
Foto 22: Placa indicando banco de areia, no rio São Francisco, em Pirapora/MG	73
Foto 23: Moradora do município de Pirapora/MG, mostrando resultado da pesca no rio S. F.	74
Foto 24: Vapor Guimarães, sem possibilidade de navegação no rio S.F, em Pirapora/MG.	74
Foto 25: Lago e usina hidrelétrica de Sobradinho.	76
Foto 26: Lugar de vivência dos índios Truká.	95
Foto 27: Canal de aproximação do Eixo Norte da transposição.	96
Foto 28: Foto histórica dos Índios Truká.	98
Foto 29: Manifestação contra a transposição no canteiro de obras no eixo Norte.	100
Foto 30: Luta contra as atrocidades do Estado Brasileiro – invasão do Exército em território Truká.	101
Foto 31: Ação de despejo dos povos indígenas no canteiro das obras da transposição.	102
Foto 32: Primeira Estação de Bombeamento das águas transpostas.	103
Foto 33: Antônio Cirilo, cacique Truká, paramentado para ritual.	106
Foto 34: Desmatamento da Caatinga pelo Exército no Eixo Norte.	108
Foto 35: Construção de passarelas no canal de transposição.	118
Foto 36: Caprinos na estrada construída pelas empresas, nas obras do canal.	121
Foto 37: Criação de caprinos na propriedade de um pequeno produtor rural em Cabrobó.	133
Foto 38: Rejeitos do canal da transposição	135
Foto 39: Aqueduto construído sob o riacho Grande	135
Foto 40: Leito seco do riacho Grande ao lado do canal de transposição.	153
Foto 41: Cisterna ao lado de uma das casas da comunidade Cruz do Riacho.	154
Foto 42: Entrega de equipamentos do projeto de mecanização agrícola do Prorural.	164
Foto 43: Matriarca dos quilombolas Jatobá, Maria Gregório.	166
Foto 44: Igreja católica na comunidade Jatobá.	167
Foto 45: Antropóloga Caroline Leal em reunião com os moradores da Comunidade quilombola Jatobá, discutindo o laudo antropológico.	168
Foto 46: Canal de transposição nas terras da comunidade Jatobá.	170
Foto 47: Plantação de cebola próxima a zona urbana de Cabrobó.	173
Foto 48: Construção de Aqueduto sob o riacho Grande.	179
Foto 49: Rejeitos das obras da transposição	180
Foto 50: Barragem do reservatório para as águas da transposição do rio São Francisco.	189
Foto 51: Entrada da Vila Produtiva Rural Junco.	191
Foto 52: Presidente Lula durante cerimônia de inauguração da Vila Produtiva Rural Junco.	194
Foto 53: Rua principal da Vila Junco.	197

Foto 54: Casa na Vila Junco.	198
Foto 55: Estrada no entorno das obras da transposição em Cabrobó.	200
Foto 56: Posto Médico da Vila Junco.	200
Foto 57: Escola da Comunidade Junco.	201
Foto 58: Campo de Futebol da Vila Junco.	202
Foto 59: Reservatório de água do riacho Grande, no município de Terra Nova.	207
Foto 60: Casas na entrada do município de Terra Nova, saindo de Cabrobó, ao lado do reservatório de água, onde ficam as adutoras que levam água para a vila Junco.	208

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANA	Agência Nacional das Águas
APOINME	Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CBHSF	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
CEP	Comitê de Ética de Pesquisa
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CEM UMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EUA	Estados Unidos da América
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GEIDA	Grupo Executivo de Irrigação e Desenvolvimento Agrário
ISA	Instituto Sócio Ambiental
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MI	Ministério da Integração Nacional
NCWCD	Distrito de Conservação de Águas do Norte do Colorado
NEER	Núcleo de Estudos em Espaços e Representação
NEPE	Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Etnicidade da Universidade Federal do Pernambuco
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas

PBA	Projeto Básico Ambiental
PAC	Programa de Aceleração ao Crescimento
PE	Estado de Pernambuco
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PEM UMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRÓ-RURAL	Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
PRSF	Programa de Revitalização do rio São Francisco
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
R\$	Reais
PISF	Programa de Integração do rio São Francisco
PROINE	Programa de Irrigação do Nordeste
PRONI	Programa de Nacional de Irrigação
PROFIR	Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação
PROVÁRZEA	Programa Nacional para o Aproveitamento de Várzeas Irrigadas
RIDE	Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo de Petrolina e Juazeiro
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
WWF	Fundo Mundial para a Natureza

1. INTRODUÇÃO

O rio São Francisco é um dos principais rios do Brasil; importante para todos os brasileiros. Nasce no centro-oeste de Minas Gerais, atravessa o Estado da Bahia, fazendo sua divisa ao norte com Pernambuco, constitui a divisa natural de Sergipe e Alagoas, e, por fim tem sua foz no oceano Atlântico. Ao longo da história da implantação de grandes empreendimentos na bacia do rio São Francisco, houve grandes polêmicas. Já na região das nascentes, se pode citar uma transposição que altera a vida do “Velho Chico” e de sua população ribeirinha. No final da década de 1950, o Brasil passava por um período de expectativa de desenvolvimento. Juscelino Kubitschek, já na sua campanha, prometeu que o Brasil teria um desenvolvimento de meio século, cresceria 50 anos em cinco. Nesta perspectiva, construiu-se em Minas Gerais a usina hidrelétrica de Furnas. Para a sua construção foi necessário construir um dique no município de Capitólio (MG), para que as águas do lago de Furnas não inundassem a cidade. Para a construção do dique, o rio Piumhi, que fazia parte da bacia do rio Grande, foi transposto para o rio São Francisco (ASSIS, 2009).

Esta transposição foi pouco divulgada, mas foi relatada em músicas, jornais da época, fotos e principalmente ficou registrada na memória da população que a vivenciou. Este fato histórico foi objeto da minha pesquisa de dissertação de mestrado, concluída em 2009. Durante o processo de investigação apareceram questionamentos sobre a transposição atual do rio São Francisco no nordeste do Brasil, o que serviu de estímulo para se continuar a pesquisa no doutorado (ASSIS, 2009).

O “Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional”, objeto de estudo nesta tese, também chamado popularmente de transposição, está sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional; que prevê sua inauguração em 2016, onde seria assegurada a oferta de água em 2025, aos habitantes de municípios do agreste e do sertão dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, que sofrem com a seca. O Ministério afirma que a obra apresenta um baixo custo em relação ao que se teria de economia com os gastos no combate a seca e que a retirada de água do rio São Francisco seria de apenas 1% do total de suas águas, não afetando gravemente o rio (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, O que é o projeto? 2015).

Alguns autores contrapõem os dados apresentados pelo Ministério e discutem questões diversas. Como exemplo, Souto (2001) aponta que obras de transposições em outras partes do mundo foram consideradas como bem sucedidas porque ouviram as populações locais; o autor cita a transposição do rio Colorado, nos EUA, onde as pessoas foram ouvidas e houve uma

intensa participação popular; uma obra que foi considerada bem sucedida. Ele também cita a transposição do rio Tejo, na península Ibérica. Em doutorado sanduíche, na Universidade de Coimbra, investigações sobre esta transposição foram feitas e seguem a ideia apontada por Souto. Outros autores como Coelho (2005), indicam que se podem verificar análises equivocadas em torno da seca no nordeste, onde se aponta para vultuosos gastos de recursos públicos em benefício de grupos privilegiados. Ele também afirma, que a retirada de água no rio São Francisco para outros programas, já estaria trazendo prejuízos para populações ribeirinhas, que enfrentam o problema da seca; a água já não estaria sendo suficiente. O autor ainda ressalta a necessidade de revitalização do rio e acusa que houve uma imposição do projeto, com violação da legislação. Neste sentido, Castro (2011) também defende a necessidade de criação de programas de irrigação, tanto na bacia doadora quanto na receptora, e uma revitalização do rio.

Foi feita uma pesquisa de exploração com levantamento bibliográfico das obras que já analisaram as transposições e dos documentos oficiais do Ministério da Integração Nacional. A partir deste material foram levantadas diversas questões e apontados agentes diretamente ligados à transposição. Diversas são as dúvidas sobre o projeto, mas uma grande questão foi escolhida e será abordada nesta tese, por se relacionar diretamente com os atingidos pela transposição: Como a população de um lugar onde estão acontecendo as obras do “Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional” percebe e convive com as transformações e as expectativas geradas pelo grande empreendimento?

Neste sentido, o objetivo geral da tese foi:

Registrar, compreender e discutir como populações que moram ao longo de canais e das obras propostas para as transposições do rio São Francisco, percebem e convivem com as obras, e quais são as expectativas geradas pelas transposições.

Sendo os objetivos específicos:

- apresentar outras transposições ocorridas no mundo, no Brasil e no rio São Francisco, identificando problemas semelhantes e possíveis soluções encontradas.

- caracterizar a bacia do rio São Francisco, registrar grandes empreendimentos que nela ocorreram, com seus problemas e soluções alcançadas;

- explicar por meio de levantamento bibliográfico, entrevistas e visita a campo nas áreas onde ocorrem as obras de transposição, o que é e como está sendo implementado o “Projeto de Integração do Rio São Francisco”;

- registrar a história da transposição, a partir da história oral da população que mora em Cabrobó (PE), lugar diretamente atingido pelas obras da transposição;

- analisar e discutir como essa população percebe e convive com as transformações e as expectativas geradas pela transposição, no seu lugar de vivência, contrapondo o discurso oficial dos gestores da obra com a voz dos diretamente atingidos.

A categoria Lugar na Geografia orientou para o recorte e a compreensão do lugar pesquisado. A categoria Território foi utilizada para se compreender no sistema do capital, as questões políticas, econômicas e de poder, em que está inserida a implantação da transposição; o lugar sendo obrigado a dar espaço ao território do grande empreendimento.

O Projeto é dividido em dois grandes eixos: Norte e Leste. Cada eixo é dividido em metas de conclusão das obras. Em 2013, nenhuma meta tinha sido concluída, apenas os chamados canais de aproximação já tinham sido entregues prontos, pelo Exército Brasileiro. O Eixo Leste, parte do município de Floresta, em Pernambuco. O Eixo Norte parte de Cabrobó, também em Pernambuco. (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, O que é o projeto? 2013).

Como pode ser percebido, Cabrobó (PE) é um município extremamente importante e é o primeiro onde se fará a captação de águas do rio São Francisco. Nele, já se tem parte das obras prontas, num lugar onde a população local necessita muito da água para agricultura e que enfrenta historicamente sérios problemas com a seca.

O Ministério da Integração Nacional, no seu Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias (BRASIL, 2005, p. 3), também indicou que o município teve 23,7 km de terras ou 201 imóveis diretamente atingidos. Estes resultados foram gerados pelo cadastramento para desapropriação, realizado na faixa de 200 m ao longo do traçado dos canais e de 100 m acima da cota máxima dos reservatórios a serem construídos na primeira etapa do empreendimento.

A Comissão Pastoral da Terra (2010), em seus documentos, fazendo análises de colocações da Articulação Popular São Francisco Vivo, apontou agricultores familiares, dentre eles quilombolas, atingidos pelas obras da transposição em Cabrobó.

Observando estes dados colhidos na revisão bibliográfica, e já na realidade avistada destes agricultores familiares, foi possível estabelecer a tese de que na elaboração e implementação do projeto de “Integração de Bacias”, foi e está sendo falho, ou pouco relevante, o escutar da voz da população diretamente atingida, o que traz prejuízos a estes e ao próprio rio; os agricultores rurais de Cabrobó (PE) sofrem no seu lugar de vivência com o topocídio, sem perspectivas imediatas de toporeabilitação. Para se utilizar e compreender a voz da população foi empregado como método, a fenomenologia, que valoriza justamente as experiências vividas e as respostas trazidas por quem vive os acontecimentos. Neste sentido, a

“Percepção” e a “História Oral”, valorizam justamente os grupos que historicamente não tiveram suas vozes escutadas em grandes empreendimentos. Segundo Thompson (1992), através da história oral, é possível contrapor os discursos e entender a realidade investigada.

Dentre outros autores, as teorias de Tuan (1980), de topofilia, percepção e lugar; de Amorin Filho (2009), de topocídio e toporeabilitação; de Haesbaert (2014), de território, territorialidade, desterritorialização e reterritorialização; de Santos (2003), referentes aos territórios da globalização; e de Thompson (1992), sobre história oral; foram reunidas para dar entendimento da transposição, na perspectiva do lugar para o território.

O entrelace das histórias indica que o lugar pesquisado é constituído por agricultores familiares, que mesmo vivendo em comunidades diferentes, com suas histórias e particularidades específicas, possuem laços de vivência em comum. Vivência que reconhece lugares santos únicos e compartilhados, como a Pedra da Santa; formas em comum de se produzir e sobreviver ligadas ao uso da terra e da água, como por exemplo, trabalhando como meeiros, um regime de parceria no uso da terra.

No decorrer da tese, os capítulos foram apresentados observando-se a seguinte ordem: conceitualização de transposição, apresentação de transposições pelo planeta e Brasil; discussão dos grandes empreendimentos realizados no curso do rio São Francisco, incluindo transposições de águas e o “Projeto de Integração do rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional”, o discurso do Ministério da Integração, de empresas e parceiros do Ministério e o que dizem cientistas e militantes ambientais. Caracterização da área de estudo, a bacia doadora e a receptora (a região nordeste do Brasil, incluindo a descrição do problema da seca); discussão teórica e metodológica; e, por fim, a voz dos agricultores familiares de Cabrobó. A voz da população será apresentada contrapondo discursos, num diálogo constante com o referencial teórico e metodológico. Serão respeitadas as características históricas particulares dos diferentes grupos, mas, também, e, sobretudo, será demonstrado como os indivíduos e os grupos se correlacionam com suas histórias orais, nas percepções diante da transposição.

2. DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

2.1. O MÉTODO

2.1.1. Fenomenologia, Percepção e História Oral

A palavra método vem do latim *methodus*, cujo significado é caminho ou a via para a realização de algo. Portanto, método é o processo para se atingir um determinado fim ou para se chegar a um conhecimento. Método → *Meta* + *odos* = alvo + caminho (total) (AMORIN FILHO, 2014).

Neste sentido, o método aqui utilizado é a fenomenologia. Um método filosófico que se propõe a observar aquilo que está acontecendo como vivência imediata do ser humano (LIMA, 2014).

O termo fenomenologia vem do grego *phainesthai*, que se refere àquilo que se apresenta ou que se mostra; e *logos*, estudo. A experiência vivida por cada ser humano tem um significado único que compõe sua história de vida. A fenomenologia não visa definir uma regra geral para interpretar o mundo e o homem, mas tem como proposta a compreensão de como o ser humano percebe, de forma vivencial, desenvolvendo uma trama significativa de acontecimentos, o percurso de sua vida (LIMA, 2014).

Sendo assim, dentro da fenomenologia os caminhos utilizados para se compreender um fato podem ser múltiplos ou complementares. A história oral aqui nesta tese é entendida como procedimento e método de análise das falas que foram registradas, baseando-se, principalmente, nas teorias de Thompson (1992).

Segundo Thompson (1992), ainda podem existir acadêmicos que produzem o conhecimento pelo conhecimento. A história oral se preocupa em discutir junto às comunidades seus anseios e pode ser utilizada por diversas pesquisas e em diversos grupos, seja do pesquisador de graduação à pós-graduação, seja em uma escola ou em uma fábrica.

O pesquisador deve ir à busca da realidade local, investigar o que não é mostrado em documentos oficiais e registrar e discutir a voz de quem não é escutado. “O historiador de política da classe operária pode justapor as afirmações do governo ou dos dirigentes do sindicato e a voz das pessoas do povo – sejam elas apáticas ou militantes” (THOMPSON, 1992, p. 25).

A história oral oferece valor aos depoimentos das pessoas simples, da classe operária, procura perceber como as pessoas pobres vivem quando não há assistência social. Uma vez que os documentos oficiais propiciam o que o governo ou os estudos técnicos acreditam, a

história oral reflete a voz dos diretamente atingidos. “[...] As testemunhas podem, agora, ser convocadas também de entre classes subalternas [...]. Ao fazê-lo, a história oral tem um compromisso radical em favor da mensagem social como um todo” (THOMPSON, 1992, p. 26).

A mudança de enfoque pode ajudar a esclarecer fatos, dúvidas de grandes projetos, e um historiador, um pesquisador experiente, terá facilidade na aplicação da técnica. “Além disto, especialmente se o projeto focar as raízes históricas de alguma preocupação contemporânea, demonstrará muito bem a importância do estudo histórico para o meio ambiente” (THOMPSON, 1992, p. 29).

Segundo Bottura (1998), muitas vezes a história registrada deriva de pessoas que possuem certo poder e, por muitas vezes, exclui a versão de grande parte das pessoas. Por exemplo, a história oral pode colher dados de pessoas analfabetas, não rejeitando várias faces da história. As informações trazidas pela população local são fundamentais. A história oral tem demonstrado relevância para entender as relações entre homem e natureza.

Desta forma, pode-se situar o leitor em uma perspectiva em relação à população local e sua relação com o meio ambiente, bem como nas transformações no uso de recursos naturais em relação às mudanças socioeconômicas, culturais e ambientais. Acredita-se que este tipo de pesquisa pode fornecer subsídios para programas de educação ambiental mais compreensivos, com base nas representações e percepções das populações, evitando-se, desta forma, o desencontro entre os educadores e as comunidades; desencontro este que resulta da diferença entre os códigos científicos e as representações culturais formadas na relação entre as comunidades e seu meio ambiente (BOTURA, 1998). Por esta explicação, também é possível perceber que quando se pesquisa com história oral também se colhe as percepções dos entrevistados.

Existe no Brasil uma equipe de destaque formada por geógrafos que trabalham com essas questões. O Grupo de Estudos em Espaço e Representações (NEER) busca ampliar e aprofundar a abordagem cultural na geografia, uma geografia humanista; entendendo as representações como uma ampla mediação, que permitem agregar o social e o cultural, abarcando também a temática dos estudos de percepção e cognição em geografia, além das seguintes temáticas/ abordagens: Nova Geografia Cultural; Geografia Humanista; Estudos de Percepção e Cognição em Geografia; Geografia das Representações; Geografia Social; Geografia da Religião; Geografia Escolar: Representações e Ensino; e Teoria e Método na Geografia Cultural e Social (NEER, 2014).

O NEER (2014), em uma das suas produções, explica que atualmente a Geografia acadêmica tem promovido ampla discussão pela pluralidade das pesquisas que se abrem à complexa transversalidade de áreas de conhecimento e saberes de diferentes ordens. A Geografia se torna mais complexa, mais honesta e menos arrogante ao se aproximar cada vez mais de outros saberes, científicos ou não, adentrando-se pelas coisas comuns da vida, pelo olhar das pessoas e pelas formas diversificadas de se perceber, viver e produzir o espaço (HEIDRICH, COSTA; PIRES, 2013).

Dentro da Geografia, a percepção se apresenta como método fenomenológico; e por sua vez, a fenomenologia valoriza o indivíduo e suas experiências vividas e adquiridas. O espaço seria um contexto experienciado que envolve aspectos do passado, presente e futuro (CHRISTOFOLETTI, 1985, p. 22).

Segundo Amorim Filho (1999), a entrada do novo milênio é um período da história humana que testemunha a difusão de uma forma de se encarar e valorizar o ambiente em que vivemos. No meio acadêmico e intelectual, em geral e nos mais diferentes organismos de pesquisa cujo objeto de pesquisa é a superfície terrestre, tem se valorizado a percepção, o movimento que reconcilia geógrafos com as raízes mais profundas da própria geografia, abrindo caminhos para empreendimentos multidisciplinares.

Assim, nesta relação, a geografia pode encontrar um caminho de relacionar aspectos físicos e humanos. A percepção, as atitudes e os valores preparam-nos para que possamos compreender a nós mesmo. Quando compreendemos a nós mesmo estamos mais próximos de compreender outros elementos, sejam eles humanos ou naturais. “Uma resposta possível é que de algum modo todos eles se referem à maneira pela qual os seres humanos respondem ao seu ambiente físico” (TUAN, 1980, p. 2).

Assim, a geografia Humanista valoriza os lugares, suas questões naturais e a forma como o homem se faz presente e percebe seu mundo. Segundo Hochberg (1966), estudamos a percepção em uma tentativa para explicar nossas observações de mundo que nos rodeia. A percepção ambiental pode ser definida como sendo uma tomada de consciência do ambiente pelo homem onde cada indivíduo pode perceber, reagir e responder de forma diferente às ações sobre o ambiente em que vive.

É nesta perspectiva que podemos compreender e valorizar melhor os espaços que ocupamos. Segundo Ismerim (2005), o estudo da percepção ambiental é de fundamental importância para que possamos compreender melhor as inter-relações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, seus anseios, suas satisfações e insatisfações, seus julgamentos e suas condutas.

Segundo Bottura (1998), as relações entre a população e o meio ambiente são fundamentais na análise de ecossistema, por isto devem ser consideradas nos planos de manejo dos recursos naturais. O desenvolvimento sustentável pressupõe o uso racional dos recursos naturais. Mas, para isto é preciso conhecer o ambiente e estabelecer condições de sustentabilidade no espaço.

O estudo da percepção é complexo, mas traz grandes explicações sobre a relação do homem com seu meio ambiente. “Os seres humanos estão biologicamente bem equipados para registrar uma grande variedade de estímulos ambientais” (TUAN, 1980, p. 284).

Para perceber o mundo, o ser humano usa seus cinco sentidos: olfato, tato, paladar, visão e audição. “Um ser humano percebe o mundo simultaneamente através de todos seus sentidos” (TUAN, 1980, p. 13). Mas, é preciso ficar atento às nossas limitações.

As informações se ajustam às sobreposições, daquilo que se percebe durante um tempo e que é guardado na memória. Quando as pessoas descrevem sua percepção, um dos elementos utilizados por elas é o uso da sua própria memória. Portanto, quando o pesquisador colhe, por exemplo, um relato oral para identificar a percepção, ele também colhe registros da memória. “Na verdade, não há percepção que não esteja impregnada de lembranças [...]” (BOSI, 1987, *apud* BEIRO, 1997, p. 5).

Chegar até as comunidades distantes dos grandes centros não é tarefa muito fácil. Há dificuldades de entrevistar o dono de um grande empreendimento, mas, também, há dificuldades de se entrevistar as pessoas mais simples. “É a justaposição de experiências vivas de todos os níveis da sociedade é o que torna a história local mais vigorosa e intelectualmente provocante” (THOMPSON, 1992, p. 245).

O pesquisador deve ter em mente que está saindo da sua classe privilegiada e sentar-se aos pés das pessoas para escutá-las (THOMPSON, 1992). Apesar de se tratar fundamentalmente de uma obra de engenharia, com construção de dutos, canais, etc., a transposição deveria vir de encontro com o problema histórico e social de muitas pessoas. Portanto, são as pessoas o mais importante, e não a obra em si. Escutar as pessoas não exige uma rigidez da geometria de canais ou da engenharia dos dutos. O pesquisador deve estar sensível às relações humanas, aos seus sentimentos, a percepção e a cultura local.

As entrevistas propiciarão conhecimento do lugar a ser pesquisado. “As fronteiras do mundo acadêmico já não são mais os volumes tão manuseados do velho catálogo bibliográfico” (THOMPSON, 1992, p. 29). Ir além da fronteira do mundo acadêmico, dos volumes tão manuseados do velho catálogo bibliográfico, tem suas dificuldades. Por exemplo, leva-se muito tempo para escutar as pessoas, mais do que ler o que já está escrito em um livro

ou artigo e ainda é preciso fazer a transcrição. Mas as falas que estão ali gravadas, em um registro fidedigno, somam as pistas sociais à textura do dialeto. Um falante pode ser a todo o momento contestado. “Não obstante, a fita é um registro muito melhor e mais completo do que jamais se encontrará nas anotações rascunhadas ou no formulário preenchido pelo mais honesto entrevistador e menos ainda nas atas oficiais de uma reunião” (THOMPSON, 1992, p. 147).

Para selecionar os entrevistados podem ser utilizadas indicações “As pessoas podem ser localizadas de muitos outros modos: por meio de contatos pessoais, [...] e até mesmo mediante encontros casuais [...]. É sempre muito mais fácil se puder abordá-los com uma recomendação de alguma outra pessoa” (THOMPSON, 1992, p. 246).

As entrevistas podem variar desde uma conversa amigável até um estilo mais formal. Na variedade de método, o entrevistador harmoniza sua personalidade na busca pelas informações devendo valorizar e respeitar o outro e ter disposição para ficar calado e escutar. “Deve-se ter uma ideia clara do tipo de pessoa que se procura e persistir mesmo com algumas recusas de entrevistados e, por fim, guardar o material encontrado, gravações, fotografias, transcrições que podem no futuro ser fonte de uso público” (THOMPSON, 1992, p. 246).

O primeiro ponto é ler sobre o que vai ser entrevistado, conversar com pessoas que conheçam a área e se fazer uma entrevista-piloto. Nossa própria ignorância pode torna-se útil. “Em muitas ocasiões, os trabalhadores mais velhos recebiam minhas perguntas ingênuas com divertida tolerância e me diziam: ‘- Não, não, garoto, não foi desse jeito’, ao que se seguia uma descrição clara e detalhada do que verdadeiramente acontecera” (THOMPSON, 1992, p. 255).

Mas, o melhor é que se conheça a história da comunidade antes, pois, por exemplo, não se faça perguntas na conversa que podem ter respostas óbvias. Deve-se procurar perguntas relevantes. É preciso deixar a conversa fluir, não se cabe bem um questionário que obtenha respostas curtas, não se deve procurar controlar o entrevistado (THOMPSON, 1992, p. 261).

Não se deve apresentar as suas opiniões no princípio da conversa, pois o entrevistado poderia dizer o que ele imaginaria que você quer escutar. Não se deve fazer perguntas complexas, que podem ser respondida pela metade. “Conseguir ir além das generalizações estereotipadas [...] é uma das habilidades, e das oportunidades básicas do trabalho de história oral” (THOMPSON, 1992, p. 261).

É melhor ter um roteiro de perguntas na memória do que no papel. O ideal seria nem usar um gravador, mas em virtude da grande quantidade de informações ele se torna

necessário e também tem se mostrado que apenas nas primeiras perguntas é que ele se torna constrangedor. Depois o entrevistado esquece dele. “Para muitos fins, uma relação de títulos abreviados como lembretes dos tópicos menos frequentes é o bastante” (THOMPSON, 1992, p. 263).

O entrevistado pode levar consigo um guia de rua e verificar bem seu material antes de sair. As entrevistas devem ser feitas em um lugar onde o entrevistado se sinta bem; um passeio pode estimular recordações. Fotos, diários e cartas antigas podem estimular o entrevistado e serem subprodutos. Quase sempre é melhor ficar sozinho com o informante para não constranger o entrevistado, mas se estiver em grupo, uma pessoa pode estimular a memória da outra. Deve-se perguntar no início do encontro se a entrevista pode ser gravada e mesmo depois de desligado gravador as informações colhidas podem ser utilizadas. Não saia imediatamente ao fim da entrevista e demonstre ser simpático (THOMPSON, 1992).

A transcrição deve ser integral e nas falas em que não puder se identificar alguma palavra deve-se deixar um espaço para isso se demonstrar. “Mas a verdadeira arte do transcritor está no uso da pontuação e em uma ou noutra grafia fonética que transmita a natureza da fala” (THOMPSON, 1992, p. 293).

Para se ter um registro fidedigno, a transcrição deve ocorrer na íntegra, mas o pesquisador deve ter o cuidado para não privilegiar grupo de entrevistados ou ofender um grupo fazendo uma transcrição que possa gerar constrangimento. Segundo Whitaker (2002), em uma tentativa de transcrever na íntegra as falas do homem rural as transcrições das entrevistas devem ter o cuidado de não fazer uma caricatura desse homem, pois transcrever a fala na íntegra para a palavra escrita possui suas limitações.

Na interpretação das falas deve-se pensar como construir, apresentar, avaliar, testar e relacionar a história oral com modelos mais amplos e ainda olhar para o impacto da história detectada na construção da história do futuro. Detectar trechos mais expressivos, valorizar hesitações e pausas. As falas captadas na entrevista também podem ser usadas, por exemplo, na apresentação em palestras. A história da vida individual pode representar uma análise social mais ampla. “[...] Temos que extrair a evidência sobre cada tema de uma série de entrevistas, remontando-a para enxergá-la de um novo ângulo, como que horizontalmente em vez de verticalmente [...]” (THOMPSON, 1992, p. 303).

Não se tem, portanto a pretensão de fazer com que a fala de um entrevistado represente a fala de todo um território, como, por exemplo, o grande território da transposição do rio São Francisco. Como a citação acima observou, a análise é horizontal. A percepção colhida é um exemplo importante, mas não precisa ser tabulada, como se fosse possível

classificar ou colocar em ordem crescente ou decrescente. Mas, é possível, dentro dos entrevistados, perceber algo em comum, falas que se generalizaram. Remontar as falas, agrupá-las e entender o que aquele grupo quis demonstrar de forte e importante. “Somente seguindo ponto a ponto as histórias de vida individuais é que se pode documentar as conexões existentes entre, por um lado, o sistema geral da estrutura econômica [...], e, por outro, o desenvolvimento do caráter pessoal [...]” (THOMPSON, 1992, p. 333).

Há três formas de se fazer isso; a primeira é usar uma única história de vida e utilizar outras fontes que a completem; a segunda é usar um conjunto de narrativas, que seria o melhor modo, agrupando fragmentos; e a terceira é usar a evidência oral como um texto expositivo integral. E juntamente com o que foi conseguido deve-se inserir as outras fontes de pesquisa. “A evidência oral pode ser avaliada, julgada, comparada e citada paralelamente ao material de outras fontes” (THOMPSON, 1992, p. 309).

Colaborando com a história de vida, com a história oral, o uso de imagens e fotos, exemplifica os fatos narrados; fotografias do passado podem demonstrar como era a paisagem e os acontecimentos no passado: “A fotografia é um instrumento privilegiado para registro e denúncia de fenômenos históricos” (CINTRÃO, 1999, p. 19-23).

Para avaliar o material, o entrevistador deve ficar atento à coerência do entrevistado. É muito comum que se encontre um conflito entre os valores gerais que se acredita serem verdadeiros e o registro mais preciso sobre a vida do dia a dia (THOMPSON, 1992, p. 306).

A memória também pode ser falha e deve ser acompanhada de outras fontes ou confirmada, mas, a entrevista também pode e deve valorizar o inusitado, pois também pode revelar um fato inédito. O que poderá ser buscado em outras entrevistas. “[...] Um historiador experiente já terá suficiente conhecimento, a pasta de fonte contemporâneas, sobre o local e a classe social de onde provém dada entrevista, para saber mesmo que determinado detalhe não possa ser confirmado [...]” (THOMPSON, 1992, p. 307).

2.1.2. Categorias Geográficas: Lugar e Território

A Geografia é definida por alguns autores como o estudo da superfície terrestre. Conceção que seria vaga, pois isso não seria possível apenas para uma disciplina. Caberia descrever os fenômenos manifestados na superfície em uma espécie de síntese de várias ciências. Nessa perspectiva, ainda teria a polêmica do foco temporal e espacial no significado de superfície terrestre (MORAES, 1983).

Para definir seu foco, a Geografia irá usar categorias de análise: Lugar, Território, Paisagem, Espaço, Região. Muitas vezes, elas se completam se misturam, mas é metodologicamente viável buscar um foco. Por exemplo, há autores que vão definir a Geografia usando a categoria paisagem, aspectos visíveis do real; outros pela individualidade dos lugares e as perspectivas afetivas de pertencimento do homem; ou ainda por uma categoria abrangente como o espaço (MORAES, 1983). “O conceito de espaço reúne o mental e o cultural, o social e o histórico” (LEFEBVRE, 2000, p. 6). Lefebvre (2000), ainda propõe que a produção do espaço ocorre partir de três elementos: prática social (espaço percebido pelos indivíduos), representações do espaço (espaço concebido por cientistas, engenheiros, planejadores etc.) e espaço representacional (espaço diretamente vivido pelos indivíduos). Ainda haveria a questão de como é tratado o discurso e a questão temporal. Lefebvre considera que o modo de produção vigente em cada sociedade é determinante para a produção do espaço (Girardi, 2008). Partimos aqui da categoria espaço, em busca de um foco.

É na categoria lugar que a tese melhor se encaixa, pois foi necessário se aproximar das pessoas, do conhecimento de mundo vivido, de resgatar histórias e percepções de quem conhece aquele lugar único para seus moradores. “Quando o espaço nos é familiar, torna-se lugar” (OLIVEIRA, 2013, p.92).

Ficou claro também durante a pesquisa que o lugar pesquisado está delimitado por núcleos de poder e parte de um grande território da transposição. Neste sentido, a categoria território também pode ser empregada. Segundo Haesbaert (2004), o conceito de território em qualquer acepção tem haver com poder. Ele usa dos conceitos de Lefebvre (2000) para lembrar que este poder pode estar caracterizado pelo poder unifuncional, pela lógica capitalista ou pelo “espaço-tempo vivido”, onde o território é sempre múltiplo “diverso e complexo”. Neste sentido, podemos partir da análise do território para o lugar. E até retomar a discussão novamente e, quantas vezes for preciso, do lugar para o território. Compreende-se que podemos ter um território com lugares diferenciados (AMORIM FILHO, 2014). O território é o grande espaço da transposição, tanto na bacia doadora, quanto receptora. Ou ainda, todo o território brasileiro, pois o rio São Francisco é o maior rio totalmente brasileiro e um dos mais importantes para todo o povo do país. Até mesmo, numa economia global, um rio que representa tanto para a exportação de produtos agrários, acaba por intervir em territórios globais. Já um lugar é onde as pessoas percebem diretamente, já na sua vivência as transformações causadas pela transposição.

Estes lugares que podem ser diferenciados, sem nenhuma oposição, podem aparecer também com a definição de “Comunidades”. Segundo Lima (2010, p. 85, 87), em uma

construção geográfica/ sociológica o uso mais comum do termo seria usado para identificar grupos que têm em comum uma característica relevante. Denominação relacionada à etnia, religião, ocupação, camponeses, população quilombola, etc. Laços emocionais, culturais e afetivos, com a vinculação a um espaço geográfico delimitado por aspectos naturais e de convivência social. Portanto, dentro do lugar pesquisado, existem duas comunidades quilombolas e uma de reassentados, além dos que permanecem ao longo dos canais da transposição, com suas terras cortadas; todos, que compartilhavam o lugar da agricultura familiar em Cabrobó. Portanto, estes diretamente atingidos, compartilham e convivem neste lugar. Este compartilhar ainda será mais bem apresentado, indicando práticas de atividades de cooperação para produção, como meeiros e ainda estabelecendo lugar santo em comum, como a Pedra da Santa.

A Geografia é uma ciência de síntese na confluência dos métodos de diversas ciências, dotada de múltiplas vias de acesso. Em uma relação entre aspectos naturais e humanos a Geografia se apresenta. “Para poder reivindicar um objeto próprio a Geografia deverá colocar no centro dessas relações a preocupação com a existência dos homens” (GEORGE, 1986, p. 15).

O Lugar de vivência em comum dos entrevistados que a tese irá citar é um lugar reconhecido como zona rural de Cabrobó, PE, lugar de agricultores familiares. O pesquisar deste lugar, dentro da geografia, pode-se claramente encaixar, além da geografia cultural e outras subáreas, na geografia agrária. A geografia agrária tem como objeto a relação entre a produção agrária e suas relações sociais e econômicas. Parte-se da ocupação do solo, do arrolamento, da posse e exploração à produção e dos rendimentos agrícolas. Teoricamente, a reunião dos elementos analíticos em um determinado quadro regional deverá fornecer uma imagem sintética coerente constituída de correlações (GEORGE, 1986, p. 85).

Partindo-se desta colocação, dentro dos elementos que compõem as preocupações da geografia agrária e da própria geografia, o homem é um elemento singular, em que se deve procurar compreender a sua relação nesta síntese com outros elementos. E a voz do homem traz explicações importantes para se fazer essa compreensão. Cada indivíduo, por meio das suas atitudes e dos seus valores, percebe o seu espaço em uma visão de mundo particular. A categoria lugar então irá trazer um entendimento do homem dentro de um quadro regional. Quadro regional este que poderá se repetir em diversos aspectos em outras unidades espaciais. O que é exemplificado por Tuan (1980) e Thompson (1992), num passo a passo, um manual detalhado de como se usar o lugar na perspectiva da voz da população.

Ainda, esclarecendo melhor o uso das categorias geográficas e as questões de lugar e território e suas representatividades, é necessário destacar que em um projeto em que o geógrafo humanista se coloca a pesquisar um “lugar” há riscos e oportunidades. Mesmo não entendendo todos os lugares, esse geógrafo apresenta suas pesquisas para o Estado, para a comunidade, para outras ciências, em uma perspectiva de entendimento de fatores relacionado a aquele lugar. A oportunidade para o humanista repousa no reconhecimento do risco e com este risco em mente perguntar a extensão na qual a consciência e o projeto entram na criação dos meio ambientes humanos em escalas diferentes (CHRISTOFOLETTI, 1985, p. 157).

O lugar é apresentado onde o homem está ambientado e integrado. Onde o indivíduo possui relação de sentimento, de afeição, de vivência com o seu espaço. “O lugar não é toda e qualquer localidade, mas aquela que tem sua significância afetiva para uma pessoa ou grupo de pessoas” (CHRISTOFOLETTI, 1985, p. 22).

O outro, o que vivência o meio ambiente, traz respostas para a sua compreensão. Um visitante pode olhar um lugar e não perceber algo importante. É quem vive no lugar que sabe o que é importante para ele naquele espaço. “O fato de se estar com os olhos abertos não quer dizer que se veja a realidade, pois ela é percebida por meio de conceitos, símbolos, mitos, etc” (OKAMOTO, 2002, p. 21).

Na cultura ocidental prevalece a objetividade; na oriental prevalece a subjetividade. Os seres humanos, embora sejam inteligentes e racionais, apoiam-se em sensações, como a sensibilidade, uma série infinita de fontes de informações que servem de guia para as ações (OKAMOTO, 2002, p. 66).

Os profissionais interessados por essa área não estão interessados apenas em uma questão poética, mas nos sentimentos e valores que têm um papel decisivo nas ações dos indivíduos nos lugares e nas paisagens. Os sentimentos e valores são importantes, pois eles geram ações (AMORIN FILHO, 1999).

A cultura e o meio ambiente do qual os seres humanos estão inseridos dão ênfase a qual sentido físico ele usou para descrever o seu meio. “Todos os homens compartilham atitudes e perspectivas comuns; contudo, a visão que cada pessoa tem do mundo é única e de nenhuma maneira é fútil” (TUAN, 1980, p. 285).

Segundo Tuan (1980), apesar de todos vivermos na mesma superfície, cada pessoa percebe o mundo segundo sua cultura. Como os seres humanos possuem órgãos naturais iguais, é possível que possamos enxergar o mundo, com algum esforço, pela forma que o outro vê. “Mas, com boa vontade, uma pessoa poderá entrar no mundo de outra, apesar das diferenças de idade, temperamento e cultura” (TUAN, 1980, p. 7).

Assim, entende-se que para compreender um lugar, os aspectos físicos são importantes, mas o homem inserido ali naquele espaço pode trazer formas de se compreender aquela realidade a partir da sua vivência e da sua percepção.

Tuan (1980), cita formas de relevo para descrever como as pessoas podem perceber e dar valor diferente para um espaço. Ele cita as montanhas, que já foram tidas como difíceis de serem habitadas e, ao contrário, por outros povos ou em épocas distintas pelos mesmos povos, como lugares sagrados: “A avaliação do meio ambiente pelo visitante é essencialmente estética. [...]. O estranho julga pela aparência, por algum critério formal de beleza. É preciso um esforço especial para provocar empatia em relação às vidas e aos valores dos habitantes” (TUAN, 1980, p. 74).

Esta afirmação de Tuan (1980), explica bem um preconceito que alguns moradores da região centro-sul do Brasil, por exemplo, podem possuir em relação ao bioma da caatinga. Por convivência com uma paisagem diferente, uma primeira impressão pode sugerir que não existe vida ou capacidade produtiva na região, o que pelos os moradores do lugar, é refutado. Nas fotos 01 e 02, são demonstrados lugares na comunidade quilombola Cruz do Riacho, em Cabrobó (PE), para muitos um lugar pobre; para os moradores, lugar cheio de riquezas.



Fonte: Assis (set. 2013).

Foto 01. Vegetação da caatinga, na comunidade Cruz do Riacho, em Cabrobó (PE).



Fonte: Assis (set. 2013).

Foto 02. Vegetação da caatinga, na comunidade Cruz do Riacho, em Cabrobó (PE).

O ambiente físico pode alterar o modo como as pessoas percebem o meio ambiente. “No Ártico, por exemplo, há épocas que nenhum horizonte separa o céu e a terra [...]. No entanto, o esquimó é capaz de viajar cento e cinquenta quilômetros, ou mais [...]” (TUAN, 1980, p. 89).

As pessoas se adaptam ao que o meio ambiente lhe oferece e criam dentro dos seus limites formas de sobreviver melhor e perceber o seu meio, podendo extrair o que melhor lhe pode ser ofertado. Deste modo, ao que chamamos percepção está intrinsecamente ligada à vivência de cada indivíduo. Os lugares são como as porções de mundo significativas, relacionadas a espaços onde sujeitos constroem suas experiências, produzem espaço e fazem história, construindo suas representações de mundo. “A realidade objetiva inclui a percepção ambiental como fruto da experiência vivida e sentida, uma vez que o corpo humano não termina em seus limites físicos, estendendo-se nas coisas e nas pessoas com as quais se relaciona cotidianamente” (SARTORI, 2000, *apud* BEIRO, 2007, p. 6).

Dentro do estudo de percepção são estabelecidos alguns conceitos, como topofilia, topofobia, topocídio e topo-reabilitação. “O conceito de Topofilia pressupõe a importância capital da noção de lugar, em comparação com o espaço, para a afetividade humana.” (AMORIN FILHO, 1999, p. 2). A topofilia, portanto, estaria ligada a afeição da pessoa para com o seu lugar de vivência. A Topofobia seria a aversão ao lugar e o Topocídio, a aniquilação deliberada de lugares.

Amorin Filho (1999) cita Portcos (1988), num exemplo de transformações em uma cidade portuária inglesa. Áreas residenciais foram destruídas para uso industrial, o que prejudicou a comunidade local por interesses empresariais e políticos. Casos como esse, que são observados no conceito de topocídio, que destrói os lugares, destrói o meio ambiente das pessoas de forma significativa.

Para reabilitar ambientes como este aparece o conceito de topo-reabilitação. “Ações de resgate, reabilitação ou restauração dos lugares [...] para a melhoria da qualidade de vida dos homens [...], manutenção da sua memória [...], preservação de sua identidade cultural e de seus valores” (AMORIN FILHO, 1999, p. 3).

Para poder compreender um determinado lugar não basta um olhar de turista, é preciso ter atenção e paciência. É necessário ter um olhar como uma criança que brinca na natureza sem preocupação ou regras de beleza definida. Desta forma, a percepção é uma forma de entender as relações humanas com seu meio ambiente. Eventualmente, este tipo de trabalho nos forneceria compreensão básica de como as pessoas reagem às incertezas durante os eventos naturais ou artificiais (TUAN, 1980, p. 4).

No caso do lugar atingido pela transposição do rio São Francisco, este lugar estaria dando espaço aos territórios da globalização capitalista industrial. A categoria território foi utilizada para se compreender o sistema capitalista e as questões políticas e econômicas em que está inserida a implantação do grande empreendimento. Saquet (2011) lembra a importância do território, citando o geógrafo brasileiro Manuel Corrêa de Andrade, explicando que a concepção de território serve para explicar as desigualdades no espaço brasileiro, inclusive no nordeste do país, com suas diferenciações tanto físicas, quanto de desenvolvimento econômico ao longo da história, evidenciando-se as diferentes formas de organização espacial que lá podem ser descritas, diferenciadas. Saquet e Sposito (2009) organizaram uma produção de artigos para discutir o conceito ou categoria território; onde segundo Raffestin (2009), o território não está necessariamente ligado a um conceito físico, ele também pode vir a ser constituído de um mundo imaterial. Saquet (2009) lembra que o conceito de território vem sendo muito usado no Brasil e em outros países em estudos além da geografia, como na sociologia, economia e antropologia. Neste uso, Haesbaert (2009) lembra que o conceito de território está ligado ao poder econômico, político ou cultural, define-se antes de tudo nas questões sociais e históricas do momento. Concluindo, Raffestin (1993) lembra que o território é formado a partir de um espaço, mas é um ator que o diferencia, quando ali se apropria de forma tanto concreta quanto abstrata. Quando por exemplo o Estado

chega com uma estrada, uma rodovia, uma obra, ali se territorializa a presença de outro poder, gerando um conflito de territórios.

Neste sentido, as ideias de Haesbaert (2004), ficam ainda mais claras nos conceitos de território, desterritorialização e reterritorialização. De forma bem didática pode se compreender as relações e as alterações causadas por uma grande obra de engenharia que transforma um lugar, um território, levando até mesmo a retirada das pessoas dali (desterritorialização), havendo a necessidade de reterritorialização (a formalização de um novo território). Estes conceitos são muito semelhantes aos já citados, por exemplo, por Tuan (1980) ou Amorin Filho (1999), referentes a lugar. Eles se misturam e se completam.

Todas estas questões também nos remetem a questões de uma lógica capitalista mundial. Santos (2003, 2012), que trabalhou com os territórios da globalização, nos seus textos, aqui entendido, nos remete a um pensamento reflexivo da importância do lugar; descrevendo disputas de território.

O processo de urbanização e industrialização modificou intensamente a natureza e o modo de viver das pessoas. O capital, o capitalismo, a busca incessante por lucro nas últimas décadas têm mudado intensamente os lugares (GIRARDI, 2008).

Segundo Santos (2003), hoje temos um mundo confuso e confusamente percebido, onde há o progresso da ciência e da técnica, mas as explicações são mecanicistas e insuficientes; onde a história pode ter sido distorcida. Há uma fábula de discurso de mundo único onde na verdade existe é uma fábrica de perversidades globais. Quando um grande empreendimento chega num lugar, ele pode chegar até na pretensão de resolver alguns entraves econômicos, mas se não respeitar a particularidade do lugar, pode o aniquilar. Santos (2003), explica que pode existir a globalização como fábula, como perversidade ou como possibilidade. A primeira, como nos fazem vê-la, a segunda como é, e a terceira, como pode vir a ser. A fábula seria como se todos vivêssemos num mundo igual, com uma padronização cultural, onde todos podem alcançar os benefícios do lucro. A perversidade é o mundo como ele é; de injustiças sociais. Mas, por último, e também concluindo, Santos (2003), cita que pode haver outra forma de globalização, um mundo melhor pode vir a ser, desde que haja uma globalização mais humana, com novos fundamentos sociais e políticos, onde se deve reconhecer outros fatos históricos, uma enorme mistura de povos, raças, culturas, gostos, uma verdadeira sociodiversidade, onde se deve haver uma reconstrução e sobrevivência das relações locais, um novo discurso, uma nova história.

Neste sentido, indicado por Santos (2003, 2012), é que se pode entender que um lugar pode vir a dar espaço a um território do capital. As pessoas podem perder seus lugares

de vivência para os territórios da globalização capitalista industrial. Existe um receio de que as obras da transposição possam vir a aniquilar os lugares das pessoas, para a implantação de um modelo urbano-industrial. Que o espaço rural tradicional da agricultura familiar possa vir a se tornar polos da agroindústria exportadora, excluindo os moradores locais dos benefícios do grande empreendimento. É preciso, portanto, ficar atento às carências e necessidades reais dos diretamente atingidos nos seus lugares de vivência, principalmente dando luz as suas vozes.

2.1.3. Instrumentos metodológicos: Pesquisa Exploratória, Entrevista Aberta Semiestruturada e História Oral

Inicialmente, foi feita uma pesquisa de exploração com levantamento bibliográfico do material disponibilizado pelo Ministério da Integração Nacional, relatórios técnicos, incluindo o Relatório de Impacto Ambiental, elaborado em julho de 2004. Em contato com o Ministério, através de um sistema de ouvidoria, foi encaminhado em 2013, um pedido de informações gerais atualizadas do projeto. A resposta foi de que as informações já estavam todas disponibilizadas.

A partir desta resposta, foi preenchido e encaminhado, um formulário formal de solicitação de visita técnica, solicitando também, uma entrevista com gestores locais, e visita às obras em Cabrobó (PE). Foi marcada, com alguns meses de antecedência, a visita ao primeiro lote de canais em Cabrobó (PE). O Ministério da Integração Nacional demonstrou receptividade em receber a visita às obras. Em 27 de setembro de 2013, a visita foi realizada. Um engenheiro, que representa um Consórcio de Empresas CEQ – Consórcio Engevisa – que faz a supervisão das obras no Eixo Norte – Trecho I, foi responsável pela recepção na visita e não autorizou a gravação de entrevistas. O engenheiro salientou que todas as informações atualizadas sobre o projeto estão disponíveis no *site* do Ministério da Integração.

Em 2013, o Ministério da Integração Nacional, afirmava inclusive neste *site* oficial, que a primeira parte das obras, chamadas de canais de aproximação, estariam prontas e foram feitos sob a responsabilidade do Exército Brasileiro. Em contato com o Exército Brasileiro, a resposta foi de que as obras já teriam sido entregues, e foi indicado que melhores informações poderiam ser conseguidas com a CODEVASF, que, no entanto, respondeu dizendo que a obra está sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional.

O Ministério da Integração Nacional no seu Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias (BRASIL, 2005, p. 3), indica que o município de Cabrobó teve 23,7 km de terras

ou 201 imóveis diretamente atingidos. Em seus documentos, a Comissão Pastoral da Terra (2010), fazendo análises de colocações da Articulação Popular São Francisco Vivo, apontou comunidades diversas, todos agricultores familiares em Cabrobó, que estariam passando por transformações em seus lugares de vivência causadas pelas obras e sofrendo com estas transformações.

Em campo, se buscou localizar os diretamente atingidos indicados pelo Ministério e pela Comissão Pastoral da Terra. Neste sentido, foram identificados e entrevistados, através da metodologia história oral, seguindo o desenho do canal da transposição em Cabrobó, os seguintes grupos:

I - agricultores familiares que tiveram suas terras cortadas pelo canal e pelas obras da transposição, que estão dentro da faixa considerada pelo Ministério da Integração Nacional como diretamente atingida;

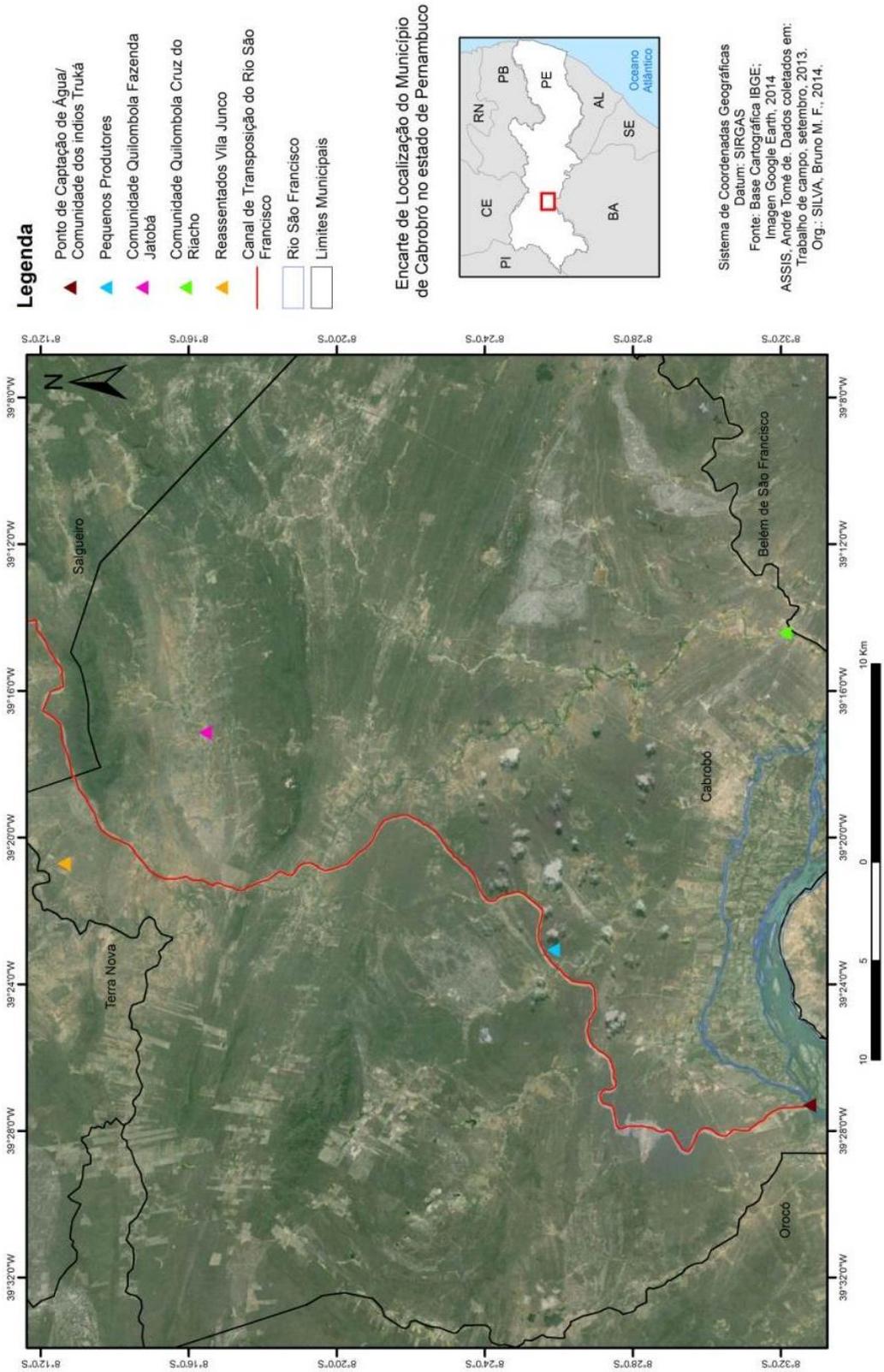
II - comunidades quilombolas “Cruz do Riacho” e “Jatobá”, também agricultores familiares. A primeira comunidade situada nas margens do rio São Francisco e a segunda localizada principalmente nas terras ocupadas pela construção de um reservatório que receberá as águas a serem transpostas, já quase na divisa com o município de Salgueiro;

III – reassentados da Vila Junco, também agricultores familiares, que tiveram seus lugares de vivência originais ocupados pelas obras da transposição do rio São Francisco em Cabrobó. A Vila Junco se situa quase na divisa com o município de Terra Nova.

O lugar pesquisado é um espaço de vivência de agricultores familiares, que mesmo vivendo em comunidades diferentes, com suas histórias e particularidades específicas, possuem laços de vivência em comum. Vivência que reconhece lugares santos únicos e compartilhados, como a Pedra da Santa; formas em comum de se produzir e sobreviver ligadas ao uso da terra e da água, meeiros, muitas vezes usando regimes de parceria no uso da terra. Fazendo com que exista o lugar de vivência de agricultores rurais diretamente atingidos em Cabrobó, pela transposição do rio São Francisco.

Neste sentido, foram entrevistados representantes dos agricultores familiares, que vivem na zona rural de Cabrobó, ao longo dos canais e que são considerados, inclusive pelo Ministério da Integração Nacional, como diretamente atingidos. A ilha da Assunção está sob o rio São Francisco e pertence aos índios Truká. Os índios moradores da ilha também sentiram a chegada das obras da transposição, mas não foram inseridos no grupo de entrevistados. No mapa 01, é apresentada a localização do município de Cabrobó, a ilha da Assunção dos índios Trukás, os grupos de agricultores familiares entrevistados (propriedades cortadas pelo canal, quilombolas Cruz do Riacho e Jatobá, reassentados da Vila Junco).

Mapa de Localização de Comunidades Rurais Diretamente Atingidas pela Obras da Transposição do Rio São Francisco em Cabrobó (PE)



Fonte: GOOGLE EARTH, 2014.

Mapa 01. Localização de Cabrobó e de suas comunidades atingidas pela transposição.

As falas dos entrevistados foram colocadas em contraponto o discurso oficial do Ministério da Integração. Os entrevistados foram identificados apenas por letras. Esta tese possui aprovação ética pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFMG, pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), onde foram observadas as atribuições definidas na Resolução do Comitê Nacional de Saúde (CNS) no 466/2012 e na Norma Operacional no 001/2013, do CNS. Entendeu-se que para dar maior conforto e segurança aos entrevistados seus nomes e suas informações pessoais não seriam revelados. Isto foi uma forma de deixar o entrevistado mais a vontade para expor suas opiniões diante dos diversos interesses e das questões políticas em que a transposição do rio São Francisco está inserida. Foram entrevistados da forma mais aprofundada doze moradores. Estes moradores foram entrevistados com o procedimento e método história oral (uma entrevista aprofundada, que em alguns casos chegou a alcançar a metodologia de história de vida; acompanhando pelas falas do entrevistado, fatos que narram sua história de vida, ligadas ao objeto de pesquisa). Estes moradores são pessoas indicadas pelas comunidades como líderes ou importantes representantes da comunidade. O número de entrevistados se mostrou válido, pois em determinado momento as entrevistas começaram a repetir os dados principais, demonstrando assim já ter sido alcançada a verdade dos fatos. Foram feitas ainda, entrevistas semi-estruturadas, que colaboraram e afirmaram as verdades alcançadas.

Em 2014, quando eram trabalhados os dados alcançados nas entrevistas, depois de uma indicação dos entrevistados, foi procurada para responder um questionário uma assistente social do Ministério da Integração Nacional, que atuava no município de Cabrobó. Procurada para responder a um questionário ou a uma entrevista, a resposta foi de que se procurasse novamente contato com o Ministério da Integração. O Ministério foi novamente procurado e em março de 2015, um questionário foi devolvido preenchido. As perguntas foram elaboradas, tentando ir de encontro aos questionamentos dos diretamente atingidos em Cabrobó. Os questionamentos e as respostas foram inseridos no corpo da tese, dialogando com as vozes dos diretamente atingidos. O questionário se encontra nos anexos da tese.

Desta forma, não houve facilidade de se colher informações por meio de uma entrevista aberta com gestores ou idealizadores do projeto de transposição. No entanto, as respostas ao questionário ajudaram, e algumas informações adicionais foram alcançadas com gestores de projetos secundários de construção de canais, ligados à obra da transposição do rio São Francisco; e também puderam ser alcançadas pela percepção do autor, junto aos trabalhos de campo, realizados em Cabrobó.

Relacionando-se com obras secundárias ligadas à transposição do São Francisco, em trabalho de campo realizado no VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária, VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária em João Pessoa, e na I Jornada de Geografia das Águas, em setembro de 2013, em João Pessoa, na Paraíba, obteve-se uma entrevista direta com engenheiros responsáveis por uma das obras de canais que estão sendo construídos para receber as águas do rio São Francisco. Como indicado na foto 03, da placa indicativa da obra, o Canal de Integração Acauã-Araçagi está sob responsabilidade do Governo da Paraíba e do Ministério da Integração Nacional.



Fonte: Assis (set. 2013).

Foto 03. Placa indicativa da construção dos canais que receberão as águas da transposição do rio São Francisco no Estado da Paraíba.

A situação no estado da Paraíba é de quase total despreparo para receber as águas da transposição: “A análise espacial demonstra que os interesses do agronegócio na zona litorânea, em específico no segmento sucroalcooleiro, estão acima das questões sociais e da carência de recursos hídricos no Cariri paraibano” (VIANNA, 2013). Com a visita às obras pode-se perceber um descompasso entre o discurso do Ministério da Integração Nacional e a realidade na realização das obras. Foram visitados lugares próximos ao rio Paraíba, sobre a BR 230; o Corpo da Barragem de Acauã e seu lago; a vila dos moradores transpostos pela construção da barragem; e o canteiro de obras do canal da vertente litorânea. Visitando a comunidade vizinha aos canais, notou-se claramente que comunidades sofrem com a carência de infraestrutura. Notou-se que na comunidade banhada pelas águas da barragem de Acauã, ainda existem formas rudimentares de se conseguir água, como o uso de coletores de água de

chuva e cisternas. Isto estaria inviabilizando a produção pela agricultura familiar. Com todas estas informações em mãos, conseguiu-se um maior entendimento das obras da transposição na região nordeste do país.

3. EXEMPLOS DE TRANSPOSIÇÕES PELO MUNDO

3.1. Resgate histórico e conceitualização de Transposição

A água é um elemento essencial para a sobrevivência humana e desde épocas remotas o homem atua sobre o sistema hídrico, buscando satisfazer suas necessidades e viabilizando os seus usos múltiplos. Transferências, acumulação de águas em reservatórios, represamento de rios, foram e são introduzidas pelo homem no ambiente da Terra. “Na gestão que exerce sobre o recurso hídrico, o homem tem transferido águas de um corpo hídrico para outro, generalizando esse processo, como transposição de águas” (KHRAN; MACIEL; DOURADO, 2007, p. 1).

Em escala mundial pode-se citar que vastas regiões no mundo deixam de ser habitadas, ou são mais difíceis de serem habitadas por falta de acesso a água e em escala local recursos hídricos podem determinar instalações de indústrias. O excesso de água ou a sua falta podem dificultar a presença humana. Mas, o surgimento da agricultura é sem dúvida, um fato determinante para o uso e controle da água sobre a terra (KHRAN; MACIEL; DOURADO, 2007, p. 2).

Egito, China, Índia e civilizações da Mesopotâmia foram chamadas de “civilizações hidráulicas” graças às suas capacidades de organizar o acesso a água e favorecer a agricultura. Com a tecnologia, o domínio sob os fluxos de águas foram mais constantes. Os países mais industrializados alteram mais seus cursos de água; mas, a maioria dos países já o faz (KHRAN; MACIEL; DOURADO, 2007, p. 3).

Segundo um estudo da WWF (2007), as transposições de rios são caras (isto seria uma explicação, por elas ocorrerem mais nos países industrializados), trazem impactos negativos ao meio ambiente, comprometem fluxos naturais de rios e a promoção das suas águas e seus usos múltiplos nas bacias doadoras, como abastecimento, navegação e irrigação, entre outros. Mesmo assim, atualmente, menos de 40% dos rios mundiais com extensão superior a 1.000 km fluem livremente sem intervenção de esquemas de transposição ou desvios.

O ato de transpor águas está ligado ao fato de deslocar água de um lugar para outro, ligado à presença natural da água e a sua escassez em determinados lugares. Uma definição complexa, mas que pode ser colocada como:

[...] ato de levar água de uma bacia hidrográfica para outra, através de leitos naturais ou artificiais, a partir de estudos socioambientais tanto da fonte provedora, quanto da receptora, visando transpor barreiras de natureza física, social e econômica, imposta pela escassez de água, e assim, criar condições para a existência da vida. A bacia hidrográfica representa um espaço que, teoricamente, sintetiza a presença da vida. Desta forma, no contexto deste estudo se considerará transposição apenas quando praticada entre bacias hidrográficas (KHRAN; MACIEL; DOURADO, 2007, p. 19-20).

A repercussão internacional sobre a problemática ambiental de grandes projetos que envolvem transposição de bacias começou na década de 1970, sendo que os encontros para esta discussão mais relevantes ocorreram em 1977, em Luxemburgo, onde foi realizada reunião de grupo de especialistas em recursos hídricos para análise e revisão dos projetos de grande porte de transposição de águas, com ênfase na questão ambiental. Em 1978, em Atenas, foi realizado um encontro visando entender as relações entre desenvolvimento regional e os impactos ambientais em virtude de grandes canais e aquedutos. Outro encontro foi realizado em 1983, em Hamburgo, promovido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), visando rever os problemas envolvidos com transposições em vários países do mundo (KHRAN; MACIEL; DOURADO, 2007, p. 20-21).

Nessas discussões foram citadas as transposições do rio Tejo, envolvendo a Espanha e Portugal, onde o projeto não atingiu o seu objetivo principal de levar mais água para regiões carentes. Problemas de salinização do solo surgiram, em virtude do uso na irrigação, demandando ainda maior quantidade de água, necessitando de novos projetos de transposição a serem construídos (KHRAN; MACIEL; DOURADO, 2007, p. 21). Existem centenas de projetos de transposição no mundo, já implantados, em implantação ou em discussão (WWF, 2007).

A transposição de rios é um assunto polêmico em todo o mundo. Defensores e críticos se munem dos argumentos possíveis e se colocam contra ou a favor (MELO, 2014).

Segundo a WWF (2007), em quase todos os casos percebem-se falhas nos projetos, como superação dos custos estimados, falta de transparência, danos irreversíveis aos rios, processos frágeis de consulta as partes afetadas, desalojamento de comunidades, benefícios não concretizados e rejeição de alternativas mais adequadas do ponto de vista da

sustentabilidade. Ações voltadas para conservação e gestão de recursos hídricos e para a reutilização de água mostraram-se mais eficientes.

As experiências de transposição ao redor do mundo possuem seus defensores e seus críticos, mas uma experiência é vista por todos como desastrosa, a transposição na bacia do Mar de Aral (MELO, 2014).

3.2. O Mar de Aral: Uma experiência mal sucedida

O Mar de Aral é um corpo de água situado aproximadamente a 600 km do Mar Cáspio, na Ásia Central; é fronteira natural entre Cazaquistão e Uzbequistão. Até 1960, era considerado o quarto maior lago do mundo, cobrindo uma área de 66.000 km², com um volume estimado de mais de 1.000 km³ de água (SANTIAGO, 2014).

O Aral e toda a bacia do lago ganharam notoriedade mundial como uma das maiores degradações ambientais do século XX, causadas pelo homem, uma catástrofe silenciosa que evoluiu lentamente, quase imperceptivelmente, ao longo das últimas décadas (SANTIAGO, 2014).

Começou em 1960, ano em que os projetistas de Moscou inauguraram o Projeto do Mar de Aral, um ambicioso programa econômico que visava a conversão de terrenos baldios, para o cinturão do algodão na União Soviética. Houve uma redução substancial de sementeiras de colheitas tradicionais, como a alfafa e plantas que se cultivavam para fornecer óleo vegetal. Pomares e árvores de amoras foram arrancados para permitir plantar mais algodão. Foram abertos canais de grande extensão para espalhar as águas por todo o solo desértico. As quotas de produção do algodão e de outros produtos eram realizadas ou excedidas ano após ano (SANTIAGO, 2014).

O desvio das águas dos rios Amu Daria e Sir Daria para projetos de irrigação das plantações de algodão, a partir de 1939 pelo governo da extinta União Soviética, consumiu 90% da água que chegava ao Aral, reduzindo-o, atualmente, a um terço do tamanho original (INDRIUNAS, 2014).

As complicações surgiram porque a contração do Aral e as consequências da irrigação tinham sido tratadas como questões sem importância pelas autoridades até 1970. Métodos agrícolas mal concebidos e mal geridos destruíram a economia, saúde e ecologia da bacia do Mar de Aral, afetando milhões de pessoas (SANTIAGO, 2014).

Os canais principais e secundários foram escavados na areia sem terem sido instaladas ligações tubulares e não se procedeu a cimentação; também não se prestou importância à

drenagem dos solos. Menos de 10% da água absorvida era diretamente benéfica para a colheita, o restante desaparecia no solo arenoso ou evaporava-se. Imaginava-se que a resultante descida de nível poderia ser remediada com projetos ambiciosos de desvio de rios no norte da Rússia. Esses projetos nunca se realizaram e o lago continuou a secar ano após ano (SANTIAGO, 2014).

O que era fundo do mar transformou-se em deserto, com sérios impactos sobre a economia da região, especialmente a pesca. A população ainda tem que conviver com doenças resultantes das toneladas de areia, sal e pesticidas espalhadas pelos ventos (INDRIUNAS, 2014).

A partir de meados dos anos de 1980, a experiência foi vista como exemplo de calamidade ambiental. Desde então os cientistas pressionam de modo mais enérgico pela sua salvação. Infelizmente, a essa altura, ele já estava reduzido a um terço do seu tamanho original (SANTIAGO, 2014).

3.3. O Projeto Chavimochic no Peru: Uma experiência em andamento

No Peru, o Projeto Chavimochic retira água do rio Santa através de canais e adutoras. Existem graves problemas de salinização do solo em virtude da elevação do nível freático. O rio Santa possui alta turbidez e concentração de sedimentos, diminuindo a qualidade da água. Existem problemas com manejo da irrigação, pois não foi elaborado um plano de irrigação e cultivo na região, além de problema financeiro de auto sustentação do projeto, como o fundo de amortização da tarifa de água insuficiente para pagar os investimentos e custos de manutenção (KHRAN; MACIEL; DOURADO, 2007, p. 22).

Esta é a realidade considerada pelos autores acima citados; já a construtora Odebrecht (2014), através do texto de Meyer (2014), em sua revista de divulgação de projetos, inserida no projeto das obras da transposição das águas no rio Santa, no Peru, afirma que a obra é um sucesso em uma das áreas mais susceptíveis à agricultura do planeta.

A região fica nas proximidades da Cordilheira dos Andes, mais precisamente na região de Lambayeque, a 900 km de Lima, onde o solo seria fértil, com incidência solar ao longo de todo o ano e a baixa umidade relativa, ajudaria a manter distante a ameaça de pragas (MEYER, 2014).

Apesar das condições favoráveis para a agricultura, a região é desértica, onde não chove mais que 215 mm por ano, em média. O projeto de transposição de águas teria sido idealizado na década de 1920 e começou a ser colocado em prática ainda naquela década, mas

por diversas vezes foi interrompido em razão da escassez de recursos financeiros e limitações técnicas (MEYER, 2014).

A partir de 2004, o governo regional de Lambayeque realizou licitações, em regime de PPPs (parcerias público-privadas), para a execução das obras e operação dos sistemas de transposição e produção energética. A Odebrecht Peru saiu vencedora do primeiro componente e será responsável por todo o investimento necessário à realização dos projetos, ficará responsável pelos serviços de operação e manutenção das obras por um período de 20 anos. Por meio de uma concessão privada, firmada com o governo regional de Lambayeque, a H2Olmos, empresa concessionária da Odebrecht Participações e Investimentos, ficará responsável pelo desenho, pelo financiamento, pela construção, a operação e a manutenção da infraestrutura, que distribuirá a água transposta (MEYER, 2014).

O Projeto de Irrigação Olmos seria uma solução inovadora com a conversão de terras desérticas em fontes de produção de alimentos. Em 2008, a concessionária havia apresentado ao Governo Regional de Lambayeque uma proposta de irrigação da área, aprovada em 2010 após um processo de ajustes e adequações. O prazo de concessão é de 20 anos, incluindo o período de construção das obras. A expectativa é de que essas áreas venham a acolher empresas agrícolas dedicadas à produção de uma gama de cultivos de alta qualidade, com elevados rendimentos e forte competitividade no mercado internacional (MEYER, 2014).

Os 5.500 ha restantes pertencem às comunidades campesinas do Valle Viejo, onde os cerca de 2.000 habitantes da localidade teriam na agricultura uma importante fonte de trabalho e renda; é indicado a ser cobrada pela empresa concessionária uma tarifa de US\$ 0,07 por m³ de água utilizada (MEYER, 2014).

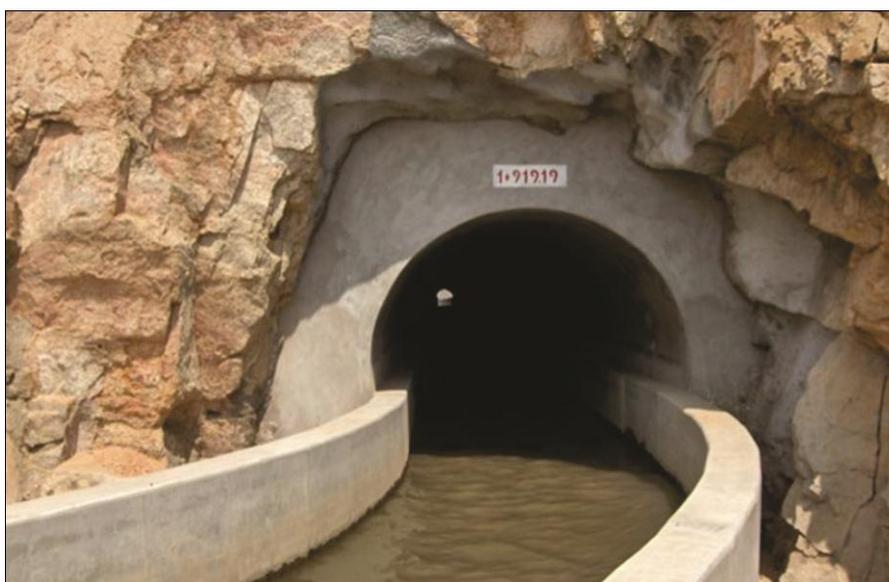
O Projeto Olmos surgiria como resposta para o abastecimento de alimentos no mundo. Meyer (2014) cita afirmações do diretor de investimentos das concessionárias Olmos e H2Olmos, ligadas a ODEBRECHT, Juan Andrés Marsnano, defendendo motivos para a realização do projeto; dizendo que a tendência a médio e longo prazo, que Lambayeque deve se tornar um importante polo agroindustrial, de fundamental importância para a produção de alimentos. As fotos 4 e 5 mostram estruturas de túneis juntos aos canais de transposição do projeto Chavimochic, na cordilheira dos Andes, no norte do Peru. Uma grande obra de transposição de águas, realizada pela construtora ODEBRECHT, que também atua nas obras de transposição do rio São Francisco.



Fonte: Freitas Dário, 2014.

Foto 4. Canal de transposição de águas do projeto Chavimochic, no norte do Peru, na Cordilheira dos Andes.

Obra grandiosa, com a construção de túneis e uma série de instrumentos da engenharia para o transporte da água.



Fonte: Freitas Dário, 2014.

Foto 5. Canal sob túnel de transposição do projeto Chavimochic, na cordilheira dos Andes no norte do Peru.

3.4. Austrália e EUA: Modelos apresentados ao Ministério da Integração

As experiências norte-americanas na bacia do Colorado, Califórnia, e australiana, no sistema fluvial Murray-Darling, foram apresentadas aos técnicos do Ministério da Integração Nacional, e têm alguns pontos em comum com a realidade brasileira (INDRIUNAS, 2014).

Pode-se explicar que a transposição do rio Snowy, na Austrália, foi iniciada em 1949. O projeto conta com 16 barragens, sete estações hidrelétricas, 145 km de túneis e 80 km de aquedutos. O custo inicial da obra destinada à geração de energia e irrigação foi orçado em US\$ 630 milhões. O projeto de transposição proporcionou um incremento na oferta de empregos na região e estimulou o turismo. Em contrapartida, houve conflitos entre as regiões doadora e receptora e, atualmente, a transposição demanda novas soluções para suprimento de água, como poços, reutilização e dessanilização (MELO, 2014)

No rio Colorado, a transposição é conhecida pelo *Big Thompson Canal*. Construído em 1938, envolve o deslocamento das águas do rio Colorado para o *Big Thompson*, através de vários reservatórios, túneis e aquedutos. A água é distribuída a 29 cidades e irriga 630 mil acres de terra, através de 120 canais menores (KHRAN; MACIEL; DOURADO, 2007, p. 22).

Problemas decorrentes de conflitos sobre o direito das águas entre os estados de fronteira, problemas técnicos e ambientais, como falha de uma das barragens, introdução de poluentes e outros contaminantes nos reservatórios da bacia receptora podem ser comprometedores da sustentabilidade do sistema. Estudos confirmam mudanças no comportamento físico dos rios tanto da bacia doadora, quanto da receptora, colocando em perigo a vida de certas espécies de aves e peixes locais (KHRAN; MACIEL; DOURADO, 2007, p. 22).

Um dos pontos que teria determinado êxito no projeto *Big Thompson* teria sido participação efetiva dos usuários nas decisões sobre a transposição. Souto (2001) traz uma síntese do consultor Rubem Laina Porto, que foi feita a pedido do Banco Mundial sobre a visita do rio Colorado, que cita como aspectos importantes para o sucesso da obra da transposição: “Base legal e institucional sólida; ênfase no gerenciamento; participação do usuário, sustentabilidade da operação do sistema e adoção de medidas compensatórias” (SOUTO, 2001, p. 24).

Segundo Souto (2001), o Brasil devia se espelhar na obra da transposição do rio Colorado nos Estados Unidos. O chamado Pacto do rio Colorado teria ocorrido nos EUA por intermédio do Governo Federal, mas com intenso debate entre os estados participantes. Nos EUA, diferentemente do Brasil, os estados possuem legislações próprias em relação ao uso da

água. Mas, estes Estados entraram em acordo depois de intensas negociações, participação popular nas decisões e gestão conciliadora federal adequada.

Nos EUA, em 1919, o Congresso Americano autorizou a participação de um representante do Governo Federal na negociação de um pacto entre os sete estados da bacia. As negociações levaram anos. O Estado do Arizona acabou assinando em 1944. Isto demonstra que existe necessidade de estabelecimento de consenso político-social, o que não é simples (SOUTO, 2001, p. 16).

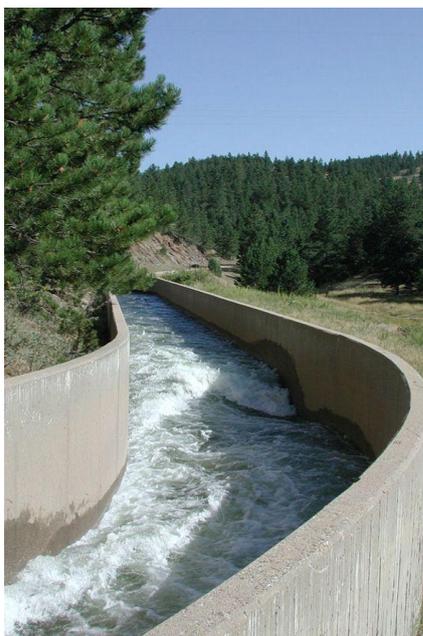
Mesmo dentro de um único estado, nos EUA, foi percebida a importância das negociações para o sucesso de uma grande obra de transposição. No chamado projeto de transposição *Big Thompson* uma seca em 1930 teria levado ao desejo dos agricultores do Colorado a transporem as águas para uma região mais produtiva. Como a obra seria realizada somente dentro daquele Estado, foi estimulada a criação de um órgão gestor popular (SOUTO, 2001, p. 16).

Este órgão leva o nome de Distrito de Conservação de Água do Nordeste do rio Colorado (NCWCD), que faz o controle da água. Como a parte leste do Colorado seria mais beneficiada, se propôs a partir desse Conselho popular a criação de um reservatório de compensação. Em 1940, as obras foram concluídas (SOUTO, 2001, p. 17). As fotos 6 e 7 mostram os canais de transposição do rio Colorado, divulgadas pelo NCWCD na sua página oficial na internet. A página conta com uma série de informações e formas se entrar em contato com o órgão gestor local. Existem sistemas de se ouvir a população local pela própria página ou através de escritórios espalhados e reuniões constantes.



Fonte: NCWCD, 2014.

Foto 6. Canais de transposição do rio Colorado, no Estado do Colorado, EUA.
Obra com complexidade de canais, e desvios de águas em funcionamento.



Fonte: Fonte: NCWCD, 2014.

Foto 7. Canais de transposição do rio Colorado, no Estado do Colorado, EUA.
A água aproveita a topografia do terreno, para perfazer o percurso da transposição.

Ainda numa comparação entre a transposição nos EUA e a do Brasil, Solto (2001) conclui que nos Estados Unidos as transposições teriam ocorrido a favor das regiões com potencialidade para o uso da água e que no Brasil, isto estaria ocorrendo de forma inversa.

3.5. Espanha e Portugal: Transvases do rio Tejo

Khran; Maciel e Dourado (2003) lembraram-se da repercussão internacional sobre a problemática ambiental de grandes projetos que envolvem transposição de rios. Lembraram-se dos encontros relevantes que ocorrem na década de 70 e 80; onde foram citadas as transposições que envolvem o rio Tejo na Espanha e em Portugal; o Ministério da Integração Nacional do Brasil também cita estas transposições.

Em busca de entender a realidade de perto da transposição do rio Tejo, que já ocorreu, e que passa por discussões de se estabelecer ou não novas transposições; foi estabelecido um estágio doutoral (doutorado sanduíche) na Universidade de Coimbra, em Portugal, de setembro a dezembro de 2014. Sob a orientação do professor Luciano Lourenço, professor coordenador do curso de Geografia da Universidade de Coimbra e presidente da direção da Riscos – Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança, obtive importante colaboração para estabelecer a pesquisa em Portugal e na Espanha. A pesquisa avançou para além do objetivo inicial e pode-se perceber outras transposições e elementos diversos ligados

a elas no território pesquisado, como a construção de usinas hidrelétricas interagidas com as transposições, junto ao deslocamento de pessoas dos seus lugares de vivência.

Além disso, foi possível estabelecer diálogo com pesquisadores renomados europeus e de outras regiões do mundo, inclusive da própria área de geografia, podendo-se discutir questões metodológicas e teóricas importantes. Foram apresentados e discutidos resultados preliminares, incluindo publicações e apresentações orais e em pôster, no III Congresso Internacional, I Simpósio Ibero Americano e VIII Encontro Nacional de Riscos, entre os dias 5, 6 e 7 de novembro de 2014, em Guimarães, Portugal; no Congresso Internacional Familias y Redes Sociales: etnicidad, movilidad y marginalidad en el Mundo Atlántico, em Sevilha, na Espanha, entre os dias de 12 a 14 de novembro de 2014. Para concluir foram produzidos dois artigos científicos.

A teoria de riscos, indicada no Congresso de Guimarães, e também muito utilizada na Universidade de Coimbra, pode ser usada para se entender a transposição do rio São Francisco no Brasil. Segundo Lourenço (2007), os riscos são hoje cada vez mais transversais a sociedade contemporânea e podem ser: naturais, onde o fenômeno que produz os danos tem sua origem na natureza; antrópicos, aqueles em que o fenômeno causador tem origem em ações humanas; ou mistos, onde concorrem condições naturais e antrópicas. Numa abordagem fenomenológica, foi também usado aqui o conceito de risco social. “Por sua vez, os riscos sociais, que constituem o segundo grupo dentro dos antrópicos, normalmente estão associados à incapacidade do homem conviver em harmonia com seu semelhante, dentro dos princípios da liberdade, igualdade e fraternidade [...]” (LOURENÇO, 2007, p.109). Segundo Lourenço (2003), numa trindade conceitual pode se inferir sobre riscos: Tricotomia: risco, perigo, crise. A análise dos riscos e a gestão de crises tem ganhado importância crescente, com o objetivo de dar respostas imediatas e eficazes a desastres, calamidades. A noção de risco pode estar ligada ao perigo que se corre. “O ser humano é, pois, o protagonista central na definição dos perigos, mesmo naturais, pois é através de sua localização, das suas ações e percepções que um fenômeno natural se torna ou não perigoso” (LOURENÇO, 2003, p.90). Na crise, numa situação anormal, acontece a manifestação plena do risco. Nesta perspectiva, a gestão do risco, numa ideia de prevenção, implica numa análise minuciosa de diversos aspectos. “O objetivo da gestão dos riscos e das crises é, numa palavra, a redução das vulnerabilidades” (LOURENÇO, 2003, p.99).

A seca no nordeste do Brasil passou a oferecer riscos de sobrevivência para a população de diversos lugares da região. Intervenções inadequadas ou falta de ações para prevenir ou minimizar o problema da seca, agravaram a situação para um grupo de desprivilegiados economicamente, levando-os ao perigo eminente de problemas sérios, como a fome, a expulsão do lugar e até mesmo de morte. Situações de coronelismo, latifúndios,

exploração política do problema da seca; além do problema natural da irregularidade da distribuição da água no nordeste, etc; instalaram uma verdadeira crise. Instalada a crise, dizendo que há uma tentativa de gestão da mesma, aparece a obra da transposição do rio São Francisco, proposta pelo Ministério da Integração. As ações, junto às percepções da questão como um todo, colocam o ser humano como protagonista da gestão e da vivência do problema, havendo a necessidade de interlocução de quem gere a obra e de quem vivência o problema da seca, exigindo uma análise minuciosa de diversos e complexos aspectos do problema, na busca da redução da vulnerabilidade dos diretamente atingidos. Aspectos estes, que chamam para as discussões: a academia, os movimentos sociais, as diversas esferas de poder, as empresas responsáveis pelas tecnologias e engenharias envolvendo as obras de infraestrutura, etc; mas antes de tudo e, sobretudo, a população que sofre diretamente com a seca.

Observando, esta metodologia; para se levantar e discutir também questões que envolvem transposições de águas na bacia do rio Tejo e suas múltiplas implicações no uso da água em Portugal e na Espanha foram utilizados levantamento bibliográfico e trabalhos de campos ao longo de bacias de rios portugueses e espanhóis, em especial ao longo do curso do rio Tejo, onde se procurou fazer uma observação participante. Não há a pretensão de se fazer uma análise comparativa a fundo das diversas transposições, e sim trabalhar uma revisão histórica e metodológica que dê suporte na busca de respostas para as questões apresentada aqui nesta tese. Existe uma correlação entre a transposição do rio Tejo com a do São Francisco. Na Espanha existe a ideia de se aumentar a retirada de água através da transposição do rio Tejo; o que também pode vir a acontecer no Brasil.

O rio Tejo nasce na serra de Albarracín na Espanha, a cerca de 1 600 m de altitude e apresenta um comprimento de 1.100 km. Sua foz se dá na capital de Portugal, Lisboa (PORTUGAL, 2013, p.28).

Segundo Martins (1986), o rio Tejo foi importante caminho para trocas comerciais e culturais entre Portugal e Espanha. Fonte de energia hidráulica que acionava moinhos e de alimentação para comunidades pesqueiras; levando possibilidade de agricultura para diversas comunidades, com fauna e flora diversificada ao logo do seu curso. O rio Tejo é um dos principais rios da península Ibérica, tem em seu entorno diversas cidades espanholas e portuguesas, tem sua nascente e seu percurso inicial muito próximo a capital da Espanha, Madri; e tem sua foz na capital de Portugal, Lisboa.

Segundo Palomero (1968), na Espanha existe uma distribuição irregular de águas superficiais. Com a ideia de equilibrar a distribuição das águas, se pensou no desvio de parte

das águas do rio Tejo para o rio Segura. Um conjunto de obras hidráulicas iniciadas em 1935, numa experiência internacional grandiosa, envolvendo um esforço do governo espanhol para resolver entraves nacionais e internacionais, incluindo ações políticas e formalização de legislações, além da problemática técnica da engenharia da obra.

A partir de singulares estudos agrônômicos e econômicos, envolvendo problemas ligados a agricultura e ao turismo se deu o início as obras, em meio a protestos da bacia doadora tanto na Espanha, quanto em Portugal; que reclamava e ainda reclama a retirada de água numa região propensa à agricultura, em detrimento apenas ao turismo e ao fator econômico (PALOMERO, 1868).

A convenção de 1998 realizada entre Espanha e Portugal, reafirmou um convênio de 1968, feito entre os dois países; onde se demarcou que por parte de Espanha poderiam ser transpostas da bacia do rio Tejo para outras bacias hidrográficas até ao valor de 1.000 hm³/ano. Também em 1968 foi publicado o “Anteproyecto General del Aprovechamiento Conjunto de los recursos hidráulicos do Centro y Sureste de España”, onde se estabelecia que a infra-estrutura da transposição consiste no conjunto de obras e instalações destinadas a possibilitar o transporte e a distribuição de água da bacia do Tejo a do Segura. A bacia do Segura está situada no sudeste espanhol, com uma superfície total de 18.000 km² aproximadamente; dos quais 59% pertencem a comunidades autónomas de Múrcia, 7% a de Valência, 9% a de Andaluzia e 25% a de Castilla la Mancha. A maior parte da população (75% de um total de 1.313.223 habitantes) reside em Múrcia. Aproximadamente a bacia hidrográfica Segura tem uma extensão quase 5 vezes inferior a do Tejo e uma população 7 vezes inferior, mas esta situada numa área da Espanha caracterizada pela agricultura de exportação e pelo turismo de massas. Assim sendo, não foi casual que o primeiro e até agora a única transposição entre bacias realizado na Espanha levasse águas para esta região (SERENO, 2009, p.3, p.4).

A “Ley del Aprovechamiento Conjunto Tejo-Segura”, aprovada em 1971, fundamentava-se no princípio de que as águas públicas devem ser mais utilizadas onde se poderá perceber maior benefício econômico e social para o conjunto da nação e reconhecia a capacidade do Estado para ordenar e fixar o destino da água. Além disto, só poderiam transferir-se recursos excedentes, assim como o respeito pelos aproveitamentos existentes e o direito da bacia cedente a receber compensações. Esta transposição gerou uma enorme polémica e mobilização social. Os moradores dos lugares que recebem as águas transpostas alegam critérios de solidariedade nacional, os moradores da bacia que cede as águas opõem-

se, dizendo que não existem excedentes de água e que na bacia receptora existem lugares com uma economia já mais rica e povoada (SERENO, 2009, p.3, p.4).

Na defesa da argumentação, os moradores da bacia doadora invocam o direito dos ribeirinhos que não estariam contemplados na legislação espanhola sobre águas. Em contrapartida, os moradores da bacia receptora indicam que a nível internacional, os direitos ribeirinhos respeitam a convenção de 1998, que como foi dito, foi realizada entre Espanha e Portugal. Em 1995 mediante o “Decreto-Ley 8/1995”, a Espanha retirou uma quantidade maior de água do rio Tejo justificando a necessidade hídrica do Parque Nacional de las Tablas de Daimiel, em desrespeitos a convenção de 1998 (SERENO, 2009, p.3, p.4).

Observando-se estes fatos da transposição do rio Tejo, os diretamente atingidos de forma negativa, também seriam os que estão em Portugal, visto que o rio Tejo ao norte encontra-se caudaloso e ao sul por vezes seco. Outra questão levantada é de que na convenção de 1998 nada se falou do assoreamento do rio na sua foz. “Um destes *silêncios* é o da não regulação quantitativa dos caudais de chegada ao mar. Isto é, para garantir o bom estado das águas dos estuários e águas marinhas adjacentes [...]” Em relação ao princípio de equidade, entendido no *Direito Internacional clássico* como foi previamente referido, o princípio de uso equitativo não consta expressamente na transposição do rio Tejo-Segura (SERENO, 2009, p.3, p.4. Grifos do autor).

Segundo a ONG “proTEJO” (2013), na Espanha são feitos desvios de águas que estariam prejudicando o equilíbrio ambiental do rio Tejo. A principal retirada de água estaria acontecendo na “Transposição Tejo-Segura”. Ainda segundo o movimento proTEJO (2013), as atualizações no projeto, com retiradas crescentes de águas do rio Tejo, vem acontecendo de forma a não respeitar as legislações ambientais e sociais espanholas e europeias.

Palomero (1986), explicou que além das obras previstas, foram realizadas novas retiradas de água do rio Tejo e construído um grande aqueduto levando mais água para as províncias de Albacete, Alicante, Múrcia e Almeria, chegando assim nas cidades do litoral da Espanha; lembrando que o rio Tejo corta a região central da Espanha. Ele realizou um estudo de viabilidade econômica da transposição e considerou que:

Poderiam existir soluções alternativas. A ideia da obra se baseou mais na questão de administração da água sob superfície na Espanha, do que em outras possibilidades. Que existem desperdícios de águas transpostas na agricultura, incluindo formas irregulares de dispersão e não de gotejamento utilizados na irrigação. Que cabia a possibilidade de se usar mais o processo de dessalinização da água do mar, visto a proximidade de bacias receptoras com o oceano. Ele chama a atenção pelo fato de que o governo Espanhol optou pela

transposição, por ser uma resposta mais fácil ao problema da falta de água em seu território. Na questão técnica, ele acredita que a obra foi bem estruturada e avançou na engenharia hidráulica, mas que necessita de obras complementares. Que houve forte investimento financeiro na obra, envolvendo cifras na casa dos milhões de euros. O projeto inicial foi falho, não prevendo alguns problemas técnicos e de gestão, o que gerou dramas sociais inclusive dentro da Espanha. Concluído ele resalta: “En conclusión podemos afirmar que son grandes los problemas que trae consigo el transvase, pues se trata de una obra muy importante para la nación, y la primera orientada a paliar el desequilibrio hidráulico entre cuencas” (PALOMERO, 1986, p.136).

A Bacia do Tejo divide a Península Ibérica em duas partes praticamente iguais. Dela dependem mais de seis milhões de habitantes na Espanha e mais de três milhões em Portugal. Existem certos paralelismos entre a parte portuguesa e espanhola da bacia que merecem ser considerados: as capitais de ambos os países estão situadas nesta bacia, assim como as tendências demográficas que se têm verificado nas últimas décadas. As respectivas políticas da água também são um fator relacionado com este comportamento demográfico (SERENO, 2009, p.2).

Na Espanha, a bacia hidrográfica do rio Tejo estende-se por cinco Comunidades Autónomas, sendo que 80% da população da bacia concentram-se em Madrid e na sua área metropolitana, uma zona de grande intensidade económica, especialmente de indústria e serviços (SERENO, 2009, p.2).

Em trabalho de campo realizado na Espanha e em Portugal, algumas considerações podem ser feitas: Madri utiliza das águas do rio Tejo, porém o rio não passa exatamente pelo município e sim na sua região metropolitana. O Tejo corta Toledo, uma cidade histórica que recebe um grande número de turistas. Na foto 8, é possível perceber o rio Tejo, que é avistado de diversos pontos de Toledo.



Fonte: ASSIS, 20 out., 2014.

Foto 08: Rio Tejo no município de Toledo, na Espanha.

Toledo é um município vizinho a Madri, cortado pelo rio Tejo, recebe grande número de turistas.

O que se pode perceber na Espanha, é que todo o país investe pesadamente no turismo e na agricultura. Além destas duas cidades visitadas no centro da Espanha, foram também visitadas as cidades Valência e Sevilha, mais próximas ao litoral, respectivamente no sudeste e oeste da Espanha. É perceptível a disputa pela água entre as províncias visitadas. Em conversa com moradores locais, a população se mostrou preocupada com a escassez de água e defendem atitudes divergentes sobre as transposições; as que moram próximas ao rio defendem seu controle ambiental e a não retirada de água, já a população próxima ao litoral, justifica a necessidade das transposições, visto a falta de água na região.

Em Madri o turismo é intenso. Apesar da crise econômica que assolava a Espanha em 2014, foi possível perceber um turismo organizado que recebe gente do mundo todo. A água não parece ser um problema sério, apesar de algum ou outro aviso para se estimular o consumo consciente de água, o que se percebe conversando com os moradores é a organização e a garantia de oferta de água, inclusive com fontes de água como ornamento espalhadas por diversos pontos turísticos da cidade. Em Toledo, a cidade medieval é cercada pelo rio Tejo. Na viagem de trem, numa distância aproximada de 79 quilômetros entre Madri e Toledo, é possível notar que existem espaços de agricultura, principalmente quando se aproxima da cidade de Toledo e do rio Tejo. Conversando com os moradores é possível identificar uma defesa do rio Tejo. Os moradores parecem defender a não realização de novas transposições e dizem da importância do rio Tejo para a região, principalmente para a agricultura para abastecer a maior concentração populacional do país. E ainda criticam as

transposições, dizendo que as águas transpostas são para abastecer o turismo e o fator estritamente econômico do litoral.

Entre setembro e dezembro de 2014, estava em vias de votação um referendo para tornar a província da Catalunha, nordeste da Espanha, com sua capital Barcelona; um novo país. Referendo que apesar de ter acontecido com votação favorável a independência, não foi legalmente reconhecido e a decisão não foi colocada em prática. Conversando com os moradores das distintas regiões da Espanha, se percebe fortes rivalidades políticas, o que evidencia discordâncias entre as regiões na Espanha em relação as transposições de rios; principalmente entre bacias doadoras e receptoras. Enfrentando um período de mais de sete anos de seca, em Barcelona, houve a proposta de transposição do rio Ebro do norte do país para a grande metrópole. Em meio a vários protestos populares, principalmente de produtores agrícolas do delta do Ebro (região de intensa produtividade agrícola); optou-se por construir uma usina de dessalinização da água do mar, uma das maiores da Europa e do mundo (opção mais cara), mas com capacidade de 200.000 m³/dia. A estação de dessalinização foi inaugurada em 2009 e fornece água potável, para mais de 20% da população de Barcelona, cerca de 1.3 milhões de habitantes (SUEZ, 2014).

No sentido de conhecer a parte leste e o litoral da Espanha, em viagem saindo de Madri na direção leste sul para a cidade de Valência (região indicada como fazendo parte da bacia receptora da transposição do rio Tejo), viajando aproximadamente 355 quilômetros, foi observado no trajeto, poucos espaços dedicados a agricultura. Em Valência é possível notar que a cidade abriga balneários famosos, tem porto para a ilha de Ibiza, e é um dos espaços da Espanha que recebe grande número de turistas com alto poder econômico. Também em Valência, existe um fato marcante em questão de alteração no curso de rios. O rio Túria que inundava o centro da cidade em épocas de cheia foi totalmente deslocado na década de 1960 para outra região da cidade. O novo espaço que o rio Túria ocupa hoje é extremamente utilizado na agricultura, não chegando quase nada de água no oceano. No antigo leito do rio foram construídos parques e museus, que hoje atraem grande número de turistas. Um dos mais reconhecidos, modernos e que chamam a atenção é o conjunto de museus e parques chamado de Cidade das Artes e das Ciências, inaugurado em 2005, que pode ser visto na foto 9.



Fonte: ASSIS, 21 out., 2014.

Foto 9: Cidade das Artes e das Ciências, sob o antigo leito do rio Túria.

O rio Túria foi completamente transposto do centro da cidade de Valência, para outra área afastada; pois causava inundações em épocas de cheia.

Em outro trabalho de campo realizado na cidade de Sevilha, passando de ônibus pela paisagem do oeste da Espanha até o sul de Portugal, na cidade de Faro; é possível notar, assim como em grande parte da paisagem de Portugal, vasta plantação de eucaliptos. Na cidade de Faro, é possível notar uma estrutura moderna e voltada para o turismo de litoral. Resorts, condomínios luxuosos e modernos podem ser vistos na região, as belas praias atraem grande quantidade de turistas. Segundo os moradores, as práticas agrícolas tem perdido espaço para a monocultura do eucalipto. Eles relataram que era comum no passado a agricultura familiar, que em muitas casas havia a criação de pequenos animais, incluindo o porco e a produção artesanal de produtos derivados destas criações. O que segundo eles, está acabando, sendo mantida a tradição apenas pela população mais idosa. Eles ainda relataram a expulsão da população mais jovem, por falta de emprego, para as regiões de maior densidade urbana do país.

Já na bacia do rio Tejo em Portugal, as águas do rio dividem-se pela região central do país: Lisboa, vale do Tejo e Alentejo. A Grande Lisboa, foz do Tejo, apresenta povoamento concentrado e as sub-bacias povoamentos dispersos. O grande desenvolvimento do litoral originou nos últimos 30 anos, um crescimento acentuado da população residente nas imediações da Grande Lisboa. Observa-se, portanto, que tal como se verifica no lado espanhol da bacia, também no português, a maior parte da população se concentra numa área

reduzidíssima (SERENO, 2009, p.2). Nesta região se percebe forte atividade industrial, é onde se concentra as fábricas que processam e exportam a madeira derivada do eucalipto

Conversando com moradores mais velhos, eles afirmam que o rio oferece água de qualidade, porém lembram que no passado isto era ainda melhor. Foi possível perceber em Portugal, que o país não enfrenta sérios problemas em relação ao uso da água, foram visitadas diversas cidades em todo o país, de norte ao sul, incluindo cidades que usam as águas da bacia do rio Tejo. Percebeu-se que o país utiliza-se de barragens, dentre outras estratégias para garantir as reservas de água. Estas barragens até podem ser utilizadas para a produção de energia elétrica, mas sua função maior, é a reserva de água. Portugal tem investido muito em energia eólica, e na variedade de formas de produção de energia; em todo o país se vê usinas de produção eólica de energia. A hipótese inicial proposta no projeto de pesquisa para o doutorado sanduíche era de que os portugueses reclamariam das transposições realizados na Espanha, mas o que foi possível perceber é que eles não reclamam. Quando perguntados se as transposições do rio Tejo causam a eles algum prejuízo, a resposta é sempre a mesma: não faz diferença na quantidade ou qualidade da água que chega em Portugal, visto que a Espanha respeita a lei internacional e libera o fluxo acordado de águas do rio Tejo para Portugal.

Morando quatro meses em Portugal, fazendo trabalhos de campo de sul a norte do país, foi possível perceber que o país possui ampla disponibilidade hídrica. Entre os meses de setembro a dezembro de 2014, as chuvas foram constantes. Os rios se apresentam aparentemente com boa qualidade da água, o esgoto do país passa por estações de tratamento, além da boa educação da população local e da infraestrutura criada para que o lixo não seja jogado no rio ou nas ruas. Em setembro, como ainda era o fim do verão, foi possível notar, por exemplo, pessoas praticando esportes aquáticos no rio Mondego em Coimbra (região central do país), mesmo em perímetro urbano. Existem praias fluviais dentro da cidade, as pessoas nadam, pescam no rio Mondego. Existe também um parque para caminhadas e prática de esporte nas suas margens. Isto foi possível notar em todos os rios visitados. Na foto 10, é mostrado o rio Mondego, no centro da Cidade de Coimbra, onde também pode-se notar a prática de esportes aquáticos.



Fonte: Assis, 19 set, 2014.

Foto 10: Rio Mondego, no centro da cidade de Coimbra, Portugal.

Mesmo no centro da cidade, os moradores praticam esportes no rio.

Também próximo a Coimbra, lugar de realização de intensos trabalhos de campo, com forte apoio da Universidade de Coimbra, em especial do professor orientador Luciano Lourenço, contando inclusive com a presença e as explicações do professor e de outros pesquisadores, incluindo pesquisadores do Chile e da Espanha; foram visitadas dentre outras, as cidades do litoral: Aveiro, Figueira da Foz e Nazaré e no interior a zona rural dos municípios de Lousã, Pampilosa da Serra, Ferreira do Zêzere, Luso, dentre outras, chegando ao norte a região da Serra da Estrela e a leste a fronteira com a Espanha. Nestes trabalhos de campo, foi possível perceber novamente, a intensa ocupação da monocultura do eucalipto; a fartura de água de qualidade presente nos rios, reservatórios artificiais, incluindo fontes famosas de águas minerais como as de Luso. Como pode ser observado na foto 11, as fontes de Luso são extremamente valorizadas, na foto, uma das fontes principais na praça da cidade.



Fonte: Assis, 03 out, 2014.

Foto 11: Fonte de água na cidade de Luso.

Forte valorização da comunidade local, em relação a oferta de água.

A intensa plantação de eucaliptos que substituiu a floresta de pinheiros e a agricultura local em busca de melhor rentabilidade financeira, também proporciona vulnerabilidade de incêndios; portanto também é possível perceber preocupação e algumas tentativas de prevenção; como a construção de espaços de vigilância contra incêndios, pequenas pistas de voo para aviões de combate aos incêndios, dentre outras formas de prevenção. Também como foi retratado pelos moradores do sul de Portugal, é retratado pelos moradores locais a diminuição da agricultura e formas de cultivo tradicionais na região e a expulsão da população mais jovem para os grandes centros urbanos em busca de emprego. Também foi possível notar uma organização hídrica bem estruturada. Apesar das intensas plantações de eucalipto e suas captações de água para manutenção deste tipo de cultivo, existe farta disponibilidade de água. Existe uma organização ambiental para se tratar do esgoto urbano e rural, dentre outras formas de preservação da água. Chama a atenção, a organização pela reserva de água; foi construída uma série de reservatórios, transposições artificiais com seus encanamentos a vista, além de recursos do aproveitamento da água em produção de energia. Na foto 12 é possível perceber o encanamento de águas para realizar transposições, e na foto 13 a barragem do rio Zêrere, no distrito de Santarém.



Fonte: Assis, 05 dez, 2014.

Foto 12: Encanamento de águas para realizar transvases.

Foto 13: Barragem do rio Zêzere, no distrito de Santarém, Portugal.

Em Portugal, existem pequenas transposições, e os reservatórios não são usados apenas, para a produção de energia, mas também, e, sobretudo, para reserva de água.

Nesta questão da produção de energia, alguns elementos chamam a atenção. Como já foi dito, Portugal investe atualmente em energia eólica e na diversidade de formas de se produzir energia. Na foto 14, é possível perceber ao longo da paisagem, um parque eólico localizado na Serra da Estrela, no leste de Portugal.



Fonte: Assis, 05 dez, 2014.

Foto 14: Parque eólico na Serra da Estrela, em Portugal.

Portugal busca em todo o seu território, alternativas para a produção de energia.

Nas fotos a seguir, é possível notar a barragem e o lago artificial de Aguieira, no distrito de Viseu, com as águas do rio Mondego. A construção da barragem obrigou antes de sua inauguração em 1979, a submersão de diversos povoados, chamados de aldeias. Destacando-se Breda, Senhora da Ribeira e Foz do Dão. Os moradores chegam a chamar a barragem pelo nome de barragem de Foz do Dão, devido a proximidade da barragem com o povoado que foi inundado.



Fonte: Assis, 05 dez, 2014.

Foto 15: Barragem da barragem de Aguieira, no distrito de Viseu, Portugal.

Foto 16: Lago artificial da barragem de Aguieira.

Reservatórios, sobretudo, para armazenar água e não exclusivos para a produção de energia.

Foram também visitadas as regiões que hoje abrigam os moradores que sofreram com a construção dos reservatórios de água. Neste sentido, os dramas apresentados pelos moradores são bastante semelhantes aos dos vivenciados no Brasil. Como em outros casos de construções de reservatórios, Oliveira (2011), explicou que há problemas derivados do processo de desterritorialização e filiação ao lugar de populações que tiveram de ser realojadas. Por exemplo, em estudos relativos ao caso da Aldeia da Luz. Analisada a problemática da construção de barragens, a expulsão de pessoas dos seus lugares de vivência é um fato marcante. Esta é uma questão recorrente em desvios e retenções de águas em outros rios mundiais.

Oliveira (2011) escreveu seus textos baseados principalmente nos conceitos de território, desterritorialização e reterritorialização. Ela se baseia nos conceitos de Fernandes (2008) e Haesbaert (1999, 2004 e 2005). Ela insere em suas discussões o conceito de Topofilia de Tuan (1980). De forma muito didática, é claramente entendido como ela usou dos conceitos para discutir a realidade de uma população de uma aldeia que teve de ser realocada por causa da construção de uma barragem, a Aldeia da Luz.

Entende-se por Oliveira (2011), que o território da Aldeia da Luz foi invadido por águas do reservatório de uma usina hidrelétrica, construída tanto com intuito de produzir quanto de armazenar água. Assim os moradores foram retirados do seu lugar de vivência. Oliveira usou do conceito topofilia de Tuan (1980), para explicar que as pessoas tinham um elo afetivo, tinham sentimento de apego, amavam o lugar. Perdendo o lugar, os moradores foram desterritorializados e passaram pelo processo de reterritorialização (reassentados num outro território).

Durante este processo Oliveira (2011) demonstrou que a população muito sofreu e não se sente bem no novo lugar, enfrentando uma série de carências, inclusive econômicas. Na perspectiva de revisão teórica, ela se lembra dos movimentos sociais criados no Brasil, incluindo a criação do MAB (Movimento de Atingidos por Barragens), dentre outros movimentos na América Latina.

Percebe-se que o estudo de Oliveira (2001) vai de encontro aos temas ligados as transposições do rio São Francisco no Brasil e as outras no mundo, podendo-se notar que também em Portugal, comunidades também sofreram com problemas de implantação de grandes empreendimentos hidrelétricos e de suas barragens e transposições.

No norte de Portugal, contando com o apoio da Universidade do Minho, da Universidade de Coimbra, do professor orientador Luciano Lourenço que organizou, e dos demais professores e pesquisadores, incluindo uma grande quantidade de brasileiros e geógrafos organizadores e presentes no III Congresso Internacional, I Simpósio Ibero Americano e VIII Encontro Nacional de Riscos, realizados entre os dias 5, 6 e 7 de novembro de 2014, em Guimarães, foi-se estabelecido uma série de discussões em torno de diversos temas ligados a geografia e a teoria dos riscos, incluindo as questões das transposições de águas. Em trabalho de campo, junto aos pesquisadores presentes, foram visitados espaços vulneráveis aos riscos hidrológicos, incluindo o excesso de águas por chuvas abundantes, ocupações irregulares no litoral, etc. Percebe-se, apesar da infraestrutura ainda deficiente, uma organização e um melhoramento constante das práticas de prevenção aos incêndios e cuidados com a preservação ambiental e hídrica, incluindo práticas de qualidade inegável no sentido da educação ambiental escolar, apresentadas por entidades que gerenciam as escolas da região. Nestas práticas, podem ser destacadas a educação ambiental escolar infantil, aproximando os alunos da vivência com a natureza, com as práticas de preservação da natureza e da água e das práticas preventivas e controladoras dos incêndios florestais. Pode-se perceber novamente, a oferta abundante de água e preocupações mais referentes aos incêndios florestais, que já eram constantes, agora agravados pela monocultura do eucalipto.

Pode-se sintetizar que a bacia hidrográfica do rio Tejo “dá de beber” à maior parte de população da Península Ibérica. Além disso, através da transposição Tejo-Segura, são abastecidas um milhão e meio de pessoas, que representam uma importante parte da população permanente e sazonal (sobretudo durante os períodos de férias de verão) do sudeste da Espanha (SERENO, 2009, p.2).

Segundo Medeiros et al (2005), Portugal encontra-se numa região privilegiada em relação a quantidade de água, possui grande parte do seu território voltado para o oceano e bacias hidrográficas nacionais e internacionais. A península Ibérica é completamente independente do resto da Europa, devido a barreira natural formada pelos Pirenéus.

Mas, o território espanhol é 5,5 vezes maior que o de Portugal e a Espanha tem 79% dos recursos hídricos renováveis ibéricos. A Espanha possui uma área planáltica seca enquanto Portugal é afetado por massas de ar oceânicas úmidas. O grau de utilização de águas em Portugal também é menor, cada português dispõe de 6.859 m³/ano enquanto cada espanhol dispõe de 2.794 m³/ano (MEDEIROS et al, 2005, p.393).

No entanto, cerca de metade do escoamento dos rios de Portugal (45%) depende da Espanha. Devido a diminuição da precipitação e a utilização crescente da água, os principais rios fronteiriços diminuíram seus caudais, só nas décadas de 70 e 80 (Douro 20%, Tejo 27 % e Guadiana, 56%) (MEDEIROS et al, 2005, p.394).

Concluindo, a transposição do rio Tejo para a bacia do rio Segura na Espanha se apresenta dentro do conceito de transposição que aqui foi indicado nesta tese. É considerada como uma das grandes obras de transposições de rio do mundo, envolvendo deslocamento de águas de uma bacia hidrográfica para outra. É indicado que o rio Tejo apresenta sinais de problemas ambientais, mas ainda é responsável por grande parte do abastecimento da população de Portugal e da Espanha, principalmente nas regiões metropolitanas das capitais dos dois países. A transposição Tejo – Segura é envolvido em questões de interesses diversos, principalmente entre a bacia doadora e a receptora na própria Espanha. A receptora que diz da necessidade da água, e que baseado no princípio da solidariedade, indica que o rio Tejo possui capacidade de ceder as águas. Já a bacia doadora, indica que o rio passa por fragilidades ambientais e que o rio não possui capacidade de ceder água, visto que já é possível notar uma diminuição de suas águas.

Diante disto, é possível perceber que um rio importante para dois países apesar de diversos acordos, legislações nacionais e internacionais, quando tem parte de suas águas transpostas, gera uma série de polêmicas; que merecem uma constante análise socioambiental para amenizar riscos as populações ribeirinhas e diretamente atingidas. No caso brasileiro, um

projeto de uma grande transposição como a do rio São Francisco, que está em fase de obras, merece observar o contexto mundial em que outras obras de transposição são discutidas e realizadas em outras partes do mundo, incluindo as do rio Tejo; considerando que legislações merecem ser respeitadas e que transposições deste porte, geram necessidades de observância constante das realidades do rio, dos ribeirinhos e dos diretamente atingidos.

3.6. As Transposições no Brasil

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional não possui precedentes na história do Brasil. O Projeto é hoje a maior obra de infraestrutura hídrica para usos múltiplos, sendo executada diretamente pelo Governo Federal. O investimento é de R\$8,2 bilhões (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, O que é o projeto?, 2014).

Para exemplificar, a água do Eixo Norte chegará aos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, usando uma diversidade de obras de engenharia; somente de túneis serão construídos 20 km, sendo o maior deles o túnel Cuncas I, com mais de 15 km de comprimento; obra sem precedente no país. Como referência, pode-se citar que o mais extenso túnel rodoviário do Brasil é o da pista descendente da rodovia dos Imigrantes com 3,1 km e o maior túnel ferroviário da América do Sul, o Tunelão da Ferrovia do Aço, em Minas Gerais, com 8,7 km de extensão (GUMIMARÃES JUNIOR, 2010).

Sendo assim, não há como se comparar outra obra de transposição realizada no Brasil com a atual transposição do rio São Francisco. Mas, pode-se lembrar de algumas que foram realizadas, seus problemas e benefícios e das muitas que estão sendo idealizadas. Na própria região das nascentes do rio São Francisco já foi realizado uma transposição. O rio Piumhi foi transposto, durante o governo de Juscelino Kubitschek, para o rio São Francisco, gerando uma diversidade de impactos para o próprio rio São Francisco.

Há ideias futuras de se transpor parte das águas do rio Tocantins para o rio São Francisco. Quando o projeto de transposição do São Francisco estava sendo discutido, a transposição do rio Tocantins chegou a ser proposta como alternativa mais viável e de menor risco ambiental; entretanto, foi engavetada (FREITAS, 2003).

Estudos preliminares indicaram que o projeto de transposição do Tocantins custaria algo entre R\$52 bilhões e R\$63 bilhões. O estudo previa que este investimento seria amortizado em 21 anos. O retorno do capital investido viria com a venda do excedente de energia produzido pelos 18 reservatórios a serem construídos ao longo da adutora. A

previsão é de que haveria 18 reservatórios gerando 2,7 mil megawatts de energia excedente (FREITAS, 2003).

O projeto não chegou a percorrer os trâmites legais para ser analisado. Para ser aprovado, qualquer projeto de transposição de rio federal, como o Tocantins, tem que passar pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que determinará a realização dos estudos de impacto ambiental necessários. Se tivesse um comitê de bacia, como é o caso do São Francisco, o projeto teria que passar por ele. Entretanto, ainda não há um comitê do Tocantins (FREITAS, 2003).

No Brasil, uma transposição de águas que se tem registro, por exemplo, é a do rio Paraíba. Onde são desviados dois terços de suas águas para Barra do Piraí, no estado do Rio de Janeiro. O rio Paraíba passou a ter uma foz natural e quatro artificiais, produzidas para beneficiar interesses econômicos e políticos (SOFFIATI, 2003, *apud*, KHRAN; MACIEL; DOURADO, 2007, p. 25).

Ainda discutindo transposição nos lugares densamente povoadas do Brasil, pode-se citar a região metropolitana de São Paulo, onde mora grande parte da população brasileira, que tem sua principal fonte de água no Sistema Cantareira, que já conta com uma transposição. O sistema já importa uma vazão de 31 m³/s do rio Piracicaba, numa transposição que foi iniciada em 1974 (MACHADO, 2014). Em 2014, numa crise no abastecimento de água na região metropolitana de São Paulo, o governo de São Paulo cogitou a transposição de águas do rio Paraíba do Sul para o sistema Cantareira. O Governo do Estado do Rio de Janeiro, já em 2014, disse que não admitiria qualquer desvio das águas do Paraíba, seu principal e praticamente único grande manancial de água (CAVALCANTI, 2014).

Um problema de grande complexidade envolvendo questões políticas além das hidrológicas. Além disto, qualquer intervenção física neste sentido deveria ser antecedida por extensos estudos de impacto ambiental abrangendo uma grande área de influência direta e indireta, o que deveria demandar tempo; além de se sujeitar a prováveis ações judiciais impetradas pelos demais usuários da bacia que se sentissem prejudicados (CAVALCANTI, 2014). Mas a crise no fornecimento de água persistiu, e em 2015, com o apoio do governo federal, o governo de São Paulo lançou o edital para iniciar as obras de transposição.

Segundo a Agência Nacional de águas (2015), a interligação dos reservatórios Jaguari, na bacia do Paraíba do Sul, ao reservatório Atibainha que integra o Sistema Cantareira começou a ser oficialmente discutida em nove de abril de 2014. Em discussões sobre a segurança hídrica, avaliando a proposta feita pelo governo do Estado de São Paulo de interligar os reservatórios; a ANA promoveu esta primeira reunião técnica entre os estados

que dividem a bacia (SP, MG e RJ); com o objetivo de harmonizar dados hidrológicos, demandas futuras e dados sobre a qualidade da água. Um grupo técnico formado por técnicos da ANA e dos institutos ligados ao meio ambiente e gestão da água em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, foi criado para desenvolver uma proposta que atendesse as necessidades dos Estados e aumentasse a segurança hídrica da bacia. Em 16 de janeiro de 2015, o grupo técnico aprovou a viabilidade hidrológica da interligação, no Estado de São Paulo, entre o reservatório de aproveitamento hidrelétrico Jaguari (UHE), que fica no rio Jaguari, na bacia do rio Paraíba do Sul, ao reservatório do rio Atibainha, que integra o Sistema Cantareira. A operação da interligação entre os reservatórios das duas bacias hidrográficas só deverá ter início quando as obras estiverem concluídas e começarem a valer as novas regras de operação dos reservatórios do Paraíba do Sul.

Mas segundo a revista Socioambiental (2015), em um artigo publicado em 10 de fevereiro de 2015, o Ministério Público Federal em Campos (RJ) recomendou ao governo do Estado de São Paulo a não realização das obras de transposição do rio Paraíba do Sul, visto que o rio é responsável pelo abastecimento de água de mais de 12 milhões de pessoas só no Estado do Rio de Janeiro. A revista indica que para o MPF, antes da obra de transposição, é preciso a participação de todos os órgãos, organizações civis e associações que têm interesse na gestão da bacia hidrográfica do rio, incluindo trazer para este debate as populações diretamente atingidas. A revista também indicou que o procurador da República Eduardo Santos de Oliveira destacou na recomendação o estado precário de conservação do Paraíba do Sul, que já sofre com despejos de poluentes de cerca de 700 indústrias e de esgoto residencial de vários municípios e que necessita de um processo de revitalização.

Independente disto, segundo Gomes (2015), em 26 de janeiro de 2015, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), anunciou o edital de licitação para as obras de transposição das águas do rio Paraíba do Sul. O objetivo é trazer cinco metros cúbicos de água por segundo, para suprir os reservatórios do Sistema Cantareira, que está em crise desde 2013. A obra foi incluída no Programa de Aceleração do Crescimento, cujo recurso foi pedido por Alckmin para a presidenta Dilma Rousseff (PT), no fim de 2014, que o autorizou. O empreendimento está orçado em R\$ 830,5 milhões, e a previsão é de que a construção do sistema leve 18 meses. Todo o pacote de obras deve custar R\$ 3,5 bilhões.

Como se pode perceber, diante de algumas crises, sejam elas políticas ou hidrológicas, as transposições são projetos que podem acontecer de forma rápida. Ainda no Brasil, discutindo outras transposições, pode-se citar o caso de Fortaleza, que dispõe de quatro pequenas bacias hidrográficas: a bacia do rio Cocó; a bacia do Ceará/Maranguapinho; a bacia

da Vertente Marítima e a bacia do rio Pacoti. No entanto, o município importa água do Castanhão, que é um reservatório de acumulação do rio Jaguaribe (MACHADO, 2014). O reservatório de água do Castanhão é um dos que deve receber águas transpostas do rio São Francisco, em virtude da carência de águas na região.

Em Belo Horizonte (MG), a única capital brasileira na bacia do Rio São Francisco, a transposição é feita entre sub-bacias, visto que a metrópole se situa na sub-bacia do rio das Velhas e recebe complemento de água da sub-bacia do Rio Paraopeba. O rio das Velhas e o rio Paraopeba são afluentes do São Francisco (MACHADO, 2014). Além destes casos formais de transposição realizados e em proposta e vias de realização, outros tantos desvios de águas poderiam ser citados no Brasil, mas nenhum comparado a magnitude da transposição atual do rio São Francisco.

3.6.1. Grandes Empreendimentos: a ideia de desenvolvimento regional no Brasil

A palavra desenvolvimento parece ser facilmente entendida a primeira análise, mais quando vistoriamos a história da humanidade notamos uma complexidade de conceitos para entendermos esse termo. Para o analisarmos é preciso ter uma visão multidisciplinar da ciência. Por exemplo, o desenvolvimento pode ser entendido como o crescimento biológico, intelectual, social. Vários fatores poderiam levar ao desenvolvimento: A interação entre as pessoas, o homem se voltando para a técnica, o aumento dos bens materiais, o equilíbrio social, a distribuição de renda. As respostas simples não definem completamente um sentido para desenvolvimento. O homem com aumento da sua capacidade técnica consegue modificar seu espaço de vivência, mas não elimina diversas questões sobre o que e como se pode alcançar um verdadeiro desenvolvimento (SAPIENS, 2008).

O desenvolvimento regional pode vir a ser entendido apenas crescimento econômico. Estamos vivendo na era do capitalismo, que coloca como objetivo principal o lucro. A indústria também já foi colocada como símbolo do desenvolvimento, mas e nos lugares onde não há a indústria? Veiga (2005), diz da importância de se valorizar as estruturas e culturas de lugares, se pensando em outras formas de desenvolvimento:

Confundem crescimento econômico com o desenvolvimento de uma modernidade capitalista que não existe nos países pobres. Com tal perspectiva, eles só percebem fenômenos econômicos secundários, como o crescimento do PIB, o comportamento das exportações, ou a evolução da do mercado acionário, mais não separam nas profundas disfunções qualitativas estruturais, culturais, sociais e ecológicas que prenunciam a inviabilidade dos “quase-Estados-nação subdesenvolvidos” (VEIGA, 2005, p.23).

O conceito de desenvolvimento vai além do crescimento econômico. Por exemplo, o índice que mede o desenvolvimento humano, usado pela ONU, leva em consideração, saúde, educação, renda per capita. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento da ONU, específica bem esta multidisciplinaridade de conceitos para ser entender o conceito de desenvolvimento “[...] PNUD tem buscado trabalhar visando a integração, a intersectorialidade, a multidisciplinaridade e a transversalidade de um conjunto de temas definidos” (PNUD, 2015). Levando ainda em consideração a questão do desenvolvimento regional, a ONU ressalta considerações importantes. “[...] a promoção da equidade gênero e raça, dos direitos humano e da redução das desigualdades regionais. O fortalecimento das intuições baseadas em princípios de governança democrática e o desenvolvimento de capacidades individuais, institucionais e sociais [...]” (PNUD, 2015).

Furtado (2000) escreveu que a ideia de desenvolvimento seria mito, mais ressaltou que os mitos têm exercido influência na vida dos homens; sendo que para entender o desenvolvimento é necessário entender uma antropologia filosófica, uma criatividade cultural, uma morfogênese social. Nesta perspectiva as características dos lugares podem contribuir para um desenvolvimento baseado em um projeto social que priorize a melhoria das condições de vida da população. A técnica exposta na revolução industrial dá um sentido específico na divisão do trabalho, que foi avançada para a divisão territorial mundial. A competição leva o local a disputar no mundial e as formas de trabalho e organização territorial buscam adequar-se em busca do desenvolvimento regional. Nesta questão do desenvolvimento, qual seria o papel do Estado?

Num determinado momento da história surgiu o Estado, isto é, o chamado poder público. O processo de globalização visto a partir de 1500 traz uma forte interferência de países da Europa em todo o mundo; a interferência entre os povos acontece em busca de um chamado desenvolvimento. O Brasil como um país que sofreu uma colonização de exploração, ficou por muitos anos sendo um exportador de matérias primas. Com um território continental, e potencialidade agrícola, foi e ainda é, grande exportador de produtos agrários. Deu seus primeiros passos na industrialização no século XIX, com recursos derivados inclusive das plantações de café, na região sudeste do país. Mas ainda dando seus primeiros passos no processo industrial, encara a crise de 1929, que abalou o mundo capitalista. Num primeiro momento, a depressão econômica teve um efeito devastador no Brasil. Em 1920, o café representava cerca de 70% das exportações brasileiras; com a crise, o país sofreu sérios danos na sua economia. Getúlio Vargas que tomou o poder através de um golpe de Estado contra o domínio da oligarquia agrária, em 1930 começa a implantar a

chamada política de substituição de importações. A primeira metade da década de 1940 foi decisiva para a criação de uma infra-estrutura industrial, por exemplo, com a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional, da Companhia Vale do Rio Doce, dentre outras. No segundo mandato do governo Getúlio Vargas (1950-1954), ainda se cria a Petrobras (LUCCI *et al.*, 2005).

Já em 1956, abriu-se uma nova política de desenvolvimento no Brasil. Juscelino Kubitschek buscava diminuir a distância tecnológica do Brasil em relação aos países industrializados. Este projeto ficou conhecido como desenvolvimentismo, com o slogan “crescer 50 anos em 5”. Com a ajuda de recursos financeiros e tecnológicos externos, houve fortes investimentos em infra-estrutura, incluindo o setor de transportes (principalmente o rodoviário), o setor das indústrias de base e na geração de energia (incluindo os grandes empreendimentos em usinas hidrelétricas e seus imensos lagos artificiais). O setor de bens não duráveis se destaca junto ao setor de construção civil graças ao crescimento das cidades. As montadoras automotivas tiveram um destaque nesta época. Sentindo a necessidade de colocar o Brasil na economia capitalista industrial, Juscelino Kubitschek cria o plano de metas, chamado de política desenvolvimentista; estruturar o Brasil na industrialização, transporte, alimentação, indústria de base, construção de Brasília, e a busca por energia. Como os recursos para tais empreendimentos foram trazidos na sua maior parte do exterior, houve um alinhamento com os norte americanos, que fez crescer escandalosamente nossa dívida externa e a inflação. Investimentos públicos são feitos para ocupar a mão de obra flutuante: construção de estradas, barragens, novas siderúrgicas; o capital estrangeiro obsoleto é atraído sob a forma da indústria automobilística. Forma-se uma elite dirigente convencida da necessidade do capital estrangeiro. Define-se a industrialização e a urbanização como pontos fundamentais para a inserção da economia brasileira no grupo dos países considerados detentores do desenvolvimento. Esse modelo beneficia a burguesia capaz de comprar os bens produzidos por essa indústria. A inflação decorrente da emissão descontrolada de papel moeda agrava a inflação (LUCCI *et al.*, 2005).

Os governos militares (1964-1986), seguindo o modelo desenvolvimentista, dificultaram as importações, investiram na indústria bélica, na aeronáutica e na tecnologia nuclear. De 1969 a 1973, durante o governo de Emílio Garrastazu Médici, conhecido “milagre brasileiro”, o PIB superou o crescimento de 10% ao ano. Neste período, houve a criação de grandes empreendimentos, como a ponte Rio-Niterói (construída com recursos da previdência social), a usina hidrelétrica de Itaipu, a rodovia Transamazônica (concluída parcialmente) (LUCCI *et al.*, 2005).

Obras de infraestrutura da ditadura militar do Brasil estão entre as maiores do século 20. O período da ditadura no Brasil foi marcado por construções faraônicas, validadas pela propaganda ufanista do “Brasil Grande”, e do “Ame-o ou deixe-o”. É inegável a infraestrutura que os militares criaram, mas em 1985, encerrando o ciclo de governos militares no país, na esteira do desenvolvimentismo veio a estagnação econômica, a dívida externa e pesados impactos ambientais. Autoritário e pragmático, esse padrão tecnocrata tinha o Estado como centro e a “eficiência técnica” como elemento fundamental. Mas em plena campanha das grandes obras o país se corroía em meio a aumento da desigualdade social e pobreza. “Algumas das grandes obras do século 20 foram feitas no Brasil, e o ano de 1969 marcou o início com a Ponte Rio-Niterói, ainda a mais longa do Hemisfério Sul. Em 1974 veio a Hidrelétrica de Itaipu Binacional” (RODRIGUES, 2014).

O aumento de juros internacionais, a má gestão do dinheiro captado no exterior, dentre outros problemas, fizeram a dívida externa do país crescer de 5 bilhões em 1970 para 90 bilhões em 1984. Em 1990, é defendido um modelo neoliberal, com a privatização de grandes empreendimentos, incluindo, por exemplo, a Vale do Rio Doce. Em 1991 é estimulada a guerra fiscal entre os Estados brasileiros, mas existe ainda uma concentração urbana-industrial na região sudeste do país, a mesma que cedeu do café, recursos para a implementação de políticas industriais. O Nordeste do país, importante desde a época da colonização, de onde se retirou uma diversidade de produtos naturais e agrícolas como a cana de açúcar, representa nas últimas décadas, cerca da décima parte do valor da produção industrial do país, numa concentração no litoral, principalmente nas regiões metropolitanas de Salvador (BA), Recife (PE) e Fortaleza (CE). Os setores dominantes são a indústria têxtil e de alimentos industrializados. Nas últimas décadas houve tentativas de se implementar políticas de justiça social, de desenvolvimento regional, que também levaram grandes empreendimentos para o Nordeste do país, que enfrentam problemas de instalação, como o da transposição do rio São Francisco (LUCCI *et al.*, 2005).

O Ministério da Integração Nacional do Brasil (2015) exprime hoje que o desenvolvimento regional no país deve ter como meta a redução das desigualdades regionais. Diz que nos últimos anos, o Governo Federal teve como determinação constitucional, a redução das desigualdades como um dos eixos centrais da estratégia de desenvolvimento do país, e cita o propósito de sua Política Nacional de Desenvolvimento Regional: “A PNDR tem o duplo propósito de reduzir as desigualdades regionais e de ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões brasileiras, explorando a imensa e fantástica diversidade que se

observa nesse país de dimensões continentais” (Ministério da Integração Nacional, Política Nacional de Desenvolvimento Regional, 2015).

4. O RIO SÃO FRANCISCO E AS TRANSPOSIÇÕES

4.1. O TERRITÓRIO DA INTEGRAÇÃO DAS BACIAS

4.1.1. Bacia Doadora: Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

O rio São Francisco tem desempenhado importante papel na ocupação do nosso território. Seu descobridor foi o genovês Américo Vespúcio, que navegou em sua foz em 4 de outubro de 1501. Como rota de interiorização das Bandeiras nos séculos XVII e XVIII, foi denominado “Rio da Unidade Nacional”. Os primeiros estudos para seu aproveitamento foram elaborados durante o Império. A partir de 1948, a Comissão do Vale do São Francisco, da Superintendência do Vale do São Francisco e da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco ficaram responsáveis em nível de Governo Federal para elaborarem diversos estudos (CODEVASF, 2013).

O Ministério da Integração Nacional é responsável pelas obras de Integração do rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, o que deve alterar a configuração geográfica do rio. O rio São Francisco tem 2.800 km de extensão e nasce na Serra da Canastra em Minas Gerais, chegando ao oceano Atlântico através da divisa entre Alagoas e Sergipe (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, RIMA, 2004, p. 13).

As principais características da bacia hidrográfica do rio São Francisco não estão apenas ligadas ao volume de água transportado, mas, também, por transportar água em uma região semiárida do Brasil. “A Bacia Hidrográfica do rio São Francisco abrange 639.219 km² de área de drenagem (7,5% do país) e vazão média de 2.850 m³/s (2% do total do país)” (CBHSF, 2013). Após as transposições, o rio São Francisco deve ocupar outros Estados da região nordeste do Brasil, além dos sete Estados que ocupam atualmente.

O rio nasce a 1.280 m de altitude, na região denominada de Alto São Francisco, pode ser dividido em quatro trechos diferenciados: o do alto São Francisco, que vai até a confluência com o rio Jequitaiá, em Minas Gerais; o médio São Francisco, onde começa o trecho navegável do rio e segue até a barragem de Sobradinho, na Bahia; e o submédio e o baixo, entre Sobradinho e sua foz (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, RIMA, 2004, p. 13).

O projeto de integração do rio São Francisco às bacias do nordeste setentrional, não será o primeiro a causar uma alteração na forma de se pensar o curso do rio dentro da sua bacia. A localização da nascente do rio, no mapa oficial da bacia, foi alterada há poucos anos. A partir de 2004, a Agência Nacional das Águas considerou que a nascente do rio São Francisco localiza-se no município de Medeiros, em Minas Gerais. Sendo ainda popularmente reconhecida a nascente histórica como situada no município de São Roque de Minas (ASSIS, 2009, p. 10). A Foto 17 apresenta um monumento na nascente histórica do rio São Francisco em São Roque de Minas. A foto foi feita em trabalho de pesquisa em campo realizado em abril de 2013 na região das nascentes do rio São Francisco no Parque Nacional da Serra da Canastra.



Fonte: Assis (abr. 2013).

Foto 17. Monumento na nascente histórica do rio São Francisco em São Roque de Minas.

Uma seca ocorrida em 2014 nesta região chama a atenção. Segundo SPERB (2014), a nascente histórica do rio São Francisco em São Roque de Minas, chegou a secar em setembro de 2014. Em entrevista com o gestor do parque, o diretor Luiz Arthur Castanheira, explicou que o evento é inédito e o motivo para isso foi a sucessão de secas que atingiram a região há pelo menos três anos. Outro fato importante lembrado é das séries de incêndios que o parque nacional da Serra da Canastra enfrenta quase todos os anos, o que prejudica muito o rio e suas nascentes. Esta nascente está localizada na região do Alto São Francisco. A Tabela 01 demonstra a divisão regional da bacia do rio São Francisco e quanto representa cada área de cada região, dentro do total da bacia.

Tabela 1. Divisão regional da bacia do rio São Francisco

Região	Área (km²)	%
Alto São Francisco	111.804	17,5
Médio São Francisco	339.763	53,0
Submédio São Francisco	155.637	24,4
Baixo São Francisco	32.013	5,2

Fonte: CBHSF, 2013 Disponível em: <<http://cbhsaofrancisco.org.br/bacia-hidrografica-do-rio-sao-francisco/caracteristicas-gerais>>. Acesso em: 19 ago. 2013.

No Médio São Francisco, no sentido sul-norte, o rio atravessa todo o oeste da Bahia, até o ponto onde se formou o lago represado de Sobradinho, no município de Remanso. Estas grandes obras como a construção deste lago e transposições de águas, incluindo algumas já nas nascentes, são extremamente importantes, marcam a vida do rio. Estas grandes obras, possuem ligação direta com a transposição de águas atual proposta para o nordeste, onde já se pode estabelecer algumas importantes discussões. Mas antes disto, é importante demonstrar como a bacia do São Francisco é dividida. Depois de Remanso, o rio segue o seu curso para o leste, constituindo-se na divisa natural entre os estados da Bahia e de Pernambuco, até alcançar o limite com Alagoas (Submédio São Francisco). Daí, o rio segue na direção leste, formando a segunda divisa natural, dessa vez entre os estados de Alagoas e Sergipe, é o Baixo São Francisco, onde o rio deságua no Oceano Atlântico (CBHSF, 2013).

Na questão socioeconômica, a bacia está inserida em um espaço que apresenta grandes contrastes entre as regiões, entre os Estados, entre os meios urbanos e rurais e ainda entre as faixas de população. Entre as regiões há aquelas mais fortemente contempladas com a presença de indústrias e agroindústrias, como acontece no Alto, Médio e Submédio, notadamente nas zonas industriais extrativas de Minas e nos polos agroindustriais de grãos e fruticultura localizados no norte e oeste da Bahia e no sul de Pernambuco. No Baixo, a socioeconomia ribeirinha ainda se vincula significativamente à agropecuária e à pesca tradicionais, porém com crescimento expressivo da aquicultura, turismo e lazer (CBHSF, 2013).

As demandas pelo uso das águas do rio São Francisco se relacionam às questões urbanas e industriais, e de uso para a irrigação. O rio tem passado por diversos problemas ambientais derivados destes usos. De modo geral, a bacia do rio São Francisco apresenta conflitos de interesses na gestão, aproveitamento e restrições de uso dos recursos hídricos, principalmente entre os maiores usuários; conflitos entre demandas para usos consuntivos e qualidade inadequada das águas (CBHSF, 2013).

O rio constitui a base para o suprimento de energia elétrica da região nordeste do país, com nove usinas hidrelétricas em operação. Também possui extraordinário potencial para o desenvolvimento do transporte hidroviário, dentre outras possibilidades de uso. Mas, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) demarcou alguns desafios principais para a bacia, entre os quais podem ser citados:

- Definir estratégia que solucione conflitos entre os diversos usuários – abastecimento urbano, aproveitamento energético, irrigação, navegação, piscicultura, dessedentação de animais, lazer e turismo em toda bacia;
 - Resolver conflitos entre a demanda para usos consuntivos e insuficiência de água em períodos críticos;
 - Implementar sistemas de tratamento de esgotos domésticos e industriais;
 - Racionalizar o uso da água para irrigação no Médio e Submédio São Francisco;
 - Estabelecer estratégias de prevenção de cheias e proteção de áreas inundáveis, e
 - Definir programas para uso e manejo adequado dos solos
- CBHSF, 2013.
Disponível em: <<http://cbhsaofrancisco.org.br/bacia-hidrografica-do-rio-sao-francisco/conflitos-atuais-e-cenario-desejavel>>. (Acesso em: 7 abr. 2013).

Nos aspectos físicos pode-se apresentar que os biomas da bacia variam entre floresta atlântica, cerrado, caatinga, costeiros e insulares. Do ponto de vista mineral, a região do São Francisco é um riquíssimo depósito, com jazidas localizadas principalmente no alto rio das Velhas, importante afluente. No Alto, Médio e Baixo São Francisco há predominância de solos com aptidão para a agricultura irrigada (Latosolo e Podzólico). O Submédio é a área do vale com os menores potenciais de solos e reduzidas possibilidades de irrigação. O rio São Francisco também apresenta uma grande diversidade de peixes (CBHSF, 2013).

O São Francisco recebe água de vários afluentes, sendo a produção de água de sua bacia concentrada nos cerrados do Brasil central. A maior produção de água se forma entre sua nascente e a cidade de Carinhanha, na divisa do estado da Bahia com Minas Gerais. A grande variação na quantidade de água que os afluentes despejam no São Francisco é consequência das diferenças climáticas entre as regiões drenadas pelo rio e suas mais diversas condições naturais (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, RIMA, 2004, p.13).

O clima apresenta uma variabilidade associada a transição do úmido para o árido, com temperatura média anual variando de 18 a 27 °C. A pluviosidade apresenta média anual de 1.036 mm. O trimestre mais chuvoso é de novembro a janeiro, contribuindo com 55 a 60% da precipitação anual, enquanto o mais seco é de junho a agosto (CBHSF, 2013).

As chuvas que caem na bacia e chegam ao rio variam muito de volume ao longo do seu percurso. Como já foi dito, chove mais na região das nascentes; a evaporação, ao contrário, vai de 500 mm anuais nas nascentes, a 2.200 mm em Petrolina, perto da fronteira da Bahia com Pernambuco. Esta região de grande evaporação de águas é conhecida como

semiárido nordestino, onde está o polígono das secas (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, RIMA, 2004, p.13-14).

Localizado então em parte do território do São Francisco, o polígono das secas é reconhecido pela legislação como sujeito a períodos críticos de prolongadas estiagens. Situa-se majoritariamente na região nordeste, porém estende-se até o norte de Minas Gerais. A Bacia do São Francisco possui 58% da área no polígono, além de 270 de seus municípios ali inscritos (CBHSF, 2013).

Nesta conjuntura, o rio São Francisco se forma no centro-oeste de Minas Gerais e leva para o norte seco de Minas Gerais e para outras regiões secas do nordeste do Brasil uma grande quantidade de água. Na expectativa de estender este benefício, o Ministério da Integração Nacional pretende conectar a bacia do rio São Francisco com bacias de outros rios do nordeste setentrional do Brasil (bacia receptora).

4.1.2. Bacia Receptora: O Nordeste Setentrional do Brasil

O Projeto de Integração do Rio São Francisco na justificativa do Ministério da Integração busca solução para os graves problemas acarretados pela escassez de água na região do nordeste setentrional do Brasil, que estariam inviabilizando a sobrevivência em condições dignas das populações que lá moram, gerando situações de pobreza e miséria (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, RIMA, 2004, p. 3).

São muitas as discussões relacionadas a quem é contra ou favor do projeto, mas antes de apresentar estas discussões, será aqui apresentado as características gerais das bacias que serão receptoras das águas transpostas. Poderá se perceber que já existem críticas em relação a localização do traçado dos canais em construção, isto já será de imediato demonstrado. O projeto apresentado pelo Ministério não contempla completamente quem irá receber de fato as águas, responsabilidade que deve ficar para os governos estaduais. Sendo assim, será agora descrito, as características gerais de toda a região nordeste, já que existem canais sendo construídos pelos Estados, até mesmo, no litoral na região. Como a justificativa do projeto se baseia na localização da seca e da pobreza da região nordeste, fatos relacionados serão esclarecidos e debatidos.

Autores como Garcia e Belucci (2009, p. 152) lembram que o nordeste é marcado por uma série de diferenças naturais, humanas e econômicas, sobretudo do litoral para o interior. O nordeste é uma região que tem suas potencialidades e que também tem passado por

transformações positivas nos últimos anos. “Prova disso é que na última década a economia nordestina cresceu acima da média nacional” (GARCIA; BELLUCCI, 2009, p. 106).

Esse crescimento vem acontecendo graças a um dinamismo econômico em setores variados da economia nordestina, atraídos por incentivos fiscais, menor custo na mão de obra comparados com a região centro-sul. Empresas tradicionais, como alimentícias; e avançadas, como a petroquímica, se instalaram no nordeste. “Muitas áreas do Nordeste, inclusive aquelas localizadas em pleno Sertão, também vêm se tornando importantes polos de produção agrícolas, com lavouras irrigadas que produzem frutas [...]” (GARCIA; BELLUCCI, 2009, p. 166).

Garcia e Belucci (2009, p. 167), também apresentam diferenças relativas ao quadro natural entre clima, relevo e vegetação que marcam a região nordeste. O clima semiárido predominante no interior da região deu origem a caatinga; o clima quente e úmido no litoral favoreceu até mesmo uma floresta tropical. Assim, pode-se dividir o nordeste em quatro sub-regiões:

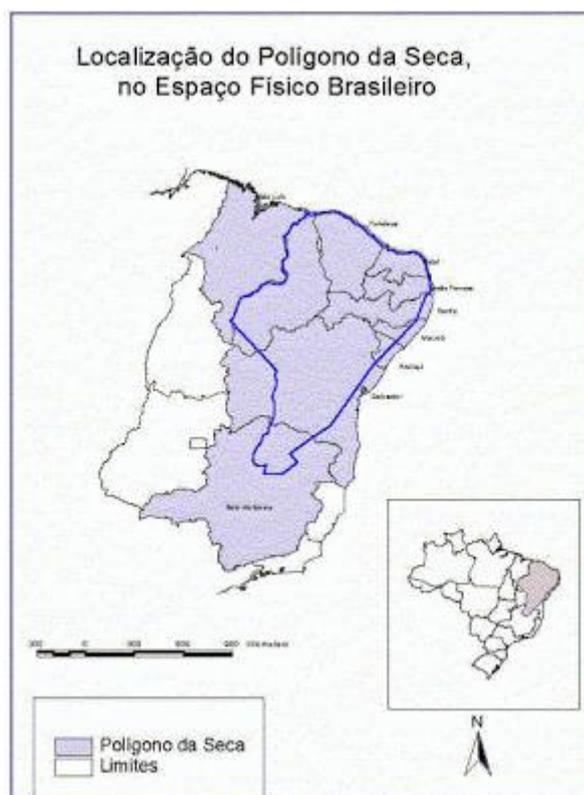
1. Zona da Mata, com clima quente e chuvoso, originalmente coberta pela floresta tropical, situa-se no litoral; região mais povoada e industrializada.

2. Agreste, com a transição entre Zona da Mata e o Sertão, apresenta tanto trechos úmidos com floresta tropical, quanto secos com a Caatinga. Destaca-se a produção agrícola e pecuária, geralmente em pequenas e médias propriedades.

3. Sertão com clima semiárido, quente e seco, com curtos períodos chuvosos. A caatinga é a vegetação típica, com rios que chegam a secar completamente no período de estiagem. A pecuária é uma importante atividade econômica nesta região.

4. Meio Norte, transição entre Sertão e Amazônia, clima quente e úmido, com vegetação variando de caatinga a mata dos cocais. A agricultura tem avançado nesta região, com produtos como a soja, inclusive para a exportação.

A região da transposição encontra-se na área do Polígono das Secas, no nordeste setentrional (parte do Sertão, ao norte do rio São Francisco). A área é a que mais sofre com os efeitos de secas prolongadas, abrangendo parcialmente os estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, RIMA, 2004, p. 3). O mapa 2 indica a região conhecida como Polígono da Seca. Como se pode perceber, essa região ocupa diversos estados brasileiros.



Fonte: Blog Transposição. Disponível em: <<http://riodaintegracaonacional.blogspot.com.br/2008/09/o-nordeste-e-suas-chuvas-irregulares.html>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

Mapa 2. Localização do Polígono da Seca.

O empreendimento viabilizaria o fornecimento de água para vários fins: abastecimento humano, irrigação, dessedentação de animais, criação de peixes e de camarão; com uma projeção de atingir uma área com cerca de 12 milhões de habitantes (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, RIMA, 2004, p. 3).

Para definir a área exata a se traçar os canais e levar água até as regiões mais secas a definição do projeto teria decorrido de duas etapas de análise:

1ª etapa: Estudos de Inserção Regional, com avaliação da disponibilidade e a demanda por água no Nordeste Setentrional, considerando uma área mais ampla que a área efetivamente beneficiada pelo empreendimento; e 2ª etapa: Estudos de Viabilidade Técnico-Econômica, com a avaliação das alternativas para o anteprojeto de engenharia para definir a melhor opção de traçado, o planejamento das obras e seus custos, e a sua viabilidade econômica (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, RIMA, 2004, p.03).

Tecnicamente a ideia do “Projeto de Integração do Rio São Francisco” é que ele funcione como uma “torneira”, que quando haja necessidade, seja liberada certa quantidade de água do rio São Francisco para as regiões onde ela está faltando no nordeste setentrional do

Brasil. Isso seria feito respeitando os limites da bacia doadora e as necessidades das bacias receptoras (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, RIMA, 2004, p. 27).

Convencionou-se chamar a obra de Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional porque o termo transposição indicaria um deslocamento do rio São Francisco; já o termo integração de bacias teria um tom mais suave e poderia servir para amenizar conflitos entre as populações das regiões doadoras e receptoras das águas (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, O que é o projeto?, 2014).

As bacias receptoras serão as seguintes: “Jaguaribe, CE, Apodi, RN, Piranhas-Açu, PB-RN, Paraíba, PB, Moxotó, PE e Brígida, PE. As duas últimas são sub-bacias do próprio rio São Francisco” (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, RIMA, 2004, p. 27).

Em uma obra complexa de engenharia, por canais, dutos, dentre outros sistemas de transporte de águas, as águas seriam transpostas até as bacias receptoras abastecendo além do leito natural de alguns rios intermitentes ou não, açudes, reservatórios que já existem ou que serão construídos.

O Projeto de Integração do Rio São Francisco é dividido em dois grandes eixos: Norte e Leste. O Eixo Leste parte do município de Floresta em Pernambuco, onde está a chamada meta-piloto, meta de 16 km. Em junho de 2013, o Ministério da Integração divulgou dados dizendo que naquele momento esta meta possuía 74,7% de conclusão. O Eixo Norte parte do município de Cabrobó em Pernambuco; a primeira meta desse eixo tem 140 km e possuía na mesma data 42,3% de conclusão (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, O que é o projeto?, 2013).

Com a obra, pretende-se atingir a maior parte da região nordeste do Brasil. No início de 2014, o Ministério da Integração Nacional disse que mais de 50% da obra estaria concluída, porém em janeiro do mesmo ano, o Ministério também afirmou que nenhuma meta tinha sido totalmente concluída (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, O que é o projeto?, 2014).

No agreste e no sertão nordestino, 390 municípios dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, com 12 milhões de habitantes, receberiam as águas transpostas. Observando as informações detalhadas abaixo pelo próprio Ministério em 2013, é possível perceber as metas dispostas pelo Ministério da Integração e em quais estados brasileiros a obra se localiza e como estava o andamento dessas obras em 2013. São características dos eixos:

Eixo Leste:

META 1L – Meta-piloto (16 km): Compreende a captação no reservatório de Itaparica até o reservatório Areias, ambos em Floresta (PE). É uma meta-piloto para testes do sistema de operação. A Meta 1L apresenta 86,1% de conclusão.

META 2L (167 km): Inicia na saída do reservatório Areias, em Floresta (PE), e segue até o reservatório Barro Branco, em Custódia (PE). A Meta 2L apresenta 57,8% de execução.

META 3L (34 km): Este trecho está situado entre o reservatório Barro Branco, em Custódia (PE), e o reservatório Poções, em Monteiro (PB). A Meta 3L apresenta 26,2% de execução.

Eixo Norte:

META 1N (140 km): Vai da captação do rio São Francisco, no município de Cabrobó (PE), até o reservatório de Jati, em Jati (CE). A Meta 1N apresenta 55,5% de execução.

META 2N (39 km): Começa no reservatório Jati, no município de Jati (CE), e termina no reservatório Boi II, no município de Brejo Santo (CE). A Meta 2N apresenta 24,1% de execução.

META 3N (81 km): Estende-se do reservatório Boi II, no município de Brejo Santo (CE), até o reservatório Engenheiro Ávidos, no município de Cajazeiras (PB). A Meta 3N apresenta 46,4% de execução.

Fonte: BRASIL, Ministério da Integração Nacional, 2013. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/pt/web/guest/o-que-e-o-projeto>. Acesso em: abr. 2013.

Cabrobó é onde se dará início ao chamado Eixo Norte, que transportará um volume médio de 45,2 m³ de água por segundo pelo sistema. Levará água para os rios Brígida, PE, Salgado, CE, do Peixe, PB, Piranhas-Açu, RN e Apodi, RN e para os açudes Chapéu, PE, Entremontes, PE, Castanhão, CE, Engenheiros Ávidos, PB, Pau dos Ferros, RN, Santa Cruz, RN e Armando Ribeiro Gonçalves, RN. Pela sua extensão, foi dividido em cinco trechos. O Eixo Norte é composto por aproximadamente 402 km de canais artificiais, quatro estações de bombeamento, 22 aquedutos, seis túneis e 26 reservatórios de pequeno porte. Nesse Eixo, ainda estão previstas duas pequenas centrais hidrelétricas junto aos reservatórios de Jati e Atalho, no Ceará, com respectivamente, 40 MW e 12 MW de capacidade (BRASIL, Ministério da Integração Nacional - RIMA, 2004, p. 37).

Cabrobó é importante diante da realidade complexa da transposição, fica entre a bacia doadora e a receptora. Cabrobó é sem dúvida um espaço concreto da transposição; é onde as pessoas podem ver as águas do rio São Francisco e os canais em construção. Podem pescar no rio e sentir a poeira provocada pelas detonações das obras que cavam os canais. A escolha deste lugar, portanto, se deu desta proximidade dos moradores com a realidade da transposição. Em qualquer ponto do município de Cabrobó que se chegar, ao perguntar qualquer pessoa sobre a transposição, alguém terá algo a dizer sobre o fato concreto, que ali se estabelece.

4.2. GRANDES OBRAS NA BACIA DOADORA

4.2.1. *Nascente do rio/nascem as grandes obras: Transposição do rio Piumhi*

Além de serem várias as obras realizadas ao longo do curso do rio São Francisco, elas já acontecem há muitos anos, possuem raízes históricas. Desde o período da colonização, o rio foi intensamente usado da sua foz à sua nascente. O rio São Francisco ocupa cerca de 8% de território brasileiro e apresenta números extraordinários. Colonizadores nos séculos XVI e XVII já narravam a grandeza do rio ao se encontrar como o mar. O que se vê hoje é o mar invadindo o leito do rio (COELHO, 2005, p. 108).

Todas essas transformações que vem ocorrendo ao longo do curso do rio São Francisco e ao longo da história do Brasil, causaram sérios danos a ele. Das suas nascentes a sua foz é possível perceber os danos.

De modo geral, os vales dos rios foram historicamente espaços que os homens tiveram preferência em habitar. “Ele promete uma subsistência fácil por ser um nicho ecológico altamente diversificado: há uma grande variedade de alimentos nos rios” (TUAN, 1980, p. 134). No caso do rio São Francisco, não foi diferente. Como toda a diversidade natural, os índios, da sua nascente à sua foz, fizeram do vale do rio São Francisco um lugar de morada.

Entendendo-se, de modo geral, que os vales dos rios podem gerar uma sensação de segurança e conforto para seus habitantes. “O vale é identificado simbolicamente com útero e como refúgio. A sua concavidade protege e nutre a vida” (TUAN, 1980, p. 135).

Desde o passado até hoje, populações ribeirinhas possuem uma intensa ligação e necessidade de uso do rio São Francisco. Pode-se identificar histórias, antes mesmo da chegada dos colonizadores, que mostram a intensa ligação e necessidade da água do rio para a sobrevivência dos ribeirinhos.

De uma lenda conta-se o surgimento do rio São Francisco: Em uma disputa entre tribos, uma índia na Serra da Canastra teria perdido seu noivo. A tribo da índia teria saído em formação para vingar a morte do noivo. Quando a tribo foi sair para a luta fez um caminho que teria sido preenchido pelas lágrimas da índia e formado o rio São Francisco. Os índios passaram a habitar o caminho, o vale do rio São Francisco (COELHO, 2005, p. 31).

Com a chegada dos colonizadores houve um massacre das comunidades indígenas, os que foram poupados foram utilizados como escravos, guias dos mistérios do rio e sua região (COELHO, 2005, p. 31).

Aproveitando das potencialidades do rio começaram os empreendimentos dos colonizadores. Os donos das sesmarias espalharam seus currais aproveitando o sal que

também poderia ser encontrado. “A multiplicação do rebanho estava garantida desde o início pela alimentação das capinas e savanas virgens do território. Além disso, na região são-franciscana foi encontrado um elemento básico para o gado – o sal” (COELHO, 2005, p. 31).

Em trabalho de campo, realizado em março de 2013, ainda é possível ser visto a formação dos antigos currais redondos na região das nascentes do rio São Francisco, com a vegetação protegida pelo Parque Nacional da Serra da Canastra, em Minas Gerais.

Hoje, a região das nascentes é protegida por este parque; no entanto, a região já é cercada de grandes empreendimentos agropecuários. Os moradores da região relatam preocupação com o rio; os mais idosos relataram que durante a sua própria história de vida, viram as riquezas naturais no entorno da região diminuir (ASSIS, 2009). Quando se faz a descrição geral da própria bacia do rio, já se falou aqui, do receio de secar até as nascentes. Mas retratando agora, os grandes empreendimentos, obras realizadas ao longo do curso do rio, pode-se citar uma transposição nesta região e as alterações por ela causadas. Junto com as histórias de vida das pessoas, (ASSIS 2009), traz outras fontes, como arquivos de jornais, mostrando as riquezas como as demonstradas nas fotos 18 e 19 do rio São Francisco, no centro-oeste de Minas Gerais, com suas potencialidades naturais que eram ligadas ao rio e que hoje não podem mais ser vistas.



Fonte: Assis (2009)

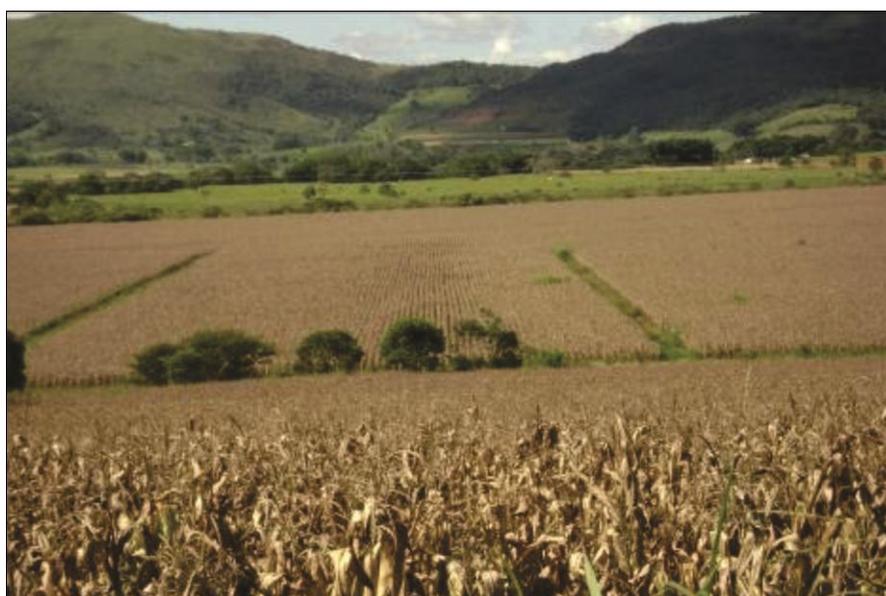
**Foto 18. Exuberância de peixes do rio São Francisco em Piumhi, MG, da década de 1970.
Foto exibida no Jornal Alto São Francisco.**



Fonte: Assis (2009).

**Foto 19. Caça de animais em Piumhi, MG, da década de 1970.
Foto exibida no Jornal Alto São Francisco.**

A região tem solo fértil e hoje é uma região exportadora de café e de criação de gado. Uma das regiões mais desenvolvidas na agricultura e na pecuária de Minas Gerais. Existe uma concentração de terras da região nas mãos de poucas pessoas. A terra possui alto valor financeiro (ASSIS, 2009). As fotos 20 e 21 demonstram a intensa agricultura mecanizada e pecuária extensiva praticada no lugar.



Fonte: Assis (2009).

Foto 20. Agricultura irrigada no Centro-Oeste de Minas Gerais.



Fonte: Assis (2009).

Foto 21. Criação intensiva de gado no Centro-Oeste de Minas Gerais.

É nesta região que se pode citar uma primeira transposição de águas envolvendo o rio São Francisco. Construiu-se em Minas Gerais a usina hidrelétrica de Furnas. Para a construção de Furnas foi necessário construir um dique no município de Capitólio para que as águas do lago de Furnas não inundassem a cidade. Para a construção do dique, o rio Piumhi que fazia parte da bacia do rio Grande, foi transposto para o rio São Francisco (ASSIS, 2009).

Esta transposição está gerando uma série de impactos negativos ao rio São Francisco, como o assoreamento de córregos da região e, por consequência, do próprio rio (ASSIS, 2009). Além disto, estudos do Moreira (2006) apontam que, neste caso, a transposição teria levado à introdução e competição de diferentes espécies de peixes da bacia do rio Grande para a bacia do rio São Francisco.

Como impactos negativos, ainda podem ser notados visivelmente a falta de mata ciliar ao longo do canal de transposição, que apenas foi escavado de forma rudimentar. A não limpeza deste canal na atualidade e o problema da não fluidez do esgoto em Capitólio, que produzem mau cheiro, enchentes e o aprofundamento de leitos de córregos (ASSIS, 2009).

Os relatos das histórias de vida das pessoas da região demonstraram que esta transposição serviu para gerar conflitos em torno do uso da terra, com especulação e concentração de terras nas mãos dos mais ricos. Assim, as terras e o uso das águas da região servem hoje a grandes empreendimentos agrícolas, onde se expulsou e não valorizou e nem se valoriza os pequenos produtores. Esta transposição teria sido imposta pelo Governo Federal

da época e não ouviu e nem respeitou a voz da população local e nem a legislação (ASSIS, 2009).

Esta transposição é uma obra ligada à construção do lago artificial da usina hidrelétrica de Furnas e, junto com a sua construção, a transposição gerou na região a construção de condomínios e espaços luxuosos de lazer e turismo. Os espaços ocupados para a construção do lago de Furnas e a construção dos canais de transposição geraram aos antigos donos das terras indenizações irrisórias ou inadequadas, ou até mesmo que alguns moradores ficassem só com as promessas de indenizações. Houve casos de neuroses e suicídios por causa da ocupação das terras pelo lago de Furnas. Pessoas que foram expulsas de suas terras foram morar em vilas, onde a pobreza se estabeleceu. O estilo de vida urbano foi imposto para a região, descaracterizando o modo de produção de agricultura familiar (ASSIS, 2009).

Os fatos históricos desta transposição não são conhecidos pelos jovens da região, ficando apenas na memória de quem os vivenciou. Os jovens se apegam mais as benfeitorias que a região oferece hoje, graças ao turismo e ao desenvolvimento agrícola e industrial. A construção das obras desta transposição, o modo de vida rural e a produção familiar agrícola estão sendo esquecidos (ASSIS, 2009).

Não se tem aqui o objetivo de comparar a região como era no passado e no presente ou se houve malefícios ou benefícios nesta transposição; ou mesmo se comparar esta transposição da década de 1950 e de menor porte com a atual transposição do rio São Francisco. Mas, alguns fatos podem se repetir na atual transposição do rio São Francisco e eles podem de algum modo serem evitados ou melhor geridos. Isto foi até mesmo mencionado na fala de pequenos produtores rurais do centro-oeste de Minas:

[...] O rico querendo a terra e o pobre pensando que iria ficar com a terra. Mas o resultado que teve é igual a transposição do rio São Francisco, viu, foi tudo pro rico. O rico vai usufruir de todo benefício, o pobre vai ficar sendo tratado de caminhão-pipa, como é hoje (Depoimento do Sr. Orilde) (Fonte: Assis, 2009, p. 80).

Plantava. Hoje pra plantar tá muito difícil, semente tá muito cara, adubo muito caro, aração, hoje em cem um tem: de primeiro era arado de boi, agora num tem mais arado, não tem boi. Tem que pagar trator, trator tá muito caro. Ai planta. Como é que planta? Hoje só planta quem tem trator. [...] Esse ano até se tivesse plantado até que dava. Tá bão pra chover né? (Depoimento da Sra. Maria Ferreira da Silva) (Fonte: Assis, 2009, p. 72).

Eu pesquei muito peixe aqui. Nossa era peixe demais. Agora tem peixe branco, boi. Tudo gado, tudo pelo social. (Depoimento do Sr. João) (Fonte: Assis, 2009, p. 81).

O rio São Francisco não é só o rio da Unidade Nacional, mas é também importante para diversos grupos ecológicos, importante para ecossistemas brasileiros. “Da Serra da Canastra, entre saltos e cachoeiras brincando por entre as pedras, como um menino travesso

corre em direção ao sertão árido. [...] deixa as terras ricas de Minas Gerais e se dirige ao nordeste brasileiro gerando vida a milhões de seres humanos” (CAPPIO *et al.*, 1995, p. 7).

Como retratado pelos moradores da região das nascentes, uma preocupação atual, quando se fala da transposição do rio São Francisco, é a própria fragilidade do rio e para quem iria a água transposta, para quais empreendimentos e quem serão os beneficiados, quais seriam os projetos agrícolas para a região que receberá as águas transpostas.

4.2.2. Grandes projetos de agricultura: Alguns exemplos e seus problemas

O rio traz vida por onde passa e nas suas margens é produzido alimento para milhares de comunidades ribeirinhas e para diversas regiões do Brasil. Ao longo da história uma diversidade de ribeirinhos dependeu do rio para a agricultura de subsistência, pesca e pecuária.

Segundo Coelho (2005), a agricultura familiar e o abastecimento local de alimentos nas margens do rio São Francisco sofreram sérias perdas com a chegada dos grandes empreendimentos, como a construção de usinas hidrelétricas e seus lagos artificiais. Frei Luiz Flávio Cappio foi um dos personagens que mais marcou a história da transposição do rio São Francisco; chamou atenção da mídia nacional e internacional quando realizou protestos, chegando a fazer greve de fome e se mantendo vários dias sem se alimentar. O Frei chamou a atenção para um modo de olhar para a transposição como algo injusto e cheio de problemas. Ele fez uma viagem, um trabalho de campo, onde percorreu o rio da nascente a foz e entrevistou ribeirinhos, escutando reclamações e sofrimentos.

Muitos projetos de irrigação foram criados a partir do século XX com o objetivo de diminuir a pobreza no Brasil. Projetos que não tiveram uma gestão em longo prazo e que muitas vezes foram abandonados de forma repentina (CASTRO, 2011, p. 9).

Em 1995, foram estabelecidas pela Assembleia de Minas Gerais, leis que protegeriam o rio São Francisco e suas lagoas marginais, mas o que se percebeu nas últimas décadas foi uma série de crimes ambientais, inclusive quando em 1981 o Ministério da Agricultura estimulou o uso de terras no chamado Pró-Várzea, onde muitos crimes aconteceram. Como exemplo, pode se citar uma construção de uma usina de açúcar entre Luz, MG, e Lagoa da Prata, MG, em áreas de lagoas e várzeas do rio São Francisco (COELHO, 2005, p. 129).

Portanto, existe a necessidade de se pensar e analisar a situação relativa à cobertura vegetal na região de São Francisco. A produção do carvão vegetal e da plantação de eucaliptos é outro exemplo que tem gerado uma série de problemas (COELHO, 2005, p. 130).

Existem diversos fatores inadequados na implementação de projetos de agricultura e pecuária na bacia do rio São Francisco. Há, principalmente, falta de tecnologia com uso inadequado da irrigação. “Um desses fatores é o desperdício de água na irrigação de lavouras e pastos [...]; a irrigação de áreas agrícolas, dentro de poucos anos, consumirá cerca de 70% da água potável do Velho Chico [...]” (COELHO, 2005, p. 132). Isto seria uma das questões colocada pelos estados doadores da água para a transposição: Faltaria água para a irrigação já nestes Estados.

Os problemas na agricultura no Brasil já passaram por diversos programas políticos de tentativas de soluções. Um dos auge dessas políticas seria a criação do Ministério Extraordinário para a Irrigação, em 1985. Como resultados aparecem os polos de grande porte de agricultura irrigada de Petrolina, PE, e Juazeiro, BA, e casos de menor destaque como no Norte de Minas Gerais, no Ceará e Rio Grande do Norte. O destaque em Petrolina e Juazeiro seria a disponibilidade hídrica do rio São Francisco (CASTRO, 2011, p. 8).

Segundo a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF, 2013), os perímetros irrigados traduzem a história da CODEVASF, onde, a partir da segunda metade da década de 1960, houve uma concentração de investimentos federais no vale do rio São Francisco para criação de infraestrutura de irrigação e geração de energia elétrica. Isto teria provocado novos investimentos voltados para o fortalecimento da infraestrutura socioeconômica; onde, nas décadas de 1980 e 1990, a maior liderança estaria por conta do setor privado, por meio da organização dos empresários motivados pela necessidade de competição nos mercados nacional e internacional.

Cabrobó, em Pernambuco, é o primeiro município onde se fará captação de águas do rio São Francisco, no “Projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional do Brasil”. Cabrobó é vizinho a Orocó, que faz parte da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo de Petrolina e Juazeiro (RIDE). Mesmo nos projetos de Petrolina e Juazeiro, que são considerados de grande porte, as críticas aparecem. Elas também são apresentadas pelos próprios moradores de Cabrobó. Uma das críticas é de que os benefícios da RIDE se restringem aos campos de produção, em especial aos donos destes campos de produção e não atingem nem ao menos os municípios vizinhos como Cabrobó.

Em relação aos projetos no Norte de Minas, a CODEVASF (2013) afirma que os projetos de irrigação podem contar com potencialidades, como uma rede intermodal de transporte e boa estrutura física para escoamento da produção; disponibilidade de uma ampla rede de ensino de nível médio, técnico e superior; e boas condições edafoclimáticas

favoráveis à atividade agropecuária, dentre outras. E que, por exemplo, no caso do Projeto Jaíba, o objetivo é proporcionar aos produtores condições administrativo-técnicas e econômicas para contribuir com o desenvolvimento da agricultura irrigada e do agronegócio, visando a fixação do homem ao campo e a sua inclusão no processo produtivo e a equidade social.

Cappio *et al.* (1995) descreve de modo particular o projeto no norte de Minas (Jaíba) como um projeto cheio de falhas de gestão. O projeto retiraria grande quantidade de água do rio e não ofereceria condições de produção para os pequenos produtores. “[...] ou seja, 10% da vazão normal do rio São Francisco. O projeto Jaíba foi iniciado em 1972 tendo à frente a Rural Minas e a Codevasf e contou com recursos provenientes Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) [...] vultuosos os problemas sociais e ecológicos. (CAPPIO *et al.*, 1995, p. 45).

Os colonos sobrevivem em condições precárias e não possuem capacidade técnica e não sabem lidar com empréstimos. A produção excedente é sempre superexplorada pelos atravessadores e há um descaso do setor público em relação à saúde e à educação da população local, o que inviabilizaria qualquer perspectiva de desenvolvimento. “[...] maior projeto da América Latina, sugere algo como uma favela rural [...]” (CAPPIO *et al.*, 1995, p. 45).

O projeto Jaíba favorece apenas grandes empreendedores, não oferecendo capacidade comercial e nem de vida digna aos colonos que foram para lá levados. “Famílias vivendo em casas de pau e cobertas com lona preta (em uma região onde a temperatura chega a 40 °C no verão)” (CAPPIO *et al.*, 1995, p. 46).

Os pequenos produtores sobrevivem em condições precárias. “[...] bebendo água insalubre do rio São Francisco, diretamente dos canais de irrigação (onde muitos lavam as bombas de agrotóxicos, tomam banho, lavam roupas, jogam lixo e animais mortos); e famílias sem saneamento básico e sem luz elétrica” (CAPPIO *et al.*, 1995, p. 46).

Enfim, também é colocada a questão do assoreamento do rio. Tornou-se evidente o assoreamento do rio; a prioridade absoluta da utilização do rio para gerar energia; e o abandono pela agricultura familiar (COELHO, 2005, p. 122).

São enfatizadas também formas primitivas de manejo de solo, revolvimento excessivo, ausência de práticas conservacionistas (curvas de nível, terraceamento e rotação de culturas), compactação, destruição das matas ciliares e desmatamento florestal, pisoteio excessivo em pastagens, além de técnicas inadequadas de irrigação todas contribuindo para impulsionar a incansável dinâmica do assoreamento do rio (COELHO, 2005, p. 140).

Até o fim da década de 1960, os projetos para agricultura irrigada teriam ficado mais por conta da iniciativa privada ou de poucas políticas de sucesso por parte do Governo (CASTRO, 2011, p. 9).

Em 4 de março de 1995, o Frei chegou na região de Januária e Malhada, norte de Minas Gerais e sul da Bahia. Descreveu a situação de pobreza e miséria e demonstrou, por meio de depoimentos colhidos, as lendas e histórias, observadas a intrínseca ligação do povo local com o rio. “Pobreza tão mais doída do que aquela dos gráficos e estatísticas [...] histórias [...] revelam aspectos importantes da compreensão de mundo construída por essas comunidades ribeirinhas do São Chico” (CAPPIO *et al.*, 1995, p. 43).

Buscando entender a realidade do rio São Francisco e de seus ribeirinhos no Norte de Minas Gerais, foi realizado um trabalho de campo; onde além de visitar a região, também houve uma participação em um seminário. Em março de 2015, foi realizado na cidade de Januária, também no norte de Minas Gerais, um seminário para discutir a revitalização e a transposição do rio São Francisco. Estavam presentes, além do atual Ministro da Integração Nacional Gilberto Magalhães Occhi, representantes dos Ministérios dos Transportes e da Pesca e Aquicultura; o secretário de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas, Paulo Guedes; além de vários deputados estaduais e federais, prefeitos de cidades da região da nascente até a foz do rio São Francisco; vereadores; dirigentes de órgãos ligados ao meio ambiente; lideranças regionais; oficiais da Marinha do Brasil e Exército Brasileiro e estudantes.

Chamou a atenção, o discurso incisivo dos prefeitos das cidades ribeirinhas, dizendo da necessidade de revitalização do rio São Francisco. Deputados e o Ministro da Integração Nacional Gilberto Magalhães Occhi, defenderam a transposição, reclamando da seca no nordeste. O Ministro da Integração Nacional repetiu as informações disponibilizadas no projeto de transposição e salientou que dentro do projeto existem ações e investimentos destinados à revitalização do rio. Perguntado sobre a situação do município de Cabrobó, e de suas comunidades tradicionais, incluindo os agricultores familiares que não possuem acesso às águas do rio, mesmo morando ao lado dele; o Ministro enfatizou que é uma determinação da presidente Dilma e do governo federal, que a transposição seja canal de se levar prioritariamente água até estes diretamente atingidos pelas obras da transposição.

O prefeito de Aracajú (SE), João Alves Filho, palestrante no Seminário, demonstrou conhecimento sobre o projeto, indicando que já visitou outras obras de transposição no mundo. Salientou a importância da revitalização do rio, e demonstrou preocupação com a vida do rio. Indicou que por seu conhecimento e estudos sobre o rio, acredita que dentro de poucos

anos, o rio poderá estar com muito pouca água, inviabilizando a transposição e os já existentes projetos de irrigação ao longo da bacia. Em outro trabalho de campo, na região da foz do rio São Francisco, no Estado de Sergipe, conversando com moradores locais, pode-se perceber por parte deles, uma preocupação grande com a diminuição da água do rio, que esta chegando cada vez menos ao mar. Os moradores relataram que dentro de poucos anos, foi possível notar o avanço do mar. Exemplificam citando a localização do farol, que ficava em terra firme e que hoje já foi tomado pelo mar. Segundo eles, o rio perde cada vez mais força e quantidade de água, enquanto o mar avança pelo leito do rio.

Mas, ainda na cidade de Pirapora, puderam ser notadas situações alarmantes em relação a quantidade de água no rio São Francisco. Em alguns trechos puderam ser notadas placas de avisos do Corpo de Bombeiros, indicando o perigo de afogamento, graças a quantidade de “banco de areias” presente no rio; como pode ser observado na foto 22.



Fonte: Assis (março, 2015).

Foto 22: Placa indicando banco de areia no rio São Francisco, em Pirapora/MG.

Foi relatado pelos moradores da cidade de Pirapora, além da diminuição das águas, a diminuição da quantidade de peixes no rio São Francisco. Eles contaram que hoje, diferente do que já fora no passado; quase não conseguem pescar. Na foto 23, a moradora da cidade mostra o resultado de um pesca, um pequeno peixe; ela relatou que tinha passado o dia todo nas margens do rio, sem quase nada conseguir pescar.



Fonte: Assis (março, 2015).

Foto 23: Moradora do município de Pirapora/MG, mostrando resultado da pesca no rio São Francisco.

Relataram que mesmo morando ao lado do rio, sofreram no ano de 2014 e 2015, com racionamento de água. Disseram que no passado, a própria topografia do rio levava água até reservatórios que abasteciam a cidade, mas que atualmente eram necessárias bombas para se retirar a água do rio. E fizeram principalmente a reclamação de que o símbolo maior da cidade, o barco a vapor que circulava pelas águas do rio São Francisco a décadas, já não mais podia navegar, por causa da falta de água. Na foto 24, é possível perceber o vapor Benjamin Guimarães, atracado nas margens do rio São Francisco, em Pirapora/MG.



Fonte: Assis (março, 2015).

Foto 24: Vapor Benjamin Guimarães, sem possibilidade de navegação, atracado nas margens do rio São Francisco, em Pirapora/MG.

Além dos projetos de irrigação, também é de se destacar a construção de lagos artificiais e das usinas hidrelétricas no rio São Francisco. Em especial, o caso de Sobradinho, que alterou fortemente a conjuntura socioambiental na bacia do rio São Francisco.

4.2.3. Sobradinho: Um Mar de Equívocos

*O homem chega, já desfaz a natureza
Tira gente, põe represa, diz que tudo vai mudar
O São Francisco lá pra cima da Bahia
Diz que dia menos dia vai subir bem devagar
E passo a passo vai cumprindo a profecia do beato que dizia que o Sertão ia alagar
O sertão vai virar mar, dá no coração
O medo que algum dia o mar também vire sertão...*

Sobradinho
Sá e Guarabyra

A construção da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, no rio São Francisco, já no sertão nordestino, foi um importante empreendimento e que alterou o rio e a vida da população ribeirinha e nordestina. Uma obra que impressiona pelo seu tamanho, como pode ser observado no foto 25. Esta obra, pela sua magnitude, tem ligação direta com a capacidade, ou não, do rio São Francisco oferecer águas para as transposições.

Em 1948 foram inseridas na legislação brasileira leis que dariam início aos planos para construção de hidrelétricas ao longo do rio São Francisco, que durante alguns meses apresentou, no seu médio e inferior curso, períodos de cheia e de seca. Com a justificativa de controlar o fluxo de água e aproveitar as potencialidades da água, não as deixando ir para o oceano, iniciou-se a construção das usinas hidrelétricas, com seus lagos artificiais (COELHO, 2005, p. 119)

O chamado “povo vazanteiro”, encontrado na região, são camponeses que sobrevivem graças à inundação provocada pelas cheias do rio do São Francisco. Estas inundações levam para as margens e ilhas do rio um fertilizante natural. Mesmo não sendo donos das grandes quantidades de terra que margeiam o rio, esse povo utiliza as ilhas que ali se formam. Mas, acusam os grandes empreendimentos de cada vez mais alterarem as cheias do rio e assim seu modo de sobrevivência (CAPPIO *et al.*, 1995, p. 45).



Fonte: Filho (2008).

Foto 25. Lago e usina hidrelétrica de Sobradinho.

Grande empreendimento que armazena águas do rio São Francisco, para a produção de energia.

Uma das principais críticas a essas construções é que não se escutou o que a população local diria sobre o assunto. As cheias que ocorriam levavam até os lagos marginais grandes quantidade de peixes e fertilizavam as terras vizinhas, com o controle das cheias a população ribeirinha muito sofreu. Ou seja, o menosprezo pelos interesses da população ribeirinha pobre foi o ponto de partida para a ditadura chegar ao apogeu dos equívocos, ao planejar e construir uma gigantesca represa no médio São Francisco, sem buscar uma solução que não fosse tão danosa para o Brasil (COELHO, 2005, p. 148).

Cappio *et al.* (1995) descreve a situação de pobreza da região como uma pobreza complexa. Herança de séculos de isolamento e exclusão de políticas públicas; mas, uma região onde a população sempre contou com as águas do rio São Francisco, seus peixes e com a capacidade de fertilização de terras.

Em 1978, concluiu-se a construção do lago artificial de Sobradinho, sendo removidas aproximadamente 72 mil pessoas. Em 40.000 km², geralmente de terras áridas, dando a chamada ideia de que “o sertão iria virar mar”. As críticas ao feito foram muitas, incluindo a questão de que a construção teria servido apenas para o fornecimento de energia elétrica e que por diversas vezes as inundações catastróficas teriam continuado a existir e os benefícios teriam sido eliminados. Mas, a crítica maior está relacionada ao deslocamento de pessoas. “Até julho de 1972, a CHESF não sabia o que propor e o que fazer com os milhares de sertanejos que perderiam tudo” (COELHO, 2005, p. 161).

Projetos de grande magnitude econômicas e estruturais têm apresentado benefícios para uma parcela da sociedade, mas deixando ribeirinhos na pobreza. Essa situação de

pobreza é fruto do investimento de bilhões de dólares do dinheiro público em projetos que excluem a maior parte da população são-franciscana (CAPPIO, 1995, p. 44).

Em 1975, estabeleceu-se Serra do Ramalho como centro de colonização, próximo ao Santuário de Bom Jesus da Lapa, referência ao imaginário sertanejo. Mais ou menos 700 km distante de Sobradinho. As indenizações teriam sido feitas de forma errada, variando de acordo com a força de resistência; variando em até 1.000% e não teriam sido levadas em conta as bem feitorias totais e a posse de terras sem documentação. A população local não foi escutada devidamente e sofreu muito com os prejuízos. “No entanto, dominados pela arrogância e prepotência, os governantes militares, que se julgavam senhores para o todo e sempre dos destinos do Brasil, encaravam os ribeirinhos como seres primitivos, analfabetos e incapazes” (COELHO, 2005, p. 161).

4.2.4. Projetos de Irrigação: Perspectivas Futuras

A grande justificativa do projeto de Integração do rio São Francisco com as bacias do nordeste setentrional do Brasil é acabar com a seca da região. Levar água para o consumo humano, para a agricultura e a pecuária. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), como fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, com o intuito de fornecer suporte técnico e institucional às ações governamentais disponibilizou um estudo realizado por Castro (2011) sobre os impactos de Integração das bacias na agricultura no nordeste setentrional. O estudo se baseia em argumentos técnicos e na análise de diversos autores que serão a seguir demonstrados.

O “Nordeste Setentrional do Brasil” é a região programada para receber as águas da transposição do rio São Francisco. Está no semiárido nordestino, que historicamente é conhecido pela situação de seca. “Essa região abrange 57% da área total do nordeste e, aproximadamente, 40% da população, [...] precipitação média anual é inferior a 800 mm, [...] evapotranspiração potencial acima de 2 mm” (CASTRO, 2011, p. 7). O autor explica que existem outras regiões muito mais secas no mundo do que o Nordeste Setentrional no Brasil, e que se consegue ter água para a agricultura e subsistência humana; no nordeste o que haveria é uma má gestão das águas. Espera-se que esta região possa vir a utilizar as águas transpostas na agricultura e na pecuária. Para tanto, é necessário projetos de distribuição adequados das águas e dos projetos de irrigação. Estudos do Banco Mundial teriam relatado que no Brasil existiam 3,5 milhões de hectares irrigados, pouco mais de 500 mil no semiárido. Portanto, a região é uma área que tem espaço para ser irrigado e um grande número de população que

espera por isso. Até mesmo porque outros projetos não os alcançaram, visto que o problema da seca se alonga na história do Brasil.

Em 2005, levantamento feito pela Agência Nacional das Águas (ANA), indica que as áreas receptoras com maior capacidade de uso para irrigação seriam as bacias do Jaguaribe, CE, Piranha, PB e Apodi, RN. “Em 2005, haviam 73.577 ha irrigados nas bacias receptoras. Para 2025, a estimativa do Ministério da Integração (MI) é de que essa área aumente para 265.270 ha, ou seja, um crescimento de 191.693 ha” (CASTRO, 2011, p. 17).

Para que essas águas cheguem mesmo até essas áreas, é necessário ficar atento a alguns problemas. A retirada de água no rio São Francisco para os canais de transposição vai depender da forma de como vai verter as águas da barragem de Sobradinho; pois ela só verte, em média, em dois de cada sete anos e isso se tornaria um grave problema em atender ao projeto de irrigação proposto pelo MI, pois para irrigar tamanha área seria necessária uma grande quantidade de água. E quando essa água chegar é necessário fazer um uso eficiente dela. O que se percebe hoje, nos programas de irrigação existentes, é que o uso realizado é inadequado. Não há um uso eficiente de tecnologia, existe um grande desperdício de água. No médio e no baixo Jaguaribe, os métodos de irrigação são os que mais consomem água; os que hoje são utilizados são, como exemplo, aspersão e inundações. Deveriam ser gotejamento e microaspersão. Deveria haver um estímulo aos produtores locais para utilizarem melhores técnicas de irrigação (CASTRO, 2011).

Além destas críticas, uma das questões levantadas seria o alto custo da água, o que inviabilizaria o lucro. Outro impacto levantado na expansão da área irrigada no Brasil é de que quando se implantam grandes projetos de agricultura no Brasil, o que normalmente se tem feito são desapropriações de terras, com remoção das populações locais. Os estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte apresentaram índices significativos de contingentes populacionais rurais comparados com o Centro-Sul do Brasil. Em médio e curto prazo, estes deslocamentos nestas regiões podem gerar decréscimo das condições sociais. Seria necessária uma atenção especial aos pequenos agricultores; pois, normalmente, o que tem sido visto são indenizações que não são suficientes para comprar lotes de terra boa para a agricultura. Os grandes empreendimentos agrícolas pagam pouco pela terra e pelas benfeitorias. Além disto, normalmente essas regiões se valorizam rápido, criando em contingente de pessoas que migram para as cidades quando a fronteira agrícola diminuiu (CASTRO, 2011).

Apesar de gerar impactos negativos, a agricultura irrigada na área de transposição poderá gerar riquezas e empregos se for observado o tipo de cultura de produtos a serem

plantados, considerando-se os níveis tecnológicos alcançados, como os de Petrolina e Juazeiro. Castro (2011) concluiu seu estudo sobre os impactos sobre o projeto de transposição do rio São Francisco na agricultura irrigada no Nordeste Setentrional dizendo que existe uma pequena quantidade de informações disponíveis. E que nem por parte do setor público, nem do privado, existem projetos adequados. Além disto, o que já existe de irrigação na atualidade do nordeste setentrional é um predomínio de métodos de irrigação pouco eficientes.

4.3. A HISTÓRIA DA TRANSPOSIÇÃO

A história da transposição do rio São Francisco como solução para a seca no nordeste do Brasil não é uma história recente. A própria Coroa Portuguesa prometeu vender suas joias para contornar o problema, mas seria em 1856 que uma comissão teria sido criada para abertura de um canal entre o rio São Francisco e o Jaguaribe. Naquele momento a obra não teria sido realizada por falta de tecnologia para bombear a água pela chapada do Araripe (COELHO, 2005, p. 176).

Em 1856, o engenheiro e físico Guilherme Schuch liderou uma comissão científica, onde já se apresentou instrumentos e técnicas da engenharia com possibilidades para uma obra que levasse águas do rio São Francisco para o Jaguaribe. Essas análises começaram a passar por diversos debates e modificações (COELHO, 2005, p. 176).

Em 1958, propunha-se a construção de uma barragem perto de Cabrobó, PE, com a finalidade de dali se bombear água para os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte (COELHO, 2005, p. 176).

Na década de 1970, o DNOCS promoveu dois seminários para discutir a questão dos recursos hídricos da região nordestina, nos quais um dos temas centrais daqueles encontros foi a viabilidade técnica, econômica, social e ambiental do projeto de transposição. Nestes dois eventos, a ideia de trazer água do Rio Tocantins também foi vista como uma alternativa (BORGES, 2012).

Por iniciativa do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), em 13 de janeiro de 1981, lançaram-se os editais de concorrência para a realização dos “Estudos de Pré-Viabilidade para a Transposição de Águas dos Rios São Francisco e Tocantins para a Região Semiárida do Nordeste”. A vazão a ser transposta do rio São Francisco ficou na pauta das (acirradas) discussões no período de 1983 a dezembro de 1994 (BORGES, 2012).

“Em 1993, no governo de Itamar Franco, reabriu a discussão propondo a construção de um canal em Cabrobró. No primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso incluíram duas transposições para levar água para a Paraíba.” (COELHO, 2005, p. 178).

Em 1994, na sede do DNOCS em Fortaleza, foi elaborado um novo “Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco”, o qual consta de 228 volumes, sendo uma das principais alterações do projeto original do DNOS a redução da vazão de 280 m³/s para 150 m³/s (BORGES, 2012).

Em 2001 houve uma crise energética com os chamados “apagões”. Isto chamou a atenção para a fragilidade do rio São Francisco. Outra questão levantada importante é de que vários foram os projetos de irrigação criados com sucesso no médio São Francisco. Evidenciou-se o desenvolvimento de inúmeras atividades empresariais na região São Franciscana que utilizavam a irrigação. As leis foram ficando mais claras e objetivas em relação ao uso das águas no Brasil, entre as quais a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (COELHO, 2005, p.180).

A fase da etapa evolutiva da elaboração definitiva do Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco surgiu no primeiro mandato do Presidente Lula, tendo como Ministro da Integração Nacional o ex-Governador do estado do Ceará, Ciro Ferreira Gomes, que defendeu o projeto e enfrentou fortes discordâncias, como a liderada pelo Governador de Sergipe, João Alves, e pelo Senador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, que se opunham de forma deliberada (BORGES, 2012).

Dentro de várias etapas para implementação do projeto, em 2004 foi lançado pelo Ministério da Integração Nacional o Relatório de Impactos Ambientais da obra; em 2005, um Plano de Gestão, Controle Ambiental e Social da Obra. Em 22 de setembro de 2005, a ANA concedeu a outorga definitiva de uso da água ao Projeto de Integração do São Francisco. Em 2007, o exército brasileiro iniciou a construção dos chamados canais de aproximação, próximos ao rio São Francisco. A obra estava em 2014 prevista para ser inaugurada em 2015 (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, O que é o projeto?, 2014).

O empreendimento passou a ter dois eixos: o Eixo Norte e o Eixo Leste. Além desta alteração, na concepção do novo projeto a vazão de transposição passou a ser de apenas 26,00 m³/s com a possibilidade de ser aumentada para 127,00 m³/s, quando o reservatório de Sobradinho estiver cheio. O novo projeto passou a ser denominado de Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias do Nordeste Setentrional. Neste projeto não ficou prevista uma possível revitalização do rio São Francisco (BORGES, 2012). O projeto inicial previa e está instalando um sistema capaz de retirar mais água. Por que gastar tanto com um projeto

superior ao outorgado? É uma pergunta que fica e que também colabora para demonstrar um descompasso no que foi projetado, autorizado e o que está sendo construído.

Em 2011, o Ministério da Integração Nacional estabeleceu um novo modelo de licitação, contratação e acompanhamento das obras. As obras do Projeto de Integração do São Francisco estariam, em 2014, apontando para mais de 51,3% de avanço, em construção de túneis, canais, aquedutos e barragens, o que seria a maior obra de infraestrutura hídrica do país (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, O que é o projeto?, 2014).

4.3.1. As Polêmicas

Existem diversas polêmicas em torno da transposição. Algumas delas serão brevemente apresentadas neste capítulo, principalmente com as indicações de Coelho (2005). Outras serão mais bem explicitadas no capítulo que também traz junto as polêmicas, a história oral dos entrevistados de Cabrobó; no sentido de que se afirma que história oral é algo concreto que orienta para a realidade de quem está vivenciando o fato.

A história oral pode ser questionada, mas, neste caso, da transposição, até mesmo alguns estudos técnicos foram questionados. A obra irá ficar muito mais cara do que o previsto, os projetos iniciais tiveram de ser revistos. Para se evidenciar esta discussão, pode-se apresentar o caso da construção de um túnel, como indica a reportagem do jornal “O Tempo”:

Um dos maiores exemplos do desperdício de dinheiro público na transposição do rio São Francisco está na cidade de Mauriti, no Sul do Ceará. O túnel Cuncas I, que terá 15 km de extensão, está sendo escavado pela segunda vez. Com um projeto insuficiente, a obra começou em um terreno arenoso e, em abril de 2011, após um alerta sonoro, os operários deixaram o local. Em seguida, a estrutura desabou (Jornal O Tempo, 10 set. 2013).

Em 2002, obedecendo as diretrizes da Lei nº 9.433/1997 foi elaborado um Plano Decenal de Recursos Hídricos do São Francisco até 2013. Mesmo observando a necessidade de revitalização do rio São Francisco, o projeto da transposição continuou sendo elaborado sem grande observância para a questão. Para a elaboração do projeto da transposição destinou-se quase um bilhão de reais; já para a revitalização do São Francisco destinaram apenas cem milhões de reais, dez vezes menos (COELHO, 2005, p. 181-182).

Outra questão levantada é de que existiu uma análise equivocada da seca. Não se foi lembrado no projeto que a questão da seca não é um problema meramente físico, mas que também está ligado à desigualdade social. Os ricos possuem maior e melhor acesso à água; no projeto não há indicação do problema social. “Não há qualquer referência à responsabilidade

dos fatores sociais, econômicos e políticos pela situação em que encontra a grande massa dos nordestinos” (COELHO, 2005, p. 184).

Um dos nomes dado a uma parte do canal no Eixo Norte é o de Celso Furtado. Mas, pode ser lembrado que Celso Furtado, como importante pesquisador, professor da Universidade Federal de Viçosa e ex-diretor do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, concluiu que o problema social no nordeste não se resolve apenas com a chegada de água, que no nordeste do Brasil há até muita água em reservatórios, a questão é como acontece essa distribuição. “Pelo que vimos, as apreciações do cientista a propósito dessas questões chocam-se nitidamente com a concepção e as linhas gerais do projeto de transposição do rio São Francisco” (COELHO, 2005, p. 188).

A ideia principal da transposição seria levar água a vários açudes. Existe uma má gestão dos reservatórios que já existem. Os que controlam os açudes atuam com muita parcimônia, com a justificativa de que no futuro possa haver um atraso nas chuvas. Os açudes não abastecem de forma satisfatória as lavouras e as pastagens, de conformidade com as necessidades da população sertaneja. Estes açudes dariam para irrigar mais de 480.000 ha de terras e a área realmente irrigada é de apenas 120.000 ha (COELHO, 2005, p. 190).

Estudos da Comissão Pastoral da Terra afirmam que 70% dos açudes públicos do nordeste não estão disponíveis para a população em um problema de gestão. O reservatório de Açú, em Natal, no Rio Grande do Norte, seria suficiente para abastecer todo o Estado. O reservatório tem capacidade de acumular 2,4 bilhões de metros cúbicos de água. A transposição, no caso do Rio Grande do Norte, seria para abastecer este reservatório, mas como o reservatório tem proporções muito grandes, a quantidade de água transposta quando chegasse seria insignificante perante sua magnitude (COELHO, 2005, p. 191).

No caso do Rio Grande do Norte, o que já é uma necessidade, é se levar a água já represada até as lavouras, o que não existe de forma adequada e nem está previsto para ser feito. O reservatório já existente tem condições de atender a toda a população do Estado por mais de duas décadas. A transposição pode ser comparada a uma chuva que se precipita no molhado (COELHO, 2005, p. 191).

Outra questão levantada é de que já na bacia do rio São Francisco há diversos problemas sociais a serem resolvidos, onde existe uma população ribeirinha que enfrenta uma série de dificuldades. “[...] Pois ela apesar de viver ao lado do grande rio, não dispõe de saneamento básico, sofre com as deficiências no abastecimento de água e com a precariedade do sistema educacional e de saúde” (COELHO, 2005, p. 197).

O projeto gastou milhões em consultoria, inclusive com consultores internacionais e já é chamado de “transamazônica do Lula”. Um projeto faraônico e sem grande alcance social. O que realmente seria necessário para o nordeste, seriam medidas mais abrangentes, como geração de emprego, renda, saúde, assistência social e disponibilidade pontual de água. Os gastos para se irrigar o nordeste são muito altos e deixam áreas muito mais fáceis e economicamente viáveis não irrigadas ao longo do curso atual do rio São Francisco (COELHO, 2005, p. 203).

Como pode ser percebido, existe uma série de polêmicas em que o projeto está inserido. Analisando os dados disponibilizados pelo consórcio Ecology Brasil (2004), que apresenta o (Estudo de Impacto Ambiental), do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, é possível perceber que já se pontuava para diversas questões. O Ministério da Integração Nacional apresenta em sua página oficial na internet, o RIMA (Relatório de Impacto Ambiental). O EIA é um estudo mais completo, detalhado, com linguagem mais técnica. O RIMA é uma espécie de resumo do EIA só que com uma linguagem mais acessível à população direta ou indiretamente afetada com a implantação do empreendimento. Estes dados são importantes e serão apresentados nesta tese, junto a voz dos diretamente atingidos em Cabrobó.

Mas já cabe adiantar considerações importantes, entre pontos negativos e positivos, que foi feita pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), junto ao Ministério do Meio Ambiente, numa análise do EIA/RIMA do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Esta análise está presente no parecer Nº 031/2005 do COLIC/CGLIC/DILIQ/IBAMA, divulgada em Brasília-DF, em 24 de março de 2005.

Segundo este parecer técnico do IBAMA (2005), houve em relação ao projeto inicial, mudanças indicadas na proposta da quantidade de água que será retirada nas transposições. “Originalmente, o dimensionamento do projeto considerava uma vazão de transposição do São Francisco de 150 m³/s a partir da captação de 180 m³/s” (IBAMA, 2005, p.1). Fica claro no parecer que a licença prévia foi dada em 1996, para uma quantidade de retirada bem menor: “Baseada na concepção de segurança hídrica do projeto, redimensionando-o, de forma a utilizar uma vazão máxima de cerca de 60 m³/s do rio São Francisco. Em 11.09.1996, o IBAMA encaminhou a versão definitiva do TR para a elaboração do EIA/RIMA” (IBAMA, 2005, p.1). No entanto, segundo este mesmo parecer, no ano 2000, o Ministério da Integração Nacional, apresentou novo pedido de licença prévia solicitando a retirada de água de 127m³/s em dois ramais de transposição. Nestas discussões o IBAMA propôs diversas audiências

públicas em diversos Estados brasileiros. O parecer indica que a Agência Nacional das Águas (ANA), acaba permitindo que quando as transposições estiverem em andamento, a retirada de um volume médio de 63,5 m³/s no ano de 2025, com vazão máxima instantânea de 127 m³/s. Mas o Comitê de Bacias do rio São Francisco discordou com a outorga. A questão final foi encaminhada ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos que deliberou pela aprovação da retirada de águas.

Em 18.1.2005, a ANA publicou a Resolução nº 029, onde fica reservada, sob a forma de outorga preventiva, a vazão de 26,4 m³/s no rio São Francisco, correspondente à demanda projetada para o ano 2025 para consumo humano e dessedentação animal na região receptora. Excepcionalmente, será permitida a captação da vazão máxima diária de 114,3 m³/s e instantânea de 127 m³/s quando o nível de água do reservatório de Sobradinho estiver acima do menor valor entre o nível correspondente ao armazenamento de 94,0% do volume útil ou do nível correspondente ao volume de espera para controle de cheias (IBAMA, 2005, p.5). Percebe-se que o canal foi projetado para receber uma quantidade de água bem maior, do que a outorga inicial permitia. Salienta-se que já existem sérias discussões em torno da quantidade e qualidade de água do rio São Francisco, já em sua bacia doadora.

Mas, ainda fazendo diversas considerações sobre Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, o parecer técnico do IBAMA (2005), considerou que os benefícios identificados pelo estudo como decorrência da implantação do empreendimento poderão ser, por exemplo, de aumento no bem estar do usuário de abastecimento urbano e rural, resultante do maior acesso à água; redução dos gastos públicos emergenciais durante as secas e melhorias nas condições da saúde pública, de emprego e renda da população da área do projeto e ainda a redução de desperdícios na utilização da água, pela indução da outorga e cobrança. Isto é claro, que se o rio tiver capacidade de ceder águas para a transposição, visto que ele necessita de um processo de revitalização.

Além disto, em março de 2005, com vistoria as obras da transposição em Cabrobó (PE), o parecer técnico do IBAMA (2005) considerou que o ponto de captação das águas do rio São Francisco está próximo à Ilha Assunção, considerando que a ilha é de terra Indígena Truká, e que sendo assim merece atenção especial. Em relação a Terra Indígena Truká, localizada na Ilha de Assunção, município de Cabrobó, o parecer técnico do IBAMA (2005), faz uma descrição da formação histórica da tribo, dos seus limites territoriais, e ressalta que a tribo contava em 2004 conta com 3.462 índios, assistidos por um Posto Indígena da FUNAI em Cabrobó. Ressalta que os índios precisam de melhorias nas condições de transporte feitas

por uma ponte que liga a ilha ao município de Cabrobó e chama a atenção para a potencial atividade agrícola de produção de arroz dos índios. Ainda diz que as obras poderão causar interferências de não índios na comunidade, relacionadas principalmente à possibilidade de maior contato entre os funcionários da obra e indivíduos da comunidade indígena, além de haver certa movimentação de máquinas e equipamentos na região, fora dos limites da Terra Indígena, mas com potencial de atingir os indígenas.

Também demonstrou que nas proximidades localiza-se o assentamento do INCRA, Riacho dos Bois, com 1150 hectares e 38 famílias, onde se constatou que a água do açude que a comunidade possui é limitada apenas ao consumo humano e dessedentação animal. Ainda em relação à comunidade Riacho dos Bois, o IBAMA deixou claro no parecer que foi perceptível que as famílias têm sérias restrições para o plantio e perda de água por evaporação, devido a falta de garantia hídrica. Em relação as comunidades quilombolas, o parecer técnico do IBAMA (2005), menciona a existência em Pernambuco das comunidades “Conceição de Creoulas” e “Floresta de Navio”, no município de Salgueiro, mas indica que segundo o Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, existem comunidades não identificadas; cabendo ao empreendedor identificar tais comunidades (IBAMA, 2005).

Ainda considerou que na região o açude do município de Terra Nova (vizinho a Cabrobó), deve ser um dos beneficiados pelo projeto, e ainda explicita que no momento da vistoria o açude apresentava características visíveis de qualidade de água comprometida pela ausência de saneamento, com presença de bolhas de metano à jusante e alta densidade de macrófitas (IBAMA, 2005).

Em relação às características gerais do território da transposição, o parecer técnico do IBAMA (2005), ressalta que o território a ser analisado envolve a bacia doadora e receptora, com uma diversidade de aspectos naturais e de ocupação humana. Em relação ao território da bacia receptora observou que existe uma concentração de terra nas mãos de poucos proprietários. “A estrutura fundiária, como em todo o semi-árido nordestino, apresenta um elevado nível de concentração da posse da terra. Os minifúndios e pequenos estabelecimentos rurais detêm somente 34,5% das áreas [...]” (IBAMA, 2005, p.20). O relatório ainda ressalta que a atividade agrícola nos lugares visitados é predominantemente de subsistência, com baixíssimos investimentos em equipamentos e tecnologia, com concentração em áreas de várzea, mas que pode se notar que existem solos disponíveis com potencial agrícola.

Em relação aos impactos negativos que Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional poderá causar e as indicações de soluções

cabíveis, o parecer técnico do IBAMA (2005), diz, por exemplo: 1. Poderá haver início ou aceleração de processos erosivos e carreamento de sedimentos em épocas de chuvas, inclusive em áreas de empréstimo e bota-fora das obras; recomendando-se medidas como, a revegetação de gramíneas nativas e a implantação de sistema de drenagem. 2. Modificação no regime fluvial do rio São Francisco, deve-se se ficar atento a um monitoramento do rio. 3. Processo de desertificação no território das bacias receptora, indica-se a importância de identificação e recuperação de áreas degradadas a serem recuperadas, buscando a integração com a conservação da fauna e flora. 4. Risco de eutrofização dos novos reservatórios, recomenda-se um programa de limpeza dos reservatórios. 5. Pressão sobre a infra-estrutura urbana, que o correrá durante o período de obras, persistindo algum tempo após o final da implantação do empreendimento, como uma das principais causas serão a contratação de mão-de-obra. Deve-se dar apoio técnico às prefeituras, que devem implementar ações de urbanização, principalmente no que diz respeito à melhoria a rede viária local e à construção de casas populares, melhorias na rede de educação, visando a melhoria e a construção de escolas rurais e urbanas, melhorias no saneamento, com ações voltadas para implantação de aterros controlados, redes de água e esgoto e estações de tratamento de esgoto, ações voltadas para a cultura, esporte e lazer. 6. Introdução de tensões e riscos sociais, o impacto se dará principalmente durante o período das obras, com o afluxo às cidades de novos trabalhadores e de pessoas que procuram e não conseguem colocação nas empresas envolvidas nas obras, recomendando-se estão a ampla discussão e divulgação dos critérios de aquisição de terras e relocação de populações rurais afetadas, negociação participativa e descentralizada das medidas mitigadoras e compensatórias dirigidas às comunidades rurais atingidas. 7. Ruptura de relações sócio-comunitárias, com a ruptura de laços de parentesco, compadrio e vizinhança, deve-se promover a participação das famílias afetadas no processo de remanejamento, privilegiando alternativas por eles sugeridas.

O parecer técnico do IBAMA (2005) indica para o projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, sintetizando, os seguintes aspectos/requisitos técnicos e premissas básicas: Que água deve ser garantida a qualquer tempo para abastecimento humano e dessedentação animal, de acordo com a Lei das Águas; que a implementação dos instrumentos de gestão da água como a outorga e a cobrança, e a criação de empresas estaduais de água bruta desde o início da operação do empreendimento é primordial para que o modelo de gestão seja operativo e bem sucedido. Que quanto ao empreendedor (Ministério da Integração Nacional), seu papel deve ser de conduzir o processo de implementação e de concessão do empreendimento, transferir (através de convênio para os

órgãos gestores estaduais de água bruta) a operação e manutenção dos reservatórios administrados pela União na região receptora. Para tanto, é necessário demonstrar a sustentabilidade hídrica e ambiental do empreendimento.

4.3.1.1. *Argumentos a favor*

Em uma série de polêmicas envolvendo a transposição do rio São Francisco, Coelho (2005) destaca três argumentos dos defensores da transposição:

1. É indispensável resolver a situação de milhões de brasileiros e brasileiras que vivem no Nordeste setentrional.
2. Pretende-se retirar do São Francisco apenas 1% de sua vazão, o que não afeta a utilização que já vem sendo feita de suas águas.
3. São baixíssimos o custo das obras, tendo em vista de que, no futuro, haverá economia de gastos com os flagelados pelas secas (COELHO, 2005, p. 182).

O Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2014), afirma que a solução para o problema da seca no nordeste setentrional do Brasil é fazer a integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do semiárido nordestino; o que seria uma questão de solidariedade humana, com justificativa na própria geografia da região.

Há um grande desequilíbrio entre a oferta de água e a população residente no Polígono das Secas. O rio cortaria 21% da área do Polígono das Secas, onde estaria localizado 21% da população. Em contrapartida, os rios intermitentes oferecem apenas 20% da água, mas concentram 70% da população da região. Para resolver este desequilíbrio no Polígono das Secas, a melhor alternativa é fazer a integração do São Francisco com os rios intermitentes existentes nos limites de sua bacia hidrográfica (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, O que é o projeto?, 2014).

O senador Tasso Rosado do PMDB do Rio Grande do Norte diz que concorda que o rio São Francisco passou por problemas de assoreamento. Mas, acredita que com a transposição, o rio teria uma importância maior no cenário nacional; o que poderia levar mais recursos financeiros para a sua recuperação. Ele ainda diz sobre a necessidade até mesmo da transposição do rio Tocantins, lembrando das necessidades de toda a região nordeste: “No Rio Grande do Norte, por exemplo, temos Armando Ribeiro Gonçalves, temos a barragem de Santa Cruz e, impedidos de estiagem e de seca, seriam reabastecidos por intermédio do São Francisco” (SOUTO, 2001, p. 9).

Entrando no debate, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) respondeu que a transposição do rio São Francisco retiraria pouca água do rio. Lembrou das dificuldades que a

população da Paraíba sofre com a seca: “O rio tem $2.670 \text{ m}^3 \text{ s}^{-1}$ [...] são $70 \text{ m}^3/\text{s}^{-1}$. Significa nada. É uma água que corre para o mar. A não ser que ela seja imprescindível para o oceano Atlântico” (SOUTO, 2001, p. 9).

Ainda neste debate, o senador Ney Suassuna lembrou que no Estado da Paraíba 73% do solo é cristalino; que a água fornecida pelos carros-pipas parece com caldo-de-cana colorido. Lembrou da seca que assola a região, que há dois anos e meio certas cidades não têm água. E falou da solidariedade do povo brasileiro e da necessidade de dois milhões e meio de pessoas que precisam da água a ser transposta (SOUTO, 2001, p. 10).

Ainda, segundo o Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2014), o rio São Francisco não será desviado; apenas 1% da água que iria para o oceano é que será transposta. Essa água garantia o consumo humano e animal no semiárido nordestino para 12 milhões de pessoas. A quantidade de água retirada seria muito pequena e não afetaria em nada o rio São Francisco.

A água seria retirada apenas em dois pontos de captação, não atrapalhando a navegação. Hoje já existem retiradas de água do São Francisco; neste caso, só seria uma retirada um pouco maior. A transposição ajudaria a diminuir a migração humana no nordeste por causa da seca. A transposição é legal e necessária, é o que diz o Ministério:

A Lei de Recursos Hídricos nº 9.433/1997 determina que o Estado deve garantir a necessária disponibilidade de água para a população, onde ela reside. Além disso, a gestão dos recursos hídricos, embora realizada por bacias hidrográficas isoladas, não determina os direitos de quem pode ter acesso à água, especialmente nos rios federais, cuja água pertence à toda sociedade brasileira. O governo entende que a integração da bacia do São Francisco às do Nordeste Setentrional é essencial para promover a igualdade de oportunidades para todos os brasileiros, evitando que uns sejam prejudicados, sem necessariamente beneficiar os outros, pois existirá água para todos, ainda durante muitas décadas, sem a necessidade de trazer água de rios de outras regiões para o Nordeste (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, O que é o projeto?, 2014).

O Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2014), afirma que é a solução mais viável. Os açudes perdem muita água com a evaporação; os poços seriam complicados de perfurar por causa do solo da região; e a coleta de água de chuva seria suficiente somente para lugares onde a chuva é constante, não haveria telhados suficientes e ainda teria o problema das contaminações, inclusive por coliformes fecais. “A cada R\$ 1 investido na transposição, temos R\$ 2 investidos em outras obras de infraestrutura hídrica no Nordeste”, Fernando Bezerra de Sousa Coelho declarou” (JORNAL HOJE EM DIA, 23 dez. 2013).

4.3.1.2. *Argumentos contra*

Historicamente, o problema da seca no nordeste chama a atenção e a comoção do povo brasileiro, mas, também, é histórico o processo de políticos, empresas e de diversos órgãos que tiveram lucro explorando a questão. Em discordância com o projeto, pode-se destacar quatro pontos:

1. O projeto fundamenta-se em uma análise equivocada diante do problema das secas e da realidade do semiárido; 2. Vultosos recursos públicos serão investidos apenas para beneficiar um pequeno grupo de privilegiados; 3. Esse desvio de parte das águas de São Francisco será prejudicial as populações ribeirinhas e nocivo ao desenvolvimento das unidades da Federação banhadas pelo rio; e 4. A conduta do governo, ao tentar impor esse projeto, é claramente autoritária e viola a legislação existente sobre a gestão de recursos hídricos (COELHO, 2005, p. 183-184).

Não se deve ser contra a ideia de transportar as águas do rio São Francisco para regiões carentes de água, mas, em relação ao projeto proposto atualmente, deve-se fazer sérias críticas. “Nós não somos particularmente contra a ideia, mas, depois que conheci razoavelmente o projeto, posso dizer de forma muito clara que, sou absolutamente contra esse projeto que aí está” (SOUTO, 2001, p. 6).

Coelho (2005) afirma que o projeto está fadado ao insucesso; que ele beneficia uma minoria de privilegiados, quando atende aos interesses de poucos em detrimento do interesse coletivo.

A transposição do rio São Francisco seria um projeto sem sustentação; um projeto que estaria voltado para a questão da irrigação, principalmente de grandes empreendimentos agrícolas; e não ao abastecimento humano ou de pequenas propriedades. “Não vou discutir o problema ambiental. A primeira e surpreendente constatação é que cerca de 70 a 75% da água transposta destina-se à irrigação e apenas 20% ao consumo humano” (SOUTO, 2001, p. 7).

O ideal com o projeto seria uma reforma agrária ao longo do canal, mas isto não está previsto no projeto, isto caberia ao INCRA. O INCRA já se colocou como não capaz de fazê-lo. A especulação pelas terras já teriam começado, junto com a expulsão de pequenos proprietários:

Tudo está a indicar que o objetivo é abrir caminho para investimentos em agronegócios voltados para o comércio internacional. Nos últimos anos, os setores mais rentáveis da economia são exatamente aqueles voltados para a exportação de produtos, beneficiados ou semi-beneficiados, como frutas e flores, ramos em que são utilizados volumes expressivos de água (COELHO, 2005, p. 196).

Parece haver um poderoso lobby para desviar as águas do rio São Francisco para o nordeste setentrional. Atualmente, interesses corporativos são grandes, tanto no uso das águas do rio, quanto na ocupação de terras no nordeste do Brasil (COELHO, 2005).

Um ponto importante a ser levado em conta é a não busca de recursos financeiros nos órgãos internacionais que cuidam do abastecimento de água no mundo. O projeto não é bem estruturado do ponto de vista da engenharia ambiental e não possui condições apresentáveis e justificáveis para se buscar financiamentos internacionais. Um indício de que as obras não poderiam iniciar. O projeto não possui viabilidade econômica (SOUTO, 2001).

No Brasil, pode-se recordar a Conferência Nacional do Meio Ambiente, realizada durante os dias 27 e 30 de novembro de 2003, convocada pelo Governo Federal e que congregou diversos segmentos da sociedade civil, e que de forma expressa proibiu a transposição das águas do São Francisco. Essa conferência foi resultado de uma articulação nacional, permeada pela manifestação de conferências estaduais que contaram com a participação de cerca de 65 mil pessoas, destacando-se a CUT, a Cáritas e a Comissão Pastoral da Terra. Ao lado disto, representantes do Ministério Público pleiteando a suspensão de obras (COELHO, 2005, p. 203).

O projeto teria já antes da sua concretização gastado milhões em consultoria, inclusive com consultores internacionais, chamado de “Transamazônica do Lula”, um projeto faraônico e sem grande alcance social (COELHO, 2005, p. 203).

Pode-se citar como exemplo para resolver o problema da água para pequenos proprietários a construção de cisternas ou pequenos reservatórios aproveitando até as águas das chuvas. “Um pedreiro sergipano inventou uma tecnologia que está dando certo. São as chamadas cisternas familiares para a captação de água da chuva para o consumo humano” (COELHO, 2005, p. 205).

Existem diversos programas importantes para a solução da falta de água e dos problemas sociais do nordeste que estão parados por falta de financiamento. O programa pró-água do Governo Federal, que levaria água à população da região nordeste, passa por problemas. “Sabe-se que os recursos orçamentários do Governo Federal não têm sido suficientes sequer para a contrapartida dos programas já financiados” (SOUTO, 2001, p. 6).

Souto (2001) cita a barragem do Castanhão, que mesmo com esforços do governo do Ceará estariam atrasados há mais de cinco anos. Ele ainda cita um atraso de dez anos nos projetos de irrigação de Tabuleiro de Russas e do baixo Acaraú no Ceará ou ainda na Bahia os do Vale do Salitre e Baixo Irecê.

As regiões doadoras de água seriam afetadas. O futuro poderá ser prejudicado pela perda de água para outra bacia. O meio ambiente, lazer, pesca, esporte náutico e outros seriam afetados (SOUTO, 2001, p. 18). Os gastos para se irrigar no nordeste seriam muito altos e deixariam áreas muito mais fáceis, barato economicamente, e que não estão sendo irrigado ao longo do curso atual do rio São Francisco (COELHO, 2005, p. 203).

Souto (2001) questiona a falta de financiamento ou de projetos que ajudariam na irrigação na região “doadora” de águas para a transposição. Ele diz que tanto em Minas Gerais quanto na Bahia existem regiões com grande potencial agrícola, bem próximo ao rio São Francisco, não utilizadas de forma adequada por falta de financiamentos e de projetos.

Na bacia do São Francisco, há diversos problemas sociais a serem resolvidos. “Por isto, a sociedade brasileira deve dar prioridade absoluta à melhoria da qualidade de vida da população ribeirinha, pois ela apesar de viver ao lado do grande rio, não dispõe de saneamento básico, sofre com as deficiências no abastecimento de água e com a precariedade do sistema educacional e de saúde” (COELHO, 2005, p. 197).

Dentro dessas polêmicas, pontos a favor e contra a transposição buscou-se ouvir o que a população diretamente atingida diz sobre os fatos em Cabrobó, através da fenomenologia, história oral e percepção.

4.4. CABROBÓ: LUGAR DIRETAMENTE ATINGIDO PELAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO

Cabrobó, em Pernambuco, é onde se fará a primeira captação de águas no Projeto de Integração do Rio São Francisco. O município representa um ponto estratégico para se estabelecer uma série de discussões em torno de questões que envolvem a polêmica da transposição. Em Cabrobó existem comunidades que são banhadas pelo rio São Francisco e a outras que não possuem nenhum tipo de acesso às águas dele. Ao norte de Cabrobó estão municípios que sofrem com a seca e ao sul grandes produtores agrícolas que utilizam as águas do rio São Francisco. Ao sul, o município vizinho a Cabrobó é Orocó, que faz parte de um polo de desenvolvimento agrícola. Orocó faz parte da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo de Petrolina e Juazeiro (RIDE): polo de desenvolvimento tecnológico da fruticultura irrigada (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, RIDE, 2014). Dentro da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina e

Juazeiro encontra-se também Sobradinho, onde está um dos maiores empreendimentos de represamento das águas do São Francisco, a usina hidrelétrica de Sobradinho.

Portanto, não há dúvida que Cabrobó é um ponto de intercessão entre a realidade seca do nordeste setentrional e uma das regiões altamente produtivas com a agricultura irrigada pelas águas do rio São Francisco. É um município diretamente atingido pelas obras da transposição e representa realidades distintas perante as diversas polêmicas e necessidades que envolvem o rio São Francisco.

O município tem sua história de formação marcada pelo ano de 1762, quando uma paróquia foi criada em uma aldeia indígena existente na região, tendo como primeiro vigário o padre Gonçalo Coelho de Lemos. Em 1903, Cabrobó foi elevada à categoria de cidade e de município em 1929. Seu território pertencia ao antigo município de Boa Vista (hoje Santa Maria da Boa Vista). Segundo relato de descendentes de moradores primitivos, o local era habitado por indígenas conhecidos como Rodelas de Cabrobó. Depois, o Sr. Francisco Dias D'Ávila II, pertencente à dinastia sertanista da Casa da Torre, instalou-se na região com uma fazenda de criação de gado, ajudando a formar a primeira paróquia (IBGE, 2014).

Historiadores também contam que inicialmente os índios das tribos Truká e Pancararus da região deram o nome a cidade. O nome Cabrobó, sendo de origem indígena, significa *árvore ou mato de urubus*. Vem de *caa* – árvore e *orobó* – urubu. Administrativamente, o município é formado pelo distrito sede e pelos povoados da Aldeia Indígena N. S. da Assunção, Ilha de Assunção, Mãe Rosa e Murici. O Prefeito atual é o Sr. Antônio Auricélio de Menezes Torres, do PSB (CABROBÓ, 2013).

O município possui uma área territorial de 1.657,705 km², índice de desenvolvimento humano municipal de 0,623, população residente de 30.873 pessoas, valor de rendimento nominal mediano mensal *per capita* dos domicílios particulares permanentes na zona rural de R\$ 138,80 (IBGE, 2014).

Sua localização é no sertão do São Francisco, distante 586 km do Recife; possui um solo “arenoso”, vegetação de caatinga; precipitação pluviométrica média anual de 1.275,4 mm, onde os meses chuvosos são março e abril. O clima é semiárido, quente, com temperatura média anual de 25 °C. O município como um todo tem na agricultura (produtos como arroz e cebola) sua principal fonte de renda. Possui localização privilegiada, por situar-se na margem esquerda do rio São Francisco. Também do lado esquerdo, encontra-se a ilha da Assunção, próxima de onde se fará a captação das águas para a transposição do rio São Francisco. A ilha pertence aos índios Trukás, que possuem uma ligação de sobrevivência material e imaterial com as águas do rio e com a ilha. Os índios possuem uma dependência

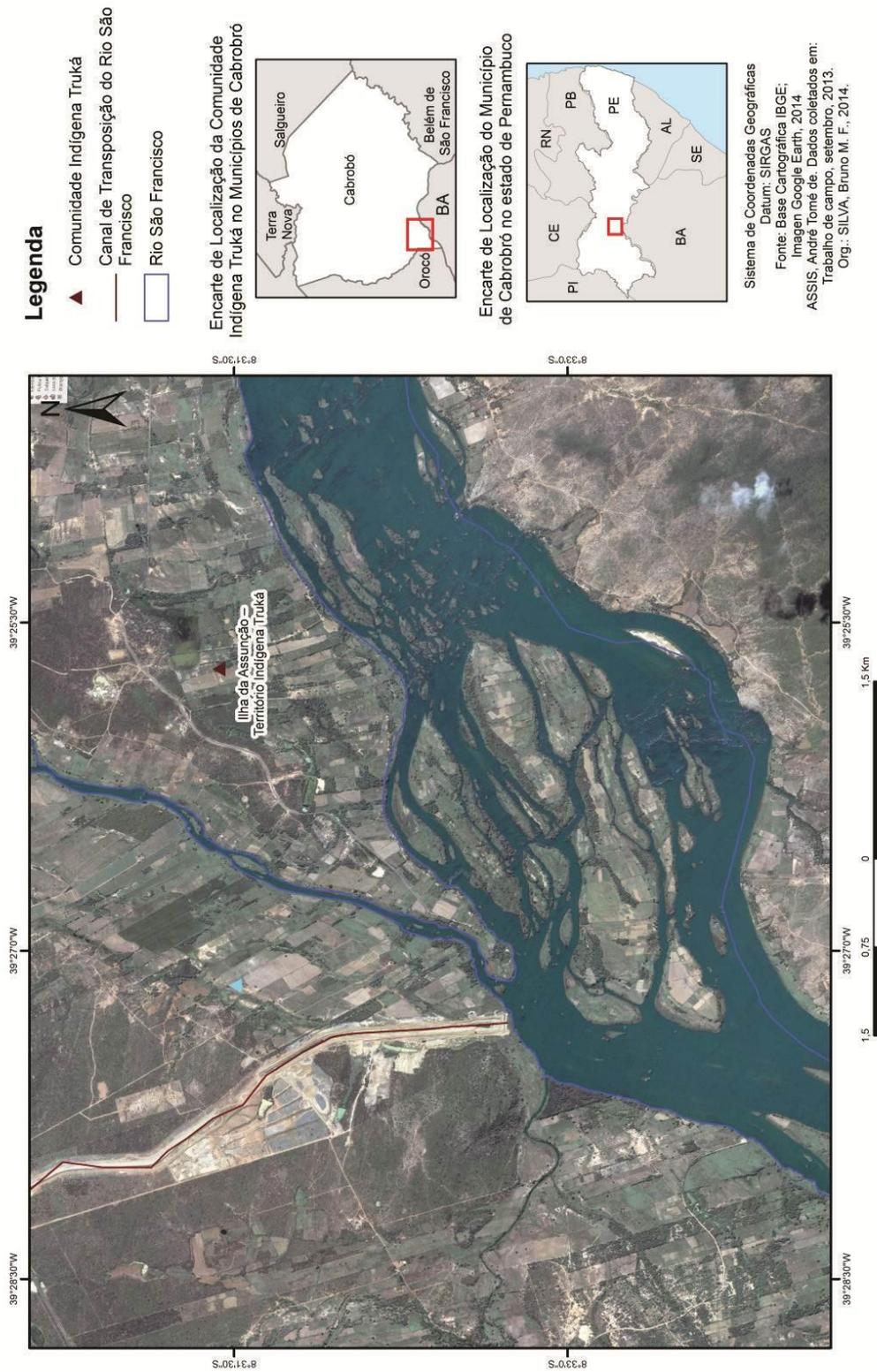
grande da agricultura. Sua economia é baseada na produção agrícola, principalmente dos plantios de arroz, feijão, milho e cebola. Na ilha, os Trukás têm uma rica trajetória de lutas para manter sua religião, seus costumes e sua arte (CABROBÓ, 2013).

4.4.1. Na bacia do rio São Francisco/ao lado das obras – Os índios Trukás

4.4.1.1. Descrição do Lugar e formação histórica

A ilha da Assunção, além de ainda estar no rio São Francisco possui através de uma ponte, contato direto com a zona urbana de Cabrobó. Os índios Trukás, moradores da ilha, também sentiram a chegada das obras da transposição, mas não foram inseridos no grupo de entrevistados. Foi percebido um desgaste da comunidade indígena em ficar oferecendo entrevistas sobre o assunto, e rico material de fonte bibliográfica que poderia ser usado. Em uma das margens da ilha estão os canais e o ponto de captação da transposição, e já na outra margem o perímetro urbano de Cabrobó. O mapa 03 mostra em detalhe a localização do ponto de captação das águas para a transposição do rio São Francisco.

Mapa de Localização da Comunidade Indígena Truká: Lugar da Primeira Captação de Águas para a Transposição do Rio São Francisco



Fonte: GOOGLE EARTH, 2014.

Mapa 03. Localização da comunidade indígena Truká.

Das fontes bibliográficas, o principal material pesquisado para se entender como a transposição do rio São Francisco atinge os índios Truká, foi o Relatório denúncia produzido em 2009 pelo Conselho Indigenista Missionário, onde se pode encontrar diversas falas dos índios que já retratavam como estava sendo a implementação das obras da transposição do rio São Francisco.

As duas fotos seguintes mostram exatamente o ponto onde se fará a captação das águas para a transposição. Na foto 26, pode ser visto parte do lugar de vivência dos índios, onde é possível perceber pequenas embarcações dos índios. Na foto 27, exatamente no mesmo ponto, visto de outro ângulo, é possível perceber o canal da transposição. Os chamados canais de aproximação foram feitos pelo exército brasileiro, faltando apenas alguns metros para se completar e fazer a conexão do rio São Francisco com os canais da transposição.



Fonte: Assis (out. 2013).

**Foto 26. Lugar de vivência dos índios Trukás.
Ponto de captação no Eixo Norte das águas do rio São Francisco para a transposição em Cabrobó (PE).**

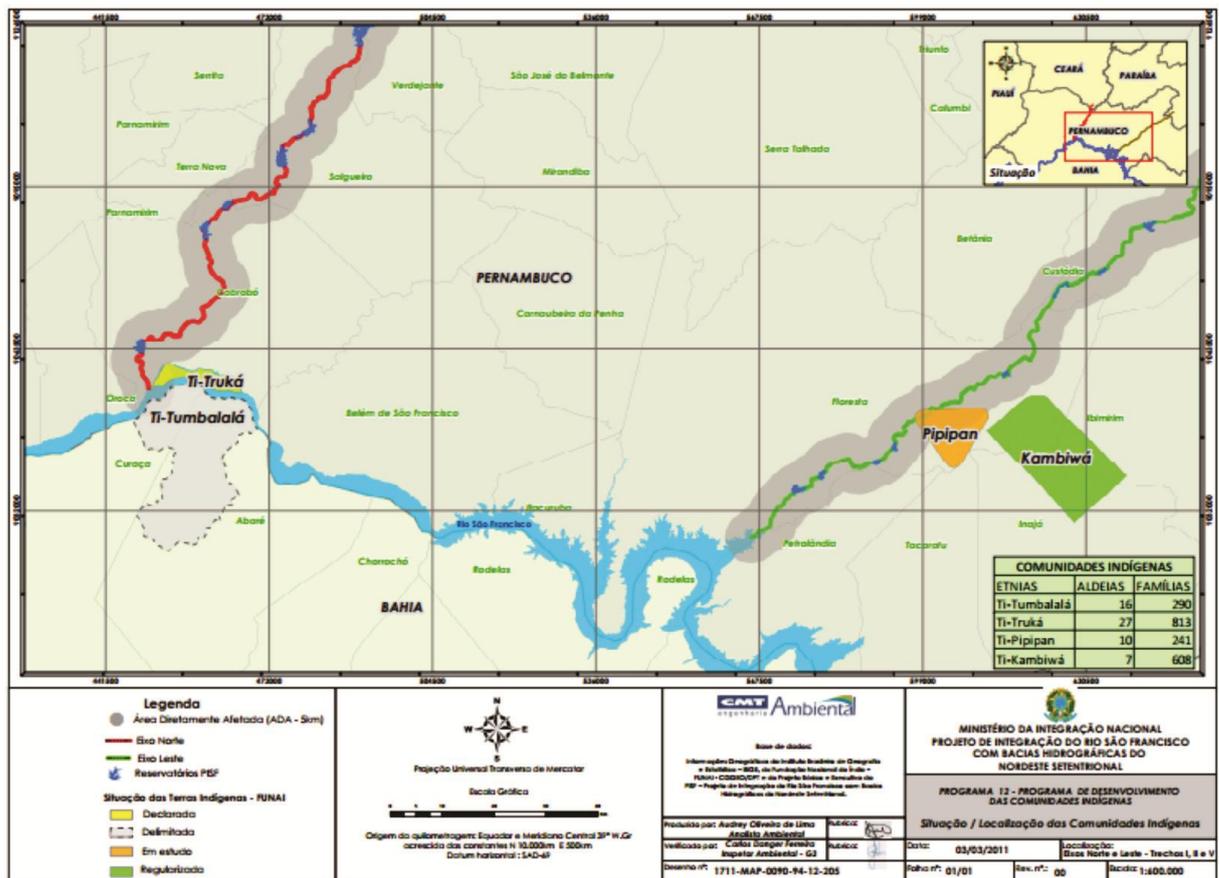


Fonte: Assis (out. 2013).

**Foto 27. Canal de aproximação do Eixo Norte da transposição.
Nas margens do rio São Francisco, ao lado da ilha Assunção dos índios Trukás em Cabrobó (PE).**

É exatamente neste lugar que as duas realidades se cruzam. De um lado, a implementação da maior obra hídrica do país, e do outro, o lugar sagrado de vivência dos índios Trukás. De um lado, o rio São Francisco no seu curso natural e do outro os canais que devem levar parte de suas águas por um novo caminho, para o nordeste setentrional do país.

Como pode ser observado no mapa 04, produzido em 2005 pelo Ministério da Integração Nacional, são diversos os territórios indígenas atingidos pelas obras da transposição. Analisando o mapa, pode-se perceber o lugar dos índios Trukás em Cabrobó.



Fonte: Brasil, Ministério da Integração Nacional: Programa 12 de apoio aos povos indígenas: Projeto São Francisco – Água para quem tem sede (2005, p. 54).

Mapa 04. Comunidades indígenas diretamente atingidas pela transposição.

No mapa o Ministério da Integração Nacional também discrimina, a partir de dados da FUNAI, os territórios de diversas comunidades indígenas atingidas pelas transposições, em terras declaradas delimitadas, em estudo e regularizadas. Observando bibliografias pesquisadas, é possível inferir que todo o lugar de vivência dos índios Trukás, ao longo da história brasileira, não teve seus limites respeitados e até hoje é fruto de luta dos índios. A história do povo Truká se confunde com uma luta para proteger e reivindicar o lugar onde eles vivem.

Segundo Montserrat (1994), vivemos num país onde existe uma grande variedade de povos indígenas, com línguas e costumes diferentes. Esta realidade merece investigações de diversas ciências, incluindo a Geografia, num contexto que valoriza a história e nos traz entendimento de diversas realidades no presente.

Como já demonstrado na história de ocupação das margens do rio São Francisco, diversas são as comunidades indígenas que habitavam e foram cada vez mais perdendo território no cerrado e caatinga brasileiros. A descendência dos Trukás é dos Cariris. (TRUKÁS, 2011). Segundo Deus (2015) os índios Kariri(s) ou Kiriri(s) constituíam uma

família etnolinguística do Tronco Macro-Jê (índios domiciliados no Cerrado e na Caatinga, sobretudo). Resistiram ao processo de colonização na assim denominada Confederação dos Cariris (também chamada de Guerra dos Bárbaros), que foi um movimento de resistência à dominação portuguesa desenvolvido entre 1683 e 1713, na região Nordeste do Brasil. Os Cariris viviam em vastas áreas dispersas entre os rios São Francisco (Bahia) e Parnaíba (Piauí). Dedicavam-se, entre outras atividades, à colheita do caju.

Os Trukás, dentro deste quadro, passaram por diversas dificuldades para se organizarem e terem hoje um território declarado. Os índios já foram submetidos aos colonizadores e aos fazendeiros. Perderam territórios e foram por diversas vezes impedidos de praticarem sua cultura, incluindo, por exemplo, um ritual de folia (TRUKÁ, 2011). A foto 28 retrata um momento histórico dos índios Trukás.



Fonte: Sá, Aderbal Brandão Gomes de, 1980. (ISA, 2007).

Foto 28. Foto histórica dos índios Trukás.

Pelos relatos dos jesuítas, os Trukás começaram a perder terras com a vinda de Garcia D'Ávila com sua família para o sertão, firmada na Casa da Torre, na Bahia. Os Trukás também perderam território para a igreja, com a catequização pelos jesuítas. Teve um momento em que os padres foram convencendo os índios a darem suas terras para a igreja. A

igreja teria loteado e vendido o território da Ilha Assunção. A partir da década de 1980 é que se teve uma concreta retomada, pequenas famílias que restaram na Ilha da Assunção começaram a se agrupar, conseguindo reunir lideranças e buscaram o processo de retomada. Depois veio a FUNAI para fazer o reconhecimento, vieram de volta os indígenas, que se concentraram até mesmo em barracas, sendo uma retomada muito difícil (TRUKÁS, 2011).

Segundo o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Etnicidade da Universidade Federal do Pernambuco (NEPE, 2014), os Trukás contam hoje com uma população de 3.463 índios vivendo na Ilha da Assunção no médio rio São Francisco, município de Cabrobó, com um território de superfície de 5.769 ha.

A história dos Trukás é uma história de luta pela posse da terra e para manutenção de sua cultura, de seus costumes e de sua própria sobrevivência, sendo atacados por diversas vezes por diferentes organizações, povos, situações e obras realizadas em seu território. Usinas hidrelétricas alteraram o curso e a qualidade do rio, modificando todo seu modo de vida e agora o projeto de transposição retira água do rio São Francisco bem ao lado da ilha Assunção, lugar sagrado para os Trukás. Além de tudo, os índios ainda temem com a expectativa da construção de ferrovias, reservatórios de águas, grandes empreendimentos agrícolas, dentre outros eventos que podem levar à morte do rio e do povo Truká (TRUKÁS, 2011).

4.4.1.2. O impacto da chegada das obras da transposição

O Ministério da Integração Nacional (2014), afirmou que o programa ambiental referente as terras indígenas foi um dos mais bem feitos e organizados para implementação da transposição. As terras indígenas dos povos Trukás, Tumbalalás, Pipipans e Kambiwás, por sua proximidade com as obras do Projeto São Francisco, principalmente nos municípios de Cabrobó e Floresta, em Pernambuco, teriam sido amparados por medidas e ações que visam minimizar as interferências negativas das obras durante o período de construção, com ações previstas em um programa de desenvolvimento das comunidades indígenas. Entre elas estão a construção, em convênio com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), de 367 casas e cinco postos de saúde, nas quatro aldeias. Teriam sido entregues até o momento 71 casas para os Trukás, 58 para os Kambiwás, 23 para os Pipipans e sete para os Tumbalalás. Quatro postos de saúde em fase de construção. Estariam sendo realizadas reuniões periódicas com as lideranças indígenas e com os técnicos da FUNAI para acompanhamento das ações já executadas e observações em relação às ações planejadas (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Programa 12 de apoio aos povos indígenas, 2005).

Já os índios demonstraram situação diferente e tentaram demonstrar sua indignação por meio de protestos. Relataram que as obras foram iniciadas de forma agressiva e imposta, (foto 29). No depoimento a seguir, de uma liderança dos índios Trukás, disponibilizados por um Relatório denúncia, organizado por diversas tribos atingidas, e publicado pelo Conselho Indigenista Missionário (2009), os índios mostraram-se indignados. “O Projeto de Transposição em si tem sido implementado com o uso de força armada do Exército Brasileiro. Preterindo o diálogo, o Governo impôs à força o início das obras [...]. (Cacique Neguinho Truká)” (CIMI, Relatório denúncia, 2009, p. 29).



Fonte: Conselho Indigenista Missionário (CIMI, Relatório denúncia, 2009, p. 62).

Foto 29. Manifestação contra a transposição no canteiro de obras no Eixo Norte.
Embate no momento de protestos.

Já o Ministério da Integração Nacional, afirmou com a notícia divulgada em maio de 2013, com o título de “Comunidades indígenas participam de oficinas socioambientais do Projeto São Francisco”, que os índios participaram de oficinas, e que foram escutados. Tiveram suas culturas respeitadas, tendo a oportunidade de trabalhar com mídias por eles escolhidas, para exporem seu modo de vida e sua voz, com respeito aos seus lugares de vivência e as transformações causadas pelas obras da transposição: “O foco desta edição foram as estratégias de comunicação social para divulgar a cultura indígena [...] Essa é uma das 38 estratégias ambientais desenvolvidas pelo Ministério da Integração Nacional com vistas à minimização, compensação e ao controle dos impactos ambientais” (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, 2014, Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/noticias>>.

O Ministério da Integração cita que irá oferecer cursos de educação ambiental, numa perspectiva de compensar impactos ambientais. A educação ambiental pode colaborar para

que no futuro, impactos ambientais decorrentes ou não das obras, possam ser diminuídos, mas não compensam os já realizados. Em maio de 2013, de acordo com o projeto inicial, as obras deveriam estar praticamente prontas. Percebe-se que os estudos e projetos realizados pelo Ministério não foram estabelecidos de forma correta, gerando uma série de danos aos índios Trukás. O Conselho Indigenista Missionário (2014) explica que o projeto da transposição representa uma invasão aos territórios dos povos indígenas Truká e Pipipã, uma vez que os territórios foram ocupados por homens do Exército Brasileiro, interditando acessos dos índios às suas terras. “Então, não somente o território do Povo Truká está sendo invadido, tem o território do Povo Pankararu, o território dos quilombolas que estão à frente, que vai ser cortado também pelo canal, [...] também está dentro de territórios tradicionais” (Cacique Neginho Truká)” (CIMI, Relatório denúncia, 2009, p. 29).

Em questionamento ao Ministério da Integração, perguntados sobre a necessidade de atuação do exército nas obras em Cabrobó, o Ministério deu a seguinte resposta: “A atuação do Exército Brasileiro teve duplo objetivo, sendo o principal garantir que o trabalho fosse desenvolvido com segurança, [...]. Além disso, a instituição apresentava as qualificações necessárias para a atuação na área (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Questionário, 2015).

Mas como demonstrado, os índios sentiram na verdade foi uma pressão para que a obra fosse instalada, sem gerar questionamento em torno da posse do território. Quando o Cacique se referiu aos questionamentos em relação à posse da terra foi entendido que o principal território indígena era formado por uma ilha, a ilha da Assunção; no entanto, ao lado da ilha ficam terras que ainda estão em processo de regularização pela FUNAI e o Ministério não teria reconhecido estas terras como sendo dos Trukás. Nas fotos 30 e 31, pode-se perceber intensos protestos contra as obras nos territórios indígenas.



Fonte: Conselho Indigenista Missionário. Relatório denúncia (2009, p. 29).

Foto 30. Luta contra as atrocidades do Estado brasileiro, invasão do Exército em território Truká.



Fonte: Conselho indigenista Missionário, Relatório denúncia, 2009, p. 29).

Foto 31. Ação de despejo dos povos indígenas e movimentos sociais do canteiro de obras da transposição em território Truká.

Os conflitos por essas terras já geraram embates extremamente graves, como podem ser demonstrados no material que foi disponibilizado pelo Conselho Indigenista Missionário: “Em janeiro de 2001, os índios Trukás José de Nô Félix e seu filho Nilson Félix foram sequestrados [...] Três dias depois, os corpos de José e Nilson Félix foram encontrados pela Polícia Federal, degolados e carbonizados” (CIMI, Relatório denúncia, 2009, p. 39).

O relatório denúncia traz também um depoimento de um índio relatando o clima de terror vivenciado por eles: “O povo indígena Truká, do qual faço parte, está submetido a um clima de terror imposto por grupos de extermínio, [...] limitando a mobilidade das comunidades e inclusive a realização de nossas práticas culturais e ritos religiosos” (Conselho Indigenista Missionário, Relatório denúncia, 2009, p. 17).

Mesmo assim, como se pode perceber na foto 32, a primeira estação de bombeamento está próxima a este lugar dos Trukás, que apesar de não oficial, mas em processo de

regularização, era de posse dos indígenas. Na foto é possível perceber a construção da primeira estação de bombeamento e o canal da transposição; ao fundo, a vegetação mais verde indicando a proximidade com o rio São Francisco. A água que se observa dentro do canal não é água transposta do rio, mas sim, resto de água de chuva e de refluxo das águas do rio São Francisco, visto que no momento da pesquisa ainda não se tinha feito a conexão das águas do rio com o canal.



Fonte: Assis (out. 2013).

Foto 32. Primeira estação de bombeamento das águas transpostas.

A vegetação verde demonstra a proximidade com o rio São Francisco e as terras dos índios Truká. A água que se pode perceber no canal, ainda não é água transposta, é água de refluxo do rio e de chuvas.

Segundo o Instituto Socioambiental (2014), as discussões em relação à posse da terra foram complicadas visto que as terras muitas vezes foram ocupadas por posseiros e por plantadores de maconha. Desde pelo menos o final da década de 1990 traficantes ameaçaram os índios e os funcionários da FUNAI. Em abril de 1999, a Polícia Federal queimou 20 mil pés de maconha, mas as ameaças, incluindo tiros e emboscadas, não cessaram. Além disto, os Trukás tiveram suas terras apropriadas desde pelo menos o século XVIII por poderes municipais, eclesiásticos e, posteriormente, estaduais. Agora o território é ameaçado pela transposição do rio São Francisco.

Segundo Silva e Bandeira (2009), a maior finalidade almejada pelo Estado deveria ser a garantia da ordem e bem-estar social, com um tenuous equilíbrio entre os interesses privado e público. Mas, nas terras da comunidade Truká, o interesse público está se sobrepondo sobre os interesses indígenas de forma bastante acentuada, o que faz com que tenhamos uma sensação de injustiça. Existe uma violação dos direitos territoriais. A comunidade sente que seus direitos estão sendo violados pelas obras realizadas às margens de seu território. Para eles, isto fere os princípios constitucionais e a própria cultura do povo, que se vê ameaçada de extinguir-se daquela região. Cabe ao Estado ouvir a comunidade e tentar buscar amenizar os conflitos, bem como, averiguar a importância das reivindicações propostas pela comunidade e que não estão sendo ouvidas.

Em questionamento, referente a uma assistência social específica, feito diretamente ao Ministério da Integração, sobre as comunidades tradicionais de Cabrobó, incluindo os índios Trukás; a resposta foi de que todas as ações do projeto de transposição são acompanhadas pelos órgãos responsáveis. “A nossa ação é pautada nas diretrizes estabelecidas por estas Instituições e nas demandas apresentadas nas reuniões realizadas junto às comunidades, MI, FUNAI e FCP” (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Questionário, 2015). Já em relação à questão fundiária, o Ministério informou que também apoia as entidades responsáveis pela regularização da área: “O MI apoia os órgãos responsáveis pela realização da demarcação dos territórios indígenas e quilombolas (FUNAI e INCRA) e realizou estudos que compõem o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação dos territórios (RTID) [...]” (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Questionário, 2015).

Como se pode perceber, há um descompasso entre a fala do Ministério e a realidade vivenciada pelos índios. Sendo assim, segundo o Conselho Indigenista Missionário (2009), aconteceu em maio de 2009 um importante momento para a reivindicação dos direitos indígenas que reuniu os povos do Brasil inteiro. Nessa ocasião, os povos indígenas do nordeste, presentes com mais de 400 lideranças, denunciaram a violação dos direitos étnicos e territoriais dos povos atingidos pelo projeto de transposição do rio São Francisco: “O estado brasileiro, ao efetivar a obra, sem a consulta prévia aos povos indígenas atingidos e ao Congresso Nacional, desrespeita a Constituição Federal de 1988, a Convenção 169 da OIT da qual é signatário [...]” (CIMI, Acampamento Terra Livre, Brasília, 2009). Este relatório implica que os povos indígenas, incluindo os Trukás, são completamente contra a transposição das águas do rio São Francisco: “Nós, lideranças dos povos indígenas ribeirinhos [...] queremos afirmar nosso repúdio ao Projeto de Transposição do Rio São Francisco, pois a

nossa sobrevivência econômica e cultural depende do rio” (Carta Aberta dos Povos Indígenas de Pernambuco, Sergipe, Alagoas e Bahia), CIMI, Relatório Denúncia, 2009.

O relatório faz intensas críticas à forma ilegal que o projeto está sendo implantado sobre o território indígena, e acusa que a obra poderá ser usada em virtude de outros empreendimentos econômicos e não sociais, como o depoimento a seguir do cacique do povo Truká: “Se o rio se acabar a gente se acaba, a transposição vai deixar o rio em poço, essa obra é uma serpente que começa nos Truká para alimentar o dragão (Porto Pecem) [...]” (Cacique Neguinho Truká)” (CIMI, Relatório denúncia, 2009, p. 30).

Assim sendo, as obras da transposição chegaram no lugar de vivência dos índios Trukás de forma brusca, não respeitando e nem escutando suas vozes, gerando e intensificando uma série de conflitos históricos na luta pela terra e pela cultura que esses índios possuem. Gerando aflições e modificando seu modo de vida, as obras se instalam.

Os vales dos rios foram historicamente espaços que os homens tiveram preferência em habitar, pois cediam água e alimento. “Ele promete uma subsistência fácil por ser um nicho ecológico altamente diversificado: há uma grande variedade de alimentos nos rios. [...]” (TUAN, 1980, p. 134). A vida dos índios Trukás está completamente ligada ao rio São Francisco, tanto pelo aspecto material, pois vivem da agricultura, pecuária e pesca, quanto pelo lado imaterial, místico, de fé e sentimento.

No caso específico da tribo Truká, essa relação é agravada, pois eles vivem em uma ilha. Chamada de ilha da Assunção, eles vivem rodeados pelas águas claras do rio São Francisco. Segundo Tuan (1980), existem diversos povos que possuem no formato geográfico da ilha, uma ligação mística de sobrevivência, assim como pode ser observado no caso dos Trukás. A importância da ilha historicamente é colocada como fruto da imaginação do homem. A sua importância reside no reino da imaginação. “No mundo, muitas das cosmogonias começam com o caos aquático: quando a terra emerge, necessariamente é uma ilha.” (TUAN, 1980, p. 135).

Apesar de o Ministério da Integração afirmar que a retirada de água para a transposição é muita pequena e que não altera o curso ou a geografia do rio São Francisco, a população teme que isso não seja verdade. “Segundo a outorga da Agência Nacional de Águas – ANA, o volume que será transferido ao Nordeste Setentrional cabe perfeitamente nas condições hídricas do rio São Francisco, em qualquer época do ano” (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Questionário, 2015). O Ministério alega que o projeto de transposição tem no seu orçamento, verbas para mitigar problemas ambientais. “Orçado em R\$ 8,2 bilhões, o Projeto prevê recursos de quase R\$ 1 bilhão (cerca de 12% do total) para programas básicos

ambientais, em cumprimento às condicionantes estabelecidas pelo Ibama” (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Questionário, 2015).

Os indígenas foram afetados pela construção das usinas em outros pontos do rio São Francisco. Os índios Trukás já sofreram com as modificações que foram feitas, além de sua cultura, por diversas vezes, ter sofrido ao longo de toda a sua história com ataques de outros ao seu território, fragilizando sua identidade étnica. Mas o Ministério reafirma que a obra será possível com a retirada de água sem prejudicar o rio. “[...] Será possível com a retirada contínua de 26,4 metros cúbicos por segundo (m³/s) de água, o equivalente a 1,4% da vazão garantida pela barragem de Sobradinho (1.850 m³/s), no trecho do rio onde se dará captação ” (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Questionário, 2015).

A expectativa dos índios se mostra diferente, e podem ser apresentados alguns exemplos, dos seus receios. Segundo o Instituto Socioambiental (2007), como na grande maioria das comunidades indígenas no nordeste, o consumo da Jurema e o ritual do Toré constituem a religiosidade e alicerçam a identidade étnica dos Trukás. Para os Trukás, o mundo é povoado de “Encantados”, que são seus ancestrais convertidos em seres espirituais e fortemente associados aos elementos da natureza, principalmente com as águas do rio São Francisco. O dono da mata, por exemplo, é um Encantado chamado Manoel da Obra. Já o Encantado associado ao rio São Francisco é a Mãe D’Água. Como pode ser indicado na Foto 33, os rituais que os Trukás praticam tem uma importância fundamental em suas vidas. Estes rituais possuem uma ligação íntima com o rio São Francisco. É a partir destes rituais que toda a vida da tribo é organizada.



Fonte: Sá, Aderbal Brandão Gomes de (1980). Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/truka/1069>>.

Foto 33. Antônio Cirilo, cacique Truká, paramentado para um ritual religioso da tribo.

Na comunidade, aqueles que têm contato com os Encantados são os “mestres de aldeia”. Eles trazem o conhecimento e as informações de como os índios devem proceder e as medidas e os cuidados que devem tomar. Carregam os costumes e é por meio do ensinamento deles que é conduzida a aldeia Truká (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2007). Esses Encantados que eles contam que a aldeia possui, também estão ligados as antigas cachoeiras do rio São Francisco que foram tomadas pelas hidrelétricas e que agora estão sendo prejudicados pelas obras da transposição, o que altera profundamente a vida dos índios Trukás.

Segundo o Conselho indigenista Missionário, no relatório denúncia (2009), relatos como esses se repetem, demonstrando que a obra causa temor para todas as tribos atingidas. O relatório cita depoimentos demonstrando que quanto maior o barulho provocado pelas cachoeiras do rio São Francisco, maiores são as forças dos Encantados e quanto mais a água do rio São Francisco diminui, mais os Encantados perdem força: “Se esse rio morrer um dia, será uma grande desgraça para todos nós. [...] O Governo simulou consultas, mas não contemplou povos indígenas.” (Uilton Tuxá, Coordenador da APOINME), (CIMI, Relatório Denúncia, 2009).

Sendo assim, o relatório indica que as lideranças indígenas representam uma população de aproximadamente 70 mil índios que ocupam a região do rio São Francisco a mais de 9 mil anos, ao longo dos seus 2.800 km, incluindo os Trukás, que são absolutamente contra a transposição por esse motivo cosmológico aqui apresentado, dentre outros diversos, incluindo as questões ambientais e as ligadas ao volume de água do rio.

4.4.1.3. Expectativas e anseios

O Conselho Indigenista Missionário (2009) sintetiza na publicação do relatório denúncia, a partir das vozes ativas dos povos indígenas Truká, Tumbalalá, Pipipã, Kambiwá, Pankararu, Tuxá, Kariri-Xocó, Xocó e Anacé, o imenso passivo socioambiental, ainda não reparado pelo Governo brasileiro, gerado pelas sete hidrelétricas e cerca de 30 barramentos até então construídos, e em relação ao projeto de transposição reclamam:

- 1) o reconhecimento de suas identidades étnicas e territoriais;
- 2) o direito de serem devidamente informados e consultados a respeito da transposição, com respeito à Convenção nº 169, da OIT e à Constituição brasileira;
- 3) o direito pleno aos seus territórios e desmilitarização das áreas que se encontram invadidas pelo Exército Brasileiro para execução de obras, e desintração de outras áreas invadidas por posseiros, fazendeiros e empresas que tem desencadeado conflitos violentos em terras indígenas;
- 4) o direito de acesso à justiça para questionar os direitos indígenas ameaçados pela transposição, peremptoriamente negado pelo Supremo Tribunal Federal;
- 5) a garantia de segurança e de um tratamento justo e igualitário pelo sistema de justiça do país, fazendo cessar as ações violentas e criminalizadoras que são impunemente cometidas contra lideranças indígenas;
- 6) o direito à autodeterminação indígena e um modelo de desenvolvimento sustentável que respeite a natureza e seus modos de vida e de produção; propõem um plano alternativo de resolução do problema de democratização da água, na direção da convivência com o Semiárido, e a priorização de investimentos públicos na revitalização do Rio São Francisco. (CIMI, Relatório Denúncia, 2009, p. 8).

Essas reclamações se mostram vivas na comunidade indígena Truká. A comunidade historicamente passou por dificuldades na posse legal de suas terras, sendo invadida por diversas vezes ao longo da história por diferentes povos. A transposição tem sido mais uma invasão de seu território, sem dar aos índios o verdadeiro direito de serem escutados e respeitados. As mudanças e as expectativas de mudanças geram aflições e fragilidade na vida dos Trukás. Os índios reclamam de uma provável morte do rio, visto que o rio vem mostrando sinais de fragilidade, além de outros prejuízos ambientais, que podem ser notados no território indígena dos Trukás. A foto 34 mostra um exemplo de destruição da natureza citado pelos índios. Para a construção dos canais, as empresas e o exército tiveram de retirar a vegetação.



Fontes: Zinclar (2007); (CIMI, Relatório Denúncia, 2009, p. 35).

Foto 34. Desmatamento da caatinga feito pelo Exército no Eixo Norte.

Os índios dizem sobre a urgência de um plano de revitalização do rio São Francisco e do uso adequado e sustentável de suas águas. O Conselho Indigenista Missionário (2009) sintetiza as recomendações dos povos indígenas em relação à transposição. Consideram que a análise da implantação do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco revela graves e sucessivas violações de direitos fundamentais reconhecidos aos povos indígenas em tratados internacionais e na própria legislação nacional, sobretudo na Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e na Constituição Federal e recomenda ao Estado brasileiro:

- a) Que suspenda imediatamente as obras e o licenciamento do Projeto de Transposição das Águas do Rio São Francisco e das hidrelétricas de Riacho Seco e Pedra Branca até que se realizem as consultas prévias com os 32 povos indígenas da Bacia do São Francisco e que se encaminhe o projeto para autorização do Congresso Nacional, nos termos do que estipula a Constituição Nacional no seu artigo 49, XVI;
- b) Que seja promovida a retirada imediata do Exército brasileiro do território do Povo Truká e da agrovila do Icó Mandantes onde moram integrantes do Povo Pipipã, dentre outros reassentados atingidos pela barragem de Itaparica;
- c) Que o Governo brasileiro demarque e homologue as áreas reivindicadas para os territórios dos Povos Pipipã, Tumbalalá, Truká, Tuxá, Kalankó, Anacé e demais povos indígenas da Bacia do São Francisco;
- d) Que o Governo brasileiro, como garantia ao direito ao desenvolvimento pleiteado pelas comunidades indígenas da Bacia do São Francisco, promova um amplo programa de revitalização do Rio São Francisco, e promova políticas públicas que garantam a sustentabilidade social, econômica e cultural dos povos indígenas em seus territórios, bem como, políticas de Convivência com o Semiárido;
- e) Que o Governo brasileiro desenvolva ações eficazes no sentido de superar a abordagem criminalizadora de instituições do próprio Estado, como forças policiais, Ministério Público e Judiciário, sobre a luta política dos povos indígenas; que sejam adotadas medidas eficazes de apuração e responsabilização dos crimes cometidos contra lideranças indígenas;
- f) Que sejam reparados os passivos sociais, ambientais e econômicos dos projetos anteriores, sob responsabilidade principal da CHESF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco), (CIMI, Relatório Denúncia, 2009, p. 45-46).

Concluindo, como explicitado nos depoimentos, os Trukás só querem que seus direitos sejam assegurados. Fica evidenciado que a obra da transposição não está trazendo desenvolvimento real a eles até o momento, e sim uma série de prejuízos que precisam ser observados e que haja uma tentativa real de compensação aos índios por estes transtornos e prejuízos.

5. A VOZ DOS DIRETAMENTE ATINGIDOS PELA TRANSPOSIÇÃO EM CABROBÓ

5.1. AGRICULTORES FAMILIARES – OS LUGARES CORTADOS

O Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2005, p. 3), no seu Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias – PBA 07, indica que o município de Cabrobó, assim como pode ser observado na Tabela 2, teve 23,7 km de terras ou 201 imóveis diretamente atingidos. Estes resultados foram gerados pelo cadastramento para desapropriação realizado na faixa de 200 m ao longo do traçado dos canais e de 100 m acima da cota máxima dos reservatórios a serem construídos na primeira etapa do empreendimento. Do ponto de vista da participação dos Estados tem-se que Pernambuco cederá a maior área ao projeto, 7.720 ha, seguido do Ceará, 5.700 ha e da Paraíba, este último com 5.550 ha.

Tabela 2. Cadastramento fundiário de áreas diretamente atingidas pela transposição – Resumo

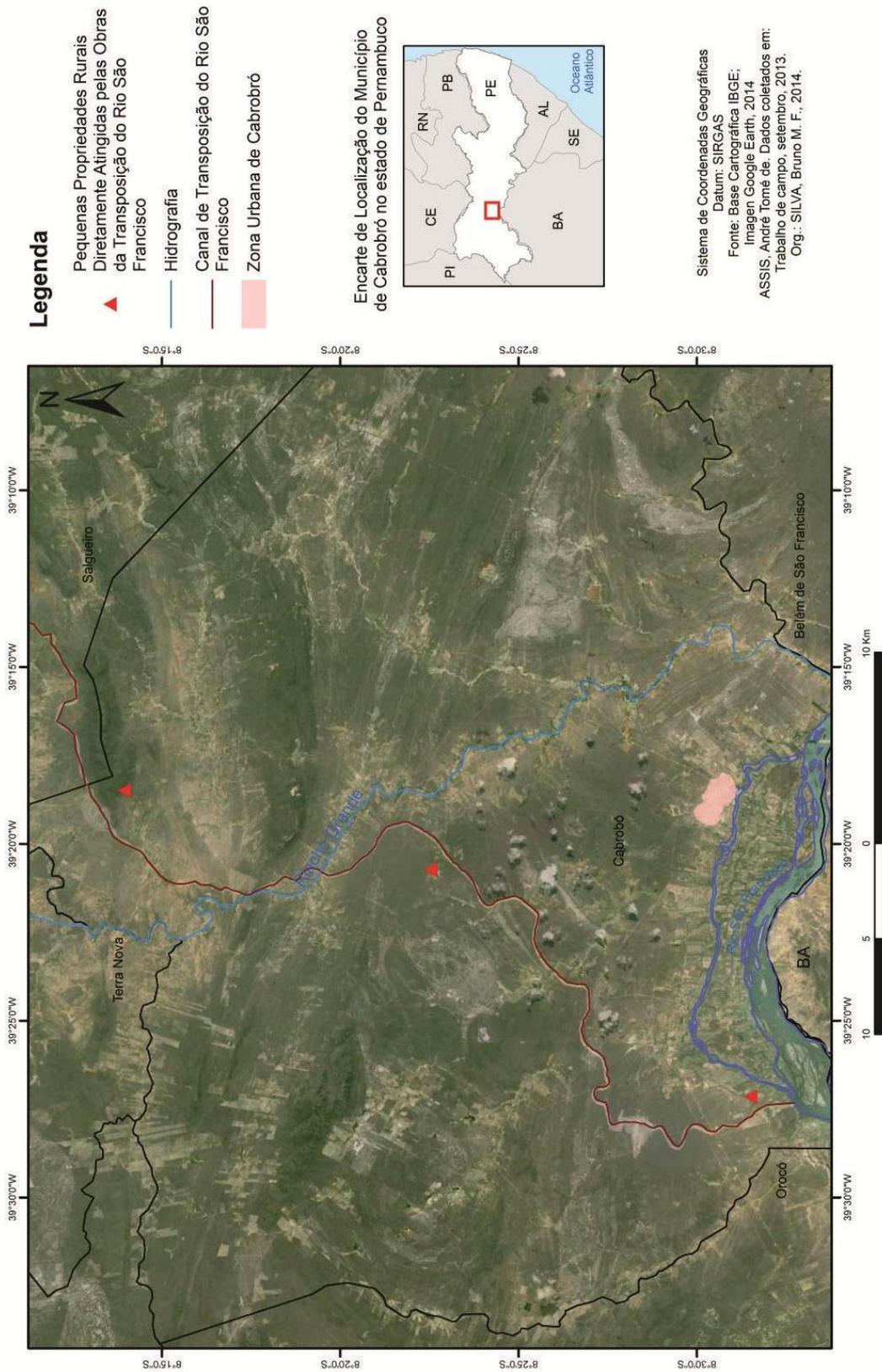
Município	Estado	Imóveis	Área		
			Atingida (km ²)	Municipal (km ²)	%
Cabrobó	PE	201	23,87	1.658	1,44
Salgueiro	PE	268	51,21	1.634	3,13
Verdejante	PE	23	2,13	476	0,48
Floresta	PE	142	28,14	3.644	0,77
Custódia	PE	179	18,21	1.303	1,30
Sertânia	PE	334	15,01	2.422	0,62
Total (I)		1.147	138,57	11.238	1,23
Jati	CE	37	10,21	313	3,26
Brejo Santo	CE	60	35,38	662	5,34
Mauriti	CE	130	8,64	1.112	0,78
Penaforte	CE	71	2,78	190	1,46
Total (II)	CE	298	57,01	2.277	2,50

Fonte: Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias – PBA 07 (BRASIL, 2005, p. 3).

Todos os moradores ao longo do canal trabalham com a agricultura familiar e a criação de alguns poucos animais; todos receberam indenização ou proposta de indenização pelo Ministério da Integração Nacional, pois tiveram suas propriedades cortadas pelo canal.

No mapa 05, estão indicadas as localizações das comunidades dos moradores entrevistados, desde o início dos canais, próximo a zona urbana de Cabrobó, até na divisa com os municípios de Terra Nova e Salgueiro. Está destacado a principal fonte de água para todos os entrevistados – o riacho Grande.

Mapa de Localização de Pequenas Propriedades Rurais Diretamente Atingidas pelas Obras da Transposição do Rio São Francisco na Zona Rural de Cabrobó (PE)



Fonte: GOOGLE EARTH, 2014.

Mapa 05. Localização de pequenas propriedades rurais cortadas pela transposição.

Procurando no dicionário por sinônimo, significado ou palavra semelhante à palavra “cortar”, o que é citado são palavras como: “separar ou dividir por meio de instrumento cortante, dar golpe ou corte em, ferir-se em, encurtar, abater, amputar, causar impressão dolorosa, contradizer-se, perder o fio ao discurso, fender, decepar, amputar” (DICIONÁRIO PRIBERAM, 2013). Estas palavras trazem consigo uma ideia de sentimento de dor, e foi o que os entrevistados demonstraram nas suas falas, eles dizem esperar agora por algum remédio que possa no mínimo amenizar o que lhes foi ferido ou retirado.

5.1.1. A chegada das obras e as indenizações

Os entrevistados contaram que desde 2006 houve uma movimentação de pessoas envolvidas com as obras da transposição em Cabrobó. “O canal começou em torno de 2008, o início mesmo foi em 2006, julho de 2006, 07/01/2006” (Entrevistado D).

Os primeiros contatos diretos dos funcionários do Ministério da Integração vieram a se estabelecer nesta época. Os entrevistados relataram que esses contatos não se deram de forma tranquila; muito pelo contrário, eles se sentiram coagidos a assinarem uma documentação de forma repentina.

“O Ministério foi o interlocutor, [...] Aquele negócio aleatório” (Entrevistado A). Eles explicaram que foi tudo muito rápido, e que eles não tiveram a oportunidade de estabelecer nenhum tipo de diálogo, seja com o Ministério da Integração, ou com as empresas, ou até mesmo com a prefeitura local: “Começava com o desmatamento. [...] Tinha uma equipe que trabalhava nas desapropriações [...] veio mais outra atrás que já vinha derrubando as cercas” (Entrevistado D).

Os entrevistados disseram que não tinham nem tempo de pensar em quem recorrer porque foi tudo muito rápido, a implantação da obra foi feita sem negociação. “Já vieram com os papéis da indenização, que era aquilo, e que se a gente quisesse aceitar ou não era aquilo mesmo. É pura sorte, se ele quisesse aceitar, pago, se não quisesse também fazia.” (Entrevistado C). “Nós fizemos um protesto em relação aos danos que a transposição causa às famílias e tal.” (Entrevistado D). Todos os entrevistados reclamaram da falta de audiências públicas, eles explicaram que as audiências que houveram foram mais para escutar a comunidade urbana e que mesmo assim não foram realizadas da forma correta.

Um entrevistado acredita, que por força política, várias exigências legais para implementação do grande projeto foram burladas na intenção de agilização o início das obras. “Também a questão política, não deixa de não ter. Esse canal, a obra assim, andou

rapidamente em tempo de eleição, a obra que andou bastante e não olharam para o que causou nas comunidades que foram afetadas pela obra.” (Entrevistado C).

Os entrevistados relataram é difícil ver o pessoal do Ministério presente nas obras, mesmo no escritório regional das obras, no município vizinho, Salgueiro. “Dizem que não têm tempo, que estão viajando, e quando a gente pressiona para ver com o técnico, eles aparecem, depois desaparecem.” (Entrevistado D).

Explicam que a situação dos diretamente atingidos é analisada como uma situação fora do contexto da realização da obra. O Ministério estaria preocupado com outras questões do projeto de transposição, e os diretamente atingidos, seria algo a parte. “Então o Ministério hoje, eles veem com um olhar diferente, um olhar não da situação deles, a gente vê que o Ministério muito pouco se preocupa com quem está sendo afetado”. (Entrevistado D). Nesta luta de reivindicação, ele se lembra de pelo menos quatro grandes protestos, onde em um deles, conseguiram paralisar a obra. “Dois mil e dez, fevereiro de 2010, ficou dois dias com o canal parado.” (Entrevistado D). Recorda que neste caso peculiar, a adutora que traz água de Salgueiro para consumo humano dos pequenos produtores rurais de Cabrobó parou de funcionar, o que teria estimulando o Ministério a agir: “A adutora também parada, e daí estava todo mundo em Brasília de férias, mas quando eles viram que a situação era alarmante e grave voltaram de férias. Convocaram uma reunião e daí muitas das coisas foram atendidas” (Entrevistado D).

E assim, foram se instalando as obras da transposição na zona rural de Cabrobó. Logo em seguida aconteceu a retirada de alguns agricultores do seu lugar de vivência, as alterações nas propriedades e as negociações de indenização. “Dois mil e oito, eles fizeram uma lista das propriedades e começaram as ações” (Entrevistado D).

Já o Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2005) por meio do “Programa de Comunicação Social – PBA 03” indicou que existe uma preocupação séria em se manter um diálogo aberto com a comunidade diretamente atingida e o empreendedor. Para isto, em relação à Cabrobó, é oferecido um Centro de Referência no município vizinho, Salgueiro, onde estaria disponibilizada uma equipe preparada para dialogar com a comunidade. Além disto, o Ministério estaria oferecendo números de telefone com ligações gratuitas e sistema de ouvidoria em sua página oficial na internet.

O Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2005) além de afirmar que a obra obedeceu todas as exigências legais para a implementação do projeto, incluindo audiências públicas preliminares, citaram no “Programa de Comunicação Social – PBA 03”, atualizado em 2014, que as ações de ouvidoria são constantes. Em questionário específico, sobre a

realidade da chegada das obras e a forma de se escutar os agricultores de Cabrobó, a resposta foi a seguinte: “A audiência pública na região foi realizada em Salgueiro/PE. O edital de realização da audiência foi publicado no Diário Oficial da União e em jornal regional ou local de grande circulação, rádios e faixas, com indicação de data, hora e local do evento” (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Questionário, 2015). O Ministério ainda afirmou que o escutar da população é uma atividade constante e feita de forma diversificada: “O Ministério da Integração, através da sua equipe social de campo, dispõe de um espaço permanente para atendimento aos moradores da região, promovendo um canal aberto de comunicação [...] (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Questionário, 2015). Ainda, quando no questionamento sobre como o Ministério e sua assistência social atuam para tentar ouvir as reclamações da população frente a atuação das empresas, como o Ministério cobra das empresas as reclamações dos moradores, ainda é respondido: Além disso, foram realizados trabalhos junto a educadores, agentes de saúde e demais profissionais da saúde, da educação e das demais áreas afins, objetivando a formação de multiplicadores capazes de contribuir com o esclarecimento à população residente no entorno do projeto. [...] (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Questionário, 2015). Por fim o Ministério ainda afirma que centros de apoio as obras ainda estão em funcionamento e colaboram com o escutar da população e a promoção de ações efetivas para mitigar impactos das obras: Centros de Referência: para ampliar o conhecimento da população sobre o Projeto São Francisco [...] (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Questionário, 2015).

Já os agricultores citaram diversos problemas decorrentes deste não escutar e valorizar a população do lugar. Um dos principais e mais concretos: o pagamento das indenizações. Segundo eles, as indenizações foram irrisórias, o valor foi praticamente simbólico, que em hipótese alguma cobriria os reais prejuízos causados: “É irrisório, é um negócio irrisório. A palavra mais correta é essa, “Irrisório”. Se é que pode ser considerado como indenização, [...] aqui é o seguinte, você nem foi ressarcido e o prejuízo ficou (Entrevistado A).

Os agricultores explicaram que não tendo recebido de forma adequada uma indenização por danos, ficam na expectativa de que com a chegada das águas nos canais, o principal riacho deles, o riacho dos Bois, possa ser perenizado, e eles venham a ter acesso a água, tanto quanto diretamente pelo canal, quanto pelo riacho, amenizando os prejuízos que estão tendo com a realização das obras. “Eu digo que é um negócio para a gente ficar pobre, então o que o povo precisa aqui mesmo é água, e eu acho que dinheiro é uma coisa que a gente vai ganhar com água” (Entrevistado A).

A exemplo das indenizações, as demais expectativas apareceram com ar de frustração, visto que as indenizações foram oferecidas sem o devido respeito ao valor real.

O agricultor conta que a realização das obras em suas terras foi imposta de forma arbitrária, uma imposição. “Era a mesma coisa de ela dizer assim, não a gente não aceita não. Então nós não vamos dar nada, e vamos fazer” (Entrevistado C).

Outro entrevistado lembra que não houve também a valorização das benfeitorias nas terras cortadas pelo canal. “Esse foi o problema, o preço não era valorizado, eles não valorizavam as propriedades do pessoal, muitas eram áreas produtivas, a qual tem o valor mais significativo” (Entrevistado D).

Eles lembraram que quem reivindicou mais, teve um valor maior, ou ainda pior, às vezes parecia uma questão de sorte, de que o avaliador das terras observasse certos detalhes que poderiam agregar valor: “Nos três terrenos da gente o que eles queriam pagar era quatrocentos e poucos reais, aí eu fui uma vez lá conversar com eles, aí falei: olha, quatrocentos e poucos reais não tem nem condições de fazer. [...] Aí passou a ser mil quinhentos e poucos” (Entrevistado A).

Ele também explicou que o gasto para organizar as documentações que estavam pendentes levava o morador a ter prejuízo com a regularização da nova escritura do terreno. “[...] gente que morava em Santa Catarina, em São Paulo, em todo o lugar, teve que vir procuração entre os filhos todinho, até a minha irmã pagou pra vir, pagou Sedex [...]”. (Entrevistado A).

Outro agricultor também reclamou do gasto para organizar a documentação da propriedade da família: “Diante das despesas, que era tanto documento, no final das contas ficou foi prejuízo pra ele, porque ele teve muita despesa, era tanto documento que precisava, eu não sei nem quanto foi que ele tirou, mas eu acredito que não foi nem mil (Entrevistado C).

O agricultor conta que ele teve conhecimento de vizinhos que receberam um valor insignificante. “Não era nada, que a vizinha ali era tão pouco o dela, eu não sei se era vinte e poucos reais, ela dispensou, ela assinou e pronto, ela disse: não, para que eu vou querer isso aí, pode passar, assinou e pronto” (Entrevistado A).

Segundo um entrevistado alguns moradores que tinham suas casas situadas em uma determinada região da obra, também receberam uma espécie de verba temporária para poderem pagar aluguel na cidade, até que fossem removidos definitivamente para a Vila Junco.

Portanto, houve também um deslocamento de produtores rurais da zona rural para a zona urbana de Cabrobó. “[...] uma verba, a gente teve uma verba temporária e também eles

pagam o aluguel da casa para ter pelos menos uma casa na cidade, então foram morar lá” (Entrevistado D).

Assim, ele afirmou que foi-se concretizando a perda da terra e de parte da capacidade produtiva das famílias rurais de Cabrobó. “[...] receberam a indenização, um valor insignificante [...] tinha a renda [...] hoje infelizmente o pessoal não tem, porque hoje não tem água, não tem como plantar” (Entrevistado D).

Ele falou da falta de água se referindo à falta de perenização do riacho que corta as terras dos pequenos agricultores. Os agricultores reclamam que as obras danificaram o riacho. Mas, ainda descrevendo a luta pela posse e permanência na terra, na zona rural de Cabrobó, ele explicou que houve resistências, mas que com o decorrer do tempo houve ações judiciais que forçaram o deslocamento das pessoas. “[...] Outros podem não aceitar. Eu acho que há mais de dois anos que tem um pessoal lá na comunidade, o Senhor “M” passou mais de dois anos na sua casa. [...] Ele saiu há pouco tempo, devido a uma ordem judicial [...]” (Entrevistado D).

Ele também explicou que as pessoas que perderam suas terras, por possuírem laços tradicionais de cultivo da terra, por serem agricultores, buscaram comprar novas terras na região. Mas vieram as especulações dos preços da terra, e eles tiveram dificuldade de fazê-lo: “Deu, até porque ele comprou uma menor. [...] Teria que ser um valor bem maior que a propriedade dele valeria pra poder construir uma casa também, teve que comprar o terreno que não tinha habitação” (Entrevistado D).

Assim, sem muita expectativa positiva eles aguardam a chegada das águas transpostas e dizem que depois dessas indenizações não tiveram retorno ou qualquer apoio do governo. “Não, nunca mais vieram aqui não. Nem para dar bom dia e nem muito obrigado. Nem bom dia e nem muito obrigado mais” (Entrevistado A).

Como os canais cortam a propriedade destes agricultores, eles esperam e já reclamam o direito ao uso da água que será transposta. “O importante pra gente é a perenização do riacho de Terra Nova. A gente não liga no caso pra indenização, a gente quer é água, e temos o direito, que Cabrobó é o doador da água, é o doador. Tem todo o direito, é direito adquirido, não é?” (Entrevistado A).

O Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2005), reafirma junto ao Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias – PBA 07, atualizado em 2014, que não houve conflitos sociais na implementação das obras. Que houve além de apoio emocional às famílias diretamente atingidas, houve o emprego de indenizações válidas e apoio financeiro aos que tiveram de ser deslocados, enquanto aguardavam a construção das vilas produtivas: “O

processo de indenização fundiária abrange 2.047 propriedades, com área total de 34,9 mil hectares em 17 municípios nos estados do Ceará, Paraíba, e Pernambuco. Destas, 1.081 foram indenizadas até o momento, totalizando R\$ 61,3 milhões” (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, 2014, Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/programa-de-indenizacao-de-terras-e-benfeitorias>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

Como se pode perceber existem recursos financeiros para as indenizações. Só que os atingidos reclamam que estes recursos não chegaram até eles de forma adequada. Existe um descompasso entre a fala do Ministério e a realidade vivenciada pelos agricultores.

5.1.1. O corte nas propriedades: realidades e expectativas

Outra reclamação de todos os entrevistados que tiveram a efetivação da construção do canal em suas terras, foi a de que o canal divide a propriedade em duas partes. “Com essa obra vão ter que andar dois, três quilômetros para poder atravessar dentro da sua propriedade, então são coisas que acabam até desanimando essas famílias.” (Entrevistado D). O gado, os caprinos eram criados livres, aproveitando todo o espaço disponível e isso ficou inviabilizado. “[...] pegou uma parte do lado de cá, a outra parte está do outro lado, [...] o gado assim em época de estiagem tinha para onde sair, hoje não tem” (Entrevistado A).

A divisão dessas propriedades inviabiliza o uso de certas benfeitorias e o uso total da terra. “Vamos supor que o curral fez de um lado e o espaço para os animais pastarem ficou do outro, e ainda corre o risco desses animais caírem no canal também, é todo um processo que o pessoal tem que se adaptar” (Entrevistado D).

Os entrevistados reclamaram que deveriam existir telas de proteção e passarelas no canal, visto que animais já caíram dentro dele. “Passarela e com proteção, porque até animais já caíram no canal, acabam caindo mais a noite” (Entrevistado C).

Já o Ministério da Integração Nacional demonstra como pode ser observado na foto 35, a construção de passarelas; ação para minimizar o problema; mas os moradores reclamam que a obra da transposição já se arrasta por muitos anos e que até agora foram eles que arcaram com os prejuízos. O Ministério também afirmou que a solução definitiva para o problema, só será alcançada, no fim das obras: “Quanto às pontes e passarelas, como são infraestruturas definitivas, estas só podem ser construídas após conclusão dos trechos de obras. Todavia são disponibilizadas para os moradores estradas temporárias” (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Questionário, 2015).



Fonte: Assis (out. 2013).

Foto 35. Construção de passarelas no canal de transposição.

Apesar das passarelas estarem em construção, as obras já se arrastam por muitos anos.

Além disto, é possível inferir que o canal corta não apenas as propriedades, mas como explicado de forma poética por um entrevistado, corta também os corações dos moradores. As pessoas se sentem feridas e a não observância por parte dos gestores da obra, das fragilidades econômicas e das necessidades da população atingida geram até casos de neuroses. “[...] na verdade dependiam daquele pedaço de terra ou tinha um local para soltar os animais, de repente se vê cercado no usufruto do que é seu, tem que endoidecer mesmo” (Entrevistado A).

O entrevistado explica que em um determinado caso, o canal passou justamente na melhor parte do terreno de um morador, onde tinha a melhor terra, mais produtiva. “O dono quase endoia depois, deram uma mixaria pra ele, era o único terreno que ele tinha, onde tinha a parte agrícola ficou a parte do canal” (Entrevistado A).

Isso acabou deixando o morador em uma situação desoladora. “Depois que foram calcular direito, não pagou nem a porteira do terreno, ele perdeu o terreninho dele, que hoje está todo cheio de buracos, perdeu e recebeu vinte mil reais” (Entrevistado A).

Neste caso, o entrevistado acreditou que era melhor que o afetado recebesse um novo terreno. “É onde entra a falta de estudo e de sustentabilidade da coisa, se você sabe que vai desalojar um agricultor desses, porque não reassentá-lo, é o caso dele” (Entrevistado A).

Em relação ao futuro da região, os moradores demonstraram não acreditar muito na efetivação das obras. “Dois mil e seis. Está com sete anos. E tem uma coisa, diz que vão inaugurar em 2014, 2015, não vai não” (Entrevistado C). Disseram que a obra já se arrasta por muitos anos e parte dela já foi deteriorada e já precisa ser refeita.

Em relação ao funcionamento da obra depois de pronta, eles reclamaram que não possuem muita informação sobre isso. Que o Ministério da Integração não faz nenhum esforço em esclarecer isso a eles. Segundo todos os entrevistados, até agora a obra só trouxe prejuízo para eles. “A gente espera que vinha melhorar a vida desse pessoal e não a piorar como está acontecendo” (Entrevistado D).

Este entrevistado acredita que após o término da obra haverá desemprego; ele também explicou que muitos trabalhadores se envolveram em dívidas e não têm a consciência que estão apenas em um emprego temporário.

Como positivo, mas, temporário, citaram essa contratação de mão de obra, mas olham com receio para o futuro. “Foi empregado, ganhou dinheiro, alguns souberam administrar, porque fizeram suas casas, montaram seus comerciosinhos, outros não, desceram a madeira a gastar, daqui a pouco a obra para, vão fazer o quê?” (Entrevistado A).

Também reclamam que é uma contratação apenas de mão de obra desqualificada. “Tem, da região aqui tem bastante gente que trabalha, mas é uma mão de obra menos técnica, é ajudante, ajudante geral, mais é isso aí, ajudante geral” (Entrevistado D).

Um entrevistado explicou que as contratações são até mesmo temporárias, não deixando nenhum benefício trabalhista ou duradouro. “Tem uma empresa aí, que eu não sei o nome, ela pega cinquenta funcionários hoje, quando é daqui a dois meses dá licença, eu não entendo como é esse negócio aí” (Entrevistado A).

Outro entrevistado também explicou que tem pequenas empresas que prestam serviços às empresas maiores, que não têm preocupação trabalhista nenhuma: “A empresa gato é assim, por exemplo, eu tenho uma empresa, você tem uma empresa, é um empresa um pouco ilegal, que se agrega a outros para fazer o serviço. Não está dentro dos conformes da lei” (Entrevistado D).

Ele diz que a maioria das empresas é de São Paulo, e que elas funcionam como empresas parceiras e que muitas não demonstram ter uma preocupação séria com o empregado. “Tem as contratadas e as subcontratadas, as subcontratadas elas tem o dia que quer, elas contratam para executar o serviço para o consórcio, o cara não vai ficar lá três meses, dois meses, aí ele faz o serviço, terminou, está dispensado” (Entrevistado D).

Já o Ministério afirma que fiscaliza as empresas e garante a qualidade das empresas. “Como empresas idôneas e experientes no ramo, elas apresentam as condições necessárias para responde junto ao Ministério do Trabalho, caso apresente qualquer divergência ou descumprimento das regras legais” (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Questionário, 2015).

Além disto, lembra que promove reuniões com os diretamente atingidos, e está atento as reclamações. “Ressalta-se que em toda reunião realizada nas comunidades há espaço para que se informe sobre ações gerais sobre o PISF e, também, são respondidas questões pontuais.” (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Questionário, 2015).

E lembra que cobra a responsabilidade das empresas, frente às questões trabalhistas, que também são acompanhadas pelo Ministério do trabalho. “As empresas contratadas pelo projeto devem se pautar nas regras impostas pelo Ministério do Trabalho, de acordo com CLT e as demais leis trabalhistas, e o próprio Plano de Construção do Projeto” (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Questionário, 2015).

O Ministério enfatiza que possui um plano de construção, que prevê ações de fiscalização e supervisão do projeto. “O PBA-02 – Plano de Construção apresenta várias diretrizes e condicionantes que deverão ser seguidas pela empresa construtora. Tais orientações são avaliadas e monitoradas pela equipe de Supervisão do Projeto [...]” (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Questionário, 2015).

Neste descompasso de ações ditas colocadas em práticas pelo Ministério e a realidade demonstrada pelos agricultores, outra reclamação é de que as mesmas estradas que as empresas usam para trafegar com seus caminhões, são as mesmas que as comunidades têm para trafegar. “Outra coisa também em relação às empresas, hoje elas estão trafegando onde a população, as comunidades também estão trafegando” (Entrevistado D).

E isto estaria gerando acidentes, tanto com pessoas, quanto com animais. “E a gente vê muito acidente, o trajeto tem grande tráfego de caminhões e trânsito, acontecia de bater em jumentos, hoje a gente não vê mais jumento” (Entrevistado A). Como pode ser observado na foto 36, essa movimentação de animais não é difícil de ser vista nas margens do canal e das obras da transposição.



Fonte: Assis (out. 2013).

Foto 36. Caprinos na estrada construída pelas empresas, nas obras do canal.

Foi possível avistar animais ao longo das estradas, o que pode gerar acidentes.

Um entrevistado explica que a maior parte das comunidades rurais em Cabrobó não tinha estradas direito, e que agora usam as criadas pelas obras, mas são estradas criadas para o tráfego das máquinas, dos caminhões e não de moradores. “Boa parte delas foi criada esse ano” (Entrevistado D).

A maior parte dos moradores no passado não tinha acesso à veículos, mas agora, com a chegada das empresas e a contratação de moradores locais, o entrevistado explica que muitos jovens tiveram como comprar suas motos, que é um meio de transporte mais barato e comum hoje em Cabrobó.

Isto também foi citado pelos quilombolas, que ainda dizem que as empresas não buscam os trabalhadores em suas moradias. Estas motos seriam usadas para o deslocamento dos moradores até determinados pontos ou até a sede do município para que eles possam esperar o ônibus e irem para a área de trabalho das obras da transposição.

Outro problema grave derivado da vinda das empresas que trabalham com as obras, também é citados pelos agricultores, assim como citado pelos quilombolas. Um entrevistado disse que em Cabrobó e nas cidades vizinhas, o índice de usos de drogas teria aumentado, principalmente do *crack*, droga que não era conhecida na região, e isto estaria elevando o índice de violência. “Não só em Cabrobó, mas, também, em Terra Nova. Agora tem cocaína, tem crack, enfim, então em 2012, ano passado, no caso, Terra Nova foi classificada a cidade mais violenta do estado, em dois meses foram treze vítimas, treze homicídios” (Entrevistado

D). A fala do entrevistado é confirmada pelo *site* oficial da prefeitura de Terra Nova, como se pode notar pela manchete “Surto de insegurança em Terra Nova”:

Com o assassinato de ontem (30), já são três homicídios em Terra Nova, o que, infelizmente, faz com que a cidade apareça no topo das mais violentas do sertão, nesse início de ano. A população teme novas ameaças à paz e ao sossego público, como também temem que inocentes entrem no meio desse fogo cruzado que vem se instalando no município. O fato é que, Terra Nova, realmente não é mais um lugar seguro e calmo, drogas até pouco tempo desconhecidas na cidade, hoje circulam pelas mãos de crianças e adolescentes e o mal tende a se instalar definitivamente em nosso município, caso alguma medida urgente não seja tomada (RIBEIRO, Odlanier). Reportagem publicada em 31 de janeiro de 2012. Prefeitura Municipal de Terra Nova. Disponível em: <http://www.terranovaonline.net/2012_01_01_archive.html>. Acesso em: 7 mar. 2014).

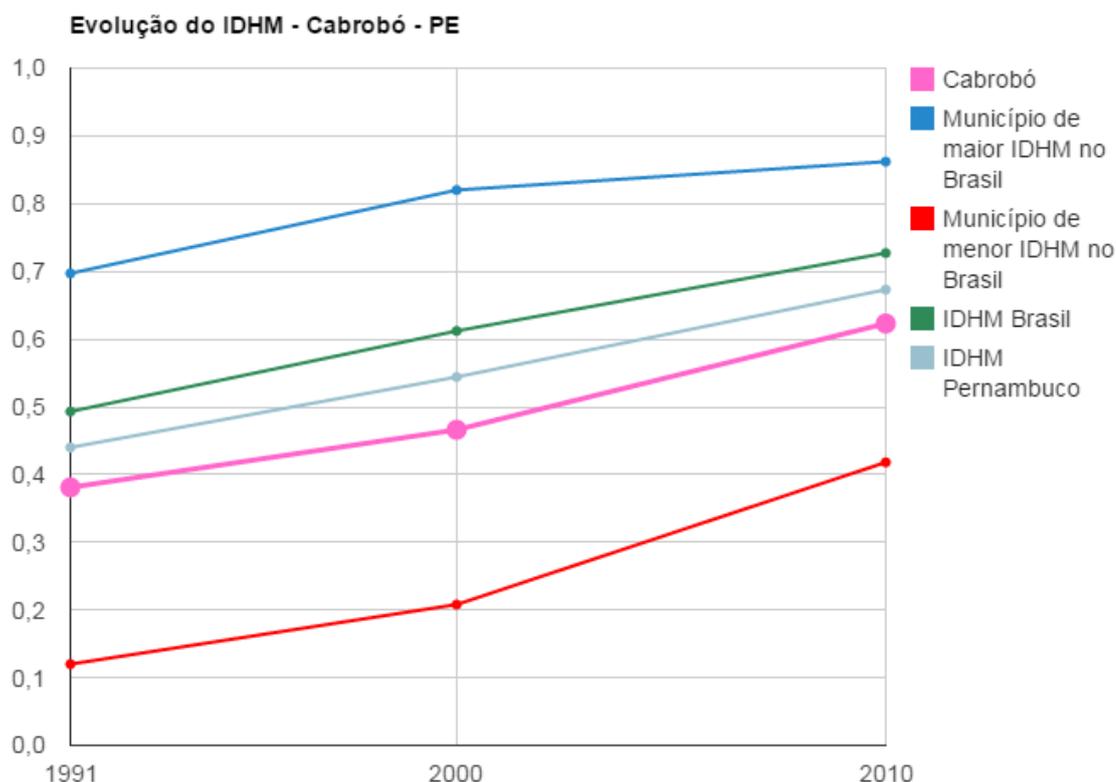
O entrevistado explicou que sabe que a violência tem aumentado em todo o Brasil, mas que é evidente que a grande vinda de homens de outras regiões do Brasil modificou a convivência dos moradores locais.

O entrevistado também citou outro fato marcante nesta presença de grande número de homens em Cabrobó. Alguns teriam se relacionado com mulheres da região, ido embora e deixado mulheres grávidas. “Pessoas de fora, de outro Estado [...], que vieram para cá, para a obra, até motorista de caminhões, os peões, [...] que voltaram para suas terras e os filhos ficaram sem conhecer seus pais” (Entrevistado D).

Já o Ministério da Integração Nacional (2008), afirma no seu Programa de Treinamento e Capacitação de Técnicos da Obra em Questões Ambientais – PBA 05, que criou o programa justamente para capacitar técnicos e trabalhadores das obras, por meio de ações educativas para agirem de forma ambientalmente correta e socialmente aceitável. Assim, estariam sendo realizadas ações concretas, como treinamentos admissionais, capacitações, cursos e diálogos diários de saúde, meio ambiente e segurança, com fiscalização das empresas que trabalham no projeto. Dentre o que foi o que é discutido no plano pode-se destacar orientações como:

- Estabelecimento da forma correta e cordial de comportamento para com as comunidades próximas e afetadas pelas obras do empreendimento;
- Tratamento cordial com os companheiros de trabalho, evitando brigas, desentendimentos e, ou, atitudes anormais que possam alterar o cotidiano das populações citadas anteriormente;
- Proibição para porte de qualquer tipo de arma (branca ou de fogo);
- Proibição da venda, manutenção e consumo de bebidas alcoólicas;
- Proibição do uso de drogas ilegais em qualquer lugar da obra (frentes de trabalho, alojamentos, canteiros);
- Proibição de levar particulares em veículos de trabalho, em qualquer caminho ou acesso de obra;
- Uso de estradas de acesso que tenham sido previamente autorizadas;
- Organização das ferramentas de trabalho após o uso, armazenando-as em local apropriado;
- Armazenar os objetos pessoais em local apropriado, disponibilizado pela empresa (BRASIL, Ministério da Integração Nacional. Programa de Treinamento e Capacitação de Técnicos da Obra em Questões Ambientais – PBA 05, 2008, p. 6).

Como se percebe, existe aí também um descompasso entre a fala dos diretamente atingidos e nas ações previstas pelo Ministério da Integração. O Ministério, ainda afirma que não existem dados concretos em relação ao aumento de uso de drogas, por exemplo. E diz que o que se pode perceber é uma melhoria em realidades relacionadas a estes fatos: “Não existe nenhum indicador que demonstre aumento no consumo de drogas ou de violência na área de implantação do PISF, ao contrário, o consumo de droga e a violência sofreram significativas reduções nos últimos anos [...]” (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Questionário, 2015). O ministério em 2015, ainda citou como positivo, os dados apresentados pelo PNUD (Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013): “Ratificando nossas observações sobre a melhoria nos índices sociais da região, em resultados levantados através do PNUD (Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013), é possível visualizar melhorias nos principais indicadores sociais da região” (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Questionário, 2015).



Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Disponível em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/cabrobo_pe

Acesso em 16, março, 2015.

Gráfico 01. Evolução do IDHM em Cabrobó, PE.

Observando os dados (Gráfico 01), é possível perceber um aumento na melhoria de vida em Cabrobó, desde o ano 2000. Mas também é possível inferir, que estas melhoras acompanham a tendência de desenvolvimento da região nordeste e de todo o Brasil, comparando ainda, os dados também citados pelo próprio PNUD. Sendo assim, fica perceptível a necessidade de um acompanhamento especial dos gestores da obra da transposição em Cabrobó, referentes as questões sociais.

5.1.2. O uso do rio São Francisco

Os moradores explicaram que mesmo morando muito perto do rio São Francisco, nunca tiveram acesso à sua água. “É um município que é mais perto [...] são comunidades banhadas pelo rio São Francisco, e tem a fatura de água [...] nós somos comunidades que somos banhadas pelo rio São Francisco, mas não usufruímos dessa água” (Entrevistado A).

Esta fala também foi citada pelos quilombolas na comunidade Riacho dos Bois, distante aproximadamente 5 km do rio São Francisco. Na outra comunidade quilombola Jatobá, foi citado, além disto, a forma de se trabalhar em regime de parceria com donos das terras onde se tem água; que assim foi citado por um agricultor vizinho ao canal.

O entrevistado explicou que eles, como agricultores familiares, só tinham acesso direto às águas do rio São Francisco quando migraram diretamente para suas margens. “Esses períodos de seca que ele falou anteriormente. A gente migra para o Rio São Francisco” (Entrevistado C).

Nestes períodos de migração eles trabalhavam nas margens do rio São Francisco em uma espécie de parceria com os donos das terras. “A gente tem que arrendar, aí já depende da boa vontade deles lá, e quando tem para poder arrendar pra gente trabalhar” (Entrevistado A).

O entrevistado explicou que já houve períodos de seca muito forte, e que eles não tinham outra opção se não migrar. “82, 83, 84 e em 93, foram cinco anos de seca” (Entrevistado A).

Explicou que, nesta época, eles não possuíam nenhuma estratégia de acesso a água em seus terrenos. “Porque nessa época, que eu estou te falando, a gente não tinha água encanada, a gente não tinha nada, aí o cara tinha que sair fora daqui, ou saia fora ou morria de sede, hoje não” (Entrevistado A).

Neste ponto, o entrevistado indicou que pequenas obras podiam ajudar na distribuição da água, e que acreditava que a obra da transposição, por ser uma obra de grande magnitude, não iria ajudar os agricultores familiares, visto que eles que sempre moraram tão perto do rio, e nunca tiveram acesso à água dele. Ele citou a adutora de Salgueiro e a perenização do Riacho dos Bois por Terra Nova como obras que funcionam muito no acesso à água em Cabrobó.

Ele também acredita que existem formas mais viáveis de se fazer chegar água à população carente da região nordeste, que não seja através da transposição. Em relação ao uso da água transposta, um entrevistado disse que a promessa é que a água chegasse até eles e de forma gratuita, mas ele disse que pensa nisso, como receio. “Eles falam que são gratuitas, né? Porém, a gente não sabe o que virá depois” (Entrevistado D).

Ele disse que fica com receio de que essa grande quantidade de água a ser transposta seja para servir aos grandes empreendimentos agrícolas, e espera que isso não aconteça. “[...] que não seja apenas uma obra que vai só beneficiar os grandes empresários, que venha realmente para matar a sede, como é finalidade do projeto, que não venha só para beneficiar os grandes empresários de outros Estados” (Entrevistado D).

Disse acreditar que o que acontecerá é a mesma coisa que acontece com o rio, acontecerá com os canais, a população não irá ter acesso à água. “Ver a água passando e não ter como usufruir dessa água, é água do rio São Francisco [...] a gente que está próximo ao canal e próximo ao rio, é um drama não ter acesso à essa água” (Entrevistado D).

Ele explicou, que mesmo assim, de modo geral, Cabrobó depende em sua maior parte das águas do rio São Francisco, e lembrou que qualquer risco ao São Francisco, seria um risco direto a sobrevivência econômica do município. “Olha, como eu lhe falo, muita gente depende dessa água, tapa aqui, descobre ali, vai para outros Estados enquanto comunidades que estão vizinhas ao rio não têm essa água” (Entrevistado D).

Em relação ao impacto da retirada da água do rio, outro entrevistado não acredita que isso poderá prejudicar o rio. “Olha eu acredito que não, vai tanta água embora aí que ninguém usa pra nada, a não ser em uma época muito crítica de muita seca, aí eu não sei” (Entrevistado A).

Mas, o entrevistado diz que percebeu que ao longo dos anos o rio São Francisco tem apresentado sinais de fragilidade. “É lógico, teve muito melhor, porque o número de barragens que tem, o pessoal desmatando as beiras de rio, aí o Governo também precisa resolver isso, até aqui” (Entrevistado A).

Sendo assim, ele acredita que antes da transposição, o rio necessitaria de passar por um processo de revitalização. “O que os governantes falaram ontem naquela entrevista lá, é isso aí, a revitalização do rio, o desassoreamento, a limpeza, a dragagem; que não aconteceu” (Entrevistado A).

Ele explicou que o discurso de revitalização fica apenas no discurso e que não percebe nenhum tipo de revitalização no rio. “Até aqui não aconteceu nada, até agora aqui está parado, eu não sei quantos milhões, bilhões só para isso aí, mas isso aí não apareceu ainda não” (Entrevistado A).

Já o Ministério da Integração Nacional (2007) afirmou no seu Programa de Implantação de Infraestrutura de Abastecimento de Águas ao Longo dos Canais – PBA 15, que a intenção é aproveitar o potencial de oferta de água confiável e de boa qualidade criado pelo Projeto, visando contribuir para a melhoria das condições de vida das populações rurais vizinhas às obras. A ideia é que esta população diretamente atingida terá acesso à água. Mas, o plano também explica que será paralelamente observada a forma de se retirar água dos canais, minimizando os riscos sociais, sanitários e financeiros associados às eventuais retiradas clandestinas de água dos canais e reservatórios do Projeto. Além disto, durante a implementação das obras teriam sido elaborados os projetos básicos, pelo Departamento

Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), de 53 sistemas de abastecimento para atender 104 comunidades, dos quais 23 atendem 50 comunidades no Eixo Norte e 30 atendem 54 comunidades no Eixo Leste.

O Ministério ainda afirmou que “A distribuição da água será feita pelas adutoras da companhia de abastecimento estadual.” (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Questionário, 2015). Em trajeto de campo, de Recife a Cabrobó, ou mesmo em Cabrobó, não puderam ser notadas obras do governo do Estado ligadas a transposição. Como já discutido, em trabalho de campo, em obras secundárias na Paraíba, que aguardam pelas obras que serão transpostas do rio São Francisco, o que se pode perceber foram uma série de problemas. O Ministério sintetizou algumas informações, sobre a distribuição da água: “[...] Serão atendidas 325 comunidades que residem a uma distância de cinco quilômetros de cada margem dos canais dos Eixos Norte e Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco” [...] (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Questionário, 2015). Em relação à revitalização do rio São Francisco, não se percebe ações concretas em Cabrobó. O uso das águas do rio São Francisco, pelas comunidades diretamente atingidas, é pouco ou nada realizado. Existem formas precárias de acesso à água e um receio de que no futuro será complicado o acesso à água do canal de transposição.

5.1.3. A seca: Modos de enfrentamento

Sem sombra de dúvida o acesso a água através do canal da transposição é um bem desejado pela população que trabalha com a agricultura familiar de Cabrobó. Mas, é também na reclamação de como a obra atrapalha o modo de como estes trabalhadores já conseguiam água, que se depositam várias reclamações.

Um entrevistado lembrou que o problema da seca sempre foi uma constante para eles, e que antes da chegada da transposição, eles tinham formas de enfrentamento dela, o que não foi respeitado. “A região infelizmente tem o problema da seca, então é uma região muito seca, estamos aprendendo a conviver com a seca, então o pessoal hoje em dia sabe como se virar, para se adaptar ao clima da região” (Entrevistado D).

Esta fala deste entrevistado pode permitir que se faça uma reflexão em torno de uma citação de Tuan. “Frequentemente, tem se afirmado que em uma era pré-científica as pessoas adaptavam-se à natureza, enquanto agora elas a dominam” (TUAN, 1980, p. 287).

Tuan (1987) explica que em busca de um chamado paraíso, muitas vezes as pessoas tentam equilibrar os fenômenos geográficos. O muito quente ou frio, úmido ou seco são organizados. Mas, as visões de mundo são diferenciadas, o homem moderno tem buscado dominar a natureza, enquanto as sociedades tradicionais buscam adaptar-se a ela.

Esta foi uma percepção importante na pesquisa. Os agricultores da Cabrobó possuíam formas de produção que não necessitava de tanta água. Existe um receio de que grande quantidade de água transposta possa ser encaminhada para grandes empreendimentos agrícolas, fazendo com que esses pequenos proprietários se tornem apenas mão de obra e não possuam mais acesso a terra.

O que se percebe é que já existe uma especulação em torno das terras e muitos que perderam suas terras, já não conseguem comprar outras. Grandes empreendimentos agrícolas podem, como no caso do município vizinho Petrolina, gerar empregos, mas em compensação, também podem gerar a expulsão de pequenos proprietários, como está acontecendo em Cabrobó.

Os agricultores familiares de Cabrobó demonstraram um receio de que a produção para a subsistência possa dar lugar a uma produção comercial. Uma produção que não seja para abastecer o mercado regional e para a alimentação do povo que sofre com a seca e com a fome; mas, sim, apenas para ser comercializada, como acontece em Petrolina, onde a produção vai até para países do norte do mundo.

Portanto, como explicado por Tuan (1980), o que acontece é que o modo de produção local e de sobrevivência dessas pessoas não é respeitado e a busca pela dominação da natureza, incluindo a dominação das pessoas acontece.

Em uma era capitalista como a atual, existe uma expectativa negativa de que a transposição possa ser mais um elemento da agroindústria, voltada para a produção de alimentos em larga escala, inclusive para a exportação.

Transformando o lugar onde as pessoas vivem em territórios da globalização industrial, Santos (2003), no seu livro “Por Uma Outra Globalização”, trouxe esta ideia de que a globalização econômica e industrial, em uma busca deliberada pelo capital, não respeita os lugares e a cultura da população local.

Este não respeitar, causa a criação de novos territórios industriais e a aniquilação dos lugares, o que pode ser explicado no conceito de topocídio. Amorin Filho (1999) usa este conceito para exemplificar a destruição de áreas residenciais para uso industrial, o que prejudica comunidades locais por interesses empresariais e políticos, destruindo lugares e o meio ambiente de forma significativa.

Os agricultores familiares relataram que estavam passando naquele momento por uma das piores secas dos últimos anos, aproximadamente três anos sem chuva. O entrevistado apontou para o filho de quatro anos e explicou que quando seu filho chegar a ver a chuva é capaz de até assustar, por não estar acostumado a vê-la: “[...] tem criança aqui que vai se assombrar quando ver uma chuva [...] crianças que nasceram e ainda nunca viram chuva” (Entrevistado E).

Os agricultores disseram que já viram períodos de seca, mas que este está muito forte. “Já, 1982 e 1993, mas não perto desse que está acontecendo hoje, esse foi a pior” (Entrevistado A). Diante desta situação, eles falaram da necessidade de obras de menor porte, para fazer chegar até eles, de forma mais rápida, a água para o plantio e a criação de animais.

Citaram como possibilidade, pequenas adutoras ou então que a obra da transposição fosse realizada e concluída em pequenas metas, já distribuindo água com os investimentos que foram para a obra disponibilizados. Acreditam em uma irresponsabilidade na prevenção e no combate à seca. Dizem que a obra é eleitoreira e que em relação ao combate à seca não se há um devido planejamento.

Em relação à chamada indústria da seca, um entrevistado lembrou de como já teve gente que tirou lucro com a seca. “Camarada dono de pipa aqui tinha é avião, político, que tinha avião, ele tinha uma frota de trinta, quarenta pipas” (Entrevistado B).

Outro entrevistado lembrou que em épocas de campanha política, sempre aparecem promessas de soluções milagrosas para a seca, mas que logo são esquecidas. “Já tivemos muitos projetos, porém estes projetos aparecem antes das eleições e após as eleições estes projetos somem, não ouvimos mais falar, quatro anos depois esses projetos aparecem novamente” (Entrevistado A).

Disseram que já viram na obra os presidentes Lula e Dilma, vários deputados, senadores, uma diversidade de políticos. Uma movimentação grande de pessoas, mas dizem que deles só ouviram muitos discursos e pouca efetivação de políticas que se preocupassem diretamente com os agricultores e com a comunidade. “O medo maior sabe o que é? Que a obra tenha sido apenas uma obra eleitoreira, entrando ano e saindo ano e muda presidente e entra senador e governador, e fica a mesma coisa” (Entrevistado A).

Os entrevistados acreditam que a obra da transposição faz parte da chamada indústria da seca. Uma obra que chama a atenção pela sua magnitude, como se ela fosse a redentora da seca na região, e temem que a obra propositadamente demore a ser inaugurada, ou que seja inaugurada aos poucos, garantindo publicidade aos políticos, garantindo votos e explorando os problemas da região: “Eu acredito que seja uma grande obra, que se torna uma grande obra

da indústria da seca. Um meio de comprar votos” (Entrevistado A). Segundo todos os entrevistados, na verdade a perenização do riacho dos Bois, a partir de Terra Nova, seria o meio mais viável de se levar água até eles:

Então, a esperança não só de quem mora nessa região, mas quem mora também lá no final é de que o riacho em Terra Nova seja perenizado, aí resolve a vida de todo mundo, aí bebe água a gente, bebe água o animal, tem água para o trabalho (Entrevistado C).

Mas, basicamente, é isso mesmo. A irrigação de Riacho, ela é considerada como a redenção da agricultura do nosso município. É com certeza, de fato, independente de a gente usar água ou não do canal ela será o pulmão, a respiração e o coração do município. Se você perguntar a cem por cento do pessoal, se você perguntar a cem pessoas aqui, os cem vão dizer a mesma coisa, espera a água no riacho. Porque não é interessante você ter um riacho dessa dimensão e estar esperando a água de um canal, considerado até inviável (Entrevistado A).

Um agricultor também explicou que já há muito tempo não se vê água no riacho, que nos últimos anos a água foi só diminuindo. “De 2008 para cá foi chovendo menos, menos, agora cheio mesmo foi só 2008” (Entrevistado E).

Este riacho é abastecido pela barragem de Terra Nova, município vizinho a Cabrobó. Nos períodos de chuva a barragem é alimentada, e é com essa água que fica armazenada em Terra Nova que se fazia possível a perenização do riacho. “Aí a barragem de Terra Nova fica cheia dois, três anos, cinco ou seis, porque a barragem fica alimentando ele, entendeu?” (Entrevistado E). É nesta expectativa que estes agricultores ficam, que as obras da transposição possam colaborar com este sistema.

Segundo o entrevistado, uma tubulação seria o meio mais viável para levar água do rio São Francisco até o Riacho dos Bois. Ele acredita que a obra da transposição é muito cara e desperdiça muito dinheiro público, em função de oferecer lucro às empresas gestoras da obra: “Tubulação já estava pronta há muito tempo, não precisava fazer zigue e zague que nem faz aí” Entrevistado A).

Ele citou como exemplo, a construção da adutora de Salgueiro, uma adutora que traz água para consumo humano de Salgueiro, município vizinho a Cabrobó. Considerada por eles, como uma construção eficaz, realizada em pouco tempo. “Essa de Salgueiro, o Governo de Pernambuco fez e bateu o recorde. Foi uma rapidez enorme, para você entender, ela foi feita em 86, e a gente ficava daqui, vendo aquela água saindo para mais sessenta quilômetros a frente” (Entrevistado A).

A expectativa em relação à transposição é frustrante; os entrevistados não possuem confiança, lembram que a obra já se arrasta por anos, e não acreditam em uma concretização rápida da obra. “Porque essas coisas assim é muito difícil, às vezes passa dez, vinte anos; pode acontecer” (Entrevistado C).

Eles demonstram receio de que a água transposta pelo canal seja levada para grandes distâncias e não se perenize o riacho. “É o caso do canal, se por acaso ele vier a sair e o riacho não for perenizado, vai ter a água saindo para duzentos, trezentos quilômetros e a gente aqui sofrendo dificuldade” (Entrevistado A).

Demonstraram acreditar que a água da transposição será na verdade transferida para outros Estados do nordeste e que eles que estão no caminho do canal, não possuirão a água: “[...] já está indo para o Ceará e tal. Já começou a mudar a conversa, mas no começo não, todo mundo era crente de que água vinha para cá, mas agora já está diferente, agora o pessoal já está com orelha em pé” (Entrevistado A).

Tendo a consciência de que o canal da transposição pode levar água para grandes empreendimentos agrícolas e não para eles, um entrevistado disse que isto só está acontecendo em Cabrobó porque o povo é pacífico, mas que isto é motivo de reivindicação e luta: “Porque o nosso povo é muito pacífico, que se fosse em outra região do Brasil ou do mundo eles não tinham deixado passar aqui não” (Entrevistado A).

Outro entrevistado disse da injustiça, se o canal fluir pelas terras deles, sem que eles possam ter acesso à água, pois eles necessitam muito desta água: “Porque como é que a gente sabe que a água vai passar aqui e seu filho vai chorar com sede, seu bode vai morrer de sede, e o camarada lá na frente está com água” (Entrevistado E).

Portanto, ficam na expectativa da perenização do riacho dos Bois, importante para diversas comunidades de Cabrobó. Este riacho foi citado pelos quilombolas e pelos reassentados da vila Junco, como extremamente importante para a cidade de Cabrobó: “Daqui da minha casa é mil e poucos metros do riacho, é o mesmo que você teve lá nos quilombolas, é o mesmo” (Entrevistado A).

Lembram que sem água no riacho, as alternativas que eles possuem para conseguir água é comprar água por caminhão-pipa ou as águas que eles recebem da adutora, que é somente para consumo humano.

Em relação à adutora, explicaram que eles possuem uma determinada cota de consumo: “Cada residência tem o direito a dez metros de água por mês, com esse valor de cinco reais e noventa centavos, agora passou disso aí já muda o valor” (Entrevistado A).

Eles lembram que desta água eles a usam com racionalidade, para que ela chegue a todos os moradores: “Agora principalmente, agora tem que racionar, porque senão falta para os outros que estão nessa frente” (Entrevistado E).

Eles dizem sobre a importância desta adutora, e é lembrando que para a construção dela, em disputa com a indústria da seca com os donos de caminhões-pipas, para a efetivação de sua construção, até morte teve: “E mesmo na semana de inaugurar até locutor que estava ali na inauguração foi assassinado, porque não queriam que inaugurasse a adutora, queriam continuar ganhando dinheiro a custos da derrota dos outros” (Entrevistado B).

Em relação aos caminhões-pipas, um entrevistado explicou que eles chegam a custar R\$100,00, e que eles possuem uma caixa de água que foi doada pelo Ministério da Integração Nacional; então, quando possível, eles ainda compram a água e enchem parte desta caixa.

Em relação ao riacho, esclareceram que aproveitam o máximo possível da água que ele pode oferecer. “No leito do riacho existem várias porções de água, pequenas, mas, existe, então a gente cava o leito em uma profundidade maior, formando um poço, daí existe água para os bichos, para os animais beber” (Entrevistado C).

Um agricultor explicou que mesmo com as dificuldades, continuam trabalhando na agricultura e na pecuária. Os entrevistados demonstram ter um imenso apego à terra e ao seu modo de produzir: “Água encanada hoje, mas só água para consumo humano. Para os animais tem umas matas, por sinal estava na minha rota hoje cavando poços para os animais beber” (Entrevistado A).

As falas dos entrevistados remetem às teorias de Tuan. Por exemplo, para se compreender a relação de um pequeno agricultor e sua relação com a terra. “O apego à terra do pequeno agricultor ou camponês é profundo. Conhecem a natureza porque ganham a vida com ela” (TUAN, 1980, p. 111).

A comunidade rural de Cabrobó demonstra ter uma relação íntima com a terra e um prazer em trabalhar com a agricultura e a pecuária. Apesar de que para uma pessoa que não é da região, a terra possa ter aparência de não fértil, de não produtiva, o povo local conhece formas de produzir e se sentem realizados de fazê-lo. Na foto 37, é possível perceber a criação de caprinos. Segundo Tuan (1980), o agricultor se insere de tal modo no seu ambiente que traz no seu corpo físico as marcas do trabalho. Este sentimento de fusão com a natureza não é simples metáfora. “Os músculos e as cicatrizes testemunham a intimidade física da dependência material e do fato de que a terra é um repositório de lembranças e mantém a esperança. A apreciação estética está presente, mas, raramente, é expressada” (TUAN, 1980, p. 111)



Fonte: Assis (set. 2013).

Foto 37. Criação de caprinos na propriedade de um pequeno produtor rural em Cabrobó (PE).

Apesar da seca, a população procura continuar com a criação de animais.

Um entrevistado citou exatamente uma frase que vem de encontro à citação de Tuan (1980). Ele explicou que as obras tiraram deles sua capacidade produtiva e sua capacidade de trabalho e produção, seu modo de vida: “Porque na verdade a pessoa tem prazer em trabalhar. Hoje não cria mais caprino, nem ovino, nem bovino, não tem mais nada [...], daqui a pouco todo mundo vai parar, ficar com os braços cruzados” (Entrevistado A).

O sentimento com a terra aparece com um sentimento de amor, de apego. Segundo Tuan (1980, p. 111), um trabalhador assalariado pode se sentir escravo da terra, mas um pequeno produtor pode ver na terra o símbolo de sua sobrevivência.

Compreendendo a relação que a pessoa possui com seu meio ambiente, podemos compreender também o seu elo de pertencimento ao lugar. “Topofilia é o elo afetivo entre as pessoas e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vivido e concreto como experiência pessoal [...]” (TUAN, 1980, p. 5).

Este conceito topofilia foi usado, portanto, para se explicar como o ser humano pode criar laços de afeto ao seu espaço de vivência “O amor humano por lugar ou topofilia” (TUAN, 1980, p. 106).

Diante disto, a categoria Lugar na geografia estaria ligada a esta questão de sentimento. “A palavra topofilia, portanto, estaria ligada ao sentimento de se pertencer a um lugar. [...] são os sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o lócus da reminiscência e o meio de se ganhar a vida” (TUAN, 1980, p. 107).

“O conceito de topofilia pressupõe a importância capital da noção de lugar, em comparação com o espaço, para a afetividade humana” (AMORIN FILHO, 1999, p. 2). A topofilia, portanto, estaria ligada à afeição da pessoa para com o seu lugar de vivência.

Dependendo das dificuldades que a terra pode oferecer para um agricultor, ele pode sentir orgulho da sua terra, da sua capacidade de usar a terra, mesmo com as dificuldades. “O apego a um lugar também pode, paradoxalmente, aparecer da experiência com a intransigência da natureza” (TUAN, 1980, p. 112).

Estes conceitos e estas categorias explicam esta questão da relação dos agricultores de Cabrobó com a seca e as dificuldades que possuem para lidar com a terra, mas que não os deixa abandonar o campo. “[...] constantemente têm que lutar contra a ameaça da seca e das tempestades de poeira. [...], os que ficam parecem desenvolver um estranho orgulho em sua habilidade de levar a vida” (TUAN, 1980, p. 112).

Alguns ambientes por mais que dificultem a sobrevivência humana, podem gerar aos seus moradores uma satisfação social, um bem-estar.

No mundo moderno as comunidades pesqueiras, de modo geral, são pobres quando comparadas com comunidades agrícolas no interior, e se elas suportam este modo de viver, não é tanto pela recompensa econômica, senão pelas satisfações obtidas deste estilo de vida ancestral e tradicional (TUAN, 1980, p. 132-133)

Estas teorias de Tuan se encaixam perfeitamente no que foi visto na realidade dos agricultores da área ocupada pelas obras da transposição; os agricultores possuíam uma habilidade de lidar com a seca, e tinham orgulho de sua capacidade de produção, produção esta que garantia sobrevivência.

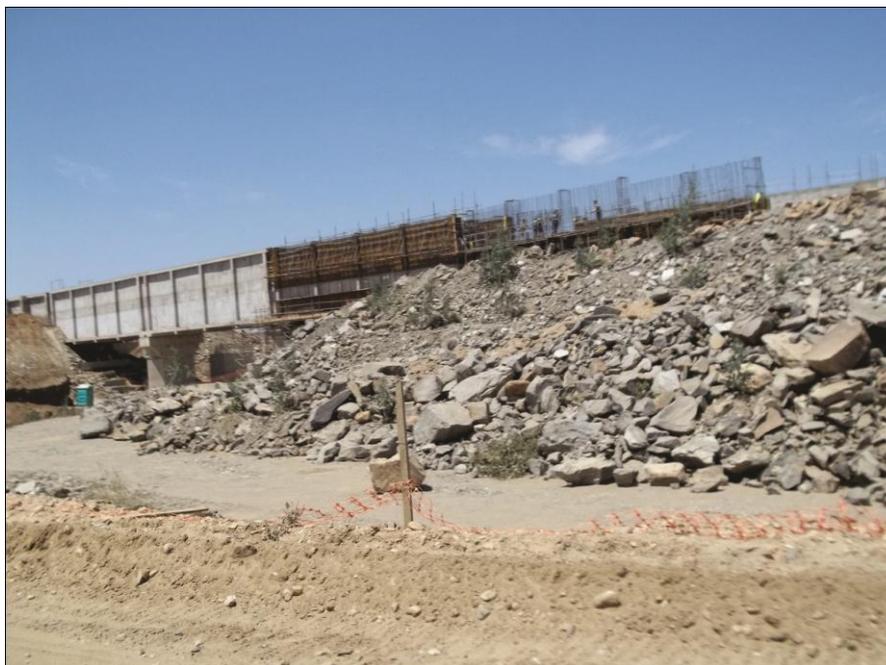
As obras da transposição estão atrapalhando seu modo tradicional de cultivo e de lidar com a seca, e ainda frustram sua capacidade de trabalho e suas perspectivas futuras. Um representante do sindicato explicou que as obras da transposição acabaram por prejudicar os meios que eles possuíam para conseguir água. Ele cita como exemplo, que parte de uma obra da transposição teria derrubado uma parede de um pequeno açude que eles tinham e que também as obras estão jogando dentro do que eles chamam de cacimba (poços que eles fazem no antigo leito dos riachos) rejeitos das obras e que mesmo no riacho Grande, eles também estariam colocando esses rejeitos. Isto pode ser observado, no depoimento dele e nas fotos 38 e 39:

A gente também viu essa questão do açude, a qual é a única fonte de água que a gente tem para o plantio [...] eles derrubaram a metade da parede, esse açude tem um pouco de água, ao qual estamos utilizando para o plantio de feijão (Entrevistado D).



Fonte: Assis (out. 2013).

Foto 38. Rejeitos do canal da transposição invadindo uma cacimba.



Fonte: Assis (out. 2013).

**Foto 39. Aqueduto construído sob o riacho Grande.
Ao lado, rejeito das obras da transposição sob o leito do riacho.**

Essa foi uma reclamação também feita pelos reassentados e pelos quilombolas. Os rejeitos das obras da transposição estariam sendo depositados sob o leito do principal riacho que eles possuem.

Além disto, um entrevistado contou que durante as detonações para a construção do canal são arremessadas pedras sobre as plantações e que até animais já foram atingidos. “Essas detonações está causando preocupação para o pessoal, porque as pedras estão caindo nas plantações, e tem animais, corre risco de matar um animal como já aconteceu” (Entrevistado D).

Ele explicou que em conversas com o pessoal do Ministério da Integração, foi colocada pela comunidade rural de Cabrobó, a necessidade de revitalização do riacho Grande, da necessidade de obras para melhoria na fluidez da água no riacho.

Esse riacho que banha boa parte das comunidades, que são abastecidas pelo canal [...] a gente já sugeriu para o Ministério após a conclusão desse canal, colocar o canal para Terra Nova, para ficar descendo. [...] Não, até agora eles não se posicionaram diante dessa opinião nossa (Entrevistado D).

Segundo o entrevistado, nada foi feito e ainda pelo contrário, as obras da transposição, estão é assoreando o riacho. Ele citou que o próprio Ministério já afirmou para eles que o Riacho Grande encontra-se assoreado:

O governo fez um relatório para fazer uma análise do riacho, que no riacho realmente hoje o assoreamento é muito grande, é muito assoreamento no leito do riacho, [...] com a chuva, toda terra que eles colocaram, que não botou fora, toda essa terra veio escoando para dentro do riacho, e hoje tem locais que os poços estão todos cheios de terra, e isso tudo causou o assoreamento. Que não tem mais como hoje segurar tanta água assim, a água passa direto, estão todos entupidos os poços nas propriedades (Entrevistado D).

Ele acredita que, por questões políticas, não se dá a devida atenção ao riacho Grande: “É uma questão política, falta interesse político, eles querem projetos que aparecem, projetos para se eleger” (Entrevistado D).

Já em relação à qualidade da terra e sua capacidade de trabalho, lembram que Cabrobó é conhecida como a terra da cebola e que historicamente o município possui tradição agrícola, e eles como agricultores familiares sabem plantar de tudo com eficiência: “Muito boa, muito boa, a terra daqui é muito boa, é porque aqui o pessoal só sabe plantar cebola, mas dá tudo que você plantar tudo” (Entrevistado A).

Em relação à criação de animais, durante este período de seca intensa, não tendo outra forma, um entrevistado explicou que eles têm de vender seus animais: “Quando está assim a

gente tem que vender na seca, tem que vender os caprinos novinhos, porque não tem como criar” (Entrevistado A).

Sendo assim, agora, eles não estão conseguindo plantar e estão vendendo seus animais: “Não, não, está todo mundo parado, não tem água, não tem de forma alguma, hoje até para o bicho beber tem região que nem tem” (Entrevistado C).

Nesta perspectiva ficam na expectativa de soluções emergenciais, em virtude do agravamento da seca: “A gente está tentando escapar com o que sobrou, e se não chover daqui para janeiro, aí ninguém sabe como é que fica, aí ninguém sabe” (Entrevistado A).

Neste sentido, percebe-se que a região é considerada pelos agricultores locais como produtiva, e que outras soluções para a seca são mais cabíveis do que a transposição do rio São Francisco. Mas, já que se está fazendo a transposição, que a obra valorize o povo local, seus conhecimentos e suas necessidades. E que, para o futuro, sejam atendidas suas sugestões, principalmente para a perenização do riacho Grande e a necessidade de se dar valor à agricultura de subsistência e sua capacidade produtiva.

Questionado sobre a reclamação dos moradores da zona rural de Cabrobó, em relação da necessidade de revitalizar e perenizar o riacho dos Bois e de se abastecer o reservatório de água do riacho em Terra Nova. Se existe algum projeto para isso. Sobre esta questão de que os moradores também acusam as empresas de jogarem resto de material no leito e assorear o riacho, se o Ministério tem observado esta questão. O Ministério afirmou que as empresas são obrigadas a seguir planos de gestão ambiental adequados, e que se houver erros a população pode realizar denúncias (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Questionário, 2015). Os moradores disseram que tem muita dificuldade de terem suas vozes ouvidas.

5.1.4. A voz não escutada

Estes agricultores familiares que tiveram suas terras cortadas pelo canal da transposição moram bem ao lado do lugar onde outros agricultores familiares foram reassentados. Alguns possuem até laços de parentesco familiar. Um entrevistado disse que no caso dos reassentados, deram casas, auxílio financeiro, e para quem ficou na terra como eles, deram esperança: “Deram para o outro lá, não foi? E os daqui deram esperança” (Entrevistado A).

Ele explicou que muitos dos reassentados ou dos que tiveram suas terras totalmente ocupadas tiveram de sair a força e alguns resistiram enquanto puderam: “Foi obrigado a sair de qualquer maneira. Ele vai ficar aí fazendo o quê? O homem saiu, um homem muito

trabalhador e produzia muito e o que deram a ele foi uma mixaria, e teve que sair” (Entrevistado A).

Ele disse que o Ministério da Integração não precisou usar a força física, porém a pressão psicológica foi realizada: “Não tiraram a força porque ele viu que ia tirar a força, ele mesmo saiu, a pressão psicológica foi muito maior” (Entrevistado A).

Um entrevistado que tem parte da sua família agora morando na vila dos reassentados e parte da família morando ao lado dos canais fala da dor afetiva que eles sentem por causa da transposição: “[...] ligada um pouco a minha família que vive lá, eles se sentem doentes, quando ele está na vila ele se sente doente, ele sente dor, sente dor de cabeça, sente um monte de coisas, o lado psicológico dele mudou também” (Entrevistado D).

Neste momento, o entrevistado se emocionou e chorou. Ele explicou como a transposição mexeu com os sentimentos das pessoas:

Toda essa mudança está atingindo o psicológico também, então são pessoas que hoje vivem de forma diferente, não vive mais como vivia antes, a transposição veio para ajudar, até agora não ajudou ninguém, tem mudado o modo de vida do pessoal (Entrevistado D).

Estes agricultores familiares que permaneceram em suas terras ao longo do canal, dizem como se sentem submetidos a uma constante pressão social: “É aquele negócio, se ficar o bicho pega, se correr o bicho come” (Entrevistado A). Eles agora se sentem submetidos aos mandos e desmandos das empresas na região: “As empresas, eles dão o xeque-mate” (Entrevistado E).

O entrevistado esclareceu que quando eles querem dar alguma opinião, demonstrar como eles acreditam que o lugar deve ser gerido, são vistos como pessoas sem conhecimento e suas vozes não têm reconhecimento: “E aí você vai conversar com uma autoridade dessas, já diz logo o que falou pra ela; isso mora dez anos, vinte anos, maltratou a pessoa todinha, diz que não tem conhecimento como a gente aqui” (Entrevistado A).

Como já foi dito, o Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2005) por meio do “Programa de Comunicação Social – PBA 03” afirmou que realizou audiências públicas, que mantém abertos canais de comunicação, incluindo sistemas de ouvidoria, de acordo com o que a legislação solicita para a implementação de um grande empreendimento.

O morador disse que as pessoas conhecem a região, moram a muitos anos ali e poderiam dar informações úteis, mas, que quando querem falar, se sentem humilhados pelas autoridades. Ele explica que as audiências públicas, que são exigência legal para a implementação desses grandes empreendimentos foram realizadas; no entanto, de forma

arbitrária e sem respeito aos agricultores locais: “Na verdade eu acho que faltou as audiências públicas que aconteceram na cidade. Eu participei de algumas, mas, foram muito mal divulgadas” (Entrevistado A).

Além do que, ele esclareceu que as audiências escutavam na verdade a população urbana e não eles, os agricultores, que, sim, eram diretamente atingidos pelas obras: “Quem tinha que ser ouvido realmente não era, as populações urbanas eram, quem tinha que ser ouvido eram as populações rurais” (Entrevistado A).

Outro entrevistado também disse que algumas cidades foram privilegiadas no processo de implementação da obra por um viés político, e que os espaços urbanos foram mais valorizados do que os espaços rurais:

Quase tudo hoje se concentra em Salgueiro, a sede do Ministério fica em Salgueiro, a maioria das empresas fica em Salgueiro, tudo se concentra em Salgueiro, Cabrobó de onde está saindo toda a água, economicamente nada foi feito aqui, eu falo nada, que o pouco que foi investido hoje é nada, infelizmente foi tudo para área urbana, para área rural mesmo não foi nada” (Entrevistado D).

O entrevistado acredita que a obra da transposição, com seus projetos de irrigação, irá levar muitos anos para ser concretizada: “Quando eu falei que era a irrigação, que eles falaram que era, eu falei, vai levar vinte, trinta anos” (Entrevistado D).

O entrevistado explicou que como o Ministério se negava a escutar a opinião deles, que eles tentavam negociar, mas, que a situação era muito complicada: “Quando ele tentava demonstrar esta sua opinião, ele era cortado imediatamente. Eles já desmontam o cara todinho. Aí vai fazer o quê? Era negociar que era o melhor, ia fazer o que?” (Entrevistado D).

Estas falas remetem a uma discussão realizada em dissertação de mestrado, que foi citada aqui na revisão teórica desta tese. Na dissertação intitulada “Transposição do rio Piumhui para o rio São Francisco: Registro histórico”, do mesmo autor que aqui escreve a tese, que fala sobre os impactos que a transposição do rio Piumhi trouxe para as comunidades rurais em Minas Gerais, foi registrado da população a reclamação de terem passado sua vida toda sofrendo por causa da obra. Eles viram toda a sua região se transformar, pessoas ficarem ricas na região graças a obra, e eles permanecendo anos, esperando por algum tipo de indenização real, e na verdade só ficaram com os prejuízos. E ao longo de toda a história, não se sentiram, em nenhum momento, ouvidos (ASSIS, 2009). A dissertação de mestrado analisou uma transposição ocorrida na década de 1950. Pela magnitude, a transposição atual do rio São Francisco não possui precedentes. Porém, é possível notar que alguns fatos se repetem de forma muito semelhante e também ajuda a se apontar para algumas conclusões.

A voz da população ribeirinha diretamente atingida é desprezada. Existe um preconceito em relação a essa população, uma desvalorização do conhecimento popular do lugar. Uma valorização excessiva do conhecimento técnico, em detrimento do conhecimento popular.

Neste sentido, também se é mais valorizado as pessoas de fora do lugar onde será implementado o grande empreendimento. Valorizando as pessoas de fora do lugar, os benefícios do grande empreendimento são mais difíceis de serem alcançados pela comunidade local. Além disto, fica claro a valorização da população urbana e o preconceito com o conhecimento da população rural. Os entrevistados demonstraram necessidade de falar e de divulgar suas vozes:

Quando você terminar a tese a Universidade deve enviar isso para o governo, porque como ela é Federal, isso é importante. Eu estava pensando assim: você não é o primeiro, nem vai ser o último, eu acho que teve um bocado de pessoal aqui. Mas teve um pessoal aqui da Tv Globo e da Tv Cultura que fizeram contato comigo; mas eu vou lhe dizer: ligaram para mim (o repórter, o pessoal), mas eu passei um *e-mail* que foi um *e-mail* desaforado. Ela citou bem assim: eu sou fulana de tal, jornalista da tv tal, afiliada da rede Globo e vamos enviar uma equipe, esperamos que o senhor nos leve às pessoas que foram beneficiadas pela indenização e que estão felizes com o que receberam do Governo. Aí eu respondi para ela assim: minha senhora agradeço muito a sua atenção, mas felicidade é uma palavra que não existe no dicionário dos agricultores daqui, mas a senhora venha porque essa palavra é minha, mas eu quero que a senhora venha para ouvir. Vieram? Comigo não. Por que o pessoal do Ministério vai levar eles pra ouvir alguém que está infeliz com um negócio desses? Leva nada, aí foi o que eu pensei: recomenda para o reitor lá, pra que divulgue o trabalho (Entrevistado B).

Em relação à generalização dos depoimentos apresentados nesta tese, um entrevistado resumiu o que a bibliografia já discutida no referencial desta tese explicitou, principalmente com as citações que se referem aos textos de Tuan e Thompson. “[...] a localização geográfica dos terrenos se mantém na mesma reta, a mesma rota, e todos eles padecem do mesmo problema, é generalizado. Se você sair daqui e passar quatro, cinco terrenos se for ouvir o camarada, vão falar a mesma coisa” (Entrevistado C).

Portanto, pode-se indicar que os problemas aqui descritos merecem ser analisados. As obras de transposição do rio São Francisco geraram uma série de riscos sociais e ambientais aos moradores da zona rural do município de Cabrobó. Suas vozes merecem ser ouvidas e ações devem ser colocadas em práticas pelos gestores das obras da transposição para amenizar esses riscos. Os moradores possuem apego e conhecimento sobre os lugares que habitam; conhecimentos que merecem ser valorizados e que podem contribuir para as ações concretas na transposição do rio São Francisco.

5.2. QUILOMBOLAS JATOBÁ E CRUZ DO RIACHO: PROXIMIDADES E DISTÂNCIAS

O espaço rural de Cabrobó é coberto por comunidades com tradições e culturas específicas, mas que possuem algo em comum: são todas compostas por agricultores familiares, diretamente atingidos pela transposição.

Ao longo do canal e das obras da transposição, comunidades diferentes apontam problemas e necessidades em comum; porém elas possuem também especificidades nas suas características de grupo, que apontam para algumas necessidades de serem tratadas de forma específica. Poderão ser observados apontamentos semelhantes, alguns já foram apresentados pelos agricultores ao longo do canal de transposição e já foram demonstradas respostas dos gestores da obra, que merecem ser observadas. Portanto, o texto a partir de agora, vai exemplificar fatos já narrados, e trazer particularidades dos quilombolas. No último item da tese, antes das considerações finais, ainda se trará a realidade de reassentados que moravam ao longo do canal e de suas obras.

Fazendo uma análise dos fenômenos geográficos em uma abordagem cultural, entende-se o território como lugar do mundo-vivido (ROCHA; ALMEIDA, 2005, p. 1).

Usando-se das teorias de Tuan (1980) entende-se o lugar através de um viés da psicologia, onde o ser humano percebe seu espaço, como lugar único. Onde o lugar possui características próprias que se distingue de outros lugares, pelas experiências vividas de seus habitantes e de seus sentimentos em relação ao espaço em que habitam.

Portanto, entende-se que ao longo de sua história, os quilombolas tiveram uma relação com características próprias de lida com a terra, uma relação que está também relacionada ao sentimento particular de cada grupo.

Segundo a Fundação Cultural Palmares (2014), quilombolas são descendentes de escravos africanos que mantêm tradições culturais, de subsistência e de religiosidades ao longo dos séculos. Assim, já se é formalizado oficialmente as comunidades Fazenda Jatobá e Riacho dos Bois, em Cabrobó, PE, como comunidades quilombolas.

No entanto, junto com a formalização destas comunidades, na teoria da Fundação Palmares, deveria ser garantida a elas: assessoria jurídica, projetos, programas e políticas públicas específicas. Na verdade, o que se percebeu e o que foi claramente explicado por estes quilombolas é que essas garantias não lhes foram asseguradas.

Apesar de oficialmente serem consideradas quilombolas, as comunidades Fazenda Jatobá e Riacho dos Bois reclamaram pela efetividade de práticas derivadas de órgãos

externos às comunidades, que lhes tratassem como quilombolas. Nestas práticas, também são cobrados os direitos específicos dos quilombolas como diretamente atingidos pelas obras da transposição do rio São Francisco. Os quilombolas perderam parte dos seus lugares de vivência para as obras da transposição. Lutam hoje por suas questões e necessidades como comunidades diretamente atingidas.

Segundo Campos (2008), o estado de Pernambuco apresentou ao longo de sua história, resistências à escravidão em uma diversidade de modelos. De lugares pouco acessíveis a outros muito próximos às vilas, as comunidades foram se formando e sendo modificadas. A transposição do rio São Francisco é mais um capítulo desta história, onde para se compreender a realidade dos diretamente atingidos, não é a divisão geopolítica local o fundamental, mas, sim, os laços de parentesco, alianças, fluxos culturais do lugar:

A história de muitas dessas comunidades se confunde com a história dos seus municípios, ou mesmo de suas regiões, permitindo uma comunhão nos processos históricos de ocupação territorial, por onde configuram diversos atores sociais, do período colonial (missionários religiosos, grandes fazendeiros, governo colonial, indígenas, negros escravizados) ao contemporâneo (fazendeiros, pequenos agricultores, movimentos de trabalhadores rurais sem terra, movimentos dos atingidos por barragens, sindicatos, prefeituras, Ministério da Integração, Ongs, quilombolas, povos indígenas e outros). **Isso ajuda a explicar a forte ligação intercomunitária existente na região, mantida por critérios oriundos das próprias comunidades, como laços de parentescos, alianças, fluxos culturais e migratórios, e não pela divisão geopolítica local.** Guardando as especificidades, essas comunidades se aproximam muito quando pensadas a partir das violações de seus direitos e de suas demandas, das quais se destaca a luta pela terra. [...].

O sertão pernambucano banhado pelo Rio São Francisco e, ou, seus afluentes foi marcado pela intervenção de órgãos federais, em especial, o Ministério da Integração que tem atuado em diversos municípios desta região, por consequência do projeto de Transposição do Rio São Francisco [...] (CAMPOS, 2008. Grifo nosso. Disponível em: <http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=214&cod_boletim=12&tipo=Artigo>).

No caso da transposição do rio São Francisco, o Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2005), demonstra que existe um plano específico para lidar com os quilombolas diretamente atingidos. O Programa de Apoio às Comunidades Quilombolas – PBA 17 visaria acompanhar o processo de regularização fundiária dos territórios quilombolas, promover a melhoria na qualidade de vida e apoiar o desenvolvimento dos processos produtivos na área de influência direta e indireta das obras.

Questionados sobre quais foram os benefícios e os malefícios, que o Ministério e sua assistência social notam que a obra da transposição trouxe, ou pretende trazer para as comunidades dos índios Truká, quilombolas Jatobá e Cruz do Riacho, Vila Junco e pequenos

produtores que tiveram suas terras cortadas pelo canal e ainda quais seriam as estratégias para minimizar os impactos da transposição, o Ministério respondeu:

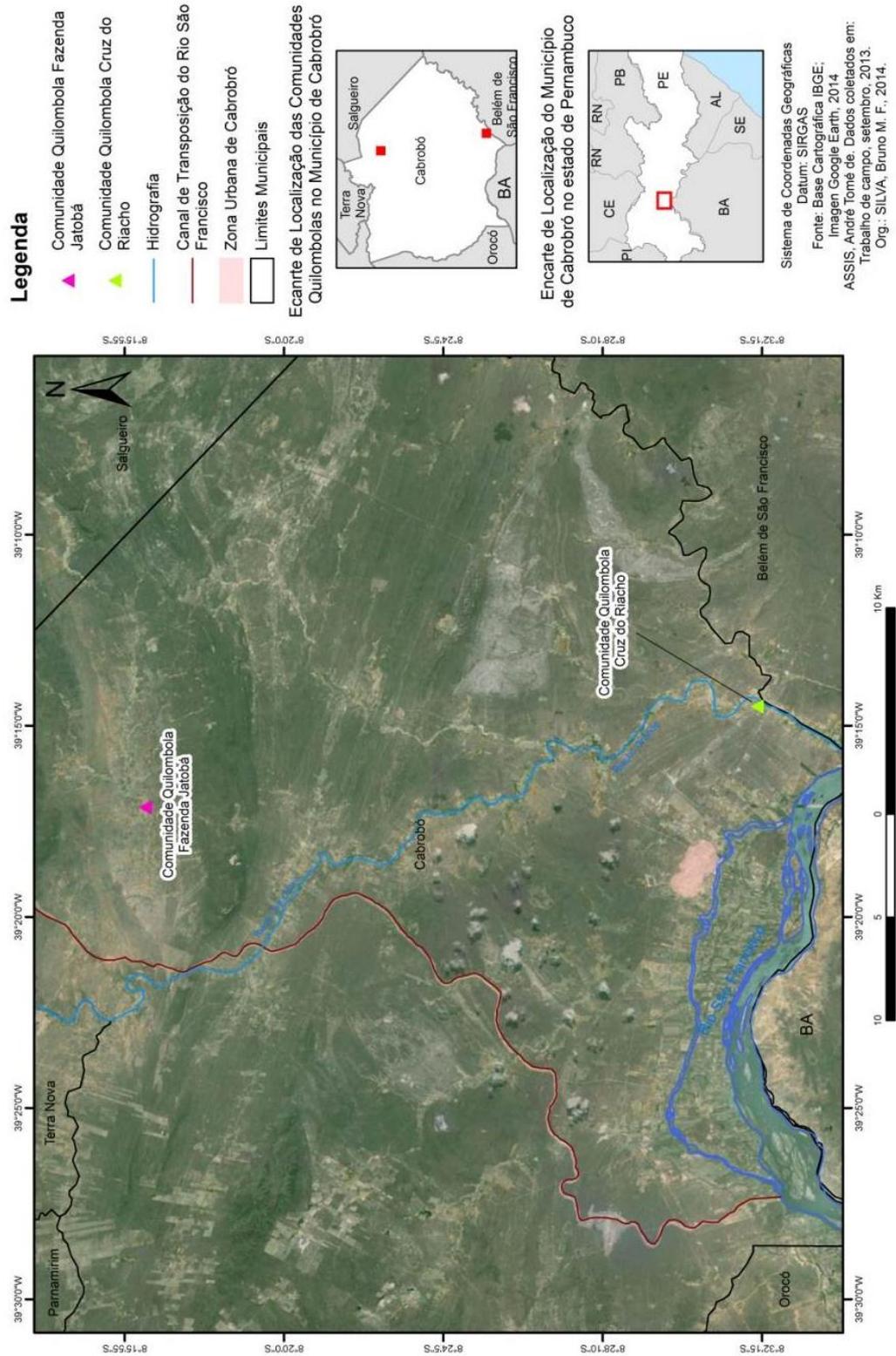
Dentro do Projeto de Integração do rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF há um programa voltado para Comunidades Indígenas (PBA 12) e outro para as comunidades Quilombolas (PBA 17). Respeitando as especificidades de cada comunidade e suas tradições e cultura, foram desenvolvidas ações de substituição de casas de taipa por casas de alvenaria, implantação de melhorias sanitárias domiciliares (banheiros), implantação de centro de cultura e artesanato, capacitações em gestão e processos produtivos, construção de Postos de Saúde, etc. Desta forma, pode-se destacar que com o PISF as comunidades indígenas e quilombolas próximas aos canais receberam apoio para melhoria de suas condições de vida, desenvolvimento individual e coletivo, bem como a possibilidade de alcançarem políticas públicas voltadas para suas comunidades (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Questionário, 2015).

Na prática, poderão ser notados pelos depoimentos dos moradores dessas duas comunidades, carências de ações efetivas, tanto como comunidades quilombolas, quanto diretamente atingidos pelas obras da transposição.

A localização das duas comunidades pesquisadas é um fator de destaque em relação às obras da transposição e do rio São Francisco. Como pode ser observado no mapa 09, a comunidade Riacho dos Bois não é cortada diretamente pelo canal ou pelas obras da transposição e está muito próxima ao rio São Francisco, aproximadamente 5 km. A comunidade Jatobá está a aproximadamente 30 km do rio São Francisco, e além de cortada pelo canal da transposição, tem no lugar onde mais se plantava, a construção de um dos reservatórios que armazenará águas que serão transpostas.

Jatobá e Cruz do Riacho possuem características muito semelhantes, até mesmo porque as duas são comunidades quilombolas; porém, a transposição do rio São Francisco altera a geografia da região e as perspectivas futuras em torno da história das comunidades. Na conjuntura dos arranjos geográficos da hidrografia da região, vale destacar a importância do riacho Grande que corta as duas comunidades. O riacho, que também pode ser notado no mapa 06, que em tempos era abastecido por uma barragem no município de Terra Nova, cedia água para as duas comunidades. Assim como as falas já apresentadas dos outros agricultores familiares, eles também reclamam do assoreamento do riacho, em virtude das obras da transposição.

Mapa de Localização das Comunidades Quilombolas Fazenda Jatobá e Cruz do Riacho e Cruz do Riacho na Zona Rural de Cabrobó (PE)



Fonte: GOOGLE EARTH, 2014.

Mapa 06. Localização das comunidades Riacho dos Bois e Fazenda Jatobá.

5.2.1. Cruz do Riacho: proximidade com o rio São Francisco

5.2.1.1. Formação histórica e descrição do Lugar

A comunidade Cruz do Riacho sente os problemas causados pelas obras da transposição e a interferência direta destas obras no seu lugar de vivência, principalmente quando a obra interfere no riacho que trazia água para a comunidade.

Em períodos de seca, apesar da distância de aproximadamente 40 km de Terra Nova (município vizinho a Cabrobó), a comunidade relatou que esperava pela liberação de água de Terra Nova, para que eles pudessem ter acesso à água. A comunidade reclama de como as obras da transposição assorearam o riacho e em destaque demonstram não sentir nas obras da transposição um alívio para o problema da seca, demonstrando que morar próximo à disponibilidade de água do rio São Francisco, 5 km, ao longo de sua história não significou acesso à água, muito menos sentem alguma expectativa agora na construção do canal da transposição.

Em questionário feito ao Ministério, onde se perguntou sobre quando a comunidade Cruz do Riacho reclama que mora perto do rio e nunca usou as águas do rio. Como o Ministério irá atuar para fazer chegar água até esta comunidade, visto a distâncias da comunidade até o canal, a resposta foi a seguinte: “Todas as comunidades quilombolas e/ou indígenas atendidas pelas ações do PISF serão atendidas com abastecimento de água [...]” (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Questionário, 2015).

Os moradores demonstram receio em relação a chegada das águas, fato que será intensamente demonstrado por eles. Mas antes, de se apresentar intensamente este receio, pode-se apresentar a história de formação da comunidade. História que está marcada pelo riacho, pela proximidade do rio, pela carência da água e agora pela transposição e pelo receio da não chegada das águas transpostas até eles.

A história da comunidade está mais ligada ao riacho do que ao rio São Francisco. O próprio nome da comunidade já faz referência à importância do riacho. Conta uma entrevistada que a comunidade teve seu início mais ou menos em 1907 com a chegada de um dos seus ancestrais, que viu naquela região a possibilidade de construir a realidade que sonhara. “A comunidade aqui existe desde 1907, quando chegou Mané Preto, houve uma revolução. [...] Essa revolução, que era um grande sonho” (Entrevistada F).

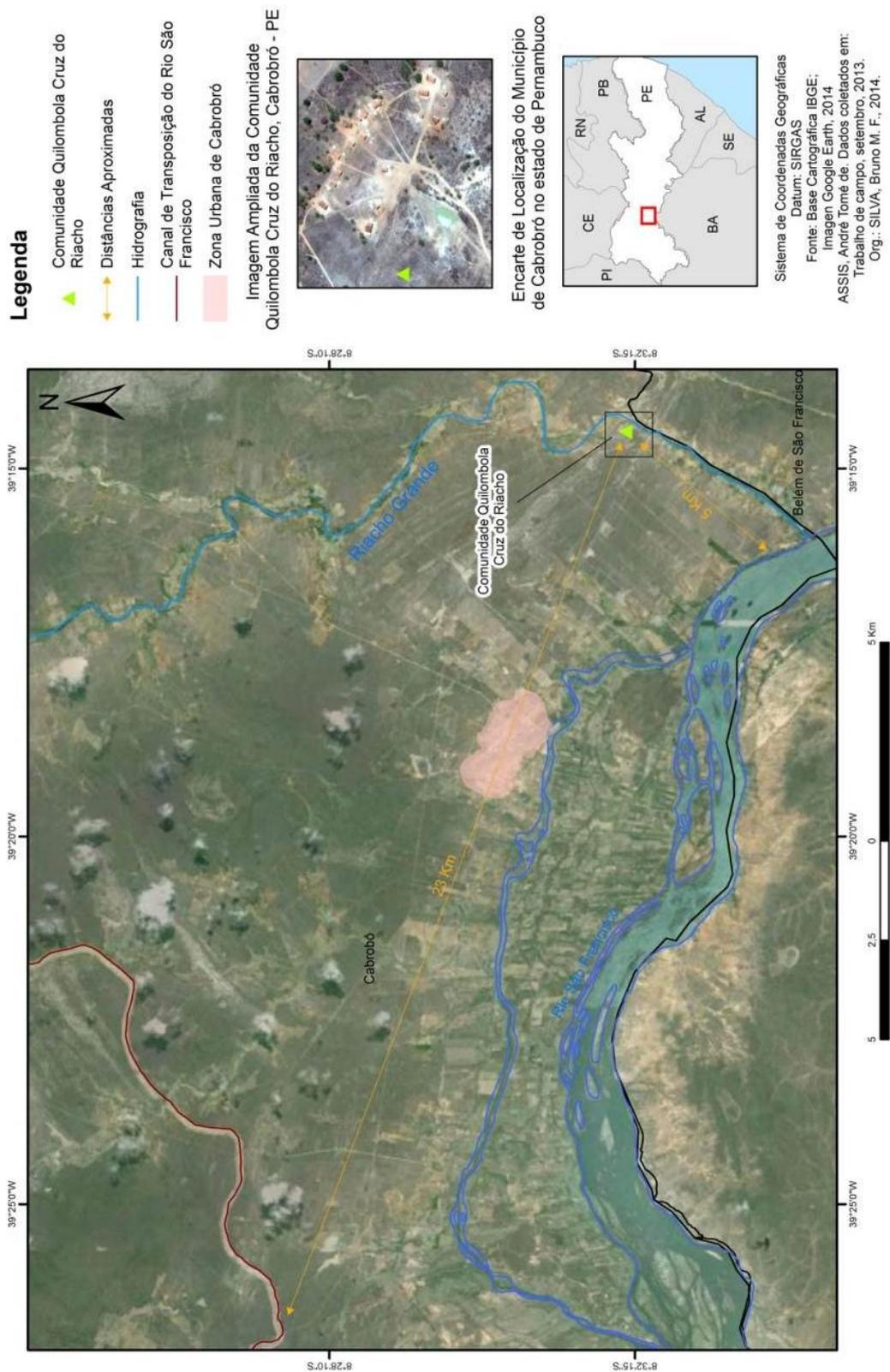
O sonho de se instalar na região e de ter uma vida feliz, constituir família, foi marcado por dificuldades. “E aí eles começaram a migrar de um lugar para outro, [...] teve quem morreu de fome” (Entrevistada F).

Mas, mesmo com dificuldades, eles se instalaram, constituíram família e comunidade. “Então aí eles vieram para cá [...] constituiu família, e hoje já estamos na quinta geração, aqui nessa localidade” (Entrevistada F).

Uma lenda de Zumbi acabou dando o nome da comunidade de Zumbi, como aparecem nos mapas de Cabrobó. Mas, segundo a entrevistada, sempre que perguntavam ao seu avô, Mané Preto, onde era a comunidade, ele sempre respondia: “na curva do riacho” e assim se deu o nome da comunidade. “Chamava zumbi [...] quando foi para perguntar, seu Mané mora onde? ‘Lá na curva do riacho’, ele mora na encruzilhada do riacho, aí ficou como sendo a curva do riacho” (Entrevistada F).

E assim se deu nome e se formou a comunidade quilombola “Cruz do Riacho”, que, como pode ser observado no mapa 07, a comunidade é banhada pelo riacho Grande ou também chamado de Riacho dos Bois ou riacho de Terra Nova. A comunidade fica muito próxima do rio São Francisco ou da sede do município de Cabrobó. Pela BR 428; de carro, leva-se aproximadamente 7 minutos até a sede do município. A comunidade está a aproximadamente 5 km do rio São Francisco e a 23 km do canal da transposição. No entanto, os moradores valorizam muito mais, é a proximidade com o riacho Grande, visto que eles nunca tiveram acesso às águas do rio São Francisco. Apesar de que, como já foi explicado, espera-se que as águas transpostas, possam vir a serem usadas para perenizar o riacho.

Mapa de Localização da Comunidade Quilombola Cruz do Riacho: Diretamente Atingida pelas Obras da Transposição do Rio São Francisco na Zona Rural de Cabrobó (PE)



Fonte: GOOGLE EARTH, 2014.

Mapa 07. Localização da comunidade Riacho dos Bois.

Ainda sobre as características gerais da comunidade, segundo a Comissão Pró-Índio de São Paulo (2014), a comunidade Cruz do Riacho conta com 26 famílias e possui processo de demarcação de terras no INCRA.

Os entrevistados contaram que em 2013 receberam em sua comunidade um antropólogo, que ficou na comunidade por cerca de um mês e realizou uma diversidade de estudos. Eles explicaram que já são reconhecidos como comunidade quilombola, mas que em questão de benefícios por causa do título, não tiveram uma valorização adequada.

Contaram que nas suas necessidades, tanto como comunidade quilombola rural ou como diretamente atingidos pela transposição, recorrem à prefeitura, ao Ministério da Integração Nacional, às outras escalas de poder e aos outros órgãos, mas sem grande sucesso.

Mesmo com as dificuldades, a comunidade demonstra ter vontade política e estão sempre tentando demonstrar sua cultura, sua identidade, suas características próprias e sua luta pela regularização de suas terras.

Segundo Ramos (2013), em notícia divulgada pela emissora de rádio local de Cabrobó, Grande Rio, em entrevista; duas moradoras da comunidade explicaram que a comunidade se sente realizada com as conquistas e o reconhecimento deles como quilombolas, mas que a regularização das terras pelo INCRA seria um passo importante na luta pelas suas reivindicações.

As moradoras foram até a emissora de rádio para divulgar um evento no qual a comunidade iria divulgar sua história e cultura. No período de 18 à 23/11/2013, em uma série de eventos alusivos à Semana da Consciência Negra, com palestras, apresentações culturais, desfiles, etc., a comunidade se apresentou. Apresentando a história de seu patriarca Joaquim de Moraes, com apresentações de manifestações típicas do povo negro, como o trancelim e a mazuca, a comunidade se afirmou e se apresentou para a sociedade (RAMOS, 2013).

5.2.1.2. O impacto da chegada das obras

A localização geográfica da comunidade Riacho da Cruz gera um questionamento. Como foi dito por todos os outros entrevistados, existe um receio de que as águas transpostas não sejam encaminhadas para a população carente da região. Existe uma preocupação grande de que a obra da transposição atenda aos grandes projetos da agroindústria e não à população que está em volta do canal, visto que a comunidade nunca teve acesso a água do rio, mesmo morando tão próximo dele.

Com o início das obras da transposição, os quilombolas cobram que Cabrobó tenha uma consideração por parte dos gestores da obra, visto que a obra irá transformar todo o município. Mas isso seria o desejo, e segundo um entrevistado a realidade é outra. “Cabrobó é a menina dos olhos de ouro que vai levar água para os outros estados, enquanto a população de Cabrobó, que tem a menina dos olhos de ouro, está chorando e morrendo de sede, isso é o que está acontecendo” (Entrevistado G).

Eles contam que em 2004 tiveram as primeiras reuniões com o pessoal do Ministério da Integração Nacional para a chegada das obras: “A primeira reunião que a gente teve [...] 2004, a gente teve essa reunião lá no posto de Mãe Rosa, a gente teve essa reunião, onde ele assinou o projeto da construção das casas” (Entrevistado H).

Assim, logo na chegada das obras da transposição, se deu a promessa de que as casas da comunidade passariam por reforma ou seriam reconstruídas: “Casas de Taipa seriam reconstruídas por alvenaria. Até em 2013, esse projeto não foi concluído” (Entrevistado H).

Mas, segundo os entrevistados, logo nesta reunião já se teve um embate entre os diretamente atingidos e o Ministério. Na reunião estavam presentes diferentes grupos de pessoas e as possíveis alterações no lugar onde estas pessoas viviam já foram apresentadas.

O entrevistado lembrou que neste momento já se foi indicado que haveria a necessidade da retirada de algumas pessoas da região: “E também assinou uma retirada do pessoal, projeto Pedra Grande [...] ele foi lá e leu o documento dizendo que tinha que tirar o pessoal, e eles vivem nessa briga até hoje” (Entrevistado H).

Segundo o entrevistado, foi neste momento que a mídia brasileira esteve em Cabrobó e começou a ser divulgado as alterações que a obra causaria nas comunidades diretamente atingidas. Neste instante, começou a ser percebida a resistência do povo local e o não querer destas pessoas pela implementação da transposição da forma proposta.

Um entrevistado lembrou que nas reportagens, moradores da comunidade deram entrevistas e já demonstraram que mesmo morando próximos ao rio não tinham acesso à água e não seria a transposição do rio que levaria a água até eles: “Nesse dia da entrevista algumas pessoas, e até passaram na TV Cultura, e eu sou contra, porque nós morávamos há poucos quilômetros do rio sem usar a água do rio” (Entrevistado F).

Eles explicam que atualmente possuem acesso a água por meio de uma adutora para consumo humano, mas que para as atividades ligadas, por exemplo, à agricultura, eles até hoje não possuem: “Aqui a gente tem um projeto de água encanada, é um projeto paliativo que um vereador fez, a água é insuficiente, mal dá para a gente beber e tomar banho, e não é todo dia, nas casas do final essa água não chega, é paliativo” (Entrevistado F).

Lembraram que já passaram por momentos de calamidade em relação ao acesso à água: “Aqui já teve época da gente pegar fila para pegar uma cacimba, pra pegar uma lata d’água, a gente pegava fila de meio dia pra tomar banho [...] dez reais, de cinco reais, quem podia dar mais pra gente estar comprando água” (Entrevistado H).

Sendo assim, um entrevistado comentou que Cabrobó, que é um município cortado pelo rio São Francisco, não tem acesso de forma correta à água do rio São Francisco, não deveria estar inserido em um projeto de enviar água para outras regiões do país: “Eu acho assim, a gente primeiro tem que organizar as nossas casas pra poder então organizar a casa dos outros” (Entrevistado G).

Ele indicou que primeiro deveria ser resolvida a carência de água no próprio município de Cabrobó e no estado de Pernambuco: “O que está acontecendo é que eles estão preocupados com os estados dos outros, enquanto Pernambuco está morrendo de sede, os animais estão morrendo de fome” (Entrevistado G).

Eles explicaram que diante destas dificuldades, eles reivindicaram projetos e foram à luta, conseguindo alguma benfeitoria: “Aí com muita luta a gente conseguiu uma cisterna por família, e daí melhorou, mesmo a gente comprando água, fazendo economia, dava pra tratar” (Entrevistado F).

Em relação às estratégias que eles tinham e ainda têm para usar a água do rio São Francisco, citaram formas precárias de se locomoverem até o rio: “Uns de pé, outros de bicicleta, outros de jumento, de carroça; para ir lavar roupa no rio São Francisco” (Entrevistado F).

Mas, mesmo com essa precariedade de acesso às águas do rio São Francisco, ainda temem que a transposição altere a quantidade de água presente no rio e que eles não venham a ter nenhum acesso ao rio: “Já com esse projeto de transposição, hoje a gente não vai fazer nem isso, porque o rio está acabado, aqui a gente tinha uma perna do rio que vinha até aqui. Nesta época, a gente tomava banho aqui, acabou; não temos mais” (Entrevistado H).

Eles explicaram que o rio já esteve com uma quantidade de água bem maior e que já observaram que ele tem demonstrado sinais de fragilidade: “A gente vê a situação da devastação do meio ambiente, e em relação à revitalização do rio também, a gente não está vendo nada acontecer” (Entrevistado F).

O entrevistado explica que na própria comunidade, quando foi feita uma barragem, o material que é carregado pelo Riacho dos Bois foi jogado no rio: “Aqui mesmo a gente tem uma barragem que foi construída, a areia está junto com a parede, era para ter um trabalho de desassoreamento, isso não aconteceu” (Entrevistado F).

Em relação as suas lutas para reivindicar as necessidades da comunidade, eles explicaram que não possuem nenhum tipo de voz ativa com o Ministério da Integração Nacional ou com as empresas presentes em Cabrobó.

Em relação as suas lutas antigas e atuais com a prefeitura, dizem que também possuem dificuldades de serem ouvidos: “A gente não está conseguindo não, a gente fala com ele e vou marcar, vou marcar [...] eu acho que a gente vai ter que montar uma barraca lá na frente da prefeitura para ver se a gente consegue falar com o prefeito” (Entrevistado H).

Em relação aos protestos que a população como um todo de Cabrobó fez, contra as obras, eles disseram que até vieram muita gente da mídia, mas que não vieram os políticos para ouvirem de perto as reclamações: “Veio muito repórter, veio muito jornalista, e nenhum político, nenhum representante de organização” (Entrevistado F).

E explicam que dessa presença da mídia, só assistiram pouca coisa repassada nos noticiários: “Quando passaram no noticiário a coisa de Cabrobó, era só um pedacinho, então, assim, pra a gente não foi muito lucro isso não” (Entrevistado F).

Eles lembram do protesto que o bispo católico Luiz Cappio fez, uma greve de fome. Lembram também de outros protestos que a população de Cabrobó fez, mas que segundo eles, só chamou a atenção para a pobreza e os demais problemas que o município possui: “Porque o bispo fez errado, a população de Cabrobó agiu de forma errada, porque era hora de demonstrar a história de Cabrobó, a falta da água na comunidade, só mostraram as coisas ruins” (Entrevistado H).

Assim sendo, eles explicaram que em uma visão demonstrada pela mídia, Cabrobó ficou mais conhecida como terra de crimes, plantação de maconha e aspectos negativos: “Vamos dizer assim, Cabrobó não é isso, como é que se diz, esse abismo que muita gente diz: ‘Cabrobó é a terra da maconha, Cabrobó é a terra do crime, Cabrobó é a terra da violência.’ Não; é como toda cidade, toda cidade tem violência” (Entrevistado H).

Assim como o entrevistado explicou, Cabrobó já foi conhecida como a terra da maconha. Os entrevistados disseram que toda a mídia demonstrou isso muito fortemente sobre Cabrobó.

O entrevistado não nega que Cabrobó já teve e tem problemas com a maconha, mas que as obras da transposição agravaram o uso de drogas, inclusive outras como o crack, que nem eram presentes em Cabrobó: “Estava quase no controle. Estava controlado, e aí assim, a gente que tem um trabalho [...], eu faço parte da saúde, eu sei” (Entrevistado F).

Ele explicou que, junto com as obras e a repercussão de Cabrobó ser conhecida como a terra da maconha, vieram trabalhadores de diversas regiões do país e trouxeram outros tipos

de drogas: “E uma das coisas que essa exposição trouxe para Cabrobó foi o consumo de drogas, que a droga que o pessoal de Cabrobó usava e plantava era maconha, e com essa transposição isso agravou” (Entrevistado F).

Portanto, a chegada das obras da transposição em Cabrobó, na visão de entrevistados da comunidade Cruz do Riacho, se deu de forma autoritária, não respeitando as carências de Cabrobó, principalmente no que diz respeito ao acesso à água.

E além do não escutar a voz das comunidades locais pelas autoridades competentes, o que foi divulgado pela mídia foram os aspectos negativos do município, atraindo assim para as comunidades poucos benefícios e muitos malefícios.

Assim, o entrevistado solicitou que todas as informações por eles colocadas possam ser divulgadas, pois eles sentem a necessidade de se sentirem ouvidos da forma correta. “Eu acredito assim, se a gente falar e não é divulgado não adianta, e eu assim eu queria falar é com a Dilma, cara a cara” (Entrevistado G).

5.2.1.3. A Falta de água: nas proximidades do rio, nas distâncias do canal

Os moradores da comunidade Cruz do Riacho, assim como os demais moradores entrevistados na zona rural de Cabrobó, disseram que possuem ao longo de sua história, a sobrevivência marcada pela agricultura e a criação de alguns animais. Mas, explicaram que por causa da seca que já se arrasta por mais de três anos, a agricultura e a criação destes animais ficou inviabilizada.

Eles contaram que usavam a água do riacho que vem de Terra Nova, mas, como toda a região está sofrendo com a seca, o riacho está completamente sem água. “A gente não tem água, a gente vai até Terra Nova não tem água, secou o riacho, o riacho está parecendo caatinga pura” (Entrevistado G).

É possível perceber a realidade da seca pelo leito do riacho (foto 40). Essa parte do riacho encontra-se próxima dos canais da transposição, quase na divisa entre Terra Nova e Cabrobó. Pode-se observar que o riacho está completamente seco.



Fonte: Assis (set. 2013).

Foto 40. Leito seco do riacho Grande ao lado do canal de transposição.

Eles explicaram que no momento a única fonte de água que eles têm vem de uma adutora e, que mesmo assim, não é todo dia que eles recebem água; que falta água sempre e que está água também é apenas para o consumo humano.

Contam que possuem caixas para reservar água da chuva, mas, como já fazia muito tempo que não chovia, eles estavam utilizando as caixas para reservar a água que vem pela adutora, visto que a água não chega sempre. “Quando cai a chuva tem aquela preocupação de encher balde, bacia, tudo de água, e é assim: agora que tem água encanada, todo mundo coloca água na cisterna; então se faltar água [...], a gente tem nossa cisterna ali com a água” (Entrevistado F). Na foto 41 é possível perceber a cisterna que foi construída para armazenar água da chuva, ao lado de uma das casas da comunidade Cruz do Riacho. Atualmente, a cisterna acaba reservando água trazida pela pequena adutora ou por caminhões-pipas.



Fonte: Assis (set. 2013).

Foto 41. Cisterna ao lado de uma das casas da comunidade Cruz do Riacho.

Eles explicaram que antes de ter água encanada, a prefeitura cedia caminhões-pipas, mas, como hoje já se tem a água encanada, a prefeitura não cede mais os caminhões. “A secretaria de agricultura, eles não dispõe muita água para quem tem água encanada [...] se for pedir água, ele vai dizer: que lá tem água encanada e não pode mandar, aí você vai ter que pagar” (Entrevistado H).

Outro entrevistado explicou que além de insuficiente, a água não chega a todas as casas e nem com regularidade. “Então, por exemplo, mais lá para frente está dizendo que tem água encanada, mas a água não chega lá, se chegar é uma vez por semana” (Entrevistado F).

Outro entrevistado também comentou que por causa da reserva inadequada de água ou pela própria qualidade da água que recebem, a água muitas vezes não fica adequada para o consumo humano. “Tem pessoas que é consciente, coloca água em um balde e coloca hipoclorito, mas aí tem pessoas que vai lá na torneira e coloca, e a gente tem percebido assim: dá diarreia. E a gente sabe que é por conta da água, a água é sem tratamento” (Entrevistado F).

Já o Ministério ressalta que no significativo volume de investimentos nas questões socioambientais, estão sendo tomadas atitudes que melhoram as condições de vida das comunidades diretamente atingidas, incluindo ações que vão de encontro a melhoria da saúde e da qualidade da água. Exemplifica ações, citando: “Entre os programas está o de

capacitação de agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e lideranças comunitárias [...]” (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Questionário, 2015).

Nenhuma dessas ações vai resolver o problema de falta de água e saneamento. Em relação à construção da adutora que traz água, os quilombolas explicaram que a pequena obra foi ineficiente; que foi apenas uma obra política local. “Aqueles projetinhos para ganhar votos, faz um canal de uma polegada para beneficiar vinte e cinco, trinta famílias” (Entrevistado H).

Explicaram que o projeto foi todo mal feito. “Será que isso tem condição, sem caixa, sem nada. Então eu abro a torneira ali na minha casa, vai faltar na dela, se ela abre na dela vai faltar lá no outro, porque é um projeto enganador, um projeto paliativo, só pra questão de votos” (Entrevistado H).

Um entrevistado explicou que já houve projetos de se levar águas do rio São Francisco até eles, ou de melhorar essa adutora, ou de se perenizar o riacho deles, mas, que nada foi feito. “Tem, esse projeto mesmo, ele está lá, os canos enterrados, tudo comprado. Eles fizeram aqui, só que tem que ter uma estação de tratamento, nem caixa fizeram” (Entrevistado F).

Ele explicou que a desculpa é sempre de que o governo não possui verba, que uma obra permanente seria muito cara; que a prefeitura até começa um projeto e para, por falta de verbas, ou então faz um projeto mal feito, como o desta adutora. “[...] Um projeto permanente, mas, segundo o prefeito, era um projeto muito caro, e que era muito difícil [...]” (Entrevistado F).

E assim, como os outros quilombolas, os pequenos produtores rurais, os reassentados, o que eles mais reivindicam é que se possa levar água até a barragem de Terra Nova, e com a revitalização e a perenização do riacho, levar a água até as terras deles. “Porque a gente tem uma barragem ali, que se tivesse um canal, a barragem de Terra Nova, se fizesse um canal beneficiava 80% da população de Cabrobó com tudo” (Entrevistado F).

Eles explicaram que é a única chance que eles enxergam de ter acesso à água, pois por meio do rio que está próximo, não possuem e nunca possuíram acesso direto às águas dele. Os projetos de se levar água em boa quantidade diretamente do rio até eles nunca saiu do papel. Em relação ao riacho, sempre que chovia, a barragem de Terra Nova era abastecida e eles tinham acesso à água.

Segundo a vontade deles, o canal da transposição deveria levar água até a barragem de Terra Nova e abastecer o riacho. Em relação ao acesso deles de forma direta aos canais de transposição eles acham que será muito difícil, visto que eles estão distantes do canal, e como

eles moram próximo ao rio e não tem acesso à água, não acreditam nem um pouco no canal que fica distante. “O canal daqui [...] eu acho que é uns quinze a vinte quilômetros” (Entrevistado H).

Eles explicaram também, que no passado, em determinadas épocas do ano, migravam para perto do rio, mas que isto hoje não é mais possível, visto que as terras nas margens do rio São Francisco possuem donos autoritários e que eles hoje as usam para a agricultura comercial (Entrevistado F). Eles hoje compram para sua sobrevivência os produtos desta agricultura comercial, visto que eles não possuem mais possibilidade de ter agricultura de subsistência.

Um entrevistado explicou que, com a chegada das obras da transposição, houve uma especulação imobiliária nas terras no entorno do rio ou do canal da transposição, aumentando muito o valor da terra. “Aqui em Cabrobó a gente comprava um terreno por mil e duzentos, mil e trezentos reais, um terreno bom [...] hoje não se compra um terreno por menos de dez mil reais” (Entrevistado G).

Ele explicou que essa especulação imobiliária começou antes mesmo da chegada das obras. “Teve gente que passou a perna de várias formas. Aonde a transposição vai passar, por exemplo, teve gente que veio de fora, comprou o terreno por uma mixaria” (Entrevistado G).

Acreditam que algumas pessoas, já sabendo do projeto das obras da transposição, vieram e tentaram comprar as terras mais baratas, esperando por sua valorização, pelas possíveis indenizações que poderia vir, por parte do governo ou por futuros projetos agrícolas que poderiam vir a ser implantados na região. “Em muitos lugares aconteceu isto, o cara chega lá: estou precisando de um terreno para construir não sei o quê, e esse local é ideal, [...] na verdade, não era isso, na verdade eles queriam a indenização. Morador da zona rural, não tinha informação [...]” (Entrevistado F).

Ele também comentou que na cidade pode ser visto um aumento de preços nas casas, nos aluguéis e em vários produtos. “O aluguel era cinquenta, setenta, oitenta, casa boa, forrada. [...] As casas mais fracas que tem agora é cento e vinte, cento e cinquenta reais o aluguel, duzentos e cinquenta, trezentos reais” (Entrevistado F).

Um problema sério, pois subiram preços de produtos essenciais. “Em compensação também o mercado subiu muito, muito mesmo, e mercado de alimentos, subiu muito, e assim, teve um aumento de tudo, de roupas, calçados, alimentos, aluguel, tudo encareceu” (Entrevistado F).

Já o Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2005, p. 2), no seu Programa de Regularização Fundiária nas Áreas de Entorno dos Canais – PBA 19, afirma que a

implementação das obras de transposição deve ter a responsabilidade de desenvolver ações que efetivamente possam melhorar as condições de vida das populações locais. Neste sentido, deve promover um ordenamento territorial e fundiário compatível com as transformações do espaço rural provocadas pelas obras, resgatando de certa maneira a cidadania de parte das populações pobres do semiárido da região do projeto, por meio da concessão de títulos de propriedade de suas terras e o conseqüente acesso aos principais serviços agrícolas, como crédito rural e assistência técnica.

Por outro lado, o próprio Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2005), ainda no seu Programa de Regularização Fundiária nas Áreas de Entorno dos Canais, p. 2, tendo em vista que a expectativa gerada pela perspectiva de implantação do projeto na região provocará pressões sobre as áreas a serem beneficiadas, que se traduz, geralmente, no aumento da procura das terras mais próximas e mais aptas para o cultivo. Sabendo que este fato pode gerar o êxodo de pequenos produtores e o aumento repentino e exagerado do valor de venda dos imóveis rurais, caracterizando ações de especulação imobiliária, o Ministério diz que não se pretende, com a execução deste Programa, impedir a ocorrência de pressões sobre o mercado de terras da região, pois estas se configuram como inevitáveis, pois nada impedirá que os detentores dos imóveis, agora devidamente legalizados, cedam os seus direitos em troca de uma remuneração que considerem satisfatória: “Estas áreas, principalmente em função da disponibilidade de água projetada para o uso difuso, com certeza serão objeto de interesse por parte dos agentes do mercado de terras.” (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, 2005. Programa de Regularização Fundiária nas Áreas de Entorno dos Canais – PBA 19, p. 2).

Sendo assim, os quilombolas não podem mais migrar para próximo ao rio, não possuem condições de comprar terras próximas ao canal ou ao rio e também não teriam condições de se mudarem para a cidade. Como sobreviviam da agricultura e da criação de animais e não possuem mais água para manter suas atividades, hoje eles têm de comprar de tudo e passam por sérias dificuldades.

Eles contaram que a fonte de renda deles hoje é baseada em bolsa família, no mínimo da agricultura possível e no salário dos homens que trabalham nas empresas. Em relação ao trabalho que as empresas oferecem, olham com receio para essa oferta, com medo do que virá a ser dos trabalhadores quando as empresas forem embora: “A renda aqui é assim, uma vantagem da transposição é que esses meninos, esse aqui, foram contratados na firma” (Entrevistado F).

Um entrevistado relatou que são dez pessoas da comunidade que trabalham para as empresas, nas obras da transposição. Ele explicou que, de forma geral, a maioria dos trabalhadores é de Cabrobó, mas, que isso só aconteceu porque eles fizeram protestos. “Teve uma manifestação em Cabrobó e Terra Nova e aí melhorou, porque estavam priorizando outros estados, Cabrobó e Terra Nova que era do lugar estava ficando de fora” (Entrevistado G).

Este entrevistado conta que a obra veio em boa hora. Diante da falta de condições de trabalho que ele estava passando na comunidade, ele estava planejando mudar para São Paulo, mas, como viu na obra uma oportunidade de trabalho, pode permanecer na comunidade. “Aí o mestre de obras me perguntou se eu era de Cabrobó, [...] aí eu não fui mais pra São Paulo, eu não quis ir agora” (Entrevistado G).

O entrevistado também explicou, assim como um representante do sindicato rural de Cabrobó, que as condições de trabalho não eram boas e que ainda eles reivindicaram melhores condições de trabalho. Ele explicou que têm de ir de moto até a cidade, para de lá pegar o ônibus que leva até as obras e que são eles que têm de arcar com este gasto.

Em relação ao início das obras, ele conta que as empresas, nem banheiro ofereciam. “Precisava fazer a necessidade lá perto, [...] eu falei com o pessoal da vigilância e eles vieram e foram implantar banheiros públicos para evitar esse problema” (Entrevistado G).

O entrevistado disse que ele nota problemas, cita o caso das refeições; ele acredita que elas levam um excesso de conservantes. “A gente está sabendo que lá no refeitório eles estão colocando um produto de conservação de alimentos que está prejudicando os trabalhadores, então eu fiquei sabendo dessa informação, é uma informação informal” (Entrevistado G).

Assim, a obra da transposição, acompanhada por uma grave seca, trouxe para os moradores da comunidade Cruz do Riacho uma nova forma de se relacionar com o rio, com a agricultura e com a criação de animais, uma dependência maior da compra de alimentos, que mesmo com a entrada de salário derivado das contratações temporárias gera medo por um agravamento da situação de dificuldades econômicas da comunidade.

Em relação à forma que eles tinham de se relacionar com o rio, eles além de demonstrarem a questão que foi exposta sobre a especulação imobiliária e a forma intensiva de se usar o rio para a agricultura comercial, eles criticaram tudo isto, lembrando do passado, quando usavam o rio em um regime de parceria com quem morava nas margens ou terrenos deles mesmo que possuíam terras lá. “Que a gente morava no riacho, mas ficava passeando de canoa no rio. Aí ela passava outubro, novembro, dezembro, janeiro. Mas ela voltava para ficar

onde ela estava. Eles sempre voltavam pra aqui mesmo. Até o terreno da avó dela sempre ficava lá” (Entrevistado F).

E também se lembraram da maior vitalidade do rio, que acreditam hoje, não mais haver, graças às mudanças causadas pelos homens ao longo de todo o seu curso, o que, segundo eles, pode ser agravado com a transposição. Exemplificaram uma grande mudança que sentiram na vitalidade do rio com a construção de usinas hidrelétricas ao longo do rio. “Assim, a última vez que o rio encheu foi em 2003, foi o único ano que encheu, isso que fez foi as barragens” (Entrevistado F).

Lembraram que quando o rio tinha uma vitalidade maior, eles mesmos, além do regime de parceria com outras pessoas, conseguiam usar as águas do rio, graças à sua capacidade de inundação, que era tão grande que alcançava uma grande área, os aproximando geograficamente das margens do rio. “Tinha a vazante do rio, aí o rio ia vazando e o pessoal ia acompanhando, plantava batata, plantava rameira, plantava abóbora, plantava feijão, e aí, assim, ia tirando” (Entrevistado F).

Toda essa vitalidade do rio propiciava terras férteis com proximidade da comunidade. Mesmo que eles não usassem a terra para plantar, poderiam usar as terras para caçar, colher plantas e frutos naturais ou mesmo pescar no próprio rio. “Tinha peixe, botava e tinha muito, o cumatá, a piranha, o mandí, hoje esses peixes não tem nada aí mais, acabou, não tem mais” (Entrevistado F).

Assim, lembram-se do rio no passado, mesmo que não na geração dos entrevistados, lembram do que seus antepassados contavam sobre a forma de usar e aproveitar o que o rio e seu ecossistema poderia lhes oferecer. “Isso eu ouvi das mais velhas, começava a Jurema. Sabe o que é Jurema? Jurema é uma planta nativa da caatinga. Começavam a explorar por ela. Você acordava assim, você via assim, nossa, muita Jurema, a flor dela parece uma lagartinha assim. [...]” (Entrevistado F).

Neste sentido, olham com receio para as obras da transposição, além dos transtornos gerados no momento, e da não expectativa de uso das águas transpostas ou mesmo do próprio rio, ainda temem pelo enfraquecimento da vida do rio.

Assim, citaram fatos contados por seus antepassados, ou ainda vistos por alguns deles, demonstrando como era o rio, suas margens e o uso do que toda a riqueza que existia na região era utilizada: “[...] Pau-ferro, ingazeira, salgueiro. Hoje não encontramos um pé de salgueiro, então essa planta aí acabou tudo” (Entrevistado F).

Neste sentido, indicaram que o rio está passando por uma degradação ambiental, agravada pela transposição. “Piorando mesmo, está terrível, está na UTI, no oxigênio, está no soro, ele está assim, na UTI” (Entrevistado G).

Já o Ministério, como já foi indicado, justifica que a quantidade de água retirada do rio será insignificante, e em relação a ações que venham de encontro à preservação ambiental na área da transposição, cita uma série de programas ambientais criados e colocados em prática na gestão do grande empreendimento. Entre eles cita: “Outro programa ambiental do Projeto de Integração do São Francisco é o Cemafauna-Caatinga (Centro de Conservação e Manejo de Fauna da Caatinga), inaugurado em julho do ano passado” (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Questionário, 2015).

Este programa contaria com monitoramento da fauna, mas ressalva-se que sozinho este monitoramento não vai melhorar as condições da qualidade da água. Os quilombolas lembraram que não só eles e a região passam e podem passar por problemas causados pela transposição e pela degradação do rio, mas, várias outras comunidades e que a preocupação com as águas do rio deveria ser uma séria preocupação nacional, visto que o rio está morrendo.

5.2.1.4. Produção agrícola: realidades e necessidades

A falta de água e a seca são os principais problemas que a comunidade enfrenta para o desenvolvimento de suas atividades, tendo em vista que a sua principal atividade era a agricultura. Os entrevistados explicaram que com a ideia da transposição, eles esperavam que viessem projetos de desenvolvimento para as regiões onde fossem estabelecidas as obras da transposição.

Um entrevistado relatou que tinha quatro anos que eles receberam uma visita de uma pessoa do Ministério. “Eu acho que tem uns quatro anos, veio uma pessoa do Ministério da Integração, esteve aqui tem uns quatro anos” (Entrevistado H).

Neste primeiro contato, o entrevistado contou que a ideia de transposição veio carregada de promessas, mas, que tudo ficou neste primeiro contato. “Veio uma vez só, aí quando veio, aí eles fizeram aquela propaganda: vocês podem dizer o que vocês quiserem” (Entrevistado H).

Das promessas, o entrevistado explicou que a única que em parte se concretizou foi a construção de algumas casas. “E assim, o que saiu mal feito de péssima qualidade foi a substituição das casas” (Entrevistado H).

Estas casas, segundo os moradores, ficaram de péssima qualidade, porque quem estabeleceu o projeto de construção das casas não conhecia o solo da região e todas as casas, com exceção de uma, acabaram por dar defeito: “A única que não deu defeito foi a dela aqui, a dela não deu defeito não, mas as outras todas deram (Entrevistado F)”.

Um entrevistado explicou que essas casas eram um sonho da comunidade e uma necessidade vital, mas que nem todos os moradores tiveram acesso à construção das casas, mesmo pessoas com extrema necessidade. “As vezes a pessoa tem a vontade de construir, tem vontade, mas não tem a condição, e pra ela mesmo foi uma bênção de Deus, mas em compensação nós temos um irmão aqui em uma situação precária a situação dele, e ele foi que ficou sem” (Entrevistado F).

Ele também explicou que na comunidade apareceram pessoas com problemas de saúde, derivados da falta de habitação adequada: Então tem um problema seríssimo lá na casa dele, inclusive a mulher dele já está com problema no coração, [...] a gente suspeita que é problema de barbeiro [...] lá em casa mesmo eu peguei, tinha um barbeiro lá (Entrevistado F).

Eles contaram que é um desejo deles morar em casas que lhes proporcione saúde, e que a comunidade possa ter a infraestrutura mínima para uma vida digna e que possam ter condições de trabalho adequadas e com respeito e vivência adequada com a natureza. “Por a gente morar na zona rural e desejar assim a preservação da natureza” (Entrevistado H). Neste sentido, explicaram os projetos da comunidade: “Assim, para melhorar convivência no semiárido, a gente teve projeto de criação de animais de médio e pequeno porte, agricultura, agricultura orgânica, artesanato” (Entrevistado F). Mas explicaram que o Ministério da Integração, ou qualquer outra instância de governo ou órgão não deram apoio aos projetos.

Um entrevistado contou que imaginava que por a obra ser gerida pelo Ministro, que tem como sua cidade natal Petrolina, ele conhecendo a região daria uma atenção melhor às necessidades da população regional; mas, conta que o que percebeu das obras foram só problemas. Ele lembrava-se de uma entrevista, em que o Ministro da Integração Nacional teria prometido determinadas ajudas para as comunidades da região, incluindo todas as comunidades quilombolas. “E na entrevista que a gente teve a visita do Ministro da Integração: todas as comunidades quilombolas até 2010 eram para estar com água, todas com as casas substituídas, todas com os seus postos de saúde” (Entrevistado F).

Outro entrevistado contou que as promessas não se cumpriram e explicou a situação da comunidade. “A gente tem uma escola que só tem duas salas, não tem sanitário, não tem cantina, [...] mas, o Ministério nunca apareceu, e essas crianças faz as necessidades a céu aberto, tem um grande risco para a saúde da própria comunidade” (Entrevistado H).

Um entrevistado lembrou que as empresas que vieram para realizar as obras da transposição, contrataram apenas trabalhadores para o serviço pesado, porque na comunidade não haviam pessoas com trabalho especializado.

Diante disto e observando a necessidade de acesso à educação, o entrevistado reclamou da necessidade de acesso aos cursos técnicos ou acesso à internet, para que eles pudessem ter acesso à educação, mesmo à distância.

Das reclamações da comunidade, um entrevistado explicou que houve uma visita de um pessoal do Governo na comunidade em março de 2013, mas que não deram respostas. “E aí, assim, eles vieram aqui em março, aí fizeram um novo cadastro [...] aí sumiram e não deram mais nenhuma satisfação, não apareceram nem nada. Então eu não acho nenhuma vantagem no projeto, isso nunca aconteceu” (Entrevistado H).

Ele contou que tem projetos que poderiam ser desenvolvidos ali. “Olha, a gente tem muita vontade de fazer a horta, mas nós não temos água [...] o que a gente pode fazer é o artesanato, mas a gente não recebeu a capacitação” (Entrevistado F).

Mas, retificaram que a vocação da comunidade é para a agricultura e gostariam mesmo é que viessem um projeto e uma estrutura para irrigação e plantio. “Então eu acho assim que enquanto comunidade o nosso entendimento era assim que fizesse um projeto de irrigação, [...] aqui a gente tem terra, terra boa, terra fértil, aqui a gente não pode fazer porque aqui não tem água” (Entrevistado F).

Voltou novamente a citar a necessidade de revitalização e perenização do riacho que vem de Terra Nova, mas sem muita expectativa de ver esta realidade concretizada. “Olha, eles dizem assim que tem na barragem de Terra Nova, que essa barragem vai ser abastecida, e vai descer água do riacho para sair no rio São Francisco, eu não acredito muito” (Entrevistado H).

Um entrevistado citou o fato do escritório da obra se localizar somente em Salgueiro e mencionou a necessidade de uma política que envolva um projeto entre Salgueiro, Cabrobó e Terra Nova. “Todos os escritórios, tudo da transposição é no Salgueiro, [...] três cidades: Cabrobó, Salgueiro e Terra Nova para tentar conversar e decidir [...] a irrigação” (Entrevistado G).

No caso específico da localização da comunidade Cruz do Riacho, o entrevistado explicou que a condição deles é de desvantagem ao projeto de transposição, pois apesar deles estarem próximo ao rio, estão distantes do canal de transposição, e a comunidade é a última a ser banhada pelo riacho que vem de Terra Nova. “Porque nós somos os últimos a ser beneficiado pelo canal, porque aqui é o final do riacho, então nós somos os últimos beneficiados” (Entrevistado G).

Eles acreditam que se for liberada água para o riacho de Terra Nova, alguns produtores irão represar a água e a água não irá chegar até eles. “E não vai chegar porque têm grandes produtores, plantadores na frente que segura, não deixa passar, tem muitas barragens, então nós seríamos os últimos a ser beneficiado, eu acho muito difícil” (Entrevistado F).

Eles sugeriram isto com base em fato semelhante ao que já aconteceu no passado. “Aqui já aconteceu assim, quando a barragem de Terra Nova está cheia, aí o aqui pessoal aqui planta roça [...] aí pede pra soltar água, pede lá para soltar água e a água nunca chegava” (Entrevistado F).

Diante desta realidade, o entrevistado explicou sobre a necessidade de um projeto de irrigação. “Se criasse um projeto de irrigação para o município, [...] porque resolve o problema de criação, de plantação, de tudo” (Entrevistado F). Outro entrevistado explicou que percebeu a boa vontade da prefeitura, mas que existe a necessidade da prefeitura escutar mais a comunidade. “Olha, a gente passou oito anos com um prefeito no município e ele trabalhou muito, [...] mas a gente não tinha oportunidade de sentar e conversar, quando a gente ia conversar com ele era na pressão” (Entrevistado H).

Nesta pressão, um entrevistado lembrou-se de algumas conquistas. “E aí assim, algumas coisas andou, a gente recebeu verba que estava precisando na escola, e foi resolvido esse problema dessa adutora paliativo da água” (Entrevistado H).

Neste sentindo, o entrevistado explicou que irão continuar na luta. “A gente já avisou: ele não pode comparecer, [...] a gente vai ter que montar barraca na porta da prefeitura pra falar com ele. Porque é assim: a gente apoiou ele na campanha, votamos com ele e tudo” (Entrevistado H).

Lembraram de conquistas da comunidade associadas aos seus projetos ligados a um programa chamado de Pró-Rural. “A gente sabe que teve um acompanhamento do Pró-Rural, projeto protagonista quilombola, um projeto da nossa comunidade” (Entrevistado F). O Pró-Rural é um programa que, segundo os entrevistados da comunidade, trouxe benefícios para a comunidade e que no projeto da transposição deveria ser estimulado.

O Pró-Rural é um programa de apoio ao desenvolvimento rural sustentável de Pernambuco, vinculado à Secretaria Executiva de Tecnologia Rural e Programas Especiais da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco, que tem por objetivo apoiar programas de desenvolvimento rural sustentável. O programa visa prestar assessoria, capacitando e implementando projetos produtivos e de infraestrutura que possam reverter situações de pobreza e de exclusão social, com base na participação popular e na ação integrada entre governo e sociedade civil organizada, o Pró-Rural elege como principal

parceiro os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural. O público atendido pelo Pró-Rural compreende os produtores de base familiar, especialmente das áreas rurais, incluindo os grupos específicos dos quilombolas e indígenas, dentre outros (PRÓ-RURAL, 2014).

Em notícia com título: “Pró-Rural realiza entrega de tratores a associações indígenas e quilombolas no Sertão do São Francisco”, o Pró-Rural divulgou em março de 2009, a entrega de dois projetos de mecanização agrícola no município de Cabrobó, o que beneficiaria 131 famílias de comunidades indígenas e quilombolas, com o objetivo de implantar empreendimentos estruturadores e fortalecer as cadeias e arranjos produtivos em um mapa estratégico do Governo de Pernambuco (PRÓ-RURAL, 2014).

A primeira entrega teria sido feita à Associação dos Rizicultores Indígenas Truká, em que 80 famílias foram beneficiadas. O investimento feito pelo Pró-Rural seria de R\$ 133.875,15. A Associação Quilombola da Cruz do Riacho recebeu um trator e os implementos na sede da própria entidade (foto 42). Para esse projeto o Programa teria investido R\$ 136.347,15 e 51 famílias seriam beneficiadas com a aquisição dos tratores e implementos agrícolas (PRÓ-RURAL, 2014).



Fonte: Pró-Rural (2014).

Foto 42. Entrega de equipamentos do Projeto de Mecanização Agrícola do Pró-Rural.

Percebe-se que, nas falas da comunidade Cruz do Riacho sobre as estratégias para o fomento da renda, da produção agrícola e do próprio bem-estar da comunidade, torna-se necessário, assim como sugerido por eles, uma integração maior entre ações do município, Estado e do Governo Federal, com respeito às suas necessidades e ao conhecimento que eles detêm sobre suas realidades sobre o lugar onde vivem.

5.2.2. *Fazenda Jatobá: proximidade com as obras*

5.2.2.1. Formação histórica e descrição do Lugar

Um entrevistado relatou que a comunidade se formou em torno da história do personagem “Gregório de Sá”. O entrevistado indicou que foi produzido um texto que conta esta história da comunidade, e que este texto estava disponível na internet. O *site* foi localizado e explica bem a história.

A história da comunidade do Jatobá remete aos anos de 1840, com o nascimento de Manuel Gregório de Sá Barreto, filho de uma escrava com o senhor de escravos de nome Gregório Barreto. Adotado pela esposa de seu pai, Ana Pereira de Sá, foi criado na casa grande, um sistema chamado de “forra pia” (QUILOMBOJATOBA, ago., 2013).

O sistema “Alforria de Pia” era uma espécie de liberdade concedida ainda na pia batismal, normalmente comprada por um preço muito baixo, às vezes simbólico, pelo próprio pai biológico da criança ou por um padrinho (CLOVIS, 2004, p. 24).

Em 1879, quando Manuel Gregório se casou foi morar na localidade onde atualmente é a comunidade Jatobá. Na chegada neste lugar constituiu família. A esposa de Gregório era da família das chamadas “domingas”, que habitavam a região há séculos (QUILOMBOJATOBA, ago., 2013).

Eles viviam do criatório de animais, do plantio do feijão para comer e do algodão, além de outros cultivos agrícolas e da criação de alguns animais. Tudo que produziam usavam para se alimentar e guardar para o período da seca e com o que consideravam como excedente botavam no lombo de um jumento ou cavalo para fazer a troca por outros produtos que não eram capazes de produzir, como o tecido (QUILOMBOJATOBA, ago., 2013).

Junto com outras famílias, trabalhavam na Serra da Bananeira. Nas situações de necessidade individual e, ou, coletiva a comunidade costumava se organizar em sistema de mutirão. Os homens reuniam-se à noite pra cavar as cacimbas; os mais velhos chamavam e todos participavam do mutirão. A comunidade quilombola faz fronteira com a Serra de Umãs, Serra da Bananeira e a comunidade de Barreiras. As Serras da Bananeira e Umãs caracterizam-se por serem importantes áreas de plantio para a subsistência de grupos diferentes (QUILOMBOJATOBA, ago., 2013).

Um dos entrevistados contou que, apesar de historicamente na região grupos se formaram de forma distinta uns dos outros, com características particulares, esses grupos tinham uma boa relação de convivência. Em determinados momentos, trabalhavam em regime

de parceria, realizando atividades em um grupo maior, em uma ajuda mútua. Na foto 43 pode ser vista a matriarca da família, de 72 anos, Maria Gregório.



Fonte: Comissão Pastoral da Terra Nordeste II (set. 2013).

Foto 43. Maria Gregório, matriarca dos quilombolas Jatobá.

Há 45 anos a comunidade teve seu início de organização, dando os primeiros passos na busca de melhoria para o grupo, começando com a educação. Tudo começou quando passaram pela comunidade dois professores que foram chamados pelo fazendeiro Alexandre Parente de Sá. A senhora Maria Gregório aprendeu as primeiras folhas, chamadas de cartilhas para alfabetização, com esses professores. Quando a professora teve que se ausentar da sala de aula, ela tentou ensinar as crianças da comunidade, anos depois de seu esforço a prefeitura resolveu reconhecer a escola. (QUILOMBOJATOBA, ago., 2013).

Há mais ou menos 25 anos atrás com a interferência das Comunidades Eclesiais de Base, a cultura local foi se alterando e formando uma cultura ligada à igreja católica. Os traços da herança africana e sua cultura foram abalados, mas não esquecidos. Juntamente com outras comunidades, em um movimento cultural brasileiro, a comunidade Jatobá reivindicou o reconhecimento como comunidade quilombola e em 2007 o título lhes foi conferido (QUILOMBOJATOBA, ago., 2013). Na foto 44 é destacada a igreja localizada na comunidade Jatobá, ainda hoje ponto de encontro dos moradores da comunidade.



Fonte: Comissão Pastoral da Terra Nordeste II (set. 2013).

Foto 44. Igreja católica na comunidade Jatobá.

Segundo um entrevistado, o processo de reconhecimento da comunidade, como comunidade quilombola, iniciou-se em 2004. “Em 2006, a gente começou a viabilizar [...] o reconhecimento, documentação e tudo isso, eu passei um período em Conceição das Crioulas, e por isso eu passei um período em Recife” (Entrevistado I).

Se inserindo em um processo de reivindicação de outras comunidades, o entrevistado relatou que esteve reunido com comunidades já certificadas e em processos de outras reivindicações e foram inseridos no movimento. “Conceição das Crioulas, é umas das comunidades quilombolas mais antigas, assim se falando de licença de reconhecimento, [...] na organização ela é umas das mais antigas” (Entrevistado I).

A Comissão Pastoral da Terra Nordeste II (2013), afirmou que a comunidade quilombola Jatobá conta hoje com aproximadamente 160 famílias, e que no dia 31 de agosto de 2013, reunidos em uma igreja, receberam o laudo antropológico na ansiedade para ver a demarcação final de seu território.

Como o laudo antropológico já foi aceito, a antropóloga Caroline Leal, como indicada na Foto 45, explicou para a comunidade que o próximo passo deve ser a demarcação do território pelo INCRA com desintrusão de ocupantes não quilombolas (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NORDESTE II, set. 2013).



Fonte: Comissão Pastoral da Terra Nordeste II (set. 2013).

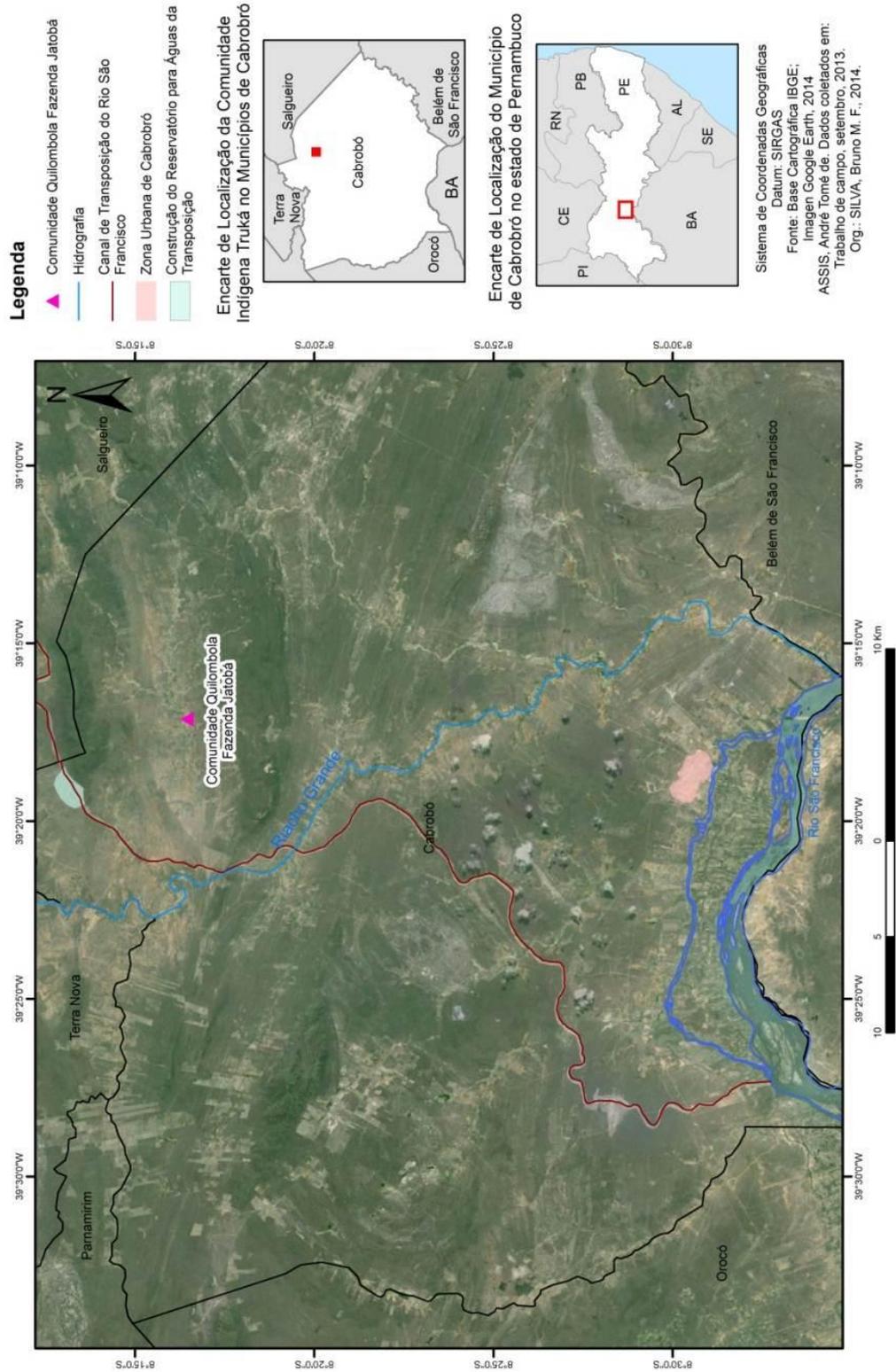
Foto 45. Antropóloga Caroline Leal em reunião com os moradores da Comunidade quilombola Jatobá, discutindo o laudo antropológico.

Na época dos trâmites de elaboração do processo para reconhecimento da comunidade como quilombolas chegaram as obras da transposição. Como o processo de reconhecimento do território pelo INCRA estava em processo, um entrevistado explicou que o Ministério da Integração não reconheceu as terras diretamente atingidas pela transposição como pertencente dos quilombolas Jatobá. Eles não tinham documentação de posse da terra, portanto, eles não foram considerados como diretamente atingidos, neste primeiro momento.

Aí em 2007 começou o processo de documentação, fazer a questão do reconhecimento, ata, histórico, enfim, final de 2006 o Ministério da Integração teve aqui; teve em Cabrobó para fazer o reconhecimento das áreas quilombolas, em primeira mão eles negaram que a comunidade quilombola Jatobá era atingida, que era atingida diretamente [...]. Eles vieram a descobrir na verdade que a comunidade quilombola Jatobá era atingida diretamente agora em 2010, que eles vieram aceitar que a comunidade era atingida diretamente, daí começou todo o processo (Entrevistado I).

É possível perceber, como indicado no mapa 08, que a comunidade encontra-se muito próximo aos canais da transposição. Também pode ser notado que um grande reservatório de água está sendo construído, segundo os entrevistados, justamente nas melhores terras em que eles plantavam.

Mapa de Localização da Comunidade Quilombola Fazenda Jatobá: Diretamente Atingida pelas Obras da Transposição do Rio São Francisco na Zona Rural de Cabrobó (PE)



Fonte: GOOGLE EARTH, 2014.

Mapa 08. Localização da comunidade quilombola Fazenda Jatobá.

Como esta história e esta localização geográfica específica, os moradores da comunidade demonstram que a transposição os atinge diretamente e causa uma série de impactos. Nos próximos itens, serão demonstrados alguns destes impactos.

5.2.2.2. O impacto da chegada das obras

Segundo um entrevistado, em um primeiro momento, quando se pensa na ideia da obra de transposição, principalmente quem conhece ela de longe, é de que ela é uma obra encantadora. Ele mesmo disse que ficou encantado com a ideia, mas quando foi ver a realidade da obra, na prática a situação era outra. “É uma obra que seduz. Ela não é faraônica, é uma obra grandiosa, pode dizer até pela magnitude da extensão, não deixa de ser uma coisa extraordinária. Talvez, até na Europa, nos EUA, muitas pessoas venham pra saber como essa obra está acontecendo” (Entrevistado B). Na Foto 46 é possível perceber como a obra ocupa uma grande área.



Fonte: Assis (set. 2013).

Foto 46. Canal da transposição nas terras da comunidade Jatobá.

Para os entrevistados, a chegada das obras da transposição se estabeleceu em uma discordância entre o Ministério e a comunidade. Um quilombola levantou uma questão: Diz que ele tem conhecimento de alguns quilombolas, poucos, ele cita dois; que receberam indenização. Ele disse que esses moradores moravam em um lugar inquestionável de interferência das obras. Mesmo não tendo documentação, eles receberam benefícios.

Então, ele acredita que são usadas formas de interpretação de leis e regulamentos de forma diferenciada pelo Ministério. Que o Ministério, enquanto pode, retarda as compensações ou o tratamento adequado de alguns atingidos.

O Ministério da Integração Nacional no seu plano Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias - PBA 07 (BRASIL, 2005) indica que para a implementação das obras foram considerados passíveis de indenização áreas de imóveis rurais, considerando as faixas de 200 m ao longo dos canais e 100 m acima da cota máxima dos reservatórios, definidas como aquelas que teriam que ser necessariamente desapropriadas para a execução das obras.

O Ministério da Integração Nacional também afirma, no seu Programa de Regularização Fundiária nas Áreas de Entorno dos Canais – PBA 19 (BRASIL, 2005), que houve o objetivo básico de promover a regularização fundiária dos municípios cortados pelas obras da primeira etapa do projeto, com destaque para as áreas potencialmente irrigáveis localizadas nas várzeas; desta forma, seria fortalecida a posição dos pequenos produtores locais em situação irregular diante das pressões dos agentes do mercado de terras ali estabelecidos.

No entanto, o entrevistado contou que os projetos não são colocados em prática de forma justa, que já tentou em reunião com uma assistente social expor essa injustiça, de que alguns receberem indenização e outros não. Também acredita que isso não seja função dele, denunciar alguns beneficiados e sim reivindicar o que lhe é de direito, visto que o beneficiado não foi irregular; o que está sendo irregular é o retardamento da compensação das perdas que os quilombolas estão tendo.

Segundo outro entrevistado, somente em 2010 que o Ministério admitiu que a comunidade Jatobá seria uma comunidade quilombola atingida diretamente pelas obras. Também já em 2007, a certificação quilombola já tivera sido estabelecida de forma legal e não haveria justificativa e sim atraso para este reconhecimento.

Porém, até 2013, o processo fundiário que deve ser finalizado pelo INCRA não foi concretizado. Apesar da comunidade já ser certificada como quilombola, o entrevistado explicou que ainda tramita o processo de regularização fundiária das terras. Sendo assim, diversas terras ocupadas pelas obras não são consideradas como da comunidade Jatobá, mas deveriam ser e segundo os entrevistados elas sem sombra de dúvidas são deles.

Um entrevistado explicou que algumas terras, uma grande quantidade, pertencia a um único dono, e que de geração em geração foi sendo transferida a posse sem uma documentação legal, não haveria mais uma documentação formal. Sendo assim, nem os descendentes diretos formais deste único dono, teriam acesso à uma contrapartida do Ministério,

pela ocupação da terra. “Na realidade, o dono oficial era dono de todas essas terras aqui, mas que nem documentação em dia existe, então nem as pessoas que foram herdeiras do velho tiveram direito a receber indenização” (Entrevistado I).

Mas, eles acreditam que após a finalização geral do processo de certificação da comunidade quilombola Jatobá, juntamente com a expedição da documentação de posse formalizada pelo INCRA, não restará dúvida de que eles são os reais proprietários da terra, incluindo as terras que as obras ocupam, principalmente na área da construção de um dos reservatórios que irá receber as águas transpostas do rio São Francisco. Só que enquanto dura todo o processo dessas formalidades, a comunidade sofre com os prejuízos.

Os moradores da comunidade reclamam que não receberam nenhum tipo de indenização ou algo semelhante pela perda das suas terras. E que mesmo hoje, com o projeto de certificação de quilombolas oficializado, receberam apenas promessas de compensação. “No caso eles ofereceram um monte de projetos compensatórios que seria para compensar a degradação” (Entrevistado I).

Mas, o entrevistado salientou que os projetos de compensação ainda não foram concretizados, ficaram apenas nas promessas. “Então quando eles sentiram essa situação eles quiseram amenizar com as obras compensatórias, só que até hoje as obras não chegaram” (Entrevistado I).

O entrevistado contou que para agravar a situação, as melhores terras que eles possuíam para o plantio e os lugares onde eles conseguiam água estão sendo ocupados pela construção do reservatório da transposição. “No caso nas terras que a gente trabalhava, onde tinha água que a gente poderia usar na questão de trabalho está sendo construído o reservatório” (Entrevistado I).

Além disto, ainda existem áreas que não estão em processo de demarcação como o território quilombola, mas, que eram utilizadas em regime de parceria com outras comunidades ou com os fazendeiros da região. Como as áreas também estão sendo ocupadas pelas obras da transposição, eles estão ficando sem terra para trabalhar. “Ninguém recebeu nada não. Estas terras não são de posse assim do pessoal daqui, a gente dividia, ou se não arrendava, ou então era meeiro. A gente sempre negociava com o dono, e também nem o dono recebeu nada” (Entrevistado J).

Eles explicaram que possuem uma relação de uso e posse da terra diferente do que o Ministério entende. “Quando a gente diz assim: a nossa terra; a gente trabalhava na terra, a gente não era dono da terra não, a gente estava fazendo uso da terra” (Entrevistado J).

Comentaram que para eles não é uma documentação que garante o usufruto da terra. “Mas a nossa relação com a terra não é o papel que é dado, é o que a gente vai tirar dela, o que vai consumir, o que a terra dá, não é um papel que eles dão” (Entrevistado I).

E disseram sobre a relação íntima e sustentável que tinham com o uso desta terra. “É a situação de ter a água e de a terra ser produtiva pra a gente sobreviver e cuidar da terra, a gente devolve a ela cuidando dela” (Entrevistado I).

Um entrevistado explicou que a comunidade possui tradição histórica na prática da agricultura e da pecuária e que não sabem fazer outra coisa e desde que as obras começaram isso ficou inviabilizado. “Já acabaram com o açude que a gente tinha, já cessaram a estrada de terra [...] assim, nessa situação ficou desde que as obras começaram [...] há três anos atrás as famílias daqui já ficaram sem ter onde trabalhar” (Entrevistado J).

Um entrevistado ainda comentou que os quilombolas estão inseridos nessa capacidade e vocação agrícola de toda a comunidade rural de Cabrobó. Na foto 47, é possível perceber a plantação de cebola, próxima à zona urbana de Cabrobó e próxima ao rio São Francisco onde se tem água para o plantio: “A produção de cebola e a produção de arroz de Cabrobó, [...] a produção de arroz é uma das maiores no Estado, nós fomos durante anos o maior produtor de cebola, era a maior produção do nordeste por área e por colheita” (Entrevistado B).



Fonte: Assis (set. 2013).

Foto 47. Plantação de cebola próxima à zona urbana de Cabrobó (PE).

Mas, diferente dos reassentados e dos agricultores familiares com suas indenizações irrisórias, estes quilombolas, dizem que graças à morosidade dos órgãos legais, não receberam absolutamente nenhuma indenização e sofrem com a chegada das obras em seu território, só escutando promessas. “Dá bom dia, boa tarde, porque a gente não tinha documentação, a gente ainda vai receber a documentação” (Entrevistado J).

5.2.2.3. Promessas, realidades e necessidades

Segundo os entrevistados, as práticas positivas do Ministério da Integração, das empresas ou de outros órgãos relativos à transposição do rio São Francisco no território quilombola Jatobá, são praticamente nulas.

Algumas contratações de homens para o trabalho braçal nas obras, algumas casas que foram construídas na comunidade e nada mais. “A única obra que eles começaram foi as casas, que seria a troca de casa de taipa pela casa de alvenaria, fizeram apenas vinte e uma, ficou faltando, eram trinta e cinco casas [...]” (Entrevistado I).

Em relação a essas contratações, um entrevistado explicou que as empresas apenas contratam mão de obra braçal e barata; que os que realmente recebem um bom salário são trabalhadores trazidos de outras regiões do Brasil. “Mas, importavam mão de obra de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, do Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, claro que ninguém tem a função do engenheiro ou de encarregado de obras” (Entrevistado J).

Mas, outro entrevistado comentou que até mão de obra braçal foi também trazida de outras regiões; que os moradores de Cabrobó não foram mesmo privilegiados. “O pior é que eles importaram até a mão de obra que eu chamo de desqualificada, até ajudante eles pegaram de fora” (Entrevistado B).

Eles contaram que foi insignificante o número de moradores da comunidade contratados. “Em uma comunidade que são cento e quarenta famílias, cinco pessoas trabalham, que emprego trouxe? Tem pessoas correndo todo dia lá na obra procurando emprego. Mas, tem cinco pessoas só trabalhando” (Entrevistado I).

O entrevistado explicou que quando o Ministério aceitou que a comunidade seria diretamente atingida, vieram pessoas das empresas que estavam atuando na época na obra e prometeram cursos profissionalizantes, que a prefeitura local também prometeu, mas, que no fim eles não tiveram acesso. “Aí eles tentaram recorrer em cima disso, contrataram a empresa de engenharia e daí começaram a agradar as comunidades em cima de informações. Contrataram essa empresa para formações e orientações, mas nada foi feito” (Entrevistado I).

Um morador explicou que hoje os gestores da obra disfarçam ações para dizer que a obra respeita e escuta as comunidades diretamente atingidas. “Exatamente, e começaram a fazer essa maquiagem, e aí eles vêm aí dando curso, fazendo formação na comunidade, mas o que seria dito de fato, que seriam as ações das obras ainda não” (Entrevistado J). Explicou que os que eles mais escutaram era discurso e pouca efetividade de ações.

Outro morador explicou que no processo de reivindicação da comunidade, como quilombolas, eles criaram um projeto para trabalharem com sementes tradicionais da comunidade, mas que o projeto está acabando por falta de apoio: “[...] A gente fez o primeiro canteiro experimental, a gente fez o segundo, e foi daí que fizemos mais, e agora a gente está parado no tempo, a gente tem um viveiro de mudas” (Entrevistado I).

Ainda, segundo um morador da comunidade, as promessas foram longe; incluíam diversos benefícios, mas que nada se concretizou. O morador explicou, por exemplo, que em relação ao centro digital isso seria de extrema importância. “O ponto digital ninguém nunca mais falou, a gente fica sem comunicação” (Entrevistado I).

Ele esclareceu que muitas pessoas podem até pensar que eles, como quilombolas, estão querendo é luxo, mas ele explicou a necessidade de comunicação para reivindicar seus direitos e denunciar as injustiças que são realizadas contra eles: “Eles costumam dizer que a gente é luxuoso, que quilombola quer ser chique, mas não é não. É porque é necessária essa comunicação, pra gente não pode apanhar tanto” (Entrevistado I).

Assim, o entrevistado esclareceu a necessidade que a comunidade possui de ter sua voz escutada. Que o Ministério da Integração ou os outros órgãos ligados à transposição não lhe dão ouvidos e que as injustiças são muitas. “Então o telefone público também ainda não chegou, o que seria esse ponto digital também não chegou” (Entrevistado I).

Em relação às obras ligadas à infraestrutura urgente, como a reforma da escola, eles disseram que nada foi feito. Explicaram que foi feito o que a prefeitura normalmente faria, como é de obrigação legal, mas, por eles serem atingidos pelas obras da transposição nada demais foi feito por outros órgãos. “A escola está aí, atende até a oitava série, da educação infantil até a oitava série, ainda é pequena para os números de alunos, ainda não tem sala suficiente pra todos os alunos. Alguma melhora que tem veio pela prefeitura” (Entrevistado I).

Um entrevistado explicou que as obras da transposição interferem em tudo na região, e que eles teriam mesmo de receber obras compensatórias. Por exemplo, as obras ocuparam e eliminaram estradas de acesso à comunidade, o que também dificulta o acesso do ônibus para levar estudantes até outras escolas.

Isto também foi citado pelos reassentados, que explicaram que apesar de pertencerem ao município de Cabrobó, alguns alunos de séries que a escola da comunidade não oferece, frequentam a escola do município de Terra Nova, pela inviabilidade das estradas e da distância da sede do município de Cabrobó.

Neste sentido, outra reclamação dos reassentados também foi feita por estes quilombolas. As dificuldades que eles tinham e que foi agravada pelas condições das estradas no atendimento à saúde. Os quilombolas explicam que eles não possuem posto médico. “O posto, até hoje a gente não tem” (Entrevistado I).

Sendo assim, eles têm de andar longas distâncias para ter atendimento médico. Com as mudanças nas estradas, em cada momento de realização das obras da transposição, uma estrada ou outra fica mais inviável, e em cada momento diferente eles são indicado um lugar para ter atendimento. Às vezes em outras comunidades muito distante ou até mesmo em outros municípios: “Eu costumo dizer que nós somos uma área descoberta. Nas necessidades mais urgentes, a gente corre até o município vizinho que é Terra Nova. Então, a gente desacredita um pouco nesta questão da saúde, nós continuamos lutando pelo posto” (Entrevistado I).

Em relação as estradas, esta foi uma reclamação de todos os entrevistados; em especial desta comunidade Jatobá e dos reassentados da Vila Junco. Um reservatório de água, esta sendo construído onde moradores tiveram de ser realocados para a Vila Junco, e como já foi dito, espaço que também era utilizado pelos quilombolas. É um espaço, de intensas obras. Em diversas fotos apresentadas aqui na tese, foi possível notar o fluxo intenso de carros, caminhões e máquinas na região. Também já foi mostrado em foto, a presença de animais muito próximos as obras. Em relação à necessidade de deslocamento para tratamento de saúde e acesso à educação, isto também foi uma reclamação constante nas entrevistas, principalmente pelos moradores da vila Junco e desta comunidade quilombola. Mas o Ministério quando questionado desta reclamação da falta de acesso adequado à educação e à saúde; e de que as obras da transposição atrapalham e ocupam as estradas da região, dificultando o deslocamento dos moradores das comunidades rurais mais distantes até Cabrobó ou Terra Nova para acesso básico a estes serviços. A resposta foi a seguinte:

Quanto a esta questão observamos que nunca recebemos reclamação com este teor, possivelmente por se tratar de uma questão equivocada. Ao contrário, ao que se sabe houve um elevado aumento na frequência escolar nos últimos anos e, embora tenha havido aumento no fluxo de veículos nas áreas de implementação das obras, houve também melhorias nas estradas vicinais, oportunizando maior acesso aos moradores (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Questionário, 2015).

Como já foi explicado, os indicies de qualidade de vida em Cabrobó, apontam para uma melhoria na qualidade de vida, o que realmente inclui o acesso à saúde e a educação. Como também já foi discutido, a melhoria também acompanhou uma tendência nacional, evidenciado que as obras também colaboraram em alguns aspectos. Políticas sociais nacionais, como a presença de médicos cubanos nos postos de saúde puderam ser notadas. Portanto, entende-se que ações do Ministério ligadas à obra colaboraram com a melhoria de alguns índices de qualidade de vida; mas é evidente, que as obras da transposição também criaram problemas. Na vila Junco, foi construída uma escola de ensino básico e um posto de saúde. O próprio índice de emprego injetaram salários na região. A construção de estradas colaborou com a possibilidade de deslocamento. No entanto, também é inquestionável, que a região carece muito de melhorias no acesso à educação e a saúde. Citando exemplos, a escola da vila Junco não oferece ensino médio, a da comunidade Jatobá não oferece ensino nem para todas as séries do ensino básico. Em relação à saúde, na comunidade Jatobá, não existe posto de saúde e na vila Junco, segundo os moradores o próprio Ministério cedeu um carro para deslocamentos. Os moradores de lá, reclamam que raramente se tem a presença de um médico. Fica evidenciado, que ainda existe a necessidade de deslocamento de pessoas, para acesso básico à saúde e a educação. Não resta dúvida, de que o fluxo de veículos na região aumentou. No trabalho de campo, houve a necessidade de se usar estradas cortadas pelas obras. Existem nos planos de licenciamento ambiental, ações que estão cumpridas para mitigar impactos, porém é perceptível que por ser uma região carente, com diversos problemas sociais, se tornam necessárias mais ações mitigadoras e é evidente, a continuação ou implementação de políticas sociais, derivadas dos sistemas de governo.

Em relação ao abastecimento de água, explicaram, assim como os reassentados e os pequenos agricultores, que a única via de acesso à água é através da adutora de Salgueiro; somente para abastecimento humano e que também não é suficiente. “Mesmo assim para consumo humano, mas não atende todo o mundo; é deficiente, continua deficiente. É a realidade da adutora, tem pessoas que ficam um mês sem água” (Entrevistado I).

Assim sendo, como eles trabalham com a agricultura e a pecuária, e não estão tendo acesso à água, também ficam sem ter como trabalhar: “E aí foi garantida também essa questão do melhoramento da água, e até hoje aqui nada” (Entrevistado J).

Eles explicaram que a transposição ocupou as terras que eles usavam para plantar, inclusive as mais férteis. “Ele cortou (o canal) a área aqui passa onde o pessoal trabalhava” (Entrevistado J). “As terras de maior incidência agrícola, onde ficava a maior área de produção deles foi ocupada” (Entrevistado B).

Mas, não foram só as terras que foram cortadas ou ocupadas, as obras também ocuparam seus açudes, suas cacimbas e seu principal riacho, o riacho Grande, este mesmo riacho foi citado pelos reassentados e pelos produtores rurais e pela outra comunidade quilombola, mas, essas duas últimas comunidades o chamam de Riacho dos Bois. “Era o riacho Grande, o canal mesmo (passa onde tinha as terras mais produtivas), era onde tinha água mesmo” (Entrevistado J).

Este riacho é de extrema importância para toda a comunidade rural de Cabrobó, todos os entrevistados o citaram. “Aí que entra a reivindicação do pessoal, canal, podia passar 200 canais, mas que se tivesse a perenização do riacho. É a redenção de todo mundo” (Entrevistado B).

“Era o riacho que a gente tinha, sempre teve água. Uns três quilômetros, era logo ali, na represa. Era uma das áreas mais produtivas que a gente tinha, principalmente na questão da cebola. Que era quem nos segurava” (Entrevistado I). Sem água no riacho, toda infraestrutura hídrica que eles possuíam para suas atividades ficou comprometida.

“O açude foi detonado. A maior bacia vai ser exatamente em cima do açude, bem onde a gente plantava” (Entrevistado J). Sem açude, sem riacho, sem cacimba e sem terra para plantar a comunidade se viu acuada e sem ter como trabalhar.

Um entrevistado explicou que, a seu modo, tinham acesso à água e capacidade para produzir, e que agora com a transposição, ficaram sem isso. Para o futuro, mesmo que tenham acesso à água transposta, disseram que terão dificuldades para ter acesso à terra e como gerir a água, pois não possuem capacidade financeira de construir formas modernas de irrigação. Estavam acostumados a usar a água de açudes, do riacho, de cacimbas, nas áreas que já eram férteis; áreas que agora estão sendo ocupadas pela construção do reservatório e do canal da transposição: “A produção foi dizimada, não há como recuperar essa produção porque não tem terras apropriadas como se tinha” (Entrevistado J).

Assim, a expectativa futura é de que a água transposta seja para grandes empreendimentos agrícolas, e que com a valorização das terras locais o prejuízo aos quilombolas aumente a especulação das terras em torno do canal e dos reservatórios de água da transposição e a falta de capacidade produtiva dos quilombolas.

Sentem que o prejuízo gerado no momento será agravado no futuro, por causa da obra e da forma como ela é gerida, não respeitando desde sua chegada os direitos dos atingidos e nem as reais necessidades dos quilombolas para usufruir da obra em um futuro.

5.2.2.4. Expectativas futuras

Os entrevistados acreditam que a revitalização e a perenização do riacho Grande são o que de mais importante pode ser feito para a comunidade. “A perenização do riacho é uma espécie de redenção” (Entrevistado B).

Mas, eles olham para o futuro com receio; visto que as obras da transposição já se arrastam por muitos anos e que o riacho já foi muito deteriorado pelas obras. “Será que vai ter água, se eles cortaram o riacho no meio, como é que eles acham que vai manter a água no riacho?” (Entrevistado I).

Hoje acreditam, como demonstrado no depoimento a seguir, que será muito difícil revitalizar o riacho e explicam como as obras detonaram o riacho. Nas fotos 48 e 49, é possível perceber que as obras deixaram uma grande quantidade de rejeito de construção, inclusive muito próxima ao riacho Grande:

A parte inferior, ela ficou degradada. Que o pessoal, eles reclamam que quando começou as escavações para fazer o duto (que eles chamam o aqueduto), cavaram muito a terra e atolou ali. Foi aterrando aos poucos para o pessoal trabalhar, que é a barragem do Zeca. Tem um local lá que eu acho que já foi aterrado quase todo, esse vai ser estrada quando vier água de novo? Ele pegou mesmo a margem assim, ficou um lado todinho, que a terra caiu toda pra dentro do riacho, eu acho que eles até aterraram (Entrevistado I).



Fonte: Assis (set. 2013).

Foto 48. Construção de aqueduto sob o riacho Grande.



Fonte: Assis (set. 2013).

Foto 49. Rejeitos das obras, ao lado do canal da transposição.

Eles lembraram que a comunidade não possui recursos financeiros, que no modo tradicional, eles retiravam água do riacho, que já passava pelas terras mais férteis deles. Para usar a água que será transposta pelo canal da transposição, eles não teriam condições financeiras, nem para comprar a água ou transportá-la e nem para deixar as terras que agora eles possuem em ponto de plantio. “Vai ter água, mas a gente não vai ter o dinheiro pra a gente comprar a concessão da água. Segundo, deixar o terreno no ponto de plantio” (Entrevistado J).

Lembram que as terras deles são cortadas pelo canal da transposição, pelo reservatório construído para receber águas transpostas, pelos campos onde as empresas se instalaram, ou seja, uma grande quantidade de terra perdida por eles. “Vem área de demarcação isso no canal, faixa de trabalho, faixa de segurança. Aí quando você tira nas bacias [...] ela vai andar dezoito, quinze quilômetros [...] não é uma barragem de alimentação, ela é uma barragem de estabilização” (Entrevistado J).

Eles acreditam que o reservatório de água transposta deve funcionar como uma barragem de estabilização, para dar regularidade e garantir a disposição de água para um fluxo contínuo no canal. Assim sendo, eles acreditam que não poderão usar as águas do reservatório construído sobre suas terras. “Quem está do lado de cá vai ficar chupando dedo” (Entrevistado I).

Diante disto, indicam que é necessário junto com a revitalização e perenização do riacho, um projeto de irrigação. “Um projeto de irrigação demarcado, com a área irrigada” (Entrevistado I).

Também lembraram que muitas das suas terras já foram ocupadas pelas obras da transposição e que agora, além da água, também necessitam de terra e condições para plantar. “Pra falar a verdade não é mais nem água, é a terra, [...] a implantação de um projeto de irrigação” (Entrevistado I).

E para a solução dos problemas, agora indicam uma ideia de projeto de irrigação. “A implantação de projetos de irrigação nessa área ribeirinha ao canal é uma saída, é uma alternativa” (Entrevistado I).

Comentaram que para trabalhar com a terra eles sempre tiveram capacidade produtiva. Novamente, assim como todos os outros entrevistados, reassentados, pequenos produtores e demais quilombolas, salientaram a satisfação que possuem ao desenvolverem a agricultura e a pecuária e que dinheiro nenhum irá substituir o que lhes foi tirado; a posse e o uso da terra.

Por exemplo, nós como comunidade quilombola do Jatobá, hoje eles podem nos dar milhões, mas jamais vão devolver as terras da gente, que foi a terra de plantar, o acesso à água, e a terra para o plantio. Na verdade a região toda ela tem um arranjo produtivo, ou bem ou mal o povo sobrevivia, sobrevivia (Entrevistado I).

Reclamaram da interferência do projeto da transposição no modo de produção e de vivência deles. Disseram que seu modo de vida e sua produção anterior à chegada das obras, era sustentável e de acordo com suas necessidades e que acreditavam nisso, sendo um projeto de vida e produção pessoal, particular da comunidade. “Ela era sustentável, não para o projeto de Governo, ela era sustentável por necessidade da população, então ela se tornava um projeto sustentável e um projeto pessoal” (Entrevistado I).

Lembraram dos que foram reassentados e disseram que consideram que os que lá vivem, vivem de esmola passageira. “Hoje a minha preocupação é essa, hoje tem uma esmola, no dia que não tiver mais esmola, esse povo vai viver do que, se não tem mais acesso à terra” (Entrevistado I).

Segundo o entrevistado, o Governo não levou em consideração as características e as reais necessidades da população. “Para você ver a situação das vilas produtivas, se você tem uma família grande, o cara que tem dois filhos recebe igual ao que tem dez” (Entrevistado I).

Os entrevistados explicaram que sem água e sem um projeto de irrigação eles não terão como trabalhar a terra, não sobraria outra possibilidade a não ser vender ou deixar a terra sem uso para trabalho. “Deixar a terra devoluta ou vender” (Entrevistado I).

Disseram ainda que acreditam que o que virá depois da obra é um abandono de trabalhadores das empresas; a não distribuição correta das águas transpostas; a especulação imobiliária; e um bom número de pessoas que ficarão sem suas terras. “A maior obra de inclusão social, e tal? E a miséria que fica aí depois?” (Entrevistado J).

Da especulação pelas terras ao longo dos canais e das obras da transposição, os entrevistados comentaram que já está acontecendo. Eles contam que já é visto na região deles uma movimentação de pessoas estranhas às comunidades, em busca de terras para comprar. “A área nossa [...] do Piauí, e de Minas Gerais querendo entrar aí dentro. Eles não vão entrar, porque a gente preiteou o nosso território até lá” (Entrevistado J).

Neste sentido, pode-se concluir que os entrevistados apontam que eles ficaram sem a água, a terra e a capacidade produtiva, abrindo espaço para que outras pessoas, não do lugar, fiquem com as terras deles e implementem na região outras formas de produtividade agrícola que não atendem aos interesses do lugar e sim de territórios voltados para o outro objetivo, a comercialização de produtos agrícolas e o lucro. É perceptível que na região haverá muita terra disponível, mão de obra barata e proximidade com água de qualidade.

Perguntados se eles veem alternativa mais viável para trazer água até eles, sem ser pela transposição, eles citaram a construção de pequenas adutoras, levando à perenização do riacho. “Adutora. Como foi feito a que tem aqui, não gasta tanto” (Entrevistado J).

Quando questionados sobre a necessidade de outras regiões necessitarem da água do rio e das obras da transposição, eles disseram não acreditar que a água irá beneficiar os reais necessitados, visto que eles só sofrem com as obras, acreditam que os demais também passarão pela mesma realidade. “Eles podem até ir achando bom, mas quando chegar lá, vão ver que nada será feito, com certeza” (Entrevistado J).

Também neste sentido, acreditam que após a conclusão da obra, eles também não terão acesso aos benefícios da transposição. Por experiência de não serem tratados com respeito durante a realização das obras, é bem possível que o fato se repita, após a sua conclusão.

Um entrevistado disse que a visão dele antes da chegada das obras era positiva; hoje, depois de ver a instalação das obras da transposição e o modo como ela se deu, ele mudou completamente sua visão, graças ao não respeito à comunidade do lugar.

Eu mesmo até falei, os primeiros seis meses: ‘Rapaz, você vê essa obra como?’ Eu falei: eu vejo essa obra como de cunho social. Era para construir em um ano. É uma generosidade, é uma dádiva. Mas, porque naquele momento nós tínhamos essa visão, hoje não temos. Tem gente no Ceará, onde a obra do canal nem começou ainda, que tem a mesma visão que a gente tinha, eles estão sonhando, só que a realidade que nós vivemos hoje eles vão viver daqui a um ano, daqui a dois anos, não sei, isso é para você ter uma ideia (Entrevistado J).

Os entrevistados também se preocupam com a capacidade do próprio rio São Francisco em manter a disposição para ceder água para a transposição. “Alguém está pensando se o rio daqui a dois anos, três anos, ele vai sustentar tudo isso”? (Entrevistado J).

Eles explicaram que eles mesmos sabem das promessas que foram feitas para a revitalização do rio, mas vendo a realidade de diversas promessas não cumpridas na realização das obras e a própria realidade irregular da obra, demonstraram não acreditar que a revitalização ocorrerá. “A revitalização tão pregada que passou dois anos na TV que revitaliza o rio, nada” (Entrevistado J).

Eles disseram que conhecem a triste realidade em que se encontra o rio. “Porque ele não foi revitalizado, o esgoto não foi tirado dele. A revitalização que o cara falava ontem na entrevista lá, não aconteceu. Esta aumentando o desmatamento nas margens, o assoreamento.” (Entrevistado J).

Além de toda esta realidade descrita pelos quilombolas, tanto da comunidade Fazenda Jatobá, quanto da Cruz do Riacho, pelos agricultores familiares e que ainda será descrita pelos reassentados, agricultores que foram deslocados para as chamadas vilas produtivas, um fato marcou uma questão religiosa do lugar. A obra da transposição atingiu um lugar que era considerado santo para representantes de todos estes grupos entrevistados: a Pedra da Santa.

5.3. A PEDRA DA SANTA: O ENCONTRO EM UM LUGAR SAGRADO

Segundo um entrevistado da comunidade quilombola Jatobá, a construção do canal de transposição do rio São Francisco e suas obras, não modificaram apenas física e, ou, economicamente a região, mas, a alteração na paisagem acabou interferindo diretamente em questões culturais, religiosas e nos costumes tradicionais da população de Cabrobó; ou seja, não foi somente uma alteração em uma região, na mudança visual de uma paisagem e, sim, uma interferência estranha em um lugar especial para eles, um lugar de vivência material e imaterial, que é único e insubstituível; pois é carregado de histórias, de sentimentos e de fé. “Mexeu muito, uma das coisas que a gente reclama é que o espaço que a gente tinha, que foi usado a vida inteira na religião, foi ocupado pelas obras; está na área de segurança da transposição” (Entrevistado I).

Ele explicou que logo no início das obras os moradores de Cabrobó solicitaram o seu desvio para preservar um espaço religioso importante para eles, mas, isto não foi respeitado. “Aí quando eles fizeram a medida deles, ficou dentro da reserva deles, e eles não querem abrir mão da questão, onde começa toda nossa história” (Entrevistado I).

O lugar além de marcante na questão religiosa é também um lugar que marca a história de união e da formação da comunidade Jatobá, como comunidade quilombola. “Onde começa nossa organização como comunidade. Foi em torno desta Santa, que é a padroeira Nossa Senhora de Fátima, que a comunidade foi se fortalecendo; no entorno de um altar, ainda tem este altar” (Entrevistado I).

As celebrações foram momentos de reunião dos quilombolas; estas reuniões foram fundamentais para que eles pudessem se organizar. “É um marco de toda a comunidade, onde o pessoal se reunia pra rezar e dali foram criando a comunidade.” (Entrevistado I). O lugar era um lugar de discussões importantes para a comunidade. “Ouvia a missa e dali conversava sobre as coisas que estavam acontecendo” (Entrevistado I).

Este lugar foi citado por todos os grupos entrevistados, como lugar de celebração religiosa, lugar onde eram celebradas missas, terços, promessas. “Tem as missões, celebração [...]. As celebrações eram feitas lá, pagamento de promessas. Toda cultura religiosa da comunidade é direcionada a esse local” (Entrevistado I).

Os entrevistados explicaram que o lugar é especial porque é abençoado por Nossa Senhora de Fátima. Eles explicaram que a imagem de Nossa Senhora de Fátima ainda está lá, mas por ser uma área que está dentro do limite de segurança das obras, que eles não podem mais visitar. “É área de segurança, e na marcação das laterais, engloba essa área religiosa da comunidade” (Entrevistado B).

Ali estaria um oratório com uma imagem de Nossa Senhora de Fátima. Não é um lugar que tem uma capela grande, é uma pedra, com um oratório em cima, que possui todo um significado. “Eles não respeitam nada, pra eles é uma pedra, ela é tipo uma pedra daquelas ali, só que menor, tem uma casinha, tipo um oratoriozinho” (Entrevistado J).

Segundo a história, uma moradora da região, um dia se desencontrou do filho, não o encontrando depois de muito procurar, fez uma promessa a Nossa Senhora de Fátima e rezando o encontrou no determinado lugar. Em agradecimento, no ponto onde encontrou seu filho, construiu um altar em uma pedra. “Hoje chama Pedra da Santa, e como hoje, é um marco histórico” (Entrevistado D).

Eles disseram que irão continuar reivindicando o lugar, para que os gestores da obra respeitem e possam deixar que o lugar seja preservado. “Não querem dar o braço a torcer, aí já perguntou se a gente abria mão, eu disse que não, nós vamos até a última instância, mas não vamos abrir mão” (Entrevistado I).

Já os reassentados demonstraram um sentimento de perda total. Disseram que foram obrigados a deixar para trás. “[...] se chamava Pedra da Santa, que lá foi construída uma

capelinha que tinha a imagem de Nossa Senhora de Fátima, [...] o pessoal fazia promessas, então não teve como trazer, ficou pra lá sozinha” (Entrevistado X).

O Ministério da Integração Nacional quando questionado sobre a “Pedra da Santa”. Se o Ministério impediu que os moradores de Cabrobó realizassem suas celebrações no lugar. Se existe algum projeto do Ministério para que os moradores possam voltar a usar o lugar. Ainda, se existe uma preocupação do Ministério com as questões culturais dos povos tradicionais e que ações de valorização da cultura destes povos são realizadas. A resposta foi a seguinte:

O Ministério da Integração Nacional não impede a realização de nenhuma atividade religiosa ou cultural nas e pelas comunidades, indígenas ou quilombolas, atendidas pelas ações do PISF. Nas atividades de educação ambiental e capacitações de gestão e processos produtivos foram trabalhadas, em cada comunidade, questões relativas ao fortalecimento da identidade, territorialização e cultura, com apoio e acompanhamento das instituições responsáveis por cada grupo de comunidades tradicionais (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Questionário, 2015).

A resposta não completou inteiramente a questão, mas como não se conseguiu uma entrevista aberta com o Ministério, não se teve como encontrar uma resposta muito específica para esta questão. Retratando, outra questão, se pensando em bens arqueológicos da região, o Ministério, ainda no questionário, citou um programa como importante: “[...] Trata-se [...] significativo volume de investimentos nas questões socioambientais e arqueológicas do semiárido setentrional, [...]” (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Questionário, 2015).

O Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2007), no seu Programa de Identificação e Salvamento de Bens Arqueológicos – PBA 06, indicou que a preservação do patrimônio cultural e paleontológico encontrado na área a ser atingida pelas obras e atividades do Projeto São Francisco fica a cargo de uma equipe de arqueologia (formada por técnicos, arqueólogos e paleontólogos do Instituto Nacional de Arqueologia, Paleontologia e Ambiente do Semiárido (INAPAS), responsável pela identificação e pelo salvamento dos sítios arqueológicos encontrados nas regiões diretamente afetadas pelas obras do Projeto), que realizam a identificação, classificação e guarda dos achados arqueológicos. Para isto seria realizado constante trabalho de prospecção e monitoramento nos dois eixos do empreendimento e todas as atividades atenderiam às exigências constantes na Portaria nº 230/2002, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O Ministério da Integração Nacional (2013) também afirmou, como pode ser observado na reportagem a seguir, que trabalhou junto com este Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), criando um Centro de Referência Cultural e

Ambiental (CRCA) do Projeto São Francisco. O espaço abrigaria projetos e exposições de bens arqueológicos, além de vestígios da fauna e da flora encontrados na área do empreendimento. A sede encontra-se no município de Salgueiro, município vizinho à Cabrobó: “[...] O objetivo principal do Centro de Referência é apresentar o Projeto de Integração do Rio São Francisco e sua relevância econômico-social, reunindo e exibindo os patrimônios resgatados representativos da cultura e da paisagem da região” (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Sala de Imprensa, 2013. 20 jun. 2013).

Nada específico em relação a Pedra da Santa foi encontrado, nem em discursos do Ministério ou dos órgãos citados. Os reassentados consideraram que no caso da “Pedra da Santa”, o momento já foi perdido e junto com ele, a cultura religiosa ligada foi desgastada. Quando eles mudaram para a vila, passaram a realizar suas celebrações dentro da escola mesmo. “[...] passou a fazer celebrações na escola, [...] a comunidade recebeu uma doação de um pedaço de terra próximo a escola, aí a gente está construindo aos pouquinhos, já está bem alta” (Entrevistado X).

Segundo eles, o Ministério na questão da infraestrutura das vilas produtivas, constrói posto de saúde, escola, etc.; mas, na questão dos templos religiosos, ele oferece apenas o terreno para a construção. A vila quando passar a reter uma grande quantidade de moradores da região, também passará a ser um centro de encontro da cultura religiosa, utilizando o que eles possuem de infraestrutura, neste caso, a escola.

Um dos principais momentos culturais e religiosos que eram realizados tradicionalmente pelos moradores da vila Junco na sua comunidade de origem, seria a missa anual, realizada no dia 13 de maio; no entanto, em 2013, a missa já não teria sido realizada, apesar de os canais não passarem exatamente no lugar da “Pedra da Santa”; a área, como é da faixa de trabalho das obras da transposição, estava interditada, deixando claro que a comunidade de origem dos reassentados também ocupava parte da região de construção do reservatório, que ocupou grande área da comunidade Jatobá e que estes reassentados também faziam parte dos agricultores familiares já apresentados no início deste capítulo, alguns possuem até laços de parentesco familiar.

Os moradores dizem que a padroeira da vila agora é Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, e que eles rezam uma missa mensal, com a imagem que eles trouxeram para a vila. Em relação a imagem que ficou na Pedra da Santa, eles não sabem dizer o que o Ministério irá fazer: “Eu não sei te informar. Não sei se alguém vai tirar ela de lá, eu sei que foi uma senhora que colocou lá, uma imagem bem grande, que ficou lá” (Entrevistado X). Segundo o morador da vila, parece que as pessoas já estão se esquecendo de Nossa Senhora de Fátima e

rezando mais para Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, que é agora, a padroeira da Vila. “Eu acredito que a comunidade acabou por se esquecer. Ao longo do tempo, a comunidade acabou por se esquecer dessa cultura religiosa de lá ”(Entrevistado X). Assim, um novo espaço foi criado para a realização das missas dos agricultores familiares que perderam seu lugar santo ou que perderam totalmente seu lugar de vivência original.

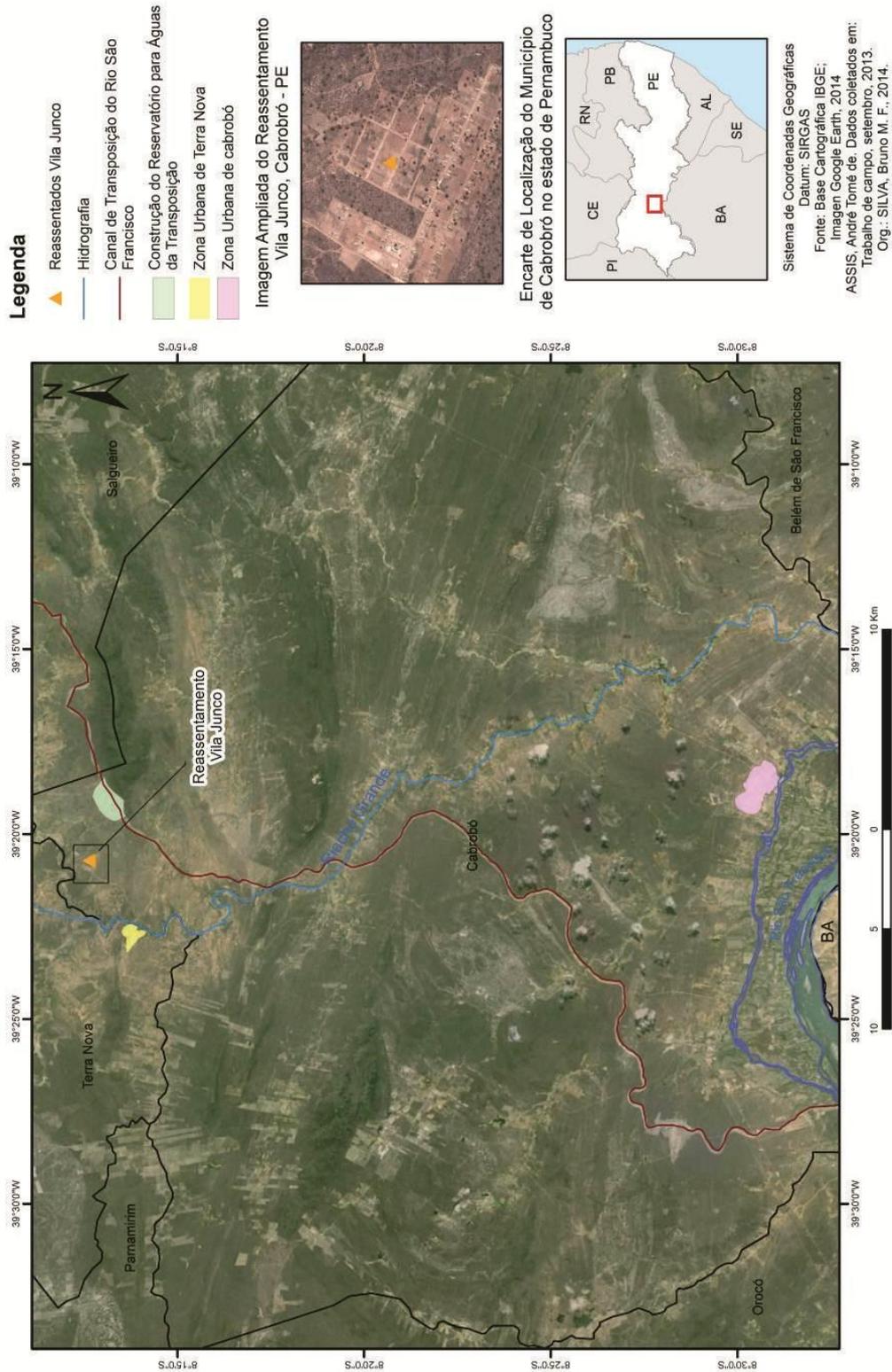
5.4. OS REASSENTADOS DA VILA JUNCO

5.4.1. *O nascimento da vila*

Bom, já tem exatamente três anos que a gente tá morando aqui na vila; nós somos da comunidade da bacia do Riacho Grande. Então, tem outras pessoas de outras comunidades, por exemplo, do Currãozinho, tem outros que é da Fazenda Junco, que é a fazenda que fica aqui próximo. Nós fizemos a mudança do dia 18 ao dia 21 do mês de maio de 2010, a mudança foi toda assistida pelo pessoal do Ministério (Entrevistado X).

Assim sendo, segundo este morador, começou a ser povoada a Vila Junco. “Isso tudo por causa da transposição, porque lá na nossa comunidade, no Riacho Grande, será umas das bacias onde ficará o reservatório de água para irrigação” (Entrevistado X). No mapa 09, é possível perceber a localização da Vila Junco no município de Cabrobó. É interessante perceber que a vila está localizada próxima ao reservatório, às obras do canal de transposição, ao riacho Grande e próxima à sede do município de Terra Nova, distante da sede do município de Cabrobó. Esta localização será apresentada pelos entrevistados, como geradora de alguns problemas que serão detalhados.

Mapa de Localização da Vila Junco – Reassentados por causa das Obras da Transposição do Rio São Francisco na Zona Rural de Cabrobó (PE)



Fonte: GOOGLE EARTH, 2014.

Mapa 09. Localização da Vila Junco.

É importante salientar que a área destacada no mapa como sendo da construção do reservatório, como o entrevistado disse, onde uma parte dos reassentados moravam, é a mesma citada pelos quilombolas da Fazenda Jatobá, como principal área que eles tinham para plantar, é uma área muito grande (foto 50).



Fonte: Assis (out. 2013).

Foto 50. Barragem do reservatório para as águas da transposição do rio São Francisco.

O Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2004), afirmou, no Programa de Reassentamento de Populações – PBA 08, p. 4 e p. 8, que o cadastro fundiário e a pesquisa socioeconômica, realizados na atual fase de projeto básico ambiental, indicaram que como um todo que seriam afetadas pelo projeto, parcial ou totalmente, 1.889 propriedades rurais a serem desapropriadas; 273 famílias proprietárias; e 572 famílias não proprietárias, totalizando 845 famílias. Como pode ser observado na tabela 3, foram 43 famílias em Cabrobó.

Tabela 3. Propriedades e famílias afetadas pela transposição do rio São Francisco

Município/Estado	Propriedades Afetadas	Famílias Residentes na Área Desapropriada		
		Proprietários	Não Proprietários	Total
Cabrobó, PE	201	8	35	43
Salgueiro, PE	268	57	97	154
Verdejante, PE	23	6	1	7
Total Pernambuco	492	71	133	204
Penaforte, CE	71	7	28	35
Jati, CE	37	7	26	33
Brejo Santo, CE	60	15	69	84
Mauriti, CE	130	8	71	79
Total Ceará	298	37	194	231
S. J. de Piranhas, PB	295	84	176	260
Cajazeiras, PB	47	10	15	25
Total Paraíba	342	94	191	285
TOTAL EIXO NORTE	1.132	202	518	720
Floresta, PE	142	5	7	12
Custódia, PE	179	9	5	14
Sertânia, PE	334	49	34	83
Total Pernambuco	655	63	46	109
Monteiro, PB	102	8	8	16
Total Paraíba	102	8	8	16
TOTAL EIXO NORTE	757	71	54	125
TOTAL DO PROJETO	1.889	273	572	845

Fonte: BRASIL, Ministério da Integração Nacional. Programa de Reassentamento de Populações - PBA 08 (2004, p. 8).

Segundo o morador da Vila, tudo começou quando eles foram abordados nas suas comunidades por um pessoal que trazia uma espécie de questionário, e assim eles julgaram ser uma espécie de pesquisa do IBGE. Foram questionados do que possuíam em suas propriedades, a quanto tempo moravam lá e se tinham algum benefício do governo (como bolsa escola, por exemplo). O morador contou que muitos pensaram ser um tipo de cadastramento do Governo Federal para programas sociais de assistência.

O entrevistado explicou que em seguida foi feita pelo Ministério da Integração Nacional uma reunião com algumas pessoas, e foi-se formando uma associação para representar a comunidade. Neste momento, foi informado à comunidade que nas terras onde os moradores da Vila Junco moravam iria ser implantado um reservatório de água da transposição.

Assim, as pessoas foram obrigadas a deixarem o lugar onde viviam e se deslocaram para a recém-construída Vila Junco. O entrevistado explicou que eles resistiram o máximo que puderam, mas, não tinham a opção de escolha, alguns ainda tentam criar algum tipo de animal próximo a área, mas, que isso realmente já não está sendo mais possível.

Esses primeiros contatos aconteceram entre 2008, 2009. Em 2010, eles foram realocados. A Foto 51 mostra a entrada da Vila Junco, para onde os moradores foram levados. O depoimento seguinte mostra na fala de um morador, como foi apreensivo aquele momento:

[...] em 2010 é que a gente veio morar aqui, depois de muita peleja. Mas, assim: as máquinas começaram a trabalhar próximo, aí tinha aquela grande quantidade de carros, para lá e para cá, aí começou a comunidade a ficar apreensiva, porque tinha determinado horário que era impossível você sair de casa, tanto com a poeira, quanto com a movimentação dos veículos. Devido as detonações, as casas vinham sendo danificadas. As casas eram de taipa (como a gente conhece), iam se danificando, outras construções vinham se rachando. Assim: se é pra gente sair, então vamos sair logo, para evitar até possivelmente um acidente, aí teve reuniões, teve até ainda uma parada, o pessoal fez uma parada na obra, aí foi feito um acordo, e nós viemos para cá (Entrevistado X).



Fonte: Assis (out. 2013).

Foto 51. Entrada da Vila Produtiva Rural Junco.

Segundo o morador não houve diálogo com toda a comunidade; ele acredita que se houve diálogo foi com o líder do Sindicato dos Produtores Rurais de Cabrobó ou com a própria prefeitura de Cabrobó.

Como já foi dito, em entrevista com um representante do Sindicato dos Produtores Rurais de Cabrobó e com um secretário de governo da prefeitura de Cabrobó, que na época era também o secretário, o que foi por eles indicado, é de que o diálogo não se deu da forma correta. As reuniões foram mínimas e as audiências públicas mal elaboradas, dando pouca ou nenhuma capacidade de manifestação aos diretamente atingidos.

Assim sendo, se deu início ao processo de aniquilação do lugar, que era de vivência destes pequenos produtores rurais. Como foi indicado na revisão teórica desta tese por Amorim Filho (1999), pode-se usar aqui o conceito de *topocídio*, uma aniquilação deliberada do lugar.

Dentro do estudo de percepção na Geografia estão estabelecidos alguns conceitos. “O conceito de *topofilia* pressupõe a importância capital da noção de lugar, em comparação com o espaço, para a afetividade humana” (AMORIN FILHO, 1999, p. 2). Ainda segundo Amorim Filho (2009), a *topofilia*, portanto, estaria ligada à afeição da pessoa para com o seu lugar de vivência, e o *topocídio* à aniquilação deste lugar. Mas ainda haveria a *Toporeabilitação*, a possibilidade de reabilitar o lugar ou de se construir um novo lugar. Como já foi explicado na revisão teórica, ainda se poderia aqui, trabalhar com os conceitos de território, territorialidade, desterritorialização e reterritorialização, indicados por Hasbeart (2004). O sentimento de apego ao lugar é um diferencial dos entrevistados.

É perceptível que os moradores demonstraram ter um sentimento de amor e necessidade do lugar onde viviam. Sendo assim, um entrevistado citou um caso em que um agricultor que tinha recurso, comprou terra em outro lugar semelhante aos que eles tinham, na tentativa manter seu estilo de vida tradicional. Mas, ele explicou que em virtude do baixo valor recebido nas indenizações isto não foi fácil; além disto, explicou que houve especulação no valor da terra; que as terras no entorno de onde moravam ficaram muito caras.

Também houve moradores que mudaram para cidades vizinhas, como Salgueiro e Terra Nova. Das indenizações, o entrevistado ressaltou que nem todos receberam os mesmos valores; ele acredita que quem entrou na justiça recebeu um pouco mais, mas que mesmo assim foi pouco.

Exemplificando, explicou que o Ministério levava em consideração o valor da terra e das benfeitorias. Um terreno, em terra boa, pronto para o plantio, de mais ou menos 12 ha, um morador teria recebido mais ou menos vinte e poucos mil reais. O entrevistado disse que não considera um valor justo, pela qualidade da terra. Este terreno era ao lado do Riacho Grande, com potencial agrícola. Assim, ele, como os quilombolas entrevistados da Fazenda Jatobá, criticaram a escolha do lugar para a construção do reservatório, que, segundo eles, ocupará terras produtivas de Cabrobó.

Já o Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2004), no Programa de Reassentamento de Populações – PBA 08, p. 10, indicou que as indenizações foram definidas a partir do levantamento do custo médio com o reassentamento, por família, em áreas rurais produtivas na região. As pessoas poderiam escolher receber o valor ou ir para a vila.

Considerando-se uma casa de alvenaria com 99 m² (noventa e nove metros quadrados), infraestrutura associada e área produtiva, um valor estimado de R\$30.000,00 (trinta mil reais). O Ministério destacou que é usual, no caso de avaliações maiores, acima do valor das áreas produtiva e residencial oferecidas no reassentamento, as famílias optarem pela indenização; ocorrendo o inverso, avaliações menores, as famílias optam pelo reassentamento.

Ainda, segundo o Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2004), o principal objetivo do “Programa de Reassentamento de Populações – PBA 08” é propiciar às famílias diretamente atingidas pela transposição, nos territórios que serão totalmente ocupados pelas obras da transposição, condições que permitam sua reprodução social e econômica, no mínimo similar a atual.

Pode-se inferir nesta fala do Ministério, o quão é difícil propiciar a reassentados, condições similares a qual eles estavam antes. Com a citação de Tuan (1980), pode-se inferir que a construção de uma vila para trabalhadores rurais pode buscar propiciar alteração nas condições econômicas, até para melhor, mas, jamais conseguirá reproduzir condições naturais, culturais, históricas e de afeto ao lugar onde estas pessoas viviam:

Ser despejado pela força da própria casa e do bairro é ser despido de um invólucro, que devido à sua familiaridade protege o ser humano das perplexidades do mundo exterior [...] especialmente idosos [...] relutam em abandonar seu velho bairro por outro com casas novas (TUAN, 1980, p. 114).

A vila possui aspectos de um espaço urbano que se distingue totalmente do espaço rural de Cabrobó, e transformou radicalmente a vida dos moradores. Como pode ser percebido no depoimento seguinte, a própria organização familiar ligada ao espaço disponível foi alterada.

[...] mais para frente, uns quilômetros depois, tinha mais outras casas, mais um quilômetro pra frente mais outras casas, e era assim. Por exemplo, a área que a gente morava eram cinco casas, a minha e do meu marido, a da mãe, e das duas irmãs dele, nós todos era no mesmo lugar, era só família, aqui não. A casa se distanciou, minha casa é mais para o interior; da minha sogra já fica bem distante, a da prima do meu marido é mais longe, a da irmã dele, que morava mais na frente é ainda mais longe (Entrevistada X).

Houve uma transformação na vida dessas pessoas de forma instantânea, uma mudança radical no estilo de vida; do rural para o urbano, de forma muito rápida, alterando suas condições de relação social. A própria distribuição espacial das famílias ao longo da vila, pode ser demonstrada como exemplo de impacto social negativo, agravado por descuidos na

gestão do reassentamento. Isto pode ser ilustrado com o acontecimento que a seguir será descrito:

Como apresentou o Jornal Diário de Pernambuco (2009), juntamente com a foto 52 de Stuckert (2009), a Vila Junco é uma das 18 vilas produtivas rurais para o reassentamento de 703 famílias que serão realocadas por causa das obras da transposição do rio São Francisco. No momento da inauguração da Vila Junco, estavam presentes o presidente Lula e o deputado federal Ciro Gomes. A ministra da Casa Civil do momento, Dilma Rousseff, tinha deixado a comitiva, momentaneamente, para participar de uma solenidade do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em Fortaleza, CE:

Como costuma fazer em diversas solenidades, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva resolveu mais uma vez quebrar o protocolo na visita à Vila Produtiva Rural Junco, em Cabrobó. Depois de conhecer as casas e a escola comunitária, construídas para moradores que tiveram que ser deslocados por causa das obras de transposição do rio São Francisco, o presidente deveria sortear apenas três casas. No entanto, depois de sortear as casas de números 21, 33 e 7, Lula tomou as rédeas do evento e decidiu substituir os discursos que estavam programados pelo sorteio de todas as 55 casas, que estão em fase de construção e deverão ser habitadas a partir de dezembro (JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2009).



Fonte: Ricardo Stuckert, PR. Disponível em: <http://200.181.15.21/exec/inf_fotografia_grande.cfm?foto=16102009P00017>. Acesso em: 15 jan. 2014.

Foto 52. Presidente Lula durante cerimônia de inauguração da Vila Produtiva Rural Junco, em Cabrobó, PE, em 16 out. 2009.

Como narrado a seguir por um entrevistado, teve morador que na empolgação de pegar as chaves da mão do presidente pegou qualquer chave, não observando, nem se lembrando do desejo de morar próximo do seu parente. Ele explicou que até teve moradores que depois trocaram entre si, mas outros não:

Porque assim, como era na época, o sorteio acontecia somente de três casas, que era feito até pelo ex-presidente Lula, na época quem fazia a promoção das casas, aí o que aconteceu? Teve aquela empolgação de o pessoal querer receber as chaves das mãos do presidente na época, e acabou sendo sorteado tudo, aí foi isso assim, acabou cada um indo para um lugar (Entrevistado X).

Este fato ilustra uma das mudanças na forma social das pessoas se organizarem espacialmente. Eles tinham uma forma de viver muito inserida na questão de família e de ajuda mútua, para a produção na agricultura familiar para a subsistência.

O entrevistado também ressaltou que os conflitos sociais foram se intensificando, porque não eram acostumados a viverem tão próximos sem ser com as pessoas da própria família, além da ociosidade. Outro entrevistado explicou que hoje acontecem intrigas, brigas entre o pessoal da vila:

Enfim, então pessoas que hoje não tem o relacionamento, a maioria ficou intrigado. Moravam sozinho assim como eles moravam, ali na sua propriedade, não tinha contato quase com ninguém, alguns amigos no final de semana; agora acontece aquelas intrigas, e acaba causando desavenças entre as famílias, então a maioria deles hoje estão intrigados, coisa que antigamente eles não eram, eles viviam amigavelmente, mas hoje eles não estão vivendo (Entrevistado D).

Já o Ministério quando questionado sobre esta realidade dos moradores da Vila Junco, referente a reclamação de que na distribuição das casas, os moradores foram separados dos seus parentes e por não estarem acostumados a morar tão perto uns dos outros apareceram conflitos sociais. A resposta foi a seguinte:

A própria argumentação dos moradores de que sua proximidade com os parentes e famílias tem gerado conflitos, mostra que não há distanciamento entre as casas. Todavia vale enfatizar que uns dos critérios discutidos e aprovados pelas comunidades foram a de que o sorteio das residências privilegiassem os grupos familiares, ou seja, as casas sucessivamente seriam ocupadas por pessoas do mesmo grupo familiar. Entretanto, por opção dos próprios moradores, na vila de Junco o sorteio foi feito da forma comum (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Questionário, 2015).

Percebe-se que há descompasso entre a realidade observada e a realidade do discurso. Assim, começou a história da vila Junco. Nos próximos itens serão apresentados como é a infraestrutura, o uso da terra, a agricultura na vila, mais da cultura deste povo.

5.4.2. A infraestrutura da vila: realidades e necessidades

Segundo o Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2004), no Programa de Reassentamento de Populações – PBA 08, o programa de reassentamento deve possibilitar a qualidade de vida da população reassentada por meio da implantação de infraestrutura de saneamento básico, viária e de apoio à produção, de serviços de educação, saúde e comunitários:

Para isto, serão garantidas às famílias elegíveis:

- titularidade de lotes produtivos e, ou, residências, e preservação dos laços de parentesco e, ou, de vizinhança nos locais de reassentamento rural coletivo;
- infraestrutura básica de abastecimento de água, sistema sanitário e eletricidade;
- infraestrutura social (escola, posto de saúde e centro comunitário);
- acesso aos serviços sociais de educação e saúde, por meio da articulação com os setores governamentais competentes;
- infraestrutura de apoio à produção;
- capacitações voltadas para temas que tratam, entre outros assuntos, de questões ambientais, como manejo do lixo, manejo e conservação de solos, uso racional dos recursos hídricos, preservação e conservação das áreas protegidas pela legislação ambiental e questões relativas à convivência comunitária;
- assistência técnica para a retomada das atividades produtivas (BRASIL, Ministério da Integração Nacional. Programa de Reassentamento de Populações – PBA 08, 2004, p. 10).

Como é detalhado a seguir pelo Ministério, um dado concreto que é muito requisitado pelos moradores é a entrega de um setor produtivo de 5 ha. Mas, além disto, que ainda não se concretizou, os moradores fazem sérias críticas aos outros pontos da infraestrutura da vila.

As famílias são contempladas com um setor residencial, composto por casas de alvenaria de 99 m² de área construída em um lote de meio hectare, além de rede de água, sistema sanitário, energia elétrica, posto de saúde, escola, espaço de lazer e áreas destinadas ao comércio e à construção de templos religiosos. Está previsto no Projeto, ainda, entregar para os reassentados um setor produtivo de no mínimo 5 ha, sendo um irrigado, destinado à produção agropecuária, de acordo com a vocação da comunidade (BRASIL, Ministério da Integração Nacional. Programa de Reassentamento de Populações – PBA 08, 2004).

A paisagem da Vila é bem semelhante a um bairro residencial popular de programas sociais para moradia nos espaços urbanos do restante do Brasil. A foto 53 mostra a principal rua da Vila, com visão para o posto de saúde e uma série de casas.



Fonte: Assis (out. 2013).

Foto 53. Rua principal da Vila Junco.

Um morador da Vila Junco indicou alguns problemas logo no recebimento destas casas. Segundo ele, nem todos os moradores da região diretamente atingida na construção do reservatório receberam casas. “[...] porque teve outras pessoas que não receberam a casa porque só trabalhavam naquela determinada área” (Entrevistado Z). Como era uma terra produtiva, muitos trabalhadores rurais se deslocavam para a antiga área do riacho Grande apenas para trabalhar e apesar de necessitarem diretamente daquelas terras, não tiveram acesso às casas.

Apesar de ser pequena a casa, o morador demonstrou que ficou satisfeito com a troca. “[...] lá a gente morava em uma casa de pau a pique, que é aquela de taipa, rebocadinha, com uns galhinhos, revestida com barro. Aqui é de alvenaria, mais bem revestida, de tijolo, casa de bloco, mais aconchegante” (Entrevistado X). A foto 54 mostra a fachada de uma das casas da Vila Junco.



Fonte: Assis (out. 2013).

Foto 54. Casa na Vila Junco.

Mas, o morador considerou que não recebeu uma doação de uma casa, ele disse que foi feita uma troca pela terra que ele possuía. O morador também reclamou que não possuía documentação da casa e que não pode vendê-la. “Não tem ainda, a única coisa que a gente tem até o momento é um contrato se responsabilizando de morar aqui na comunidade até a primeira colheita” (Entrevistado X).

Mas, mesmo assim, o morador contou que muitos já se ausentaram do lugar. Receberam a casa no sorteio, mas já abandonaram a Vila, indo principalmente para Salgueiro e Terra Nova, PE, municípios vizinhos a Cabrobó. Uns costumam trabalhar em Terra Nova no meio de semana e retornar para a Vila nos fins de semana.

Para quem ficou na Vila, como este morador, ele disse que apesar de concordar que as casas são melhores do que a que ele possuía, ele também afirmou que elas não foram construídas com qualidade. A Vila estaria situada muito próxima a área onde ainda ocorrem as detonações para a escavação dos canais da transposição e isto estaria causando rachaduras nas casas. O morador também ressaltou que não foram observados os números de filhos de cada família, sendo as casas muito pequenas para tanta gente. O depoimento a seguir exemplifica a reclamação, nas palavras do morador:

[...] aí manda a empresa vir fazer o conserto das rachaduras, mas as demais casas continuam, as casas continuam a rachar. Outra coisa é que teve várias coisas aqui dentro da comunidade que ficou entreaberto, que era pra ser consertado por eles e não teve conserto (Entrevistado X).

O morador lembrou um fato logo da inauguração da Vila, que considera uma grande falta de respeito das empresas com a população. Na inauguração, com a presença do presidente Lula, a iluminação das ruas estava perfeita, mas no dia seguinte, estavam faltando várias lâmpadas. O morador acredita que a empresa retirou as lâmpadas para levar para a outra vila, onde o presidente participaria no dia seguinte da outra inauguração.

O morador também explicou que, na questão da infraestrutura, não houve respeito com as pessoas que possuem algum tipo de deficiência, que nem as casas e nem a infraestrutura da Vila oferecem condições adequadas para essas pessoas:

O rapaz não anda, não fala, se você ver ele, você vai ter certeza que ele necessita de uma adaptação na casa, porque não tem como ele se locomover de um lugar para outro, mesmo na cadeira de rodas, para tudo ele usa a cadeira (Entrevistado X).

Em relação à saúde, um morador fez intensas críticas ao acesso disponível. A comunidade receberia a visita de um médico apenas uma única vez por mês. As fichas para as consultas não seriam suficientes. E em casos de urgência, como descrito pelo morador no depoimento a seguir, teria de se fazer um deslocamento precário dos moradores da Vila até a sede do município de Cabrobó, passando pelas estradas da própria obra da transposição, cheias de poeira. “Cabrobó é muito distante. Freta um carro daqui para lá, o pessoal cobra cinquenta reais. [...] sai para Cabrobó a noite, está se arriscando um acidente na estrada” (Entrevistado Z). A foto 55 mostra a estrada no entorno das obras da transposição. Em entrevista com os moradores que vivem ao lado destas obras, como já foi demonstrado, foi citado o atropelamento de animais e o excesso de velocidade pelos carros das empresas que trabalham na obra.



Fonte: Assis (out. 2013).

Foto 55. Estrada no entorno das obras da transposição em Cabrobó.

Os moradores citaram que a associação da Vila Junco agora possui um carro, que foi cedido por uma das empresas, mas que não é suficiente e ainda teria a questão do combustível. A foto 56 mostra a fachada do posto médico, segundo os moradores, não suficiente para atendimento à saúde da população local e uma das causas da necessidade de deslocamento da população da Vila, para cidades vizinhas, visto inclusive a falta de médicos, para atendimento básico.



Fonte: Assis (out. 2013).

Foto 56. Posto Médico da Vila Junco

No caso do deslocamento para tratar da saúde, os moradores lembraram, como no depoimento a seguir, que eles estão mais próximos ao município de Terra Nova e que até podem ser atendidos lá, mas que na hora de marcar um exame, na necessidade de uma internação, isso eles não poderiam usufruir, porque não são oficialmente moradores do município de Terra Nova, e sim, de Cabrobó. “Para você se internar, você se consulta, o médico pede um exame. Em Terra Nova ele não pode marcar um exame pra você, porque você não é do município” (Entrevistado Z).

Em relação a Educação, eles afirmaram que tem uma escola, mas como demonstrado no depoimento a seguir, não é suficiente, pois não atende a todas as séries. “Ela só atendia até a quarta série, agora vai até a sétima série. Se não tiver vagas tem que se deslocar para Terra Nova. Para terminar os estudos, terminar o ensino fundamental, e o segundo grau completo [...]” (Entrevistado X). Ressaltaram novamente que as escolas de Cabrobó ficam muito longe e que levariam horas para se fazer o deslocamento. Dariam muitas voltas por outras comunidades rurais até chegarem a Cabrobó, e que acabam por terem de procurar por escolas em Terra Nova. A foto 57 mostra a escola, com espaço para ser ampliada, um desejo dos moradores.



Fonte: Assis (out. 2013).

Foto 57. Escola da Vila Junco.

Em relação ao lazer, disseram que possuem um campo, uma pracinha e uma mesa de sinuca. A Foto 58 mostra o campo de futebol, sem grande infraestrutura. Eles também lembraram que por não possuírem mais a terra para o plantio, o tempo de ociosidade aumentou muito. Em depoimentos a seguir, eles demonstrarão que estão buscando alternativas de trabalho, mas que isso não tem sido fácil, visto que eles possuem tradição agrícola.



Fonte: Assis (out. 2013).

Foto 58. Campo de futebol da Vila Junco.

Para fazerem suas compras, disseram que até tinham um mercadinho, mas que já fechou. Agora, como não têm mais agricultura, eles têm de ir até Terra Nova, inclusive para comprar de alimentos básicos para o consumo diário, como frutas e verduras. Agricultura esta que era a principal atividade destes moradores antes de serem deslocados para a vila Junco. No próximo item, será melhor explicado, como é essa situação.

Como já foi citado, em relação às reclamações, como as feitas pelos moradores da Vila Junco, e pelos demais agricultores rurais de Cabrobó; o Ministério enfatizou a melhoria de vida que as obras causaram na região. Em relação as estradas, como também já foi explicado, o Ministério afirmou que houve foi melhorias:

Conforme observado anteriormente, houve uma acentuada melhoria na condição de vida das famílias reassentadas, considerando qualidade de moradia, condições de sobrevivência, infraestrutura, área de lazer etc, haja vista originarem de comunidades rurais com pouco ou nenhuma infraestrutura (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Questionário, 2015).

Percebe-se que o descompasso entre a realidade vivenciada pelos reassentados e a projetada pelo Ministério acontece em diversas realidades da infraestrutura. A forma de lazer citada é um exemplo, mas nada é mais importante para estes agricultores que a necessidade de plantar. Eles são agricultores, a falta da terra e da água compromete o bem estar social e a história da comunidade. A obra já se arrasta por anos, crianças estão crescendo sem ter tido, assim como seus pais, uma vivência com a agricultura. Quando os lotes produtivos, e as águas da transposição chegarem até a comunidade, vai encontrar até mesmo uma geração que não tem mais vivência de agricultores.

5.4.3. A agricultura familiar: promessas, realidades e expectativas

Segundo os moradores, antes de serem realocados para a vila Junco, trabalhavam com agricultura familiar, aproveitavam as águas do riacho Grande e conseguiam produzir. Citam que tinham uma agricultura de subsistência, sustentável e de planejamento para a época da seca. Eles contaram que plantavam principalmente milho, cenoura, cana, feijão e cebola. Em relação a criação de animais, contam que quase todo morador tinha a criação de animais de pequeno porte como ovelhas e bode:

Não sentindo tanta falta de dinheiro, porque a gente tirava tudo da própria terra, independentemente da estação do ano. [...] embora mesmo na época seca, mas a gente vai acumulando, guardando, guardando os alimentos, não sofria tanto com a seca. Os únicos seres que sofriam eram os animais, a comunidade não sofria tanto (Entrevistado X).

Acostumados a lidar com as características próprias da caatinga e da seca, eles cultivavam uma agricultura e pecuária de respeito aos limites naturais do lugar. Possuíam técnicas e habilidades de enfrentamento da falta de água. Passavam por problemas, mas possuíam estratégias de enfrentamento:

Por exemplo, o feijão a gente não comprava porque tirava da roça. O milho para dar os animais também não, porque tirava da roça, plantava o milho. Aí a carne já não comprava porque tinha o animal na roça. Na hora que quisesse ia lá, escolhia uns deles e matava, passava uma semana, duas, não precisava comprar (Entrevistado X).

Atualmente se sentem desprovidos dessa capacidade de enfrentamento dos seus problemas. Não possuem acesso à terra e a água. Sobrevivem de uma espécie de mesada do governo (uma bolsa), um pequeno auxílio financeiro. Mas o que eles esperam, é a terra para produção, como lhes foi prometido:

Não foi determinado ainda o local de cada lote das pessoas. Então assim: aqui é uma área fechada, tipo condomínio, mora só pessoas. Não tem como você criar dentro da própria vila, ao não ser depois que venha a ser entregue os lotes, aí você pode na sua parte fazer a criação dos animais (Entrevistado X).

Já o Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2004), no seu Programa de Reassentamento de Populações - PBA 08, afirma que está previsto a entrega de um setor produtivo de no mínimo cinco hectares, sendo um irrigado para cada família reassentada; destinado a produção agropecuária, um setor produtivo, que respeite a vocação de trabalho da comunidade.

Quanto as reclamações específicas de que na Vila Junco há ociosidade, falta de trabalho e de como e quando se fará a implementação de um projeto agrícola para a vila. O Ministério afirmou que muitos homens, já trabalham nas obras. “Conforme acompanhamento social realizado sistematicamente, muitos chefes de família residentes na VPR foram absorvidos pelas empresas construtoras das obras” (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Questionário, 2015). E como, já foi explicado, a implementação dos setores produtivos de agropecuária estariam previstos, para sanar de vez os problemas de empregabilidade. “Além disso, acredita-se que após a implantação das áreas produtivas, haverá melhores condições de trabalho e sobrevivência para as famílias reassentadas, as quais contarão com áreas para implementação de atividades irrigadas e de sequeiro” (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Questionário, 2015).

O Ministério ainda lembra que, enquanto estes setores produtivos ainda não estão implantados, que as famílias dos reassentados contam com uma verba indenizatória. “[...] Cada uma delas estão recebendo mensalmente uma verba de manutenção, no valor de um salário mínimo e meio, até que as atividades produtivas sejam implementadas” (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Questionário, 2015).

Ainda enfatiza que, muitos destes reassentados trabalhavam anteriormente, em condições precárias e de que por vezes não possuíam a posse da terra e eram prestadores de serviço de forma irregular e ou injusta. “Há de se enfatizar também que muitos dos reassentados eram posseiros/meeiros e trabalhavam como prestadores de serviços, em precárias condições de trabalho” (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Questionário, 2015).

Conclui sua resposta, dizendo que com a chegada das águas, será possível a implantação de um modelo agrícola, que venha de encontro ao desejo dos reassentados, e que este já está prestes a acontecer. “A implementação dos lotes irrigados dependem do fornecimento de água do projeto, todavia os moradores estão prestes a receber as áreas de

sequeiro e já poderão iniciar suas atividades produtivas” (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Questionário, 2015).

Mas um morador salientou, além de tudo que já reclamado, como exemplificado no depoimento a seguir, que a nova forma de produção proposta pelo Ministério seria “industrializada”, com novas formas de plantio e lida com a terra. Eles não veem problema em se trabalhar desta forma, só dizem possuir receio de não ter como comprar instrumentos mecanizados caros e não possuírem capacidade técnica de lidarem com os instrumentos:

[...] aqui, a forma que a gente vai trabalhar, pelo o que a gente pode entender (é...), será de forma mais mecanizada, uma forma mais industrializada. Por que eles falaram que a forma de irrigação vai ser de gotejamento, quando a gente morava lá no Riacho Grande era aquela forma tradicional. Não era de gotejamento, ligava o motor e água saía em grande quantidade por uma tubulação, sabe... Assim um cano, era mais aquela forma tradicional, que é utilizada mais a força humana do que a mecânica (Entrevistado X).

Os moradores também imaginavam que esses lotes ficariam próximos de suas casas, mantendo parte do estilo de vida rural que estavam acostumados. Mas, o que eles explicaram é que eles irão continuar morando nesta espécie de condomínio e sairiam para ter suas atividades agropecuárias nos arredores ou até mais distante da Vila:

Ele vai ficar ao redor da vila, da vila aqui assim no caso. Mas assim, alguns vão ficar próximo, já outros vai ficar mais distante, porque ele vai se estender até nas terras que ficam aqui próximo. [...] a gente quando veio para cá pensava que ele seria assim, o lote ficaria junto do irrigado, mas devido pelo o que eles falaram pra gente, as terras não são tão assim [...] então o que acontece, eles resolveram separar, vão colocar os dois irrigados separados (Entrevistado X).

Como pode ser entendido no depoimento a seguir, os moradores demonstraram receio de que a promessa da entrega destes lotes não se efetue. Eles demonstraram ansiedade em começar a trabalhar, sentindo-se frustrados em relação a não ter o que fazer. Lembraram da necessidade da água e acreditam que somente após a conclusão da obra de transposição é que irão ter acesso à água para plantar.

Assim, eles falaram que vão entregar uma parte dos lotes no final desse ano, mas é uma coisa que a gente não tem garantia, não sabe com certeza. Porque mesmo se eles entregam os lotes a gente só vai passar a produzir quando o canal passar por aqui, porque vamos precisar da água que virá do canal para fazer irrigação dentro do lote (Entrevistado Z).

Perguntados sobre o que eles fazem atualmente na vila, a resposta foi bem objetiva: “De imediato nada” (Entrevistado X). O morador citou que em alguns casos, alguns moradores chegaram a se deslocar e a plantar próximo ao rio São Francisco, ou tentam produzir algum tipo de artesanato; acreditando que não possuem habilidade para isto.

Alguns homens da Vila trabalham nas obras da transposição, o que parece ser a melhor opção no momento. O morador disse que os que não arrumaram emprego na obra ainda ficam na expectativa de consegui-lo.

O Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2014) citou, em manchete de notícia, que no Programa de Reassentamentos, vilas já passaram por projetos para desenvolver habilidades para novas formas de trabalho e renda:

Capacitações – As famílias reassentadas durante a transferência já participaram, até agora, de 68 capacitações, dentre elas, a construção do Mapa Social, que tem como objetivo realizar o arranjo social das comunidades, priorizando seus conhecimentos tradicionais e a diversidade de suas expressões culturais, a fim de evitar conflitos de convivência. A capacitação leva em consideração a valorização e o resgate de sua história, de forma a apontar e conceber, coletivamente, soluções para uma vida mais sustentável, priorizando, sobretudo, o meio ambiente.

E isso já pode ser visto nos arredores dos núcleos habitacionais. É comum encontrar garrafas pets, metal, papel e resíduos orgânicos devidamente separados e reaproveitados. Uma prática que vem sendo adotada pelas famílias depois das oficinas, como afirma o morador da VPR Baixios dos Grandes, João Antônio, “antigamente a gente jogava nosso lixo na banguela, no mato mesmo. Mas hoje, nós aprendemos um monte de coisa que ajuda a gente”.

Além das noções de preservação do meio ambiente e do reconhecimento das suas tradições, os moradores das Vilas participam ativamente do desenvolvimento da suas comunidades, depois de adquirirem noções básicas de Associativismo, Participação Comunitária e Organização Administrativa e Fiscal de Associações (BRASIL, Ministério da Integração, 2014).

Um morador referiu-se a atuação do Ministério: “Só serviu para tirar a gente de lá, não tem água, nem nada, não tem como criar, estamos aí a toa.” (Entrevistado Z). Os moradores demonstraram que a realidade divulgada pelo Ministério não é a realidade da Vila; que possuem dificuldade até mesmo para conseguir água para o abastecimento humano. Que até tentam criar uma galinha, ter uma plantação ou outra, mas que é quase impossível. Eles dizem que estavam acostumados a lidar com a agricultura e a pecuária, e isto é o desejo deles, mas, que no momento, não é possível:

Criação não. Só dá para criar galinha, que bode não tem como. A gente tem água canalizada, que é para consumo humano. Se você tira para fazer um plantio, por exemplo, de capim para alimentar o animal, já vai fazer falta para outra pessoa. Inclusive está acontecendo, a água não está cem por cento para a comunidade toda. Acaba ficando algumas casas sem água, que não dá para subir para a caixa que fica em cima da casa. Falta água. Falta para o consumo humano também. Por exemplo, eu tenho três caixas, porque quando faltar de cima, eu utilizo as caixas de baixo. [...] eu tenho medo de no outro dia não ter, como acontece às vezes (Entrevistado X).

O riacho Grande, que era o riacho que eles utilizavam na sua comunidade original, possuía regime intermitente. Quando ele estava seco, a cidade vizinha a Cabrobó (Terra Nova) liberava água de um reservatório, para que ele fosse abastecido. Atualmente, através de

adutoras é este mesmo riacho que oferece água para a vila Junco, agora exclusivamente para consumo humano. A foto 59 mostra o reservatório do riacho Grande, situado no município de Terra Nova. Este riacho é o mesmo que foi citado pelos agricultores familiares rurais que permanecem ao longo dos canais e pelos quilombolas. Todos os entrevistados no espaço rural de Cabrobó valorizam o riacho e dizem da necessidade da revitalização do mesmo.



Fonte: Assis (out. 2013).

Foto 59. Reservatório de água do riacho Grande, no município de Terra Nova (PE).

Mesmo no período de seca, é possível perceber que este reservatório em Terra Nova ainda possui reserva de água. Porém esta água, não estava sendo suficiente para abastecer o riacho Grande e nem mesmo o próprio município de Terra Nova. Um município que também sobrevive da agricultura e que também enfrenta problemas econômicos. A foto 60 mostra casas na entrada do município de Terra Nova, ao lado deste reservatório. É possível perceber que o município possui muitas pessoas com dificuldades econômicas. Município este, que como foi citado, é muito procurado pelos agricultores e reassentados de Cabrobó, até mesmo pela maior proximidade do perímetro urbano com as comunidades. Procuram o município por oferecer infraestrutura básica que às vezes falta na Vila e nas comunidades, como aspectos que já foram citados, ligados à saúde, a educação, ao fornecimento de alimentos e alguma possibilidade de trabalho.



Fonte: Assis (out. 2013).

Foto 60. Casas na entrada do município de Terra Nova, saindo de Cabrobó, ao lado do reservatório de água onde ficam as adutoras que levam água para a vila Junco.

E é novamente enfatizado, o receio do assoreamento do riacho. Mas o Ministério já afirmou, que não recebeu denúncias sobre isto. Os moradores de Cabrobó enfatizam muito a importância do riacho, de se cuidar dele e da expectativa de que ele receba águas transpostas. Este riacho é de fundamental importância para todas as comunidades rurais de Cabrobó. “[...] quando começou a transposição; depois ainda teve uma chuva, aí o material que estão colocando para ir aterrando, para ir começando a fazer o canal, foi sendo escoado para dentro do riacho, aí ele ficou um pouco assoreado” (Entrevistado X).

Perguntado sobre sua relação com o uso das águas do curso natural do rio São Francisco, o morador, como esclarecido no depoimento a seguir, disse que não usavam as águas do rio; que eram abastecidos pela prefeitura local, através do rio, apenas com caminhões-pipas.

Não, porque lá era carro pipa, tinha uma cisterna grande, que vinha duas vezes por mês o carro pipa para abastecer a cisterna para as cinco casas. Então no caso era só para consumo humano que vinha de lá, mas o plantio não era do riacho Grande, que por sinal deságua no Rio São Francisco (Entrevistado X).

Em relação a seca, disse o morador que ela está sendo mais drástica que o normal. “Dois anos e meio sem chuva”. O morador contou que sabe da necessidade da água, mas acredita que as águas transpostas não chegarão com facilidade ao interior do sertão nordestino, visto que eles que moram no município banhado naturalmente pelo rio São Francisco e já não tinham acesso à água dele:

[...] o comentário que fizeram, disseram que ele está bem abaixo da média, está bem abaixo. É uma coisa fácil de se analisar: se não chover, não vai ter água dentro dele para essa quantidade de lugar. Sai daqui de Pernambuco, vai passar pelo Ceará, até chegar na Paraíba, então são muitas cidades. Acho que até aqui ainda da pra ir, mais para frente não vai dar, é uma distância longe (Entrevistado X).

Assim sendo, como explicitado pelo morador, sem água e sem terra para plantar a vocação tradicional da comunidade não pode ser exercida no momento na Vila Junco. “Nós vivia exclusivamente da agricultura [...] aqui não tem como a gente sobreviver dessa forma, neste momento, porque não recebemos ainda as nossas terras de trabalho” (Entrevistado Z).

O que sobra para a sobrevivência desta população é a ajuda financeira que eles recebem. “A verba de manutenção temporária.” Seria um salário e meio por família, independentemente do número de filhos. Eles explicaram que diferentemente do que eram acostumados, tudo para seu consumo tem de ser comprado. “Tudo é comprado, alimentação a gente compra [...] Supermercado.” Eles lembraram que agora a despesa deles é grande. “Tem água, tem luz, tem botijão, tem a feira, remédios, entre outros” (Entrevistado X).

Segundo o Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2004), no seu Programa de Reassentamento de Populações – PBA 08, o que foi estabelecido foi um salário mínimo e meio de ajuda técnica para a produção até a primeira colheita e os programas de capacitação relacionados à qualidade de vida, relações humanas, associativismo, sustentabilidade das atividades a serem desenvolvidas, entre outras ações para o desenvolvimento do trabalho, renda e desenvolvimento social e econômico na Vila.

Os moradores disseram que realmente não há atrasos no pagamento desta ajuda, porém reafirmaram que isto não é o suficiente; visto que eles não possuem infraestrutura, que até mesmo para compra de verduras e frutas, eles têm de se deslocar para feiras na cidade vizinha. Ficam à espera por caronas, ou têm que gastar do próprio bolso para este deslocamento. Reiteraram que estes gastos já são feitos quando precisam de acesso adequado para saúde e educação.

[...] foi depois de muita peleja. Ah, vai ter um salário, um salário não dá, aí a gente foi pra lá, depois veio novamente para a nossa comunidade. [...] Um salário mínimo, aí a comunidade: não, tem que ser dois. E ficou nesse vai e vem, sem acontecer o acordo. E que a gente disse não. [...] Só dá para ser um salário e meio. Ai aceitou esse valor (Entrevistado X).

O morador da Vila demonstrou e concluiu que fica na expectativa de que as promessas feitas pelo Ministério da Integração se cumpram. Sabe que não é possível mais voltar para o lugar onde morava. Então espera ter acesso à terra e à água e que possa voltar a produzir e a praticar a agricultura familiar:

[...] a gente tem fé, né? Lá não tem mais como voltar. Lá só tem buraco, não tem mais como trabalhar. Então a gente fica nessa expectativa que aconteça essa transposição, que ela venha a surgir realmente. Que o canal também nos beneficie, no caso, tenha uma atitude de beneficiamento também na comunidade e a gente fica nessa expectativa (Entrevistado X).

Os agricultores familiares, reassentados da vila Junco, perderam para sempre seus lugares de vivência tradicionais, culturais, religiosos e solicitam compensações por essas perdas, incluindo a necessidade de infra estruturação da vila, com estratégias para que possam vir a ter a possibilidade de voltar a desenvolver as suas atividades tradicionais ligadas a agricultura familiar.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com todas estas histórias discutidas, fica mais uma vez evidente que o rio São Francisco não é apenas o maior rio totalmente brasileiro, ele foi e continua sendo importante na história da formação do Brasil como nação. É vital para uma diversidade de população ribeirinha e para todo o povo brasileiro; qualquer fato que aconteça envolvendo suas águas atinge de alguma forma a todos nós.

Diversos foram os grandes empreendimentos que marcaram o rio São Francisco. Atualmente, a transposição de parte das suas águas para o nordeste setentrional do país se coloca como fato marcante. A transposição vivia no imaginário dos gestores do Brasil desde a época da colonização. Neste atual momento, as obras estão sendo concretizadas, e os diretamente atingidos ficam na expectativa do que será do rio e do uso de suas águas, inclusive em uma região que historicamente sofreu com a seca.

Algumas transposições deste porte foram realizadas em outros países. Algumas extremamente mal sucedidas, levando até mesmo ao comprometimento de extensas quantidades de águas, como é o caso que envolve o mar de Aral. Os projetos de transposições que obtiveram melhores resultados foram os que levaram anos a serem implementados e passaram por diversos debates com os diretamente atingidos, como os que ocorreram nos EUA e na Austrália.

As transposições realizadas nos EUA e na Austrália foram indicadas pelo Ministério da Integração como referências. Nestas referências, também é citada a transposição do rio Tejo, na península Ibérica. O transvase Tejo – Segura, é envolvido em questões de interesses diversos, incluindo os conflitos entre a bacia doadora e a receptora. A receptora diz da necessidade da água, e que baseado no princípio da solidariedade, indica que o rio Tejo possui capacidade de ceder águas para transposições. Já a bacia doadora, indica que o rio passa por fragilidades ambientais e que não possui capacidade de ceder água, visto que já é possível notar uma diminuição de suas águas. Apesar dessas considerações, não foi possível notar fortes entraves políticos, sociais e ambientais entre os dois países investigados (Espanha e Portugal). Existe uma legislação ambiental internacional respeitada entre eles. Portugal procura garantir reservas de águas em reservatórios, diversificando suas fontes de energia e não usando os reservatórios totalmente para a produção de energia; trabalha fortemente com proteção ambiental das águas, incluindo o tratamento de esgoto. No entanto, dentro da Espanha, foi possível notar severas disputas pelo uso da água do rio Tejo, com ideias

totalmente discordantes entre as bacias doadoras e receptoras nacionais. As discordâncias se refletem mais em torno da necessidade de revitalização do rio Tejo, da necessidade do uso da água para a agricultura, e as críticas ao uso da água por atividades, tidas por alguns, como estritamente econômicas, como o turismo. Mesmo assim, existe uma perspectiva de aumento dos transvases; apesar de que cidades como Barcelona, já fizeram opção pelo processo de dessalinização de água do mar, que mesmo sendo um processo de maior custo financeiro, evitou questões políticas de disputa territorial, dentre outras questões discordantes entre as províncias da Espanha.

Diante disto, é possível perceber que um rio importante para dois países apesar de diversos acordos, legislações nacionais e internacionais, quando tem parte de suas águas transpostas, gera uma série de polêmicas; que merecem uma constante análise socioambiental para amenizar riscos para as populações ribeirinhas diretamente atingidas.

No caso brasileiro, um projeto de uma grande transposição como a do rio São Francisco, que está em fase de obras, merece observar o contexto mundial em que outras obras de transposição são discutidas e realizadas, incluindo as do rio Tejo; considerando que legislações merecem ser respeitadas, e que transposições deste porte geram necessidades de observância constante das realidades do rio, dos ribeirinhos e dos diretamente atingidos; incluindo pesados investimentos em revitalização do curso natural dos rios.

No Brasil, nunca houve uma transposição de rio da magnitude desta que está acontecendo, no entanto, ao longo do próprio curso do rio São Francisco foi possível descrever diversos desvios de águas. Na própria região das nascentes do rio São Francisco, foi citada a transposição do rio Piumhi. Esta transposição pode ser usada para demonstrar como uma obra mal elaborada traz danos ambientais ao rio São Francisco e privilegia um grupo de atingidos. Os pequenos agricultores do lugar atingido, ficaram apenas com os prejuízos, além de uma série de impactos ambientais que podem ser ainda notados no próprio rio São Francisco.

Ao longo de todo o curso do rio São Francisco, podem ser citados outros grandes empreendimentos. Como a realidade do Brasil é cheia de desigualdades sociais, a bacia do rio São Francisco também representa esta verdade. Podem ser citados grandes projetos agrícolas, como os situados em Petrolina (PE), que exporta produtos agrícolas para diversas regiões do mundo. Ao mesmo tempo, que também pode-se encontrar nas margens do rio, uma população pobre, que não tem acesso à água do rio. Além disto, ao lado das riquezas produzidas e das belezas naturais do rio, existe um rio que necessita de revitalização, pois apresenta sinais claros de fragilidade ambiental.

Populações, entidades governamentais e ambientais defensoras da bacia doadora do rio São Francisco, levantaram uma série de críticas ao projeto de transposição. Descrevem, além da fragilidade ambiental do rio, e da carência de água das populações ribeirinhas, a não existência de projetos agrícolas na bacia receptora. Criticam o preço que ficarão as águas transpostas, deixando nas margens do rio São Francisco, terras com potencial agrícola mais favorável. Já, defensores do projeto, indicaram que a quantidade de água retirada não prejudicará o rio, além do que, com o projeto, estariam destinados recursos para a revitalização do rio. Justificam a necessidade das transposições, frente à carência de água na região nordeste. Usam da argumentação da legitimidade do projeto, da legislação que defende as transposições frente a crises hídricas. São várias as polémicas, argumentos contra e a favor a transposição. Mas, independente disto, mesmo se arrastando por anos, e com um gasto bem mais elevado do que o projetado inicialmente, a integração das bacias avançou.

O rio se torna, hoje, fruto de esperança para uma das regiões mais pobres e secas do Brasil, o nordeste setentrional; ressalva-se que esta região não é só conhecida pela situação de miséria causada pela seca; existem nela riquezas naturais e econômicas, incluído reservas de água e potencial agrícola e industrial.

Em relação a voz dos diretamente atingidos em Cabrobó, observou-se que os entrevistados relataram pouca ou nenhuma expectativa positiva em relação à solução dos problemas derivados da seca. Disseram que não são contra a transposição e que realmente necessitam de água, mas notam pela forma como as obras estão sendo realizadas, um desprezo e um descuido com os problemas e as necessidades que eles enfrentam. Como pontos positivos relataram a contratação de mão de obra local e algumas benfeitorias realizadas. Contudo, relatam uma série de problemas e a necessidade de terem suas vozes escutadas na busca por soluções cabíveis. Disseram que as indenizações foram injustas, que o corte nas propriedades trouxe prejuízos econômicos, sociais e ambientais. Dentre os entrevistados, ainda tiveram agricultores familiares que se disseram injustiçados, de apesar de morarem próximos ao rio São Francisco, nunca terem usado suas águas. Esperam por projetos agrícolas e uma finalização rápida da obra, com uma distribuição justa da água.

Pode ser notado que as obras da transposição interferiram não somente nas questões ambientais e econômicas, mas em toda a estrutura social, cultural e histórica dos agricultores, gerando uma série de riscos sociais; mas, que também trouxe possibilidades de se amenizar o problema da seca no nordeste do Brasil.

A integração das bacias é um processo complexo, que deve durar muitos anos. Fica implícita a necessidade de estudos constantes perante as questões diversas aqui apresentadas e

outras que possam vir a surgir, que são muito importantes para todos os brasileiros; frente ao rio São Francisco, ao nordeste do Brasil, à falta de água que castiga lugares, à gestão da água no país, à agricultura familiar, ao agronegócio, às comunidades tradicionais, aos diretamente atingidos pelos grandes empreendimentos.

Não houve a pretensão de colocar a história oral destes agricultores como sendo de toda a população do território da transposição ou da bacia hidrográfica do rio São Francisco, que possui uma dimensão geográfica imensa. Entretanto, estas histórias demonstram como naquele lugar, a história, o fato da implementação das obras da transposição e de seus enredos se apresentam. É nesta discussão que se estabeleceu uma perspectiva de valorização da população atingida como um todo. Espera-se que no caso de transposição de rios, de ocupação de terras por lagos de usinas hidrelétricas, ou de vários outros grandes empreendimentos, possam ser avaliados os fatos aqui descritos e mais bem acompanhados pelos seus gestores, não se esquecendo de ouvir a população que será diretamente atingida, que muito entende do seu lugar de vivência.

7. REFERÊNCIAS

AMORIN FILHO, O. B. **Topofilia, topofobia e topocídio em Minas Gerais.** In: del rio, Vicente, OLIVEIRA. (Org.). Percepção ambiental: A experiência brasileira. 2. ed. São Paulo: UFSCAR/Studio Nobel, 1999. p. 139-152.

AMORIN FILHO, O. B. **Orientação concedida pelo professor.** Belo Horizonte (MG): PUC-MG, 10 de maio de 2014.

ANA, Agência Nacional de Águas. **Bacias do rio Paraíba do Sul.** Serviço de acesso a informação da ANA. Disponível em <http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/outorgaefiscalizacao/RioParaibadoSul.aspx> Acesso em: 10, fev, 2015.

AB'SABER, Aziz N. **Potencialidades paisagísticas brasileiras.** In: Os domínios de natureza do Brasil: potencialidades paisagísticas. 7. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012, p. 9-26.

ASSIS, André Tomé de. **Transposição do rio Piumhi para o rio São Francisco: registro histórico.** 2009. 101 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Centro Universitário de Araraquara, Araraquara, São Paulo, 2009.

BEIRO, Douglas. **Paisagens de Migrantes rural-urbano e memória.** Pós-graduação em Geografia (Mestrado) – IGCE/UNESP Rio Claro, 2007, 11 págs. Disponível em www.preac.unicamp.br/memoria/textos/Douglas%20Beiro%20-%20completo.pdf. Acesso em 10 julho 2013.

BONI, Valdete; QUARESMA, Jurema Sílvia. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais.** Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, v. 2, jan.-jul. 2005, p. 68-80. Disponível em: <http://www.emtese.ufsc.br/3_art5.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2013.

BORGES, Cássio. **Síntese da história da transposição do Rio São Francisco.** Diário do Nordeste. 2012. Disponível em: <<http://blogs.diariodonordeste.com.br/robertomoreira/sintese-da-historia-da-transposicao-do-rio-sao-francisco/>>. Acesso em: 7 jan. 2014.

BOTTURA, Giovana. **A compreensão das formas de relação da população com o meio ambiente: estudo de caso no reservatório de Salto Grande (Americana – SP).** 1998. 122 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Carlos, SP, 1998.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Programa de Reassentamento de Populações - PBA 08.** Brasília, DF, 2004. 60 p. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=71a9c3b5-258e-4e2c-82c9-5842710cd146&groupId=47109>. Acesso em: 28 jul. 2014.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2015. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional.** Disponível em <http://www.integracao.gov.br/politica-nacional-de-desenvolvimento-regional-pndr> Acesso em 20, junho, 2015.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Questionário respondido através do Sistema de Ouvidoria Geral do Ministério da Integração Nacional (2015)**. SIH - Secretaria de Infraestrutura Hídrica, PISF-Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Questionário enviado em: 23, junho, 2014; recebido em: 03, março, 2015. Mensagem recebida através do e-mail ouvidoria.sistemas@integracao.gov.br.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Relatório de Impactos Ambientais - RIMA**. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Brasília, DF., jul. 2004. 136 p. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=ceeff01f-6440-45da-859b-9acd1bfa87cf&groupId=66920>. Acesso em: 3 abr. 2014.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias - PBA 07**. Brasília, DF. 2005. 55 p. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=7d13705c-1a47-4ac0-8ff8-63119cad8c4a&groupId=47109>. Acesso em: 15 jul. 2014.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Programa de Regularização Fundiária nas Áreas de Entorno dos Canais - PBA 19**. Brasília, DF. 2005. 15 p. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=02338268-7605-44f0-9725-5f71fab62d46&groupId=47109>. Acesso em: 24 jul. 2014.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Plano de Gestão, Controle Ambiental e Social das Obras, PBA 01**. Brasília, DF, 2005. 15 p. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/plano-de-gestao-supervisao-e-auditoria-ambiental>>. Acesso em: 5 mar. 2014.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Programa de Comunicação Social - PBA 03**. Brasília, DF, 2005. 33 p. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=c2b6ac20-2931-4390-a24f-9282ef1fa542&groupId=47109>. Acesso em: 15 mar. 2014.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Programa 12 de apoio aos povos indígenas: Projeto São Francisco – Água para quem tem sede**. 2005. 56 p. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/programa-de-desenvolvimento-das-comunidades-indigenas>>. Acesso em: 5 fev. 2014.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Programa de Identificação e Salvamento de Bens Arqueológicos - PBA 06**. Brasília, DF, 2007. 21 p. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=332904d7-344f-4227-8377-5bf8b36a0ca3&groupId=47109>. Acesso em: 28 jul. 2014.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Programa de Implantação de Infraestrutura de Abastecimento de Águas ao Longo dos Canais - PBA 15**. Brasília, DF. 2007. 18 p. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=83fa5504-a121-47f9-9ea7-5223fed6e6ee&groupId=47109>. Acesso em: 17 jul. 2014.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Programa de Treinamento e Capacitação de Técnicos da Obra em Questões Ambientais - PBA 05**. Brasília, DF. 2008. 13 p. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=5741abca-f65b-4b64-a9b7-a4a79337b365&groupId=47109>. Acesso em: 17 mar. 2014.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Comunidades indígenas participam de oficinas socioambientais do Projeto São Francisco**. Notícia divulgada pelo Ministério da Integração Nacional. Brasília, DF, maio 2013. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/noticias/-/asset_publisher/xW1t/content/comunidades-indigenas-participam-de-oficinas-socio-ambientais-do-projeto-sao-francisco?_101_INSTANCE_xW1t_redirect=http%3A%2F%2Fwww.integracao.gov.br%2Fnoticias%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_xW1t%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-3%26p_p_col_pos%3D2%26p_p_col_count%3D3>. Acesso em: 1º jun. 2013.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **O que é o Projeto?** Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/pt/web/guest/o-que-e-o-projeto>>. Acesso em: 19 jun. 2013.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **O que é o Projeto?** Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/pt/web/guest/o-que-e-o-projeto>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Região Integrada de Desenvolvimento – RIDE Petrolina-Juazeiro**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/web/guest/regiao-integrada-de-desenvolvimento-do-polo-petrolina-e-juazeiro>>. Acesso em: 19 mar. 2014.

CABROBÓ, Prefeitura Municipal. **O município**. 2013. Disponível em: <<http://www.cabrobo.pe.gov.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

CAMPOS, Carla Siqueira. **Conjuntura quilombola no sertão de Pernambuco**. Revista Tempo e Presença Digital, Contexto Quilombola, v. 3, n. 11, julho 2008. Publicação virtual de KOINONIA. Disponível em: <http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=214&cod_boletim=12&tipo=Artigo>. Acesso em: 20 mar. 2014.

CAPPIO, L. F. (Frei OFM); MARTINS, A.; KIRCHNER, R. (Org.) **Rio São Francisco: uma caminhada entre vida e morte**. Apresentação Nancy Mangabeira Unger. Petrópolis: Vozes, 1995.

CARLOS, José. **Mapa das sub-regiões do nordeste**. Disponível em: <<http://zecarlosgeografia.blogspot.com.br/2013/07/nordeste.html>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

CASTRO, César Nunes de. **Impactos do projeto de transposição na agricultura irrigada no nordeste setentrional**. Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2011. 39 p.

CAVALCANTI, José Eduardo. **A transposição das águas da bacia do Paraíba do Sul para o Sistema Cantareira**. Instituto de Engenharia. Publicado em março, 2014. Disponível em: <http://www.institutodeengenharia.org.br/site/noticias/exibe/id_sessao/70/id_colunista/4/id_n>

oticia/8477/A-transposi%C3%A7%C3%A3o-das-%C3%A1guas--da-bacia-do-Paraiba-do-Sul-para-o-Sistema-Cantareira>. Acesso em: 24 abr. 2014.

CBHSF – COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO. **A Bacia**. Disponível em: <<http://cbhsaofrancisco.org.br/bacia-hidrografica-do-rio-sao-francisco/caracteristicas-gerais>>. Acesso em: 7 abr. 2013.

CIMI – CONSELHO INDIGENISTA NACIONAL. **Povos indígenas do nordeste impactados pela transposição do rio São Francisco**. Relatório Denúncia, 2009. 66 p. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/pub/publicacoes/1241549933_relatapoimmetransp.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2014.

CINTRÃO, Janaina Florinda Ferre. **Nova Europa: A ideologia germanista no interior paulista**. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Paulista (UNESP) – Campos Araraquara, SP, 1999.

CLOVIS, Moura. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2004, 429 p.

CODEVASF – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA. **São Francisco: o rio da unidade nacional**. Brasília, DF, 1978. 159 p.

CODEVASF – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA. **Vale do São Francisco**. Brasília, DF, julho, 2013. Disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br/principal/estudos-e-pesquisas/principais-estudos-sobre-o-vale>>. Acesso em: 11 abr. 2013.

COELHO, Marco Antônio Tavares. **Os descaminhos do São Francisco**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2005. 272 p.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Atingidos pela transposição participam do plenário do São Francisco**. Salvador, BA, 2010. Disponível em: <http://cptba.org.br/joomla15/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=61&Itemid=72>. Acesso em: 19 jun. 2013.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Terras em processo por UF: Pernambuco**. Disponível em: <http://www.cpisp.org.br/terras/asp/terras_mapa.aspx?UF=pe&VerTerras=r>. Acesso em: 24 mar. 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço: um conceito-chave da geografia**. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.) Geografia: Conceitos e Temas. 5ª edição. Bertrand: Rio de Janeiro, 2003.

COSTA, Edmilson. **A natureza da concentração e centralização do capital do Brasil**. In: A globalização e o capitalismo contemporâneo. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2008. p. 69-103. (Série Debates e Perspectivas).

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NORDESTE II, CPTN32. **Comunidade quilombola Jatobá aprova laudo antropológico e dá mais um passo na luta pela demarcação do seu território.** Set. 2013. Disponível em: <<http://www.cptne2.org.br/index.php/publicacoes/noticias/noticias-do-campo/59-pe/3830-comunidade-quilombola-jatob%C3%A1-aprova-laudo-antropol%C3%B3gico-e-d%C3%A1-mais-um-passo-na-luta-pela-demarca%C3%A7%C3%A3o-do-seu-territ%C3%B3rio.html>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

CHRITOFOLETTI, Antônio. **Perspectivas da Geografia.** Difel: São Paulo, 1985.

DEUS, José Antônio. **Índios Kariri(s) ou Kiriri(s).** Orientação oferecida pelo Professor. Maio, 2015.

DICIONÁRIO PRIBERAM. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/cortar>>. Acesso em: 6 mar. 2014.

DIEGUES, Antônio C. **O mito moderno da natureza intocada.** 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2008. p. 25-53.

DORNELES, Cláudio Turene Almeida. **Percepção ambiental:** Uma análise na bacia hidrográfica do rio Monjolinho. 2006. 177 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Escola de Engenharia Ambiental, Universidade de São Paulo, São Carlos, SP, 2006.

ECOLOGY BRASIL, Consórcio; Agrar Consultoria e Estudos Técnicos, JP Meio Ambiente. **Consolidação dos Estudos Ambientais, EIA (Estudo De Impacto Ambiental),** Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Brasília, 2004.

FRANCA, J. L.; VASCONSELOS, A. C. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas.** 9 ed. Belo Horizonte: Ed: UFMG, 2013, 255 p.

FILHO, André Santos. **As principais usinas elétricas do Brasil.** Blog Info-Tec, 2008. Disponível em: <<http://andrefilho-asf.blogspot.com.br/2013/01/as-principais-usinas-eletricas-do-brasil.html>>. Acesso em: 13 ago. 2014.

FOSCHIERA, Atamis Antônio. **A luta dos atingidos por barragens no Brasil: o caso dos atingidos pela usina hidrelétrica de Barra Grande.** In: SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA – IMPERIALISMO, NACIONALISMO E MILITARISMO NO SÉCULO XXI, 4., set. 2010, Londrina, UEL. Anais. Londrina, PR: GEPAL, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt1/5_atamisfoschiera.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2014.

FREITAS, DÁRIO. **Dos Andes para o deserto.** Jornal da Construtora Odebrecht. Disponível em <http://www.odebrechtonline.com.br/materias/02701-02800/2776/?lang=pt> Acesso em 15, nov, 2013.

FREITAS, Marcelo. **Transposição - Agora é a vez do rio Tocantins**. Sistema FIEC. Publicado em fevereiro, 2003. Disponível em: <http://www.sfiec.org.br/artigos/infraestrutura/Transposicao_tocantins.htm>. Acesso em: 24 abr. 2014.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. 2014. Disponível em <http://www.palmares.gov.br/>. Acesso em 11, março, 2014.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento – enfoque histórico-cultural**, capítulo II – Desenvolvimento – Subdesenvolvimento: A problemática atual. São Paulo. Paz e Terra. 2000. p. 21-30.

GAÚCHO, Edson. **Verso de repente sobre a transposição do rio São Francisco**. 2005. Disponível em: <<http://www.transpiumhi.ufscar.br/repente.htm>>. Acesso em: 13 ago. 2014.

GEORGE, Pierre. **Os métodos da Geografia**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1986.

GIRARDI, Paulon Eduardo. **Atlas da questão agrária brasileira: Espaço geográfico e território: conceitos-chave para a Geografia**, 2008. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/espaco_territorio.htm#espaco>. Acesso em: 22 out. 2013.

GOMES, Rodrigo. **Licitação para transposição do rio Paraíba do Sul será aberta sexta-feira**. Reportagem da Rede do Brasil Atual, divulgada em 26 de janeiro de 2015. Disponível em <http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2015/01/licitacao-para-obras-de-transposicao-do-rio-paraiba-do-sul-sera-aberta-sexta-feira-diz-alcmin-5259.html> Acesso em 10, fev, 2015.

GOOGLE. **Mapas**. Disponível em: <<https://maps.google.com>>. Acesso em: 17 mar. 2014.

GUIMARÃES JUNIOR, João Abner. **O destino dos canais da transposição do rio São Francisco**. Revista Cidadania e Meio Ambiente. Artigo publicado em abril de 2010. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2010/04/06/o-destino-dos-canais-datransposicao-do-rio-sao-francisco-artigo-de-joao-abner-guimaraes-jr/>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, setembro de 2014. Disponível em: <http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogério_HAESBAERT.pdf>. Acesso em: 19 maio 2014.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006. 224 p.

HEIDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, Benhur Pinos da; PIRES, Cláudia Luiza Zerefino (Org.). **Maneiras de ler: Geografia e cultura**. Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar Cultura, 2013. 267 p. Disponível em: <<http://www.compassolugarcultura.com/arquivodoc/FINAL-ManeirasLerGeografiaPDF.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2014.

HOCHBERG, E. Julian. **Percepção**. New Jersey: Prencite-Hall Inc, 1966. 179 p.

IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), Ministério do Meio Ambiente. **Análise do EIA/RIMA do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional**. Parecer N° 031/2005 COLIC/CGLIC/DILIQ/IBAMA. Brasília-DF, 24 de março de 2005.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=260300&idtema=16&search=||s%EDntese-das-informa%E7%F5es>>. Acesso em: 9 abr. 2014.

INDRIUNAS, Luís. **Transposições pelo mundo**. Disponível em: <<http://empresasefinancas.hsw.uol.com.br/transposicao-sao-francisco5.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

ISA – INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Truká, povos indígenas no Brasil**. Equipe de edição da Enciclopédia Povos Indígenas no Brasil, 2007. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/truka/1067>>. Acesso em: 6 ago. 2013.

ISMERIM, Filha. Susete. **As cheias do baixo São Francisco: Estudo do caso, sobre a percepção dos ribeirinhos**. 2005. 109 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Sergipe, São Cristóvão, Sergipe. 2005.

JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Lula decide sortear cada uma das 55 casas da Vila Rural Junco**. 16 out. 2009. Disponível em: <<http://diario-pe.jusbrasil.com.br/politica/3937952/lula-decide-sortear-cada-uma-das-55-casas-da-vila-rural-junco>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

JORNAL DE NOTÍCIAS SOCIEDADE. **Nascente do rio Tejo quase seca**. Outubro, 2008. Disponível em http://www.jn.pt/PaginaInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=1032720&page=-1 Acesso em 8, setembro, 2014.

JORNAL HOJE EM DIA. **Integração nacional deve investir mais de R\$ 5 bilhões em 2013**. Disponível em: <<http://www.hojeemdia.com.br/noticias/politica/integrac-o-nacional-deve-investir-mais-de-r-5-bilh-es-em-2013-1.71637>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

JORNAL O TEMPO. **Túnel tem de ser refeito após obra desabar**. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cmlink/hotsites/transposi%C3%A7%C3%A3o-do-descaso/t%C3%BAnel-tem-de-ser-refeito-ap%C3%B3s-obra-desabar-1.725660>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

KHRAN, F. S; MACIEL, S; DOURADO, T. M. **Transposição de águas e bacias: Aspectos teóricos e conceituais**. In: SEMINÁRIO DE INTEGRAÇÃO, Universidade Federal do Tocantins, 2007. 49 p. Disponível em: <http://download.uft.edu.br/?d=8ca1e1d9-0b15-486c-bd4d-87716412ada1:transposicao_de_aguas.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2014.

LAMBAYEQUE (PERU). **Proyecto Especial Chavimochic**. Disponível em: <<http://www.chavimochic.gob.pe/portal/wfrmBienvenido.aspx>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006.

LIMA, Ana Cristina Alves. **Contribuições teóricas da Psicologia (Psicanálise, Fenomenologia e Behaviorismo)**. São Paulo: UNIARA – Centro Universitário de Araraquara. Araraquara, SP, 2014. 11 p.

LIMA, Angélica Macedo Lozano; KOZEL, Salette. **Lugar e mapa mental: Uma análise possível**. *Geografia*, v. 18, n. 1, jan.-jun. 2009, p. 207-231. Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/viewFile/2388/2415>>. Acesso em: 19 maio 2014.

LIMA, Gerson Diniz. **Agricultura camponesa em territórios de comunidades quilombolas rurais no Alto Jequitinhonha, Minas Novas, MG**. 2010. 251 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2010.

LOURENÇO, Luciano (2007). **Riscos naturais, antrópicos e mistos**. Notas, notícias e recensões. *Revista Territorium* 14, p. 107 – 111.

LOURENÇO, Luciano (2003). **Análise de riscos e gestão de crises. O exemplo dos incêndios florestais**. *Revista Territorium* 03, p. 89 – 100.

MACHADO, Lucy Marion Calderini Philadelpho. **Percepção da paisagem: conceituação, observação, descrição, vivência**. *Conteúdos e Didáticas da Geografia*, UNESP, 2013. 50 p. Disponível em: <http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/47176/1/u1_d22_v9_t03.pdf>. Acesso em: 19 maio 2014.

MACHADO, Paulo Afonso da Mata. **Transposições entre bacias no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental. Disponível em: <<http://www.abes-mg.org.br/visualizacao-de-clippings/pt-br/ler/4544/transposicoes-entre-bacias-no-brasil>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

MARTINS, Manuel Alfredo de Moraes. **Malpica do Tejo: Terra Pobre, Povo Nobre**. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, Portugal, 1986, 455 págs.

MEDEIROS, Alberto Carlos et al. 2005. **Geografia de Portugal. Sociedade, Paisagens e Cidades**. Círculo de Leitores. Rio de Mouro.

MELLO, Mônica. Integralizar bacias gera polêmica em todo mundo. **A Tarde: Sistema Integrado de Informação – Especial: O futuro da água**. Disponível em: <<http://www3.atarde.com.br/especiais/futurodaagua/integralizar.html>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

MEYER, Renata. Dos andes para o deserto. **Odebrecht Informa**. Disponível em: <<http://www.odebrechtonline.com.br/materias/02701-02800/2776/?lang=pt#1>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

MONTSERRAT, Ruth Maria Fonini. 1994. **Línguas indígenas no Brasil Contemporâneo**. In *Índios no Brasil*: GRUPIONI, Luís Donizete Grupioni (org.). Ministério da Educação e do Desporto, Brasília, 1994, 290 págs.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1983. 138 p.

MOREIRA, F. Orlando. **Uma transposição de rio esquecida**. Revista UFG, Goiânia, v. 7, n. 2, p. 78-82, dez. 2006. Disponível em <<http://www.transpiumhi.ufscar.br/divulgacao.htm>>. Acesso em: 21 abr. 2007.

MOURA, Clóvis Steiger de Assis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2004. 440 p. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=6Zcz0fIj91cC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 17 mar. 2014.

NCWCD – THE NORTHERN COLORADO WATER CONSERVANCY DISTRICT. **Colorado - Big Thompson projects**. Disponível em: <<http://www.northernwater.org/default.aspx>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

NEER – GRUPO DE ESTUDOS EM ESPAÇO E REPRESENTAÇÕES. **Apresentação**. Disponível em: <http://www.neer.com.br/home/?page_id=24>. Acesso em: 16 maio 2014.

NEPE – NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE ETNICIDADE (UFPE). **Povos indígenas de Pernambuco: Truká**. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/nepe/povosindigenas/truka.htm>>. Acesso em: 23 jan. 2014.

NETO, Francisco Vilar de Araújo Segundo; VIANNA, Pedro Costa Guedes; SILVA, Rejane da; SILVA, Natieli Tenório da. **Análise espacial do eixo leste da transposição do rio São Francisco no estado da Paraíba**. Anais EGAL, 2013. Disponível em: <<http://www.geociencias.ufpb.br/leppan/gepat/files/texto01.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2014.

OKAMOTO, Juan. **Percepção ambiental e comportamento**. Mackenzie: São Paulo, 2002. 261 p.

OLIVEIRA, Ana Maria Cortez Vaz dos Santos. **Processos de desterritorialização e filiação ao lugar : o caso da Aldeia da Luz**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade de Coimbra, 2011, 152 págs.

OLIVEIRA, Livia de. **Sentidos de lugar e de topofilia**. Revista Geograficidade, v. 3, n. 2, 2013. p. 91-93. Disponível em: <<http://www.uff.br/posarq/geograficidade/revista/index.php/geograficidade/article/view/125/pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2014.

PALOMERO, Félix V. López. **El Tránsito Tajo-Segura**. Colección Biblioteca de Economía. Guadiana de Publicaciones, S.A.; Madri, Espanha, 1968, 164 págs.

PLANETA SUSTENTÁVEL. **Como ganhar uma discussão sobre transposição do rio São Francisco.** Disponível em: <<http://planetasustentavel.abril.com.br/pops/transposicao-do-rio-sao-francisco.shtml>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

PNUD, *et all*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Atlas do Desenvolvimento Humano para o Brasil. **Evolução do IDMH de Cabrobó.** Disponível em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/cabrobo_pe Acesso em 16, março, 2015.

PORTUGAL, Ministério da Agricultura do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. **Plano de Gestão da Rede Hidrográfica do Tejo.** Relatório Técnico – Versão Extensa, 2013, 376 p. Disponível em http://www.apambiente.pt/_zdata/planos/PGRH5-TEJO/RB%5Cpgrhtejo_p2.pdf Acesso em 30, junho, 2014.

PRÓ-RURAL – PROGRAMA ESTADUAL DE APOIO AO PEQUENO PRODUTOR RURAL. **Pró-rural realiza entrega de tratores a associações indígena e quilombola no Sertão do São Francisco.** Recife: Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco, 2014. Disponível em: <<http://www.Pró-Rural.pe.gov.br/Pró-Rural.asp>>. Acesso em: 31 mar. 2014.

proTEJO. Movimento pelo Tejo (ONG). **Rede do Tejo rejeita o memorando espanhol que assegura transvase Tejo-Segura.** Outubro, 2013. Disponível em <http://movimentoprotejo.blogspot.com.br/2013/10/transvase-tejo-segura-co.html> Acesso em 04, setembro, 2014.

QUILOMBOJATOBA. 2013. Disponível em: <<http://quilombojatoba.wordpress.com/>>. Acesso em: 11 mar. 2014.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Mônia. **Comunidade quilombola de Cabrobó promove Semana da Consciência Negra.** Grande Rio FM, 18 nov. 2013. Disponível em: <<http://granderiofm.com.br/Lists/Postagens/Post.aspx?ID=13768&Categoria=Cotidiano>>. Acesso em: 24 mar. 2014.

REY, Eduardo. **Mar de Aral: O primeiro desastre ecológico planejado da História.** Disponível em: <<http://the-rioblog.blogspot.com.br/2011/03/mar-de-aral-o-primeiro-desastre.html>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

RIBEIRO, Odlanier. **Reportagem surto de insegurança em Terra Nova.** Publicada em 31 jan. 2012. Prefeitura Municipal de Terra Nova. Disponível em: <http://www.terranovaonline.net/2012_01_01_archive.html>. Acesso em: 7 mar. 2014.

ROCHA, Lurdes Bertol; ALMEIDA, Maria Geralda. **Cultura, mundo-vivido e território.** In: SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE GEOGRAFIA, PERCEPÇÃO E COGNIÇÃO DO MEIO AMBIENTE. Londrina, PR: Departamento de Geociências – Laboratório de Pesquisas Urbanas e Regionais. Universidade Estadual de Londrina, 2005. 13 p. Disponível em: <<http://geografiahumanista.files.wordpress.com/2009/11/lurdes.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2014.

RODRIGUES, Robson. **Obras de infraestrutura da ditadura militar do Brasil estão entre as maiores do século 20.** Aventuras na História, 2014. Disponível em <http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/obras-infraestrutura-ditadura-militar-brasil-estao-maiores-seculo-20-781081.shtml> Acesso em 15, junho, 2015.

SÁ e GUARABYRA. **Sobradinho** (Letra de música). Disponível em: <<http://letras.mus.br/sa-guarabyra/356676/>>. Acesso em: 13 ago. 2014.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI** – Desenvolvimento e Meio Ambiente. São Paulo. Studio Nobel, Fundap. 1993, p. 11-24.

SANTIAGO, Emerson. **Mar de Aral.** InfoEscola. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/hidrografia/mar-de-aral/>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 174 p.

SANTOS, Milton. **Uma ontologia do espaço: noções fundadoras.** In: ____ (Ed.). A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2012. p. 29-110. (Coleção Milton Santos, 1).

SAPIENS, 2008. **A Jornada do Homo Sapiens** - Documentário (2008). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=N2qt9YSofSY> Acesso em 25, junho, 2015.

SAQUET, Marcos Aurélio. **ABORDAGENS E CONCEPÇÕES DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE.** Revista Geográfica de América Central. Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica, II Semestre 2011 p. 1-16. Disponível em <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/viewFile/1795/1701> Acesso em 12, out., 2014.

SAQUET, Marcos Auréli; SPOSITO, Eliseu Savério. Org. **Territórios e Territorialidades.** 1ed. São Paulo. Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009, 368p.

SERENO, Amparo. **O princípio de uso equitativo: Uma pedra no sapato da Convenção Luso-Espanhola?** Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Direito, 2009, 10 págs.

SILVA, Anna Lúcia. **Água brota na nascente histórica do rio São Francisco em período de chuvas.** Reportagem do Portal G1 de notícias, nov, 2014. Disponível em <http://g1.globo.com/mg/centro-oeste/noticia/2014/11/agua-brota-da-nascente-historica-do-rio-sao-francisco-apos-chuvas.html> Acesso em 23, fev, 2015.

SILVA, Emília Juliana Santos; BANDEIRA, Katherine Lages Contasti. **O lugar do direito territorial: o caso da tribo truká.** In: ENCONTRO ANUAL DA ANDHEP – Direitos Humanos e Democracia, 5., UFPA, Belém, 2009. Anais. Belém, Paineis 16, 20 p. Disponível

em: <<http://www.andhep.org.br/anais/arquivos/Vencontro/paineis/painel16.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2014.

SOUTO, Paulo. **Transposições do Rio São Francisco: Um projeto sem sustentação.** Discurso pronunciado pelo Senador Paulo Souto no Plenário do Senado Federal em 03/04/2001. Senado Federal, Brasília, DF, 2001. 26 p.

SPERB, Paula. **Nascente do rio secou, afirma diretor do parque.** Reportagem da Folha de Notícias UOL, Set, 2014. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/09/1521293-nascente-do-rio-sao-francisco-secou-afirma-diretor-de-parque-em-minas.shtml> Acesso em 23, fev, 2015.

SUEZ, ENVIRONMENT (2014). **Barcelona, Espanha. Uma das maiores estações de dessalinização da Europa.** Conjunto de Empresas que atuam no processo de dessalinização de águas do mar em Barcelona. Disponível em <http://www.degremont.com.br/PT/Referencias/Pages/Barcelona-Espanha.aspx> Acesso em 09, fev, 2015.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado.** História oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992. 385 p.

TRANSPOSIÇÃO. **Mapa do polígono da seca.** Disponível em: <<http://riodaintegracaonacional.blogspot.com.br/2008/09/o-nordeste-e-suas-chuvas-irregulares.html>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

TRUKÁ, Comunidade. Índios na visão dos índios Trukás. Projeto Educativo Sócio Cultural: Índios na visão dos índios. Gerlic, Sebastián (Org.). **Índios na visão dos índios: Somos Patrimônio.** Salvador: Thydêwá, 2011. 31 p. Disponível em: <<http://www.thydewa.org/downloads/truka.pdf>>. Acesso em: 6 ago. 2013.

TUAN, Y. F. **Topofilia** – Um estudo da percepção e valores do meio ambiente. São Paulo, Difel, 1980. 288 p.

UCHÔA, Alex. **Azulejos portugueses – Igreja de São Francisco, João Pessoa, Paraíba.** Galeria Projeto Phaidon, 2008. Disponível em: <<http://www.pbase.com/alexuchoa/image/111028296>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento Sustentável** – O desafio do século XXI. Rio de Janeiro, Guaramond, 2005. p. 17-82.

VIANNA, Pedro Costa Guedes. Trabalho de campo – **Visita as obras do canal de integração Acauã-Araçagi no estado da Paraíba.** In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 7., João Pessoa, JORNADA DE GEOGRAFIA DAS ÁGUAS, 1., João Pessoa, Paraíba, set. 2013. Disponível em: <<http://www.geociencias.ufpb.br/singa2013/campo/trabalho5.html>>. Acesso em: 7 jan. 2014.

VISÃO SOCIOAMBIENTAL. Revista Socioambiental Cultura da Sustentabilidade. **MPF/RJ recomenda que governo de SP não faça transposição do Rio Paraíba do Sul.** Notícia

divulgada na página de Meio Ambiente, em 10, fev, 2015. Disponível em http://www.visaosocioambiental.com.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=449&Itemid=58 Acesso em: 10, fev, 2015.

WHITAKER, Dulce C. A. **Sociologia Rural Questões Metodológicas Urgentes**. São Paulo: Editora Letras Á Margem, 2002. 256 p.

WHYTE, Anne V. T. **Guidelines for field studies in environmental perception**. Mab Technical Notes, Paris: The United Nations Educational, Scientist and Cultural Organization UNESCO , 1977. 117 p.

WWF BRASIL. **Transposições de bacias hidrográficas colocam em risco o mais vital recurso da natureza: a água**. 2007. Disponível em: <<http://www.wwf.org.br/?8280/transposies-de-bacias-hidrogrficas-colocam-em-risco-o-mais-vital-recurso-da-natureza-a-gua>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

8. ANEXOS

RELATÓRIO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Trabalhos apresentados e publicados em congressos, revista e capítulo de livro.

1. Título do trabalho: **TRANSPOSIÇÕES NO RIO SÃO FRANCISCO: PERCEPÇÕES DE IMPACTOS.**

Autores: André Tomé de Assis e Maria Aparecida dos Santos Tubaldini.

Trabalho complexo Resumo Resumo expandido

Número de páginas 13 Página inicial 01 Página final 13

Nome do evento: VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária, VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária e I Jornada de Geografia das Águas.

Forma de publicação:	Impresso	<input type="checkbox"/>	Digital	<input checked="" type="checkbox"/>
----------------------	----------	--------------------------	---------	-------------------------------------

Local e data do evento: João Pessoa, PB, 22 a 26 de setembro de 2013.

Disponível em: < <http://www.geociencias.ufpb.br/singa2013/index.html> >.

2. Título do trabalho: **TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: OS REASSENTADOS DA VILA JUNCO E SUAS PERCEPÇÕES.**

Autores: André Tomé de Assis e Maria Aparecida dos Santos Tubaldini.

Trabalho complexo Resumo Resumo expandido

Número de páginas 17 Página inicial 402 Página final 418

Nome do evento: I Simpósio Mineiro de Geografia – Das Diversidades à Articulação Geográfica

Forma de publicação:	Impresso	<input type="checkbox"/>	Digital	<input checked="" type="checkbox"/>
----------------------	----------	--------------------------	---------	-------------------------------------

Local e data do evento: UNIFAL – Universidade Federal de Alfenas, Alfenas/MG, 26 a 30 de maio de 2014.

Disponível em: <<http://www.unifal-mg.edu.br/simgeo/system/files/anexos/Andr%C3%A9Tom%C3%A9deAssis.pdf>>.

3. Título do trabalho: **A TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: RISCOS ÀS COMUNIDADES DIRETAMENTE ATINGIDAS EM CABROBÓ (PE)/BRASIL.**

Autores: André Tomé de Assis e Maria Aparecida dos Santos Tubaldini.

Trabalho complexo Resumo Resumo expandido

Número de páginas 6 Página inicial 402 Página final 418

Nome do evento: III Congresso Internacional, I Simpósio Ibero-Americano e VIII Encontro Nacional de Riscos – Multidimensão e Território de Risco.

Forma de publicação:	Impresso	<input type="checkbox"/>	Digital	<input checked="" type="checkbox"/>
----------------------	----------	--------------------------	---------	-------------------------------------

Local e data do evento: 5, 6 e 7 de novembro de 2014, no Departamento de Geografia da Universidade do Minho, em Guimarães, Portugal.

Disponível em: < <http://www.uc.pt/fluc/nicif/riscos/Congresso/IIICIR> >.

4. Apresentação de Minicurso: TRANSPOSIÇÕES QUE ENVOLVEM O RIO SÃO FRANCISCO.

Duração: 4 horas.

Nome do evento: I SIMPÓSIO MINEIRO DE GEOGRAFIA – DAS DIVERSIDADES À ARTICULAÇÃO GEOGRÁFICA.

Local e data do evento: UNIFAL – Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 26 a 30 de maio de 2014.

Artigos aceitos para publicação em revistas:

5. A TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO NA VOZ DOS QUILOMBOLAS ATINGIDOS EM CABROBÓ, PE: A REALIDADE DO ACESSO À TERRA E À ÁGUA.

Autores: André Tomé de Assis e Maria Aparecida dos Santos Tubaldini.

Revista: Geografia – AGETEO – Associação de Geografia Teorética.

Disponível em: <<http://www.ageteo.org.br/>>.

6. Transvases do rio São Francisco: Riscos sociais para os moradores da Vila Junco em Cabrobó (PE) – Brasil

Autores: André Tomé de Assis, Luciano Lourenço, Maria Aparecida dos Santos Tubaldini.

Revista: Territorium – Associação de Riscos – Portugal

Disponível: <http://www.uc.pt/fluc/nicif/riscos/Territorium>

Capítulo de Livro

7. A TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: ARGUMENTOS CONTRA E A FAVOR, E AS NECESSIDADES EM TORNO DE PROJETOS AGRÍCOLAS

Autores: André Tomé de Assis, Maria Aparecida dos Santos Tubaldini.

Organizador: Prof. Dr. Gustavo Cepolini.

Título do Volume: Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais.

Editora: Paco. Jundiaí, SP.

Disponível: <http://editorialpaco.com.br/>

Parecer do Orientador,

Doutorado Sanduíche,

Universidade de Coimbra – Portugal:

Parecer

Luciano Fernandes Lourenço, Professor Associado com Agregação e Diretor do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal, acompanhou o doutorando André Tomé de Assis, durante o período em que ele permaneceu nesta Universidade, ao abrigo de um programa de doutorado sanduíche financiado pela CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Brasil, ou seja, entre os meses de setembro a dezembro de 2014.

De entre as tarefas constantes do cronograma de doutorado sanduíche, cumpre-me informar de que o orientando realizou atividades de revisão bibliográfica e trabalhos de campo ao longo da bacia do rio Tejo (objeto de estudo) nas áreas envolvidas em transvases, tanto em Portugal como em Espanha, o que se entende venha a ser extremamente útil para a redação da sua tese de doutorado sobre o tema das Transposições do rio São Francisco. Sob minha orientação e supervisão participou ainda em trabalhos de campos realizados noutras bacias de rios portugueses, designadamente do Mondego e dos seus afluentes Alva e Ceira, bem como dos rios Zêzere e Unhais, afluentes ao rio Tejo, onde foi possível observar transvases e discutir tanto as suas implicações como outras questões geográficas relevantes para o estudo do tema sobre que a tese versará.

Durante este período, o orientando denotou sempre uma grande afabilidade no trato, o que lhe permitiu granjear a amizade de colegas e estabelecer contato com outros pesquisadores portugueses que trabalharam questões semelhantes na Universidade de Coimbra, bem como com outros investigadores europeus e sul-americanos com que se cruzou em importantes Congressos Internacionais em que fez questão de participar, tanto Portugal como na Espanha, e de que destaco os seguintes:

- III Congresso Internacional, I Simpósio Ibero-Americano e VIII Encontro Nacional de Riscos, que decorreu nos dias 5, 6 e 7 de novembro de 2014, em Guimarães, Portugal, e em que apresentou um poster sobre *A transposição do rio São Francisco: Riscos às Comunidades diretamente atingidas em Cabrobó (PE)/Brasil*;
- Congreso Internacional Familias y Redes Sociales: etnicidad, movilidad y marginalidad en el Mundo Atlántico, que se realizou em Sevilha, Espanha, de 12 a 14 de novembro de 2014.

Acresce que à diversidade da pesquisa efetuada, o orientando redigiu dois textos relacionados com o tema do seu doutorado, designadamente:

- *Percepções em torno de transposições de águas: Rios São Francisco e Tejo*;
- *Transvases do rio São Francisco: Riscos sociais aos moradores da Vila Junco em Cabrobó (PE) – Brasil*,

que irão ser agora por mim revistos, com o objetivo de os submeter para publicação em revistas ligadas aos estudos geográficos.

Pelo exposto, sou de parecer que o doutorando André Tomé de Assis não se limitou, apenas, a cumprir com as atividades pré-apresentadas no cronograma de doutorado sanduíche, mas foi muito mais além, não só em termos da pesquisa mas também, e sobretudo, em termos de divulgação de alguns resultados preliminares da sua investigação, pelo que cumpriu cabalmente com os objetivos deste doutorado sanduíche.

Coimbra, 17 de dezembro de 2014

O Orientador



Prof. Doutor Luciano Lourenço

Instrumento metodológico – História Oral

Roteiro de perguntas das entrevistas

Observação: Foi feito este roteiro, mas ele não era lido no momento das entrevistas. Estas perguntas o entrevistador tinha em mente no momento inicial. Elas não foram completamente usadas. Em todos os casos, se pedia inicialmente para que o entrevistado falasse um pouco de como ele percebia a transposição do rio São Francisco. Os entrevistados demonstraram necessidade de serem ouvidos, e só com esta pergunta inicial, já narravam longos discursos.

- 1 – Quando as obras da transposição começaram aqui, na sua região?
- 2 – Você sabe como irá funcionar essa transposição?
- 3 – Já tinha muito tempo que você escutava falar sobre a transposição do rio São Francisco?
- 5 - Você já está usando a água da transposição?
- 4 – Alguém já te explicou como vai ser a chegada da água, pelos canais de transposição? Você sabe como vai ser?
- 6 - Falta muita água por aqui?
- 7 – A seca é um problema muito sério?
- 8 – Como você consegue água na época da seca?
- 9 – Que obras, outros governos já fizeram para melhorar as condições de vida daqui?
- 10 – Em sua opinião, qual seria a solução para o problema da seca?
- 11 – Como você acha que está a qualidade da água do rio São Francisco?
- 12 – Você acredita nesta obra da transposição?
- 13 – Você acha que havia a necessidade desta transposição?
- 14 – O que você acha que poderia ser feito, para que essa transposição realmente te ajudasse?
- 15 – Essa transposição você acha que vai ser positiva ou negativa?

Questionário respondido pelo Ministério da Integração Nacional do Brasil

Encaminhado em 23 de junho de 2014.

Recebido via e-mail, respondido, em 03 de março de 2015.

Recebido pelo seguinte endereço eletrônico, e-mail: ouvidoria.sistemas@integracao.gov.br. Com a seguinte indicação e sistema de protocolo: Registrado no Sisouvidor3, sob o número 5958, enviado à Secretaria de Infraestrutura Hídrica - SIH em 23/06/2014, e conforme resposta recebida em 03/03/2015 pela Secretaria, a Ouvidoria-Geral do Ministério da Integração Nacional encaminha anexo da resposta ao seu questionário.

Ministério da Integração Nacional - Ouvidoria Geral

Setor de Grandes Áreas Norte, 906
Módulo F, bloco A, salas 01/02, térreo
Brasília/DF - CEP 70790-060
Tel.: 0800-610021
www.integracao.gov.br/ouvidoria

1) Como funcionaram as audiências públicas do projeto de transposição em Cabrobó? Quantas pessoas e que pessoas ou grupos foram ouvidos? Como se deu a chamada destas pessoas para a participação nestas audiências? Como o Ministério da Integração usou as informações colhidas nas audiências no projeto de transposição? Atualmente como o Ministério e sua assistência social escutam os moradores da zona rural de Cabrobó e como procuram responder as questões que eles levantam?

A audiência pública na região foi realizada em Salgueiro/PE. O edital de realização da audiência foi publicado no Diário Oficial da União e em jornal regional ou local de grande circulação, rádios e faixas, com indicação de data, hora e local do evento. Decisões relativas ao impacto ambiental do empreendimento, em nível local, levaram em conta as críticas e sugestões da comunidade, de forma harmonizar os interesses e necessidades da população com o processo de instalação e execução do Projeto.

O Ministério da Integração, através da sua equipe social de campo, dispõe de um espaço permanente para atendimento aos moradores da região, promovendo um canal aberto de comunicação, onde as questões relativas às obras são trazidas e encaminhadas para os setores responsáveis, a fim de resolução. Além disso, a equipe de Comunicação Social do projeto, através da Comunicação Itinerante, realiza reuniões dentro das comunidades, objetivando repassar informações sobre o desenvolvimento da obra e colher questionamentos dos moradores relativos às obras, para as providências cabíveis.

2) Comunidades tradicionais receberam e recebem assistência social diferenciada? Qual é a relação do Ministério e de sua assistência social com os índios Truká, quilombolas Jatobá e Cruz do Riacho, Vila Junco e pequenos produtores que tiveram suas terras cortadas pelo canal?

Todas as ações do PISF realizadas junto às comunidades quilombolas e indígenas são acompanhadas diretamente pela Fundação Cultural Palmares - FCP (no caso dos quilombolas) e pela FUNAI (no caso dos indígenas). A nossa ação é pautada nas diretrizes estabelecidas por estas Instituições e nas demandas apresentadas nas reuniões realizadas junto às comunidades, MI, FUNAI e FCP.

3) Quais foram os benefícios e quais os malefícios que o Ministério e sua assistência social notam que a obra da transposição trouxe ou pretende trazer para as comunidades dos índios Truká, quilombolas Jatobá e Cruz do Riacho, Vila Junco e pequenos produtores que tiveram suas terras cortadas pelo canal? Em relação aos malefícios que estratégias existem para minimizá-los?

Dentro do Projeto de Integração do rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF há um programa voltado para Comunidades Indígenas (PBA 12) e outro para as comunidades Quilombolas (PBA 17). Respeitando as especificidades de cada comunidade e suas tradições e cultura, foram desenvolvidas ações de substituição de casas de taipa por casas de alvenaria, implantação de melhorias sanitárias domiciliares (banheiros), implantação de centro de cultura e artesanato, capacitações em gestão e processos produtivos, construção de Postos de Saúde, etc. Desta forma, pode-se destacar que com o PISF as comunidades indígenas e quilombolas próximas aos canais receberam apoio para melhoria de suas condições de vida, desenvolvimento individual e coletivo, bem como a possibilidade de alcançarem políticas públicas voltadas para suas comunidades.

4) Existe uma área religiosa em Cabrobó que as comunidades tradicionais chamam de “Pedra da Santa”. O Ministério impediu que os moradores de Cabrobó realizassem suas celebrações neste lugar? Existe algum projeto do Ministério para que os moradores possam voltar a usar o lugar? Existe uma preocupação do Ministério com as questões culturais dos povos tradicionais? Que ações de valorização da cultura destes povos são realizadas?

O Ministério da Integração Nacional não impede a realização de nenhuma atividade religiosa ou cultural nas e pelas comunidades, indígenas ou quilombolas, atendidas pelas ações do PISF. Nas atividades de educação ambiental e capacitações de gestão e processos produtivos foram trabalhadas, em cada comunidade, questões relativas ao fortalecimento da identidade, territorialização e cultura, com apoio e acompanhamento das instituições responsáveis por cada grupo de comunidades tradicionais.

5) Moradores da zona rural de Cabrobó falam da necessidade de revitalizar e perenizar o riacho dos Bois e de se abastecer o reservatório de água do riacho em Terra Nova. Existe algum projeto para isso? Os moradores também acusam as empresas de jogarem resto de material no leito e assorear o riacho, o Ministério tem observado esta questão? Como se fará o aceso dos moradores as águas que forem transpostas?

No município de Cabrobó estão sendo construídos três reservatórios: Tucutu, Serra do Livramento e Terra Nova, que irão beneficiar toda a região. As empresas responsáveis pelas obras do Projeto são obrigadas a seguir o Plano Ambiental de Construção, que apresenta as diretrizes ambientais básicas a serem adotadas nos procedimentos construtivos de construção e montagem. O cidadão deve denunciar à Ouvidoria do MI condutas de empresas que julguem inadequadas, para que as averiguações e providências necessárias sejam tomadas.

A distribuição da água será feita pelas adutoras da companhia de abastecimento estadual.

6) O Ministério e sua assistência social atuam para tentar ouvir as reclamações da população frente a atuação das empresas? Como o Ministério cobra das empresas as reclamações dos moradores? Direitos trabalhistas, segurança do trabalho, etc. Como o Ministério atuou e atua para favorecer as relações entre o Exército brasileiro, as empresas e os Índios Truká, os quilombolas, os reassentados e os pequenos produtores rurais que tiveram suas terras cortadas pelo canal?

Existem várias atividades que visam ouvir as demandas da comunidade e encaminhá-las para as providências cabíveis, dentre elas enfatizamos os trabalhos desenvolvidos pela equipe de Comunicação Social do PISF, a qual sistematicamente realiza reuniões nas comunidades existentes nas áreas de atuação do projeto, esclarecendo os questionamentos apresentados pelas comunidades e oportunizando uma maior interação entre os moradores e a obra. O Programa de Comunicação Social (PBA 3) disponibiliza as Caixas de Comunicação em diversos pontos e localidades por onde a obra passa permitindo que as comunidades façam seus questionamentos e recebam respostas diretamente pelo MI. Ressalta-se que em toda reunião realizada nas comunidades há espaço para que se informe sobre ações gerais sobre o PISF e, também, são respondidas questões pontuais.

Além disso, foram realizados trabalhos junto a educadores, agentes de saúde e demais profissionais da saúde, da educação e das demais áreas afins, objetivando a formação de multiplicadores capazes de contribuir com o esclarecimento à população residente no entorno do projeto.

O PBA-02 – Plano de Construção apresenta várias diretrizes e condicionantes que deverão ser seguidas pela empresa construtora. Tais orientações são avaliadas e monitoradas pela equipe de Supervisão do Projeto, equipe ambiental e equipe de fiscalização do PISF.

As empresas contratadas pelo projeto devem ser pautar nas regras impostas pelo Ministério do Trabalho, de acordo com CLT e as demais leis trabalhistas, e o próprio Plano de Construção do Projeto.

Como empresas idôneas e experientes no ramo, elas apresentam as condições necessárias para responde junto ao Ministério do Trabalho, caso apresente qualquer divergência ou descumprimento das regras legais.

A atuação do Exército Brasileiro teve duplo objetivo, sendo o principal garantir que o trabalho fosse desenvolvido com segurança, pois a região anteriormente era marcada pelo medo e pelo

histórico de violência, considerando principalmente as diversas ocorrências de assaltos. Além disso, a instituição apresentava as qualificações necessárias para a atuação na área.

Enquanto intermediador das relações sociais, a equipe social do Ministério da Integração sempre buscou promover um amplo diálogo entre os moradores e a obra, bem como da obra com os moradores. Ou seja, as atividades desenvolvidas junto aos beneficiários do projeto primaram pela dialogia e um bom relacionamento entre os todos os atores envolvidos.

No âmbito do PISF há o Programa de Comunicação Social (PBA 3) o qual disponibiliza as caixas de comunicação em diversos pontos e localidades por onde a obra passa permitindo que as comunidades façam seus questionamentos e recebam respostas diretamente pelo MI. Ressalta-se que em toda reunião realizada nas comunidades há espaço para que se informe sobre ações gerais sobre o PISF e, também, são respondidas questões pontuais.

7) O índice de drogas, violência, aumento no preço dos alimentos, especulação imobiliária, problemas sociais como um todo, teriam aumentado em Cabrobó. O Ministério tem ficado atento a essas questões? Como o Ministério e sua assistência social atuam frente a estas questões?

Não existe nenhum indicador que demonstre aumento no consumo de drogas ou de violência na área de implantação do PISF, ao contrário, o consumo de droga e a violência sofreram significativas reduções nos últimos anos, alterando positivamente o mapa social da região, anteriormente conhecida como “Polígono da Maconha”. Tal melhoria deve-se a abertura de frentes de trabalho e ações desenvolvimentistas implementadas na região.

Ratificando nossas observações sobre a melhoria nos índices sociais da região, em resultados levantados através do PNUD (Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013), é possível visualizar melhorias nos principais indicadores sociais da região, refletindo assim na melhoria da qualidade de vida da população em geral (tabuladas informações referentes aos municípios de Brejo Santo/CE, Jati/CE, Mauriti/CE, Penaforte/CE, Cajazeiras/PB, São José de Piranhas/PB, Cabrobó/PE, Salgueiro/PE e Verdejantes/PE, municípios que cortados pelo PISF, Eixo Norte).

A partir da leitura desses dados é possível aferir que os diversos investimentos realizados na região contribuíram para a melhoria de vários indicadores sociais. Supõe-se que tal melhoria gerou maior consumo na região e, conseqüentemente, especulação em vários segmentos. Todavia, são questões desencadeadas pelo aumento da demanda no consumo, as quais não se podem evitar, pois estão relacionadas à lei da oferta e da procura.

8) O Ministério da Integração atua para que haja uma agilidade no processo de demarcação do território Truká e dos quilombolas Jatobá e Cruz do Riacho? O Ministério pretende indenizar os índios e os quilombolas, pela ocupação de suas terras, onde foram construídos os canais ou os reservatórios de água? Mesmo que eles não tenham a posse oficial da terra, é notado que eles perderam áreas para trabalhar, onde estabeleciam regimes de parcerias, o que o Ministério e sua assistência social tem feito ou pode fazer para amenizar estas perdas?

O MI apoia os órgãos responsáveis pela realização da demarcação dos territórios indígenas e quilombolas (FUNAI e INCRA) e realizou estudos que compõem o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação dos territórios (RTID), contudo, as outras atividades necessárias para conclusão do processo fazem parte das atividades de competência exclusiva destes Institutos.

9) Falta de água para a agricultura e abastecimento humano, o problema da seca que os moradores da zona rural de Cabrobó enfrentam neste momento; como o Ministério e sua assistência social tem atuado para amenizar estes problemas?

A resposta para esta questão está diretamente relacionada à implementação do PISF, que visa transformar a atual realidade social das famílias residentes nesta região, as quais são castigadas pelos longos períodos de seca.

10) A comunidade Cruz do Riacho reclama que mora perto do rio e nunca usou as águas do rio. Como o Ministério irá atuar para fazer chegar água até esta comunidade, visto a distâncias da comunidade até o canal.

Todas as comunidades quilombolas e/ou indígenas atendidas pelas ações do PISF serão atendidas com abastecimento de água, de acordo com os resultados apresentados a serem apresentados pelos estudos que estão em andamento por meio do item 15 do PBA, Programa de Implantação de Infraestrutura de Abastecimento de Águas ao Longo dos Canais.

11) Na Vila Junco, existe a reclamação de que na distribuição das casas os moradores foram separados dos seus parentes e por não estarem acostumados a morar tão perto uns dos outros apareceram conflitos sociais. Que há ociosidade, falta de trabalho. O Ministério e sua assistência social têm alguma forma de atuar para minimizar os conflitos e estabelecer formas de trabalho, lazer e convivência social? Os moradores reclamam da falta de infra-estrutura das casas e da Vila, há projetos de melhoria? Como e quando se fará a implementação de um projeto agrícola para a vila?

A própria argumentação dos moradores de que sua proximidade com os parentes e famílias tem gerado conflitos, mostra que não há distanciamento entre as casas. Todavia vale enfatizar que uns dos critérios discutidos e aprovados pelas comunidades foram a de que o sorteio das residências privilegiassem os grupos familiares, ou seja, as casas sucessivamente seriam ocupadas por pessoas do mesmo grupo familiar. Entretanto, por opção dos próprios moradores, na vila de Junco o sorteio foi feito da forma comum.

Conforme acompanhamento social realizado sistematicamente, muitos chefes de família residentes na VPR foram absorvidos pelas empresas construtoras das obras. Porém, a fim de garantir a sustentabilidade das famílias reassentadas, cada uma delas estão recebendo mensalmente uma verba de manutenção, no valor de um salário mínimo e meio, até que as atividades produtivas sejam implementadas.

Conforme observado anteriormente, houve uma acentuada melhoria na condição de vida das famílias reassentadas, considerando qualidade de moradia, condições de sobrevivência,

infraestrutura, área de lazer etc, haja vista originarem de comunidades rurais com pouco ou nenhuma infraestrutura.

Além disso, acredita-se que após a implantação das áreas produtivas, haverá melhores condições de trabalho e sobrevivência para as famílias reassentadas, as quais contarão com áreas para implementação de atividades irrigadas e de sequeiro. Há de se enfatizar também que muitos dos reassentados eram posseiros/meeiros e trabalhavam como prestadores de serviços, em precárias condições de trabalho.

A implementação dos lotes irrigados dependem do fornecimento de água do projeto, todavia os moradores estão prestes a receber as áreas de sequeiro e já poderão iniciar suas atividades produtivas.

12) Os moradores de todas as comunidades reclamam da falta de acesso adequado a educação e à saúde. E que as obras da transposição atrapalham e ocupam as estradas da região, dificultando o deslocamento deles até Cabrobó ou Terra Nova para acesso básico a estes serviços. Para cada comunidade, Índios Truká, quilombolas Jatobá e Cruz do Riacho, pequenos produtores rurais que tiveram suas terras cortadas pelo canal e moradores da Vila Junco, neste sentido existem projetos ou compensações específicas previstas ou que estão sendo realizados para eles?

Quanto a esta questão observamos que nunca recebemos reclamação com este teor, possivelmente por se tratar de uma questão equivocada. Ao contrário, ao que se sabe houve um elevado aumento na frequência escolar nos últimos anos e, embora tenha havido aumento no fluxo de veículos nas áreas de implementação das obras, houve também melhorias nas estradas vicinais, oportunizando maior acesso aos moradores.

13) O que o Ministério diz sobre a fragilidade ambiental do rio São Francisco e a denúncia de que o rio não tem possibilidade de oferecer água para ser transposta? O que o Ministério está fazendo para diminuir o impacto da futura retirada das águas do rio São Francisco e para proteger o rio São Francisco e a ilha dos índios Trukás? Em relação ao desmatamento e aos problemas ambientais que os canais causam, que compensações foram efetivadas e estão previstas para a zona rural de Cabrobó?

Segundo a outorga da Agência Nacional de Águas – ANA, o volume que será transferido ao Nordeste Setentrional cabe perfeitamente nas condições hídricas do rio São Francisco, em qualquer época do ano. A integração do rio São Francisco aos açudes e as bacias dos rios temporários do semiárido do Nordeste Setentrional será possível com a retirada contínua de 26,4 metros cúbicos por segundo (m^3/s) de água, o equivalente a 1,4% da vazão garantida pela barragem de Sobradinho ($1.850 m^3/s$), no trecho do rio onde se dará captação.

Orçado em R\$ 8,2 bilhões, o Projeto prevê recursos de quase R\$ 1 bilhão (cerca de 12% do total) para programas básicos ambientais, em cumprimento às condicionantes estabelecidas pelo Ibama.

Trata-se do mais significativo volume de investimentos nas questões socioambientais e arqueológicas do semiárido setentrional. Esse conjunto de medidas para reduzir os impactos

ambientais e sociais é constituído por 38 programas implementados durante a fase de construção e operação:

- Entre os programas está o de capacitação de agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e lideranças comunitárias em 17 municípios nos estados de Pernambuco, Ceará e Paraíba, para atuarem como multiplicadores de abordagens educativas para prevenção de possíveis riscos à saúde em suas comunidades. Além de monitorar as condições de saúde de cada comunidade, os agentes ensinam a população como prevenir acidentes, evitar doenças sexualmente transmissíveis ou como controlar a qualidade da água que consomem. Mais de 600 agentes foram treinados. Os assuntos que foram abordados nessas oficinas são: Gravidez na Adolescência, Doenças Sexualmente Transmissíveis e DST/AIDS; Prevenção à Violência; Saneamento Ambiental e Doenças Relacionadas à Água; Efeitos Danosos dos Agrotóxicos; e Proliferação de Vetores e Acidentes com Animais Peçonhentos.
- Outro programa ambiental do Projeto de Integração do São Francisco é o Cemafauna-Caatinga (Centro de Conservação e Manejo de Fauna da Caatinga), inaugurado em julho do ano passado. O centro conta com participação de pesquisadores da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e de outras instituições brasileiras e estrangeiras, cujos projetos contam com o apoio financeiro do Ministério de Integração Nacional. Suas ações se concentram, desde 2008, nos estudos de inventário, resgate e monitoramento da fauna silvestre nas áreas de influência direta e indireta do Projeto de Integração do Rio São Francisco. O Cemafauna resgatou, até 2013, mais de 13 mil animais nas áreas da obra. Desses, 80,6% já foram devolvidos para a natureza.
- Arqueologia: outro ponto forte dos programas ambientais são as pesquisas arqueológicas e paleontológicas feitas no âmbito do Projeto São Francisco. Antes de cada obra ser iniciada, é realizado o levantamento nas áreas que poderiam ter valor arqueológico. A grande dimensão do Projeto permite a ampliação dessas pesquisas no Brasil. Os recursos do PISF para a arqueologia possibilitaram a compra de equipamentos, modernização de laboratórios, avanços em pesquisa, utilização de novos equipamentos e o diálogo com pesquisas já conhecidas. Sítios arqueológicos que não se imaginava existir hoje são estudados nos locais na obra. Entre as descobertas, foi encontrada uma preguiça gigante, numa antiga lagoa de Salgueiro, com mais de 10 mil anos.
- Centros de Referência: para ampliar o conhecimento da população sobre o Projeto São Francisco, o Ministério criou Centros de Referência, locais abertos a visitação pública, onde são realizadas apresentações e feitas explicações sobre a execução da obra e a implantação dos Programas Ambientais. Os centros estão localizados em três municípios, sendo dois no Eixo Norte (em Brejo Santo, no Ceará, e em Salgueiro, em Pernambuco) e um no Eixo Leste (na cidade de Custódia, em Pernambuco). Além de manter as pessoas bem informadas, os Centros também servem como um canal direto entre a população e o Ministério. Lá, a população pode utilizar “caixas de comunicação” para esclarecer dúvidas.

Serão atendidas 325 comunidades que residem a uma distância de cinco quilômetros de cada margem dos canais dos Eixos Norte e Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco. Dos 21 municípios beneficiados nesta iniciativa, 11 estão em Pernambuco, cinco no Ceará e os outros cinco na Paraíba.

O projeto foi pensado para que as populações rurais tenham o abastecimento de água potável a partir da água transferida pelos canais do Projeto São Francisco. A conclusão dos sistemas de abastecimento de água está prevista por etapas.

No Ceará, serão atendidas comunidades nos municípios de Penaforte, Jati, Brejo Santo, Mauriti e Barro. Na Paraíba, as cidades de Monteiro, Monte Horebe, Cajazeiras, São José de Piranhas e Miraúna. Em Pernambuco, as novas instalações hídricas vão beneficiar moradores da zona rural de Floresta, Betânia, Custódia, Sertânia, Cabrobó, Petrolândia, Parnamirim, Mirandiba, Curaçá, Salgueiro, Terra Nova e Verdejante.

14) Como se deu o processo de indenização aos pequenos produtores rurais e demais diretamente atingidos nas terras que foram cortadas pelo canal da transposição na zona rural de Cabrobó? Os moradores reclamaram que os valores foram insignificantes e que não observaram as benfeitorias que existiam nas propriedades. Os moradores reclamam da imposição das obras e da falta de apoio jurídico e de uma assistência social que tivesse ouvido e que esteja ouvindo suas necessidades. O que o Ministério pode dizer sobre isto?

As indenizações das terras e benfeitorias foram realizadas de acordo com os objetivos e critérios instituídos pelo Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias – PAB-07 e os valores instituídos nas tabelas indenizatórias tiveram por base os valores previstos em lei, conforme levantamentos previamente realizados por peritos do DNOCS que se basearam nos valores de mercado da época.

Vale salientar que na elaboração dos laudos das terras e benfeitorias houve o trabalho realizado pela Comissão de Avaliação de Laudos de Terras e Benfeitorias, compostas por técnicos do DNOCS.

Durante todo o trabalho de desapropriação a comunidade pôde contar com o apoio da equipe técnica de campo, social e jurídica para a instrução dos processos indenizatórios. Todavia, considerando a situação da região, muitos proprietários tiveram dificuldades em comprovar a titularidades da terra, ocasionando atrasos na liberação das indenizações.

Entretanto, como estratégia para apoiar os proprietários na certificação das terras, o Ministério da Integração formalizou parcerias junto ao INCRA e Institutos fundiários de cada Estado, a fim de que os mesmos pudessem apoiar os moradores na regularização de suas propriedades.

Apesar dos investimentos e todos os esforços, ainda houve muitos proprietários que apresentaram problemas na comprovação da propriedade, haja vista o elevado número de espólios, herdeiros não localizados, gerando a necessidade de que os processos fossem ajuizados. Vale ressaltar que em todas essas etapas os expropriados puderam contar com o apoio da equipe jurídica e social do PISF.

15) Os moradores que tiveram suas terras cortadas pelo canal reclamam da demora para construção de passarelas no canal de transposição e dos transtornos gerados pelas obras, como barulho, trânsito, poeira e explosões. O que o Ministério tem feito para minimizar os impactos e cobrar das empresas a agilidade na construção destas passarelas e de outras obras de compensação?

As questões apresentadas pelos moradores são mitigadas pelo Plano de Construção – PBA-02, o qual institui várias diretrizes, a fim de que sejam observadas as questões ambientais.

Quanto às pontes e passarelas, como são infraestruturas definitivas, estas só podem ser construídas após conclusão dos trechos de obras. Todavia são disponibilizadas para os moradores estradas temporárias.